

**Universidade de Lisboa**  
**Faculdade de Letras**  
**Departamento de História**



**Fachadas azulejadas na Margem Sul do Tejo - Barreiro**  
**(1850-1925)**

Isabel Augusta dos Santos Pires

**Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro**

**2012**

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Letras  
Departamento de História



Fachadas azulejadas na Margem Sul do Tejo - Barreiro  
(1850-1925)

Isabel Augusta dos Santos Pires

Dissertação para obtenção do grau de Mestre  
em Arte, Património e Teoria do Restauro

Orientador científico  
Professor Doutor Vítor Serrão

Co-orientador  
Professor Doutor Francisco Queiroz

2012

# **VOLUME I**

**Este trabalho não foi redigido segundo o Acordo Ortográfico**

“ (...) É preciso ensinar os que não sabem: de contrário a responsabilidade não é dos ignorantes, mas sim dos sabedores. O Grande Épico fecha umas das conceituosas estrofes dos Lusíadas com esta sagrada verdade:

“ *Porque quem não sabe a arte não a estima*”.

[José Queirós, *Cerâmica Portuguesa e Outros Estudos*, (1987)  
p. 198]

*Para a minha mãe Mabília e meu filho Manuel.*

## ÍNDICE

<i>Agradecimentos</i>	4
<i>Abreviaturas / Siglas</i>	5
<i>Resumo</i>	6
<i>Abstract</i>	7
Objectivos	8
Metodologia	9
<b>Introdução</b>	10
<b>1. Estado da Questão</b>	20
<b>2. Enquadramento teórico</b>	
2.1 Dicotomia Azulejaria e Arquitectura	47
2.2 Azulejaria de padrão “ <i>versus</i> ” Azulejaria de fachada	54
2.2.1 A utilização do azulejo de padrão nas fachadas oitocentistas – breve caracterização	65
2.3 Ornamentação cerâmica complementar à azulejaria de fachada	69
<b>3. Barreiro (1850-1925) – Nota histórica</b>	
3.1 A Vila do Barreiro	72
3.2 Localização dos imóveis na malha urbana	80
3.2.1 Tipologias arquitectónicas caracterizadoras da malha urbana	83
<b>4. Azulejaria de fachada no Barreiro – casos de estudo</b>	87
4.1 Padrões, frisos e barras	89
4.1.1 Padrão “ <i>Palácio da Pena</i> ” e Friso das “ <i>Esferas</i> ”	90
4.1.2 Padrão de “ <i>Rendas</i> ” ou “ <i>Crochet</i> ”	94
4.1.3 Padrão de “ <i>Colchete</i> ”, “ <i>Constância</i> ” ou “ <i>Ferradura</i> ”	99
4.1.4 Padrão / Barra mais utilizados no Barreiro	101
4.2 Centros de fabrico, técnicas decorativas e influências externas	108
4.2.1 Fábrica Viúva Lamego   padrões estampilhados	111
4.2.1.1 Padrão com motivos enxaquetados	112
4.2.1.2 Padrão com motivos geométricos e vegetalistas	115
4.2.1.3 Padrão com motivos vegetalistas	116
4.2.1.4 Padrão de “ <i>ananases</i> ”	117

4.2.1.5 Padrão de “ <i>cubos</i> ”	118
4.2.1.6 Padrão “ <i>ponta de diamante</i> ”	119
4.2.1.7 Padrão estrelado e vegetalista com dois centros	122
4.2.1.8 Padrão vegetalista com dois centros	124
4.2.1.9 Padrão geométrico e padrão vegetalista e floral	125
4.2.1.10 Padrão “ <i>Minton</i> ”	126
4.2.1.11 Padrão verde com fundo verde-claro	128
4.2.1.12 Exemplo de padrão produzido pela Fábricas Roseira, Viúva Lamego e Sacavém	132
4.2.1.13 Barra “ <i>Flor de Liz</i> ” e “ <i>Papoilas</i> ”	134
4.2.2 Fábrica de Sacavém   padrões estampados e semi-relevados	137
4.2.2.1 Padrão com florões de acanto	138
4.2.2.2 Padrão com motivos vegetalistas e perlados	139
4.2.2.3 Padrão de “ <i>ferradura</i> ”	140
4.2.2.4 Padrão com motivos florais e circulares	142
4.2.2.5 Padrão com motivos geométricos e florais estilizados – exemplo de um padrão reaproveitado	144
4.2.2.6 Padrão “ <i>Lagarto</i> ”	146
4.2.2.7 Exemplo de outro padrão inspirado em modelos ingleses	147
4.2.2.8 Padrões, friso e cercadura semi-relevados Arte Nova	149
4.2.2.9 Padrões semi-relevados e barra com “ <i>amores-perfeitos</i> ”	150
4.2.2.10 Exemplo de painel Arte Nova com figura feminina	152
4.2.2.11 Dois exemplos de azulejos rectangulares biselados	153
4.2.3 Outras fábricas	157
4.2.3.1 Exemplo de mais dois padrões da Fábrica Lusitânia	160
4.2.3.2 Exemplo de barra e cercadura da Fábrica Lusitânia	162
4.2.3.3 Painel figurativo da Fábrica do Desterro	163
4.2.3.4 Exemplo de um padrão das Devesas e outro da Fábrica Aleluia Aveiro	165
<b>4.3 Ornamentação Cerâmica Complementar</b>	167
4.3.1 Balaústres periformes	168
4.3.2 Balaústres quadrangulares	171
4.3.3 Balaústres decorados por folhas de acanto	172
4.3.4 Exemplo de três balaústres pouco comuns	175
4.3.5 Pinhas   modelos variados	177
4.3.6 Vasos   exemplares atribuídos à Fábrica Viúva Lamego	181

4.3.7 Urnas   exemplares atribuídos à Fábrica Viúva Lamego	186
4.3.8 Globos e pináculos   exemplares atribuídos à Fábrica Viúva Lamego	189
4.3.9 Estátuas alegóricas   exemplares atribuídos à Fábrica Viúva Lamego	191
4.3.10 Estátuas alegóricas   exemplares atribuídos à Fábrica Cerâmica das Devesas	193
<b>Conclusão</b>	197
<b>Fontes e Bibliografia</b>	210
<b>Anexo Fotográfico</b>	231
<b>VOLUME II</b>	
<b>Tabelas   Fichas de inventário</b>	
Tabelas	16
Tabela com escala de valor patrimonial	32
Fichas de inventário   Imóvel integrado [105 fichas]	33
Fichas de inventário   Padrão [70 fichas]	377
Fichas de inventário   Frisos [37 fichas]	521
Fichas de inventário   Barras [37 fichas]	597
Fichas de inventário   Cercaduras [13 fichas]	673
Fichas de inventário   Painéis figurativos [7 fichas]	701
Fichas de inventário   Ornamentação Cerâmica [62 fichas]	719

## **Agradecimentos**

A elaboração da presente dissertação contou com a colaboração de várias pessoas, sem as quais não teria sido possível a sua conclusão, e às quais gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos.

Ao Professor Doutor Vítor Serrão, na qualidade de orientador científico, agradeço pela confiança nas nossas capacidades, entusiasmo e incentivo na prossecução deste trabalho.

Ao Professor Doutor Francisco Queiroz, que desde a primeira hora aceitou, com entusiasmo, assumir a co-orientação desta investigação, muito agradecemos a disponibilidade, as sábias indicações e correcções, o rigor crítico, a partilha de conhecimentos e, também, de alguns registos fotográficos.

No que concerne à investigação, esta seria impensável sem o auxílio de determinadas pessoas e instituições. A consulta dos processos existentes no Arquivo da Câmara Municipal do Barreiro foi indispensável, bem como a obtenção de documentos fotográficos, pelo que agradecemos ao Arquivo na pessoa da sua Directora Dr.<sup>a</sup> Isabel Soares, assim como a disponibilidade e atenção dispensada pelo Dr. Fernando Mota, Vanda Sereno, Augusta Caeiro, Dr.<sup>a</sup> Isabel Ramalho e Dr.<sup>a</sup> Rosalina Carmona. Gostaria também de expressar o meu reconhecimento pela atenção e disponibilidade dos funcionários da Biblioteca Municipal do Barreiro.

Um agradecimento em particular ao Centro de Documentação Manuel Joaquim Afonso – Museu da Fábrica de Sacavém, nomeadamente à Dr.<sup>a</sup> Conceição Seródio, Dr.<sup>a</sup> Dina Dias e Sr. Carlos, pela preciosa ajuda, empenho e incentivo, assim como pela simpatia e amabilidade.

Agradeço também a outras instituições em que procedi à investigação, nomeadamente à Biblioteca do Museu Nacional do Azulejo. Nesta última, muito agradeço ao seu antigo bibliotecário e colega, Dr. Pedro Oliveira.

Agradeço também auxílios, partilha de informação e incentivos, alguns pontuais mas sempre decisivos, das minhas colegas da Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões [RTEACJMSS]. Um agradecimento em particular à Coordenadora da Rede, colega e amiga, Doutora Rosário Salema de Carvalho, pela partilha de conhecimentos, incansável disponibilidade e atenção e constante encorajamento ao longo deste trabalho.

Por fim um último agradecimento às pessoas mais importantes da minha vida, a minha família, sobretudo a minha mãe, pela total confiança nas nossas capacidades, ajuda incondicional e incentivo desde sempre, a quem dedico este trabalho. Também ao meu filho Manuel, que ainda não sabe compreender as ausências da mãe.

## **Abreviaturas /Siglas**

AMB – Arquivo Municipal do Barreiro

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

IAN /TT – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

CDMJA – Centro de Documentação Manuel Joaquim Afonso

CMB – Câmara Municipal do Barreiro

CRT – Certidão

CS – Construção simples (ampliação etc.)

CT – Construção – projecto

GTL – Gabinete Técnico Local

MNAz - Museu Nacional do Azulejo

RCR – Processos no âmbito do programa “*RECRIA*”

RTEACJMSS – Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões

c. - cerca de

colab. - colaboração

coord. - coordenação [coordenação de obra colectiva]

Fig. - figura

*Op. Cit.* - obra do mesmo autor citada anteriormente

p. - página

s.d. - sem data [de edição]

s.l. - sem local [de edição]

*Vide* – veja-se ou ver

vol. - volume

## RESUMO

A presente dissertação tem como principal objectivo estudar o fenómeno da azulejaria e da ornamentação cerâmica nas fachadas do concelho do Barreiro, entre cerca de 1850 e cerca de 1925.

A primeira parte, de contextualização teórica, procura estabelecer uma analogia entre a azulejaria de padrão do século XVII e azulejaria de fachada de meados do século XIX até inícios do século XX, sem descuidar os elementos cerâmicos complementares que integram o azulejo na arquitectura, sendo os mais habitualmente utilizados, os frisos, as cercaduras e barras, bem como outro tipo de ornatos cerâmicos que rematam e coroam empenas e platibandas, tais como estátuas alegóricas, vasos, urnas, pinhas ou globos.

A segunda parte incide sobre o núcleo urbano do Barreiro, exhaustivamente inventariado, através da recolha de dados e registo fotográfico de todas as fachadas com elementos cerâmicos correspondentes ao período em causa. Desta tarefa, resultaram as fichas de inventário que constituíram a base de trabalho para o estudo realizado.

Foi efectuado o enquadramento teórico, em relação ao contexto da época, a análise das tipologias arquitectónicas e sua localização na malha urbana. Evidenciaram-se padrões e técnicas decorativas, a par de uma tentativa de atribuição de autorias, com base nos centros produtores intervenientes no fabrico dos azulejos e de outros ornatos cerâmicos. Elaborou-se, ainda, um catálogo de padrões, cercaduras, barras, frisos e ornamentação cerâmica, iniciando uma proposta pioneira de catalogação em articulação com o sistema já desenvolvido pela Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões [RTEACJMSS] e em funcionamento para outros períodos da história da azulejaria.

Destacando esta variedade e multiplicidade de revestimentos azulejares e artefactos cerâmicos, desejamos contribuir para a sua valorização e salvaguarda, mas também para a preservação da memória dos que, entretanto, desapareceram.

**Palavras-chave:** azulejaria de fachada;  
ornamentação cerâmica;  
arquitectura;  
catalogação;  
salvaguarda;

## ABSTRACT

This research has the main objective to study the phenomenon of tile façades and ornamental ceramics in Barreiro county covering the period between 1850 and 1925.

The first part consists of a theoretical contextualization which tries to establish an analogy between patterns tiles from the 17<sup>th</sup> century and tile façades used during the second half of the 19<sup>th</sup> century and the beginning of the 20<sup>th</sup> century, without neglecting the complementary ceramic elements that integrate tiles into the architecture, being the most commonly used, the friezes, borders, and other ceramic ornaments that crown or finish gables and ledges such as allegorical statues, vases, urns, corns or globes.

The second part focuses on the core of Barreiro thoroughly inventoried through data collection and photographic record of all façades with ceramic elements corresponding to the period in question. From this work, the inventory files that formed the basis of this study resulted. For the county the theoretical framework in relation to the context of the time was made, together with the analysis of architectural types and their location in the urban area. Were evidenced patterns and decorative techniques along with an attempt to assign authorships based on production centres involved in the manufacture of ceramic tiles and other ornaments. We have also elaborated, a catalogue of patterns, bars, borders-tiles, friezes and ornamental ceramics, starting a pioneering proposal of cataloguing, in articulation with the system already developed by Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões [RTEACJMSS] and operating for other periods of the tiles history.

Noting the variety and multiplicity of ceramics claddings and ceramics artifacts, we wish not only to contribute to their recovery and safeguard, but also to preserve the memory of those who, in the meantime, have disappeared.

**Key words:** tile façades;  
ornamental ceramics;  
architecture;  
cataloguing;  
safeguard;

## **Objectivos**

- Inventariar os revestimentos azulejares e a ornamentação cerâmica ainda existente no Barreiro, entre 1850-1925.
- Identificar técnicas e estilos dominantes.
- Identificar os centros de produção, tentando reconhecer os elementos decorativos que foram produzidos entre 1850-1925, para este núcleo urbano do Distrito de Setúbal.
- Avaliar e perceber a dicotomia azulejo / ornamentação cerâmica, no entendimento da fachada como um todo e a sua relação com a arquitectura em geral.
- Demonstrar que, apesar de produzidos tanto no Norte como no Sul, e apesar de predominarem sobretudo exemplares de fábricas lisboetas, o que pode ser explicado, pela proximidade geográfica, regista-se uma presença apreciável de exemplos do Norte do país.
- Demonstrar que apesar das influências externas que se reconhecem na azulejaria do período em estudo, esta contribui de forma evidente para caracterizar a cultura portuguesa e, em particular, a arquitectura urbana dos séculos XIX e XX.
- Chamar a atenção para a variedade e multiplicidade de revestimentos azulejares e artefactos cerâmicos, no chamado "*Barreiro Antigo*" contribuindo para a sua valorização e salvaguarda, mas também para preservação da memória dos que entretanto desapareceram.

## **Metodologia**

- Com base em critérios geográficos, cronológicos e tipológicos arquitectónicos procedemos:
- Registo fotográfico de todos os imóveis, passíveis de estudo de acordo, com os critérios predefinidos, com revestimento azulejar e ornamentação cerâmica, existentes no núcleo urbanos do Barreiro.
- Elaboração de fichas de inventário para cada um dos imóveis, que inclui uma descrição da fachada identificando padrões, cercaduras, barras, frisos e ornamentação cerâmica associada, segundo o modelo de fichas do sistema de informação *InPatrimonium* com alguns campos adaptados ou suprimidos, de acordo com cada um dos casos a estudar.
- Elaboração de um catálogo de padrões, cercaduras, barras, frisos e ornamentação cerâmica, iniciando uma proposta pioneira de catalogação, em articulação com o sistema já desenvolvido pela RTEACJMSS e em funcionamento para outros períodos da história da azulejaria.
- Pesquisa bibliográfica generalista e específica sobre o tema, em bibliotecas locais e ainda no arquivo municipal do Barreiro, consultando as licenças de obras particulares e estudando os projectos de alguns imóveis com revestimento azulejar, permitindo assim, perceber a tipologia dos imóveis edificados com azulejo, e a percentagem de fachadas azulejadas.
- Pesquisa iconográfica através de postais antigos e algum fundo fotográfico de início do século XX, no sentido de identificar edifícios azulejados e com artefactos cerâmicos e outros que não sendo receberam azulejo posteriormente.

## Introdução

A presente dissertação tem como objectivo o estudo das fachadas azulejadas da Vila do Barreiro, entre 1850-1925. O âmbito geográfico foi definido pelo conhecimento que tínhamos da azulejaria subsistente no núcleo histórico do Barreiro, de grande interesse patrimonial, e pela necessidade imperiosa da sua inventariação e estudo, uma vez que, como veremos, muitas são as manifestações cerâmicas que desapareceram, mesmo desde que iniciámos esta investigação.

Numa fase inicial, incluímos neste levantamento também as fachadas azulejadas da Vila da Moita que, face ao volume de informação, se veio a revelar impossível de tratar. Foi efectuado, todavia, o registo fotográfico de cinquenta imóveis na Moita com revestimento azulejar, alguns dos quais são referenciados ao longo do texto, servindo para efectuar comparações entre aplicações idênticas.

Quanto ao período cronológico a data de 1850 foi definida com base na investigação científica mais recente<sup>1</sup>, em que é apontado o exemplo de um edifício em Oeiras, com a data de 1855, como um dos primeiros de revestimento total de fachadas principais fora de Lisboa e Porto. Quanto à referência cronológica de 1925, tem a ver sobretudo com o facto de existirem dois casos de imóveis que apresentam revestimento azulejar utilizando azulejos de padrão, segundo a estética *Arte Déco*, corrente estilística, que em Portugal desenvolveu-se cerca de 1920 e manteve-se até cerca de 1940. Um dos edifícios situados na Rua Almirante Reis n.º 105, no Barreiro, exhibe um padrão datado de cerca de 1920-1930<sup>2</sup>. Por

---

<sup>1</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na faz. arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, pp. 118-119.

<sup>2</sup> Vide José MECO, *Azulejaria Portuguesa*, Amadora, Coleção Património Português, Bertrand Editora, 1985, p. 85, a datação e fabrico são propostas pelo autor em relação a um padrão idêntico, formado por “*barras verticais em tons de azul e sanefas pintadas em degradés*” colocado no interior de uma taberna na Rua da Oliveira ao Carmo, em Lisboa. É atribuído à produção da Fábrica de Sacavém de cerca de 1920-1930. Vide Volume II ficha de inventário do imóvel [BA\_B\_AR\_0105], pp. 59-62 e ainda a ficha do padrão [P-20-00013], pp. 471-472.

outro lado a datação final relaciona-se também com o período cronológico de produção e aplicação dos outros ornatos cerâmicos, tais como balaústres, pinhas, urnas, vasos entre outros, cuja produção e aplicação ocorreu, de um modo geral, numa fase mais tardia em relação ao azulejo, situando-se entre finais do século XX e meados da primeira metade do século seguinte.

Após definirmos o título e o período cronológico estabelecemos os objectivos e a metodologia a seguir. Começámos por definir como tarefa base a elaboração de fichas de inventário de todos os imóveis e respectiva ornamentação cerâmica, bem como a elaboração de um catálogo de referência para padrões, guarnições (frisos, cercaduras, barras) e outra ornamentação cerâmica (estátuas, vasos, urnas entre outros).

A metodologia de inventário adoptada seguiu a utilizada no contexto da Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões [RTEACJMSS] de cuja equipa fazemos parte, desde 2007, e onde continuámos a integrar projectos neste âmbito, como o que se encontra ainda a decorrer, intitulado *Catálogo da Azulejaria Portuguesa de Padrão*, em colaboração com o Museu Nacional do Azulejo. Tendo desenvolvido um particular interesse sobre a azulejaria de padrão e outra ornamentação cerâmica do século XIX, era nossa intenção contribuir, dentro das balizas que um estudo deste género permite, para o reforço da catalogação e análise desse tipo de artefactos cerâmicos a inserir, posteriormente, no projecto acima mencionado.

No contexto das tarefas de inventariação procedemos, ao registo fotográfico de todos os edifícios passíveis de constituírem o objecto deste estudo, de acordo com os critérios acima descritos e tendo em conta, ainda, a tipologia arquitectónica dos mesmos. Foram efectuados 1311 registos fotográficos, dos quais incluímos cerca de 500 imagens em anexo [Anexo Fotográfico].

Seguidamente procedemos ao preenchimento de fichas de inventário para cada um dos imóveis, segundo o modelo de fichas do sistema de informação *InPatrimonium*, utilizado, como vimos, no projecto de catalogação da azulejaria de padrão, com alguns campos adaptados ou suprimidos, de acordo com cada um dos casos a estudar, e que

constituíram a base deste trabalho. De modo a respeitar a inclusão da ornamentação cerâmica no local para a qual foi pensada e concebida, as fichas apresentam uma estrutura hierárquica, dividindo-se em dois níveis, um referente ao imóvel e outro ao património integrado, com um terceiro desdobramento correspondente às fichas de referência das diversas tipologias.

O número de inventário do imóvel obedece aos critérios já definidos e testados no âmbito do projecto supracitado e, no caso do presente inventário, é constituído pelas letras **BA**, que se referem ao Barreiro, seguido da letra **B**, que diz respeito à freguesia, pois todos os edifícios se situam na freguesia do Barreiro, seguindo-se as iniciais do nome da rua ou avenida [excluindo os termos rua, travessa, avenida, praça].

A ficha é constituída por um conjunto de campos, começando por definir o tipo de imóvel - Arquitectura civil / Edifício - e identificar a sua localização geográfica. Segue-se a descrição genérica e estrutural do imóvel, e a cronologia, esta reportando-se sempre ao imóvel, ou seja, à data de construção e não à da aplicação dos revestimentos cerâmicos.

Recorreu-se ainda a uma escala de valor patrimonial das fachadas inventariadas pelo facto de possuírem ornamentação cerâmica, que varia entre A - De enorme importância e D - Pouco relevante, com justificação do valor patrimonial atribuído, que foi baseada em outra similar, definida pelo Prof. Doutor Francisco Queiroz, utilizada e testada para o *Projecto Programa de Caracterização e Valorização dos Recursos Endógenos Estratégicos – Azulejo – Programa de Valorização Empresarial do Azulejo Tradicional de Ovar* (Programa Integrado de Valorização da Área Central da Cidade de Ovar) coordenado, ao nível da Rede Temática, pela Doutora Rosário Salema de Carvalho e orientado pelo Prof. Doutor Francisco Queiroz e no qual trabalhamos. Não descurando as tipologias arquitectónicas e tendo por base a referida escala, os imóveis objecto do nosso estudo foram sendo classificados de acordo com a singularidade das suas aplicações, diversidade e consistência, ou de acordo com a adopção de soluções de decoração mais raras, pelo seu carácter ingénuo, mas, também por isso, interessantes e únicas, neste núcleo urbano.

Por sua vez, ao nível do património integrado, para além de repetir novamente o número de inventário, de forma a fazer a ligação com o imóvel, foi efectuada a descrição do revestimento azulejar, com a classificação de cada um dos elementos que constituem a fachada e a complementam. Segue-se outra cronologia, esta respeitante ao revestimento azulejar e outros ornatos cerâmicos, tendo sempre em atenção a data provável de manufactura. Todavia, as datações propostas para os revestimentos azulejares são aproximadas - as únicas possíveis neste contexto, uma vez que as tabelas de referência são muito reduzidas e nem sequer as fachadas dos imóveis estão datadas. Assim, as datações resultam de comparações com outros padrões, em relação à técnica usada, paleta cromática, ou, por vezes, até motivos decorativos, produzidos por determinada fábrica e as restantes. Também com base em estudos científicos já efectuados sobre determinada unidade fabril e sua produção azulejar, pudemos aferir e estabelecer essas datações, ainda que na generalidade dos casos, aproximadamente.

Segue-se o número de inventário do padrão, cercadura, barra, balaustrada ou pinha, que ornamentam determinada fachada, assim permitindo a ligação ao catálogo de referência respectivo.

O número do padrão encontra justificação, uma vez mais, nos critérios adoptados no modelo de ficha original<sup>3</sup>, acima referido, sendo constituído por um código alfanumérico que revela a tipologia, o século a que pertence e o número de cinco dígitos que lhe foi atribuído. Por exemplo: P-19-00001 indica que se trata de um padrão (P) do século XIX (19) com o número 00001. As tipologias reportam-se, no caso do Barreiro,

---

<sup>3</sup> Em <http://redeazulejo.fl.ul.pt> \_ *Az Infinitum* - Sistema de Referência e Indexação de Azulejo, no item *Sobre o Projecto*, é disponibilizado um glossário, identificando os campos que possam suscitar maior dificuldade de compreensão com a explicação dos mesmos. Estes códigos tiveram por base a numeração proposta por Santos Simões para o séc. XVII, vide J. M. dos Santos SIMÕES *Azulejaria em Portugal no século XVII*, Tomo I – Tipologia, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997 [1971], aos quais foi acrescido o número referente ao século, de forma a permitir o alargamento da base a outras centúrias e tipologias. Para os restantes séculos, os códigos atribuídos têm início em 00001.

a padrão (P), barra (B), cercadura (C), e friso (F). Quanto à Ornamentação Cerâmica, foram utilizados balaustrada (Bl), estátua (Es), florão (Fl), folhagem (Fol), gárgula (Gg), globo (Gl), mísula (Ms), pinha (Pn), pináculo (Pnc), taça (Tç), urna (Ur), e vaso (Vs). Para todas estas tipologias, foi elaborada uma ficha de inventário individual, com número de inventário próprio, descrição, cronologia com base na hipotética data de produção, materiais, provável centro de fabrico e técnica [não esquecendo que é particularmente difícil distinguir entre modelo e cópia, e recorrendo sempre que possível aos catálogos das respectivas fábricas, quando sejam conhecidos]. As fichas de inventário poderão ser consultadas, cada uma delas, mais pormenorizadamente, no volume II.

Na ficha do padrão, os campos incluem a referência ao módulo, que é a composição formada por um ou mais elementos mínimos de repetição que, agrupados em diferentes posições, constituem o motivo do padrão. Por exemplo, num padrão de 2x2/1, o módulo é formado por 4 azulejos e o elemento mínimo de repetição reporta-se a 1 azulejo. Num padrão de 4x4/4, o módulo é formado por 16 azulejos e o elemento mínimo de repetição reporta-se a 4 azulejos.

Em termos de descrição dos padrões, e tal como no projecto citado, excluiu-se o termo “*centro de rotação*”, usado por Santos Simões, e definiu-se a existência de um centro, ou mais, conforme a área abrangida pelos motivos. Assim, se houver dois motivos num mesmo padrão e um deles for de dimensão muito mais reduzida, apenas se considera um centro, constituindo, o outro motivo, o elemento de ligação. Este estabelece a ligação entre os centros ou entre os elementos centrais. No caso dos padrões do Barreiro, também encontramos exemplares mais complexos, apresentando dois centros. Todavia, não registámos a presença de composições azulejares com configurações de maior envergadura.

Algumas designações do padrão têm a ver com as denominações utilizadas pela historiografia da arte, como é o caso do “*padrão de rendas*” ou “*padrão de ferradura*”.

Por último, na ficha do imóvel / integrado, foi efetuada uma apreciação sumária quanto ao estado de conservação, baseada apenas na observação *in situ* dos revestimentos azulejares e com recurso ao registo

fotográfico, para os ornatos cerâmicos colocados no remate superior dos edifícios.

Do tratamento desta informação, resultou a elaboração de quatro tipos de tabelas, ou quadros de análise sobre os imóveis. Um primeiro quadro privilegiou a análise da sua implantação face à rua. Outro atentou na estrutura formal da fachada e estado de conservação. Outro ainda apresenta a provável datação do revestimento azulejar e das aplicações cerâmicas, com o registo do tipo de revestimento da fachada principal e se foi integrado com recurso a frisos, cercaduras ou barras. E, por último, o quadro respeitante ao remate superior dos edifícios e ao tipo de ornatos cerâmicos apresentados.

O trabalho prático descrito foi articulado e complementado com uma pesquisa bibliográfica específica sobre o tema, incluindo o Arquivo Municipal do Barreiro, onde consultámos projectos de alguns imóveis [embora não existam projectos anteriores à década de 1920] e registos fotográficos efectuados pelo Gabinete Técnico Local entre 1997 e 2000. Esta pesquisa foi fundamental pois, em alguns casos, foi possível perceber a data de construção do imóvel, a sua tipologia arquitectónica, se era só destinado a habitação ou ao comércio, ou às duas coisas em simultâneo, bem como se o edifício era totalmente azulejado, se o revestimento azulejar teve obras de conservação e restauro, se foi removido ou substituído por outro idêntico.

Também através de postais de inícios do século XX pudemos ter a noção de como era a principal rua do Barreiro [Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar] nessa época. Nos mencionados postais, são visíveis alguns imóveis que se apresentam quase inalterados, embora actualmente, com o revestimento azulejar mais degradado e outros já sem a maior parte dos ornatos cerâmicos, em alguns casos substituídos por artefactos sem interesse patrimonial, sendo assim possível estabelecer um “antes” e um “depois” do edifício, ou seja, como era naquela época e agora. Também em anúncios da imprensa local, pudemos constatar a quantidade de estabelecimentos comerciais existentes no local, o que lhe permitia granjear a fama de rua mais importante do Barreiro, muito movimentada.

A estrutura da dissertação assenta em quatro capítulos, o primeiro dedicado ao Estado da Questão, sensivelmente dividido em três partes, partindo, neste caso concreto, do particular para o geral. Foi nosso objectivo atingir o melhor domínio sobre o objecto de estudo, para um mais completo e abrangente enquadramento temático. Começamos por referir obras de autores e investigadores que se dedicaram ao estudo da azulejaria e ornamentação cerâmica do século XIX, incluindo alguns nomes de referência nesta área científica, mas alargando a pesquisa aos investigadores mais recentes. Seguidamente mencionamos os autores cujas obras e estudos incidiram sobre Azulejo e Arquitectura, e sua articulação. Também mencionamos obras de carácter generalista que se referem à azulejaria de fachada, bem como obras clássicas da azulejaria em geral, assim como os catálogos originais das fábricas, ou outros publicados mais recentemente por outras instituições, caso do Museu Nacional do Azulejo, referentes a exposições organizadas naquele local.

Segue-se um segundo capítulo de enquadramento teórico, onde procuramos estabelecer a relação, de um modo genérico, entre Azulejaria e Arquitectura, abordando questões relacionadas com a forma como se articulam, valorizando o espaço, ressaltando as características do azulejo, sejam elas formais, estéticas ou estruturais, integrando-se, na maior parte das vezes, em perfeita harmonia com a Arquitectura.

Ainda neste contexto, abordamos as permanências da azulejaria de padrão dos séculos XVI e XVII, transpostas para o nível da azulejaria de fachada, com recurso à padronagem e à mesma capacidade de criação, inovação, e aplicação, em soluções de grande sentido estético e decorativo.

Procurámos fazer uma breve caracterização das fachadas azulejadas oitocentistas, de uma forma geral, lembrando que o ressurgir desta arte ocorreu, essencialmente, a partir da segunda metade do século XIX, quando um grande número de edifícios urbanos passou a exhibir ornamentação cerâmica na frontaria - a designada de “*azulejaria de fachada*”. Surgiu como um fenómeno urbano, se bem que aliado a uma corrente de gosto, a par da crescente industrialização e desenvolvimento tecnológico, em que as fachadas principais eram revestidas por azulejos

multicores, por vezes complementadas com outro tipo de artefactos cerâmicos. Os novos encomendantes passaram a ser, sobretudo, a burguesia endinheirada, convertendo as fachadas das suas casas num símbolo de riqueza e poder. São muitas vezes associadas aos “*brasileiros de torna-viagem*”, emigrantes regressados à Pátria, com fortuna, ideia esta desmistificada pela investigação recente.

A ornamentação cerâmica complementa a decoração, com o mesmo intuito de valorização do edifício e ostentação social, apresentando estátuas, vasos, urnas, pinhas, globos, balaustradas e florões cerâmicos, paralelamente à utilização das cantarias lavradas e do ferro forjado, rematando e decorando os edifícios particulares que constituíam a malha urbana de muitas cidades do país.

Em Portugal, antes da segunda metade do século XIX, as estátuas e vasos aplicados, quer em fachadas, quer em jardins, eram fabricados principalmente em pedra, existindo poucos exemplares em cerâmica, sendo estes geralmente criados para preencherem nichos, na frontaria de algumas igrejas e não como remate. Entre nós terá sido a Real Fábrica de Louça do Rato a primeira a fabricar este tipo de peças em faiança, vidradas a branco. As estátuas pretendiam, de um modo geral, transmitir uma mensagem, enquanto a aplicação dos vasos e urnas dependia muito das características da fachada, função do prédio e da existência, ou não, de platibanda / balaustrada. Com o surgir de alguns edifícios públicos sem função de habitação, tais como teatros, academias, bibliotecas, museus, e outros, utilizados pelas elites urbanas, este tipo de decoração tornou-se importante para os destacar e caracterizar. O seu uso e divulgação nas periferias poderão estar associados, mais do que o do azulejo, aos emigrantes regressados do Brasil.

O terceiro capítulo pretende retratar a Vila do Barreiro, reportando-nos às origens do seu topónimo e revendo, ainda que de forma sumária, as suas origens históricas, cuja elevação à categoria de Vila, por D. Manuel I, ocorreu em 16 de Janeiro de 1521, recebendo o nome de “*Vila Nova do Barreiro*”. Neste contexto, elencamos alguns factos significativos da sua história até meados de Oitocentos.

Em 1861, era inaugurado o Caminho-de-ferro Sul e Sueste e, em 1884, a Estação e Gare Marítima, permitindo transporte mais cómodo de pessoas e mercadorias entre as duas margens, e contribuindo para o desenvolvimento do Barreiro. A instalação do Complexo União Fabril [CUF], em 1907, foi decisiva para a transformação da antiga vila piscatória num local moderno e populoso. Algumas dessas pessoas instalaram-se no centro antigo da vila, aí edificando as suas habitações e estabelecimentos comerciais, possibilitando o crescimento da zona, que se desenvolveu, preferencialmente, ao longo de quatro ruas paralelas adjacentes à praia fluvial e outra rua, perpendicular a estas.

É precisamente nesta área que se localiza o maior número de fachadas azulejadas, noventa e seis, algumas das quais complementadas por outro tipo de ornamentação cerâmica, constituindo um valioso mostruário da azulejaria de padrão do século XIX e inícios do século XX. Apresentando grande variedade de módulos de padrão [com cerca de 70% de padrões diferentes, repartidos quase equitativamente, pelos finais do século XIX e inícios do XX] de técnicas, e cores, em composições de enorme riqueza formal e decorativa, com a presença de alguns dos mais representativos centros de produção da época. Esses revestimentos azulejares, no âmbito da azulejaria de fachada, e ornatos cerâmicos, tornam-se detentores de relevância patrimonial, pela sua singularidade de aplicação e, por vezes, pela raridade, tendo em conta a seguinte conjugação de factores, a diversidade de aplicações e sua consistência, ainda que num contexto vernacular, resultando numa solução geral de ornamentação cerâmica muito rara, precisamente pelo seu carácter ingénuo, conferindo certa unidade formal e estética, ao centro da vila e, em particular, às cinco ruas principais que o constituem.

As tipologias arquitectónicas estudadas oscilam entre três categorias: (1) a casa com rés-do-chão e andar (um ou dois), (2) a casa térrea e, muito esporadicamente, (3) a casa de fachada larga, rés-do-chão e andar nobre.

No quarto capítulo, referente à azulejaria de fachada – casos de estudo, destacamos, do conjunto de fachadas com revestimentos integrais inventariados, algumas que foram objecto de análise, segundo critérios

cronológicos de provável manufactura dos azulejos e respectivo centro de fabrico, não descurando outros factores, tais como a tipologia do imóvel e hipotética data de construção, frequência de aplicação de determinado padrão, originalidade do desenho ou, ainda, a sua vigência durante um largo período de tempo, bem como a sua relevância patrimonial, não deixando de referir os elementos complementares de integração do azulejo na arquitectura.

Decidimos seleccionar alguns imóveis, com padrões complementados por frisos, barras e cercaduras, entendidos como uma referência na produção azulejar de determinada unidade fabril, neste caso da Fábrica Roseira e da Fábrica Viúva Lamego, e identificados no sub-capítulo [4.1], tendo em conta a mesma lógica, isto é, a data provável de manufactura, tentando estabelecer nesta análise uma sequência cronológica, registando a sua aceitação local e valor patrimonial. No sub-capítulo [4.2] sobre os centros de fabrico, técnicas decorativas e influências externas, sublinhamos o predomínio da Fábrica Viúva Lamego, e da azulejaria estampilhada e, como tal, analisamos alguns imóveis com este tipo de revestimento. Também a Fábrica de Sacavém e, possivelmente, a Fábrica do Desterro estão presentes nas fachadas azulejadas deste núcleo urbano, com alguns exemplos estampados e semi-relevados, sobretudo da Fábrica de Sacavém. Em qualquer dos casos, fomos mencionando e destacando, sempre que oportuno, as influências estrangeiras ao nível da produção, acentuando o seu cariz português.

Alguns exemplos mais significativos e *sui generis* de ornatos cerâmicos identificados foram objecto de análise no sub-capítulo Ornamentação Cerâmica Complementar [4.3]. O recurso a platibandas e balaustradas, coroadas por pinhas, vasos, urnas e estátuas alegóricas, era também recorrente, complementando assim as fachadas azulejadas. Verificámos, nesta análise, que predominam sobretudo exemplares de fábricas lisboetas, quer a nível do azulejo quer de outros ornatos cerâmicos, o que pode ser explicado pela proximidade geográfica. Contudo, pudemos registar uma presença apreciável de exemplos do Norte do país, nomeadamente da Fábrica Cerâmica das Devesas, sobretudo ao nível da estatuária.

Ao longo da execução do trabalho, fomos listando as várias fontes e bibliografia consultadas e compilando os dois anexos, o apêndice fotográfico e o já referido catálogo [volume II / tabelas | fichas de inventário] contendo, cento e cinco fichas referentes ao imóvel integrado, setenta fichas sobre padrões, trinta e sete respeitantes a frisos, outras trinta e sete sobre barras e treze sobre cercaduras. Ainda sete fichas relacionadas com painéis figurativos e sessenta e duas reportando-se à ornamentação cerâmica, num total de trezentos e trinta e uma fichas. Decidimos incluir ao longo do trabalho as legendas das imagens, entre parêntesis rectos, presentes no anexo fotográfico, na eventualidade de uma futura publicação.

Por fim, elaborámos a Conclusão, ou seja algumas considerações sobre a azulejaria de fachada no Barreiro e outra ornamentação cerâmica, procurando, com este trabalho, dar a conhecê-la, valorizá-la e tentar a sua salvaguarda. Numa perspectiva mais abrangente, pretendemos que este trabalho monográfico possa, de algum modo, influir nesse sentido, bem como ser mais um contributo no estudo da azulejaria de fachada do século XIX e ornamentação cerâmica complementar, permitindo a sua catalogação e estudo mais aprofundados.

## 1. ESTADO DA QUESTÃO

O fenómeno da azulejaria de fachada no século XIX e ornamentação cerâmica complementar<sup>4</sup>, objecto deste nosso estudo, tem suscitado interesse crescente por parte de alguns estudiosos na área da azulejaria, embora os estudos científicos aprofundados sobre esta temática sejam

---

<sup>4</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*, (...), 2009, p. 1, refere que “ (...) A ornamentação cerâmica na arquitectura é geralmente associada à azulejaria, quando pode ir muito além desta forma de arte, dependendo das épocas. (...)” IDEM, *Ibidem*, p. 125, alerta para o facto da utilização de outro tipo de artefactos cerâmicos, sobretudo no remate ou coroamento de fachadas urbanas, ser mais tardio, e de alguns tipos de ornamentação cerâmica serem específicos da arquitectura portuguesa do Romantismo, não aparecendo anteriormente. Os estudos sobre este tipo de ornatos cerâmicos na arquitectura, também não têm sido “(...) suficientemente vastos e aprofundados (...)”.

escassos. É difícil perceber que razões podem estar na origem deste menor investimento na azulejaria de fachada, pois outras áreas da História do Azulejo têm merecido uma muito maior atenção. Permanentemente à vista de quem passeie por tantas cidades do país, estas “*paredes de loiça*” parecem ter-se tornado indiferentes ao olhar de quem vive e habita nestes espaços urbanos. Na verdade, e de uma forma geral, o azulejo tornou-se familiar, fazendo parte do quotidiano português.

Apenas recentemente, temos vindo a assistir a um gradual interesse pelo estudo da azulejaria, primeiro com obras de síntese e depois monográficas, considerada como marca inconfundível de portugalidade, pela sua originalidade, actualidade e longevidade<sup>5</sup>. Assim no âmbito da investigação e dos estudos científicos mais recentes, destacamos a dissertação de Doutoramento em História da Arte em Portugal, apresentada em 2009, à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, intitulada *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. Da autoria de Ana Margarida Portela Domingues, reflecte um amplo e minucioso estudo sobre a azulejaria de fachada, desmistificando alguns mitos relacionados com o surgimento da azulejaria de fachada em Portugal e as casas dos “*brasileiros de torna-viagem*”<sup>6</sup>. A autora debruça-

---

<sup>5</sup> A sua originalidade residiu na capacidade de adaptação e evolução, desde o século XVI, na variedade de invenção e criação dos nossos mestres, tendo em conta o estilo e espírito das diferentes épocas, concretizando-se através da técnica, numa visão monumental da sua aplicação.

<sup>6</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*, (...), 2009, p. 22, no subcapítulo 2.2, “As teses de Santos Simões relativamente ao surgimento da azulejaria de fachada em Portugal” e na p. 37, no sub-capítulo 2.2.4, “A alegada influência brasileira na generalização da azulejaria de fachada em Portugal”. Um dos mitos relacionados com a azulejaria de fachada e que tem persistido ao longo da História do Azulejo, repetida por quase todos os estudiosos e investigadores, tem a ver com o facto de atribuírem ao Brasil um papel preponderante no desenvolvimento da azulejaria de fachada em Portugal. Vide José MECO, *O Azulejo em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 242.

Este autor menciona esse facto, referindo Santos Simões, que afirmava que o Brasil devido às suas condições atmosféricas teria razões suficientes para consumir este tipo de azulejos, como material protector num ambiente adverso. Cita também a opinião contrária de historiadores brasileiros como Dora Alcântara, afirmando que o azulejo nunca deixou de ser utilizado em Portugal, durante a primeira metade do século XIX, aceitando contudo, que possa ter sido no Brasil que esta utilização foi incrementada, por ser prática corrente azulejar, exteriormente, edifícios religiosos

se sobre o estudo dos ornatos cerâmicos<sup>7</sup>, que por vezes complementam a decoração de fachadas azulejadas ou não, em comparações com o Brasil<sup>8</sup>, em termos de técnica e estética. Tendo em conta fenómenos sociais e a prevalência em determinadas regiões, analisa a disposição destes elementos decorativos nas fachadas. Faz uma incursão mais exaustiva sobre a história das fábricas da região do Porto / Vila Nova de Gaia e, mais resumida, sobre outras unidades fabris lisboetas, que produziram estes artefactos, analisando-os estilisticamente e salientando as características que mais aproximavam ou afastavam estes centros de fabrico. Este estudo, que, de certa forma, constituiu a base da presente investigação, forneceu-nos elementos fundamentais para a compreensão do fenómeno da azulejaria de fachada e ornamentação cerâmica complementar, em meados de Oitocentos e inícios de Novecentos.

Ainda no âmbito das dissertações, verificamos existir uma tese de Mestrado em Museologia, apresentada em 2009 à Faculdade de Letras da

---

com azulejos brancos. Outro mito reporta-se à introdução do gosto em revestir fachadas com azulejos e outros artefactos cerâmicos em Portugal, recorrentemente atribuído aos chamados “*brasileiros de torna-viagem*”, emigrantes regressados à Pátria, com fortuna, e por ser tradição no Brasil, desde o século anterior. Esse gosto de azulejar as frontarias em Portugal foi, por vezes, levado ao exagero passando os edifícios a ser pejorativamente designados de “*casas de brasileiro*”, “*casas de azulejo*” ou “*casas de penico*”, o que conduziu à associação entre a azulejaria de fachada e o mau gosto resultante do novo-riquismo, sendo ridicularizados em obras literárias de autores da época. Vide Camilo Castelo BRANCO, *Eusébio Macário*, Sacavém, Polimpresso, 1987, p. 64 e *O Senhor do Paço de Ninães*, 8ª edição, Lisboa, 1966, pp. 23-24 e Júlio DINIS, *A Morgadinha dos Canaviais*, 3ª edição, s.l., Editora Ulisseia, 1992, p. 164.

<sup>7</sup> Muitas fachadas, para além do revestimento azulejar, ostentam outro tipo de artefactos cerâmicos complementares, tais como estátuas, vasos, urnas, pinhas, globos, balaustradas e florões cerâmicos. No entanto, nem sempre o revestimento azulejar coexistiu com a outra ornamentação cerâmica, isto porque certa tipologia de imóveis se coaduna com a aplicação desse tipo de artefactos e não com o revestimento em azulejos. Em Portugal, as estátuas e vasos tanto poderiam ser aplicados em fachadas como em jardins, embora subsistindo esta utilização, e sendo a pedra o material em que eram muitas vezes fabricados.

<sup>8</sup> Vide Daniela PICCININI, *O azulejo na arquitectura do século XX: Portugal – Brasil*. Tese de Mestrado em Design (Design de Produção industrial) orientada pela Prof. Doutora Maria Helena Souto, Escola Superior de Design, Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing, Lisboa, 2009, onde estabelece o contraponto entre azulejaria de fachada em Portugal e no Brasil.

Universidade do Porto, sobre *A cerâmica ornamental na arquitectura da cidade de Espinho: o azulejo e a estatuária*. Da autoria de Tiago Manuel Gomes de Castro, este estudo aborda questões de âmbito mais generalista e recorrentes da azulejaria de fachada. Como base do estudo desenvolvido, procede a um levantamento, através de fichas de inventário, de todos os edifícios azulejados e com artefactos cerâmicos existentes na localidade, elencando algumas medidas preventivas com o intuito de alertar a comunidade em geral para a salvaguarda e preservação deste património histórico e artístico.

No campo dos estudos científicos relacionados com a vertente da conservação e restauro, são de referir os contributos de Isabel Moura Ferreira, com a tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, sobre *Revestimentos azulejares oitocentistas de fachada em Ovar. Contributos para uma metodologia de conservação e restauro*, apresentada em 2008 à Universidade de Évora; e de Luís Mariz de Matos Ferreira, *O Azulejo na arquitectura da cidade do Porto [1850-1920] - Caracterização e Intervenção*. Esta tese de Doutoramento, apresentada em 2009 à Universidade do País Vasco, aponta uma série de procedimentos fundamentais a ter em conta aquando da intervenção em revestimentos azulejares, localizados em centros históricos, entendido o azulejo como elemento identificador da malha urbana, desde meados do século XIX a inícios do século XX. Analisa as técnicas de produção das fábricas situadas na foz do rio Douro, imbuídas no seu contexto histórico, como factores determinantes no comportamento dos revestimentos azulejares, face às exigências ambientais e humanas. Outro estudo com preocupações similares, em relação à conservação e salvaguarda do património azulejar, é da autoria de Patrícia Sarrico, *Percurso do azulejo de fachada de Aveiro: dinâmicas para a sua salvaguarda*. Tese de Mestrado em Museologia e Património Cultural, apresentada em 2009, à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em que a autora contextualiza o surgimento da azulejaria de fachada em Aveiro e a sua afirmação na cidade, dando a conhecer o Plano de Preservação e Salvaguarda do Azulejo de Aveiro, e as medidas de salvaguarda, promoção e revitalização do património azulejar de Aveiro.

Ainda sobre o tema da azulejaria de fachada nos séculos XIX e XX, é de referir a tese de Mestrado de Alexandre Fernando Medeiros Guerra, intitulada *O Azulejo de fachada na freguesia de Santo Ildefonso – séculos XIX e XX*, apresentada em 2010, à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Aborda genericamente a temática da azulejaria portuguesa, e, em concreto, da azulejaria portuense, analisando os centros de produção, fixando-se na freguesia em estudo, e procedendo à análise dos conjuntos azulejares residentes, às técnicas e estilos, iconografia e autorias. Alerta também para as problemáticas da memória e da preservação, mencionando algumas políticas de preservação e protecção existentes, salientando, contudo, as condicionantes que envolvem esta arte.

As obras monográficas de carácter local ou regional sobre azulejaria de fachada<sup>9</sup> são escassas, mas não poderíamos deixar de destacar o contributo de A.J. Barros Veloso e Isabel Almasqué, *Azulejos de fachada em Lisboa*, 1989, onde é apresentado um resumo histórico da azulejaria portuguesa até ao início do século XIX, seguindo-se uma breve incursão pela História do azulejo na cidade de Lisboa. Segundo os autores, o azulejo de fachada seria adoptado na cidade a partir da década de 1850, generalizando-se posteriormente a sua aplicação. Mencionam o facto de, depois dos anos de 1920, os azulejos de fachada quase terem desaparecido dos edifícios que vinham sendo construídos em Lisboa, referindo uma postura camarária<sup>10</sup>, publicada cerca de 1920, que proibia o

---

<sup>9</sup> Vide prefácio de Paulo HENRIQUES, “Um século de azulejaria de fachada em Aveiro”, *Paredes Coloridas*, 1ª edição, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 2001, pp. 9-19.

<sup>10</sup> Vide A. J. Barros VELOSO, Isabel ALMASQUÉ, *Azulejos de Fachada em Lisboa*, Lisboa, Edição da Câmara Municipal de Lisboa, 1989, p. 25. Referenciam a opinião dos operários das fábricas de azulejo, fundamentando a publicação da referida postura, em que afirmavam terem sido as Corporações de Bombeiros que pressionaram a Câmara nesse sentido, uma vez que os azulejos se poderiam desprender, colocando os transeuntes em perigo ao deslocarem-se na via pública. Contudo, uma pesquisa efectuada pelos autores junto dos Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, não permitiu confirmar a existência desta postura. Também José Carlos LOUREIRO, *O Azulejo. Possibilidades da sua reintegração na Arquitectura Portuguesa*, refere-se à dita postura mas sem mencionar as razões que levaram à sua aprovação, afirmando “(...) *O uso do azulejo decaiu novamente nos começos do século XX. Em Lisboa ele não existe praticamente nas fachadas desde 1918-20 até 1947-48 e uma postura que em 1962, ainda não estava revogada*

uso da aplicação de azulejos de fachada em Lisboa. Caracterizam os azulejos, identificando fábricas, técnicas e padrões, localizando-os na malha urbana. Refira-se também o contributo de Teresa Saporiti, na obra *Azulejos de Lisboa do século XX*, editada em 1992, em que salienta as características deste material cerâmico, destacando a paleta de cores, com predomínio dos tons claros que, aliados à luminosidade de Lisboa, conferem-lhe uma tonalidade particular, diferente de todas as outras cidades. A harmoniosa integração na paisagem urbana resulta ainda, da relação entre escala do desenho do padrão e a superfície que vai revestir, assim como das quadrículas, simultaneamente paralelas e perpendiculares, que originam uma malha de forte dinamismo estético. Destaca o papel dos frisos, cercaduras e barras, que permitem integrar o azulejo na arquitectura, assumindo o seu valor estético, mas também estrutural. Esta solução de demarcação dos vãos e acidentes da fachada, foi muito utilizada no revestimento azulejar de edifícios lisboetas, nem sempre sucedendo o mesmo noutros locais do país, atribuindo ao azulejo um fim mais utilitário e decorativo. Por vezes, algumas fábricas faziam acompanhar determinado padrão de frisos ou cercaduras próprios, que acabariam por vir a ser aplicados com padrões diferentes, em perfeita sintonia. Aponta para o facto de os azulejos se distribuírem em Lisboa de uma forma muito irregular, tanto em quantidade como variedade. O capítulo seguinte é reservado à evolução do azulejo, seguindo-se o surgimento dos estilos Arte Nova e Arte Déco. Destaca os trabalhos de autores conhecidos, os azulejos do Metropolitano, padrões de produção industrial, azulejos de figura avulsa, terminando com um apontamento sobre as fábricas que, à data daquela publicação, ainda laboravam e produziam azulejos, tanto para consumo interno como para exportação.

Seguindo a mesma linha, outro livro da mesma autora, *Azulejos Portugueses - Padrões do século XX*, publicado em 1998, versa sobre os

---

*chega a proibir o seu uso. (...)” e Rafael Salinas CALADO, *Azulejo - 5 Séculos do Azulejo em Portugal*, relaciona o desuso em que caiu este material cerâmico, com medidas proteccionistas em relação a outros materiais de construção, como o mármore, mosaico de vidro e mosaico hidráulico, não se referindo em concreto a tal postura.*

padrões mais comumente utilizados no período em questão de produção semi-industrial e industrial.

O estudo de Sandra Araújo de Amorim, *Azulejaria de fachada na Povoia de Varzim (1850-1950)*, de 1996, começa por referir a evolução do azulejo nos séculos XIX e XX, reportando-se às novas técnicas de fabrico, e aos novos estilos do início do século XX. Estabelece a ligação entre as fábricas, padrões e técnicas que produziram para caracterizar a fisionomia da cidade, sem esquecer os elementos complementares de integração do padrão na arquitectura, tais como frisos, barras cercaduras e mais raramente cartelas datadas. Aborda sucintamente o estilo Arte Nova e as suas características, dando a conhecer os vários exemplos existentes na localidade, não descurando os painéis revivalistas de gosto eclético, a azulejaria historicista e nacionalista, procedendo de igual modo para o estilo *Arte Déco*.

O contributo do estudo de Margarida Gouveia, com *Paredes de louça: azulejos de fachada das Caldas da Rainha*, Caldas da Rainha, 1993, e prefácio de Lucília Verdelho da Costa, estabelece a relação entre azulejaria e arquitectura oitocentista, alertando para a tipologia arquitectónica<sup>11</sup> herdada do século XVIII e que se manteve, onde foram aplicados os revestimentos azulejares. Analisa o tipo de padrões utilizados, em termos de desenho, cores e impacto visual na malha urbana, sem descurar a análise dos elementos complementares de decoração e integração do padrão na fachada, como as cercaduras, as barras, e frisos.

Podemos referir outra obra monográfica com o mesmo carácter local e regional de autoria de Isabel Pires e Rosário Salema de Carvalho, com coordenação de Alexandra Gago da Câmara, *O Património Azulejar do Concelho do Montijo*, editada em 2008. Para este estudo, foi efectuado um registo fotográfico exaustivo e a elaboração de fichas de inventários de todos os exemplares existentes no concelho, contendo azulejaria desde o século XVI à actualidade. Após uma prévia contextualização histórica de cada um dos séculos em análise, foram seleccionados os revestimentos

---

<sup>11</sup> Casarões simples de dois ou três pisos, com vãos de vergas rectas, repetindo-se num ritmo uniforme. O rés-do-chão é, na maior parte dos casos, destinado a lojas.

azulejares *in situ* mais representativos de cada uma das épocas, e cartograficamente identificados nas respectivas freguesias do concelho.

Em relação aos concelhos do Barreiro e Moita, não se encontraram referências bibliográficas, relativas aos imóveis azulejados, objecto do nosso estudo, excepto um artigo da autoria de Glória Bastos sobre azulejaria no Barreiro<sup>12</sup>, publicado numa revista local de 1990, intitulado “*Azulejos do Barreiro*”. A autora destaca os factores de desenvolvimento do Barreiro, incrementados pela instalação do Caminho-de-ferro<sup>13</sup>, que, permitindo uma maior, mais rápida e eficaz circulação de pessoas e bens, iria possibilitar o crescimento urbano, económico e social dos habitantes locais. A proximidade de Lisboa<sup>14</sup>, onde laboravam algumas das fábricas mais representativas desta época, permitiu à azulejaria deste concelho acompanhar as técnicas que eram utilizadas, maioritariamente de estampilha e estampagem. Remete para as origens ancestrais patentes nos desenhos de alguns padrões aplicados, com o retomar de motivos do século XVI, sobretudo de modelos enxaquetados, hispano-mouriscos e “*ponta de diamante*”. Em contraponto, revela outra fonte de inspiração mais contemporânea, baseada na Arte Nova<sup>15</sup> e Arte Déco<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup> Glória BASTOS, Carlos de MATOS (colab.), “Azulejos do Barreiro”, *Um olhar sobre o Barreiro*, II Série, n.º 3, Junho de 1990, pp. 9-13

<sup>13</sup> O Caminho-de-ferro abriu à circulação no dia 1 de Fevereiro de 1861.

<sup>14</sup> Em Lisboa, situavam-se algumas das fábricas mais importantes, tais como: Constância (1836), Sacavém, (1850), Viúva Lamego (1849 com início da produção azulejar em 1863), Santana (1860) e Desterro (1889). *Vide* José QUEIRÓS, *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. (...), 3ª edição, Lisboa, p. 81-90, e Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*, (...), 2009, pp. 304 e 310, para as fábricas Constância e Viúva Lamego.

<sup>15</sup> *Vide* Manuel RIO-CARVALHO, “Arte Nova”, *História da Arte em Portugal: Do romantismo ao fim do século*, vol. 11, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp.154-155, e A. J. Barros VELOSO, Isabel ALMASQUÉ, *O azulejo português e a Arte Nova*, Lisboa, Coleções História da Arte, Edições Inapa, 2000.

O estilo Arte Nova surgiu em Inglaterra [*Modern Style*] em finais do século XIX, reagindo contra a civilização industrial, numa tentativa de renovação das artes decorativas; menos conseguido a nível da arquitectura, procurando ultrapassar os revivalismos e tentando aplicar novos materiais e técnicas, em peças actuais, mas imitando as de épocas passadas.

No nosso país, a Arte Nova, desenvolveu-se nas duas primeiras décadas do século XX, traduzindo-se numa interpretação nacional do estilo francês. Vai ocupar espaços delimitados nas fachadas, através de *devantures* (fachadas de lojas

Em relação à aplicação da azulejaria à arquitectura, merecem especial destaque duas obras. Uma, da autoria de José Carlos Loureiro, *O Azulejo. Possibilidades da sua reintegração na Arquitectura Portuguesa*, 1962, em que o autor salienta a inegável relação entre azulejo e o meio geográfico em que persiste. Refere o azulejo utilizado, não como mera decoração de fachadas, mas como material de construção, com óptimas qualidades para responder às adversidades climáticas a que está sujeito, não descurando simultaneamente os resultados plásticos, que não podem ser alheios à obra de arte que é a arquitectura<sup>17</sup>. A ausência de convenções de longa data, permitiu aos artífices a capacidade de inovar, tanto na concepção de novos modelos, como na forma de aplicá-los, inserindo-se harmoniosamente na organização da fachada. Esta integração

---

independentes adaptadas à fachada de um edifício), frisos, cercaduras, barras, frontões etc., ou no interior de estabelecimentos comerciais, como leitarias ou padarias. Os azulejos com motivos coloridos ao gosto do espírito cosmopolita e mundano da época, representam elementos da fauna e flora, bem como a figura feminina, através de linhas sinuosas e formas curvas.

José António Jorge Pinto, foi um dos principais pintores ligados à estética Arte Nova, trabalhou na Fábrica Constância e na de Campolide. As fábricas de Sacavém e do Desterro produziram alguns azulejos semi-relevados, esmaltados, quase sempre monocromáticos, mas dentro do espírito Arte Nova. Vide A. J. Barros VELOSO, Isabel ALMASQUÉ, *O azulejo português e a Arte Nova*, Lisboa, Coleções História da Arte, Edições Inapa, 2000, p. 59.

<sup>16</sup> O movimento *Arte Déco* caracterizou-se pela geometrização e depuração das formas e dos motivos, apresentando um carácter racional, atendendo às modificações de gosto resultantes da Primeira Grande Guerra, e da reacção estética à Arte Nova. Desenvolveu-se cerca de 1920 e manteve-se até 1940, em Portugal. Teresa SAPORITI, *Azulejos de Lisboa do século XX*, (...), 1992, p. 105, refere os elementos caracterizadores deste estilo, “(...) as linhas tornam-se planas, a figuração é quase inexistente, combinando-se azulejos lisos e cortados com outros desenhados. (...)” Este tipo de azulejos foi sobretudo utilizado em entradas ou lojas, muitos deles segundo a técnica da pintura aerografada, que permite simular relevo, por vezes ondulado, de grande efeito decorativo. A Fábrica de Sacavém (1850) produziu azulejos deste tipo e com esta técnica, e a Fábrica Lusitânia (1890) produziu sobretudo azulejos lisos, e outros relevados segundo a técnica de tubagem. *Op. Cit.* p. 105. Vide A. J. Barros VELOSO, Isabel ALMASQUÉ, *O azulejo português e a Arte Nova*, Lisboa, Coleções História da Arte, Edições Inapa, 2000, p. 62 e José MECO, *Azulejaria Portuguesa*, Amadora, Coleção Património Português, Bertrand Editora, 1985, p. 84.

<sup>17</sup> O azulejo caracteriza fortemente a fisionomia dos edifícios, e zonas urbanas das nossas cidades e vilas. Esse gosto pela utilização e aplicação de materiais cerâmicos de revestimento persistiu, na Península Ibérica durante séculos, como eventual resquício da presença árabe.

total, de modo a que o azulejo não sofra mutações no seu desenho, marcando os vãos, com rigor absoluto na compartimentação vertical / horizontal, confere ao azulejo mais do que um papel funcional e utilitário<sup>18</sup>, mas também decorativo e estrutural. O azulejo, através do padrão, estrutura a fachada, relacionando entre si todos os elementos constituintes da mesma, corrigindo ou alterando, por vezes, a expressão de determinado edifício. A relação entre escala do padrão e superfície que vai “vestir”, é de suma importância nesta dialéctica entre azulejo e arquitectura.

A outra obra, da autoria de Luís Pinto Fernandes, *Azulejo e arquitectura - Ensaio de um arquitecto*, editada em 1994, ao analisar vários exemplos de aplicação azulejar de acordo com a época, salienta as suas características, averiguando a relação entre azulejo e integração arquitectónica. Em Portugal, no que respeita ao século XIX, começou-se a utilizar a azulejaria para revestir fachadas, produzindo-se azulejos diversificados, em áreas, espessuras e acabamentos, segundo métodos de fabrico e técnicas importadas, respondendo às necessidades de um público heterogéneo. O autor relembra que as diversas fases da utilização dos padrões semi-industriais ou industriais foram acompanhadas por uma produção individualizada, que surgiu como reacção ao utilitarismo do azulejo em série. Para inícios do século XX, procede à distinção entre azulejo adaptado<sup>19</sup> e azulejo integrado na arquitectura, referindo que as aplicações mais correntes no primeiro terço do século XX eram efectuadas em *silhares*<sup>20</sup> de paredes interiores ou exteriores, em revestimentos total de

---

<sup>18</sup> Vide José Carlos LOUREIRO, *O Azulejo. Possibilidades da sua reintegração na Arquitectura Portuguesa*, Porto, 1962, p. 62: “(...) Basta um desenho mais ou menos correcto e um cromatismo vibrante para tornar muitos edifícios únicos e inconfundíveis. A alguns o azulejo confere extrema riqueza plástica, semelhante a uma pintura mural abstracta, (...)”.

<sup>19</sup> Fazendo parte do primeiro os recobrimentos parciais, com painéis figurativos, alegóricos ou publicitários, utilizados como decoração cenográfica, adaptados, por vezes, a edifícios de outras épocas.

<sup>20</sup> Vide Teresa CAMPOS (coord.), *Normas de Inventário Artes Plásticas e Artes Decorativas – Cerâmica*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, 2007, p. 84, em que “silhar” designa um painel de azulejos para revestimento parietal, ocupando uma superfície que vai desde o chão até meio da parede. Os silhares ajudam a enraizar o azulejo no gosto popular.

fachadas e em *forro*<sup>21</sup> de áreas delimitadas, acentuando a morfologia dos edifícios, sendo este último, sob o ponto de vista arquitectónico, embora o mais discreto, o revestimento mais representativo da época. Neste tipo de revestimentos de pequenas áreas bem definidas na fachada, vão imperar os motivos Arte Nova e Arte Déco.

Neste contexto entre azulejo e arquitectura, destacamos dois artigos de Rafael Calado, “Características do Azulejo em Portugal”<sup>22</sup>, e “Azulejos de Rua”<sup>23</sup>, em que o autor coloca a tónica na forma, tendo em conta a plasticidade da argila, que serve de suporte a inúmeras decorações e pinturas, afirmando que o azulejo, ao contrário de outros exemplares cerâmicos que saem terminados do forno, só se realiza depois de ser aplicado nos espaços para os quais foi idealizado. O azulejo não pode ser entendido isoladamente mas em conjuntos integrados, de inigualável imaginação e fantasia, o que em Portugal, originou a que a luz passasse a ser matéria da própria arquitectura. O mesmo autor salienta as suas características de integração arquitectónica, alertando para o facto de poderem ser encarados como “*uma arma de dois gumes*”<sup>24</sup>, pois tanto podem valorizar e definir o património construído, como podem tornar-se desajustados e mal utilizados, desvirtualizando-o. Este fenómeno é notório tanto pela parte de quem os produz, como de quem os consome. Deste modo, se o azulejo se realiza e é avaliado dependendo da forma como se integra nos espaços arquitectónicos, também estes ficam totalmente dependentes do azulejo que os revestiu.

A partir de meados de Oitocentos, verificou-se o azulejamento de extensas frentes urbanas, em edifícios projectados em banda, em locais considerados nobres ou em zonas de expansão ou renovação oitocentista, caracterizando-se por ser uma arquitectura funcional, confundida com os

---

<sup>21</sup> Revestimento integrado de pequenas áreas, faixas, platibandas, com motivos Arte Nova, com ramagens e volutas de cores vivas e Arte Déco, com formas geométricas de cores diluídas, e de cariz europeu.

<sup>22</sup> Vide Rafael CALADO, (...), *O revestimento cerâmico na arquitectura em Portugal*, Lisboa, Estar Editora, 1998, pp. 7-15.

<sup>23</sup> IDEM, Revista *Oceanos*, nº 36/37, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1998/1999, pp. 235-239.

<sup>24</sup> Vide Rafael CALADO, (...), *O revestimento cerâmico na arquitectura em Portugal*, Lisboa, Estar Editora, 1998, p. 12.

chamados prédios de rendimento. Trata-se de uma arquitectura vernacular “de construção corrente”, geralmente sem arquitecto.

Para compreendermos as tipologias arquitectónicas com que nos deparámos, ao inventariar as inúmeras fachadas azulejadas dos núcleos urbanos dos concelhos do Barreiro e Moita, recorreremos à obra de Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*<sup>25</sup>, 1992, onde os autores procedem a um agrupamento das habitações por categorias<sup>26</sup>, sem deixar de referenciar os vários factores<sup>27</sup> semelhantes e diferenciadores, que intervieram na sua edificação. Reforçando a ideia, contudo, que esta distinção elementar e expressiva entre estas categorias de edifícios, corresponde a diferenças de estatuto social e económico.

Ainda e concretamente sobre a azulejaria de fachada do século XIX, são de destacar os contributos renovados da autoria A. J. Barros Veloso e Isabel Almasqué, no livro *Azulejaria de exterior em Portugal*, editado em 1991, de âmbito mais alargado que o supracitado, procurando enunciar os exemplos mais significativos da azulejaria de fachada dispersos pelo nosso país.

De um dos mais conceituados historiadores de arte e investigadores

---

<sup>25</sup> Vide Ernesto Veiga de OLIVEIRA, Fernando GALHANO, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.

<sup>26</sup> Em relação ao nosso objecto de estudo, fachadas azulejadas de Barreiro, verificámos que predomina a habitação ou a casa de rés-do-chão e andar (um ou dois), a casa térrea e, muito esporadicamente, a casa de fachada larga, rés-do-chão e andar nobre, semelhante ao solar rural. Aquelas duas categorias sucedem-se umas às outras ininterruptamente, ao longo das ruas, com predomínio numérico decisivo e caracterizador do núcleo urbano. O outro tipo de habitação com rés-do-chão e andar nobre, numerosas portas e janelas, algumas com janelas de sacada, desenvolvendo-se na horizontal, é raro, por vezes surge isolado, ou formando gaveto, individualizado no meio das outras habitações e em contraste marcado com elas. No caso da habitação formada por rés-do-chão e andar (um ou dois), a casa estreita e alta constitui por vezes um tipo híbrido funcional de residência familiar e estabelecimento comercial, estritamente utilitário, de acordo com as necessidades profissionais e a mentalidade dos seus habitantes, que tinha, as suas lojas, armazéns ou oficinas, no rés-do-chão. A casa de apenas rés-do-chão era destinada só ao comércio ou só a habitação.

<sup>27</sup> A casa é sempre o produto de uma multiplicidade de factores inter-relacionados, reflectindo condições naturais, históricas, técnicas, estrutura económica e social, profissões, conceitos de família, gostos, mentalidade e até certos sentimentos de grupo, das pessoas que as constroem e habitam.

da azulejaria em Portugal, João Miguel dos Santos Simões, foi reunida por Vítor Sousa Lopes, uma compilação de artigos e textos escritos em diferentes datas e eventos, intitulada *Estudos de Azulejaria*<sup>28</sup>. Enaltecendo as qualidades estéticas e técnicas do azulejo, ao longo dos cinco séculos de existência, destaca a sua utilização como uma mais-valia, como característica de portugalidade, pela sua originalidade, capacidade de inovar e de criar sem copiar. Num dos artigos, designado “Azulejos”<sup>29</sup>, menciona o papel da Brigada de Estudos de Azulejaria, criada pela Fundação Calouste Gulbenkian, e do Museu Nacional do Azulejo, este como extensão e dependência do Museu Nacional de Arte Antiga, na tentativa de salvaguarda e valorização deste património cultural, procurando consciencializar e despertar o interesse do público em geral e das entidades oficiais. Num outro artigo, intitulado “Azulejaria Romântica”<sup>30</sup>, Santos Simões trata especificamente a azulejaria do nosso país no contexto do século XIX<sup>31</sup>, fazendo o contraponto com os revestimentos azulejares que, à época, proliferavam no Brasil, provenientes da Inglaterra, França e Holanda, numa “*democratização utilitária*”. Este autor atribui a implementação do gosto em azulejar fachadas no nosso país, aos brasileiros regressados do Brasil, por na colónia ser habitual e frequente desde o século XVII, contribuindo para sustentar os denominados “mitos” sobre a azulejaria de fachada, por nós já assinalados. Refere a industrialização das artesanias, com a adopção de novos métodos e técnicas de fabrico importados, elencando as fábricas de Lisboa e Porto

---

<sup>28</sup> Vide João Miguel dos Santos SIMÕES, *Estudos de Azulejaria*, recolha de textos, organização, apresentação, notas e bibliografia de Vítor Sousa Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001.

<sup>29</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 233. Este artigo foi publicado no jornal *Diário de Notícias*, de Lisboa, em 29 de Abril de 1961.

<sup>30</sup> Vide J. M. dos Santos SIMÕES, (...), *Estética do Romantismo em Portugal*, Lisboa, Grémio Literário, 1974, pp. 229-234.

<sup>31</sup> Perante as inúmeras convulsões sociais e políticas, nas primeiras três ou quatro décadas do século XIX e por falta de clientela, a produção de azulejo estava condenada a desaparecer. As invasões francesas (1807/9/10), a extinção das ordens religiosas (1834) e as lutas absolutistas e liberais (1832-34), paralisaram a construção nacional durante este período de tempo, não havendo, do ponto de vista arquitectónico, aplicações de azulejo em Portugal. Vide J. M. dos Santos SIMÕES, “Azulejaria Romântica”, *Estética do Romantismo em Portugal*, Lisboa, Grémio Literário, 1974, p. 230.

que foram revitalizadas e outras que surgiram a partir de meados de Oitocentos<sup>32</sup>. Também Vítor Sousa Lopes publica uma obra intitulada *Testemunhos nas paredes: ensaios de azulejaria*<sup>33</sup>, em 2001, dividida em duas partes, uma primeira parte resultante da reunião de vários artigos escritos para diversos jornais diários e revistas de História, ou de algum modo relacionadas com os temas de História da Arte, dirigidos essencialmente ao grande público. O autor retrata, ao longo dos vários textos, os principais momentos da sequência cronológica da historiografia do azulejo. Na segunda parte, apresenta um conjunto de artigos monográficos, escritos para a revista *História* sobre vários monumentos e conjuntos arquitectónicos, dispersos pelo nosso país, com revestimentos azulejares. Estes textos eram a base de muitas fichas analíticas que o autor vinha compilando desde 1984, no âmbito de um projecto de catalogação da azulejaria portuguesa que, pela sua originalidade e importância, considerava importante preservar.

Sobre a azulejaria de fachada, há a destacar, também, o contributo

---

<sup>32</sup> A reanimação da indústria cerâmica a partir do segundo terço do século XIX tem sido atribuída, ao mercado brasileiro, *Op. Cit*, p. 230, devido ao primeiro tratado de comércio entre Portugal e o Brasil em 1834, no qual constaria uma cláusula preferencial para a louça e azulejo, que se haveriam de comprar em Portugal, fora de toda a possibilidade de concorrência. Este facto tem vindo a ser repetido por inúmeros estudiosos, que lhe sucederam no estudo da azulejaria, e em particular na azulejaria do século XIX, salvo raras excepções. Segundo pudemos apurar este tratado nunca existiu, de facto não é referido no estudo científico de Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*, (...), 2009, nem de Sandra Araújo de AMORIM, *Azulejaria de fachada na Povoia de Varzim (1850-1950)*, (...) 1996, p. 26, alertando já para a incorrecção deste facto. Também José Manuel Lopes CORDEIRO, “As fábricas portuenses e a produção de azulejo de fachada (séculos XIX-XX)”, *Azulejos no Porto*, Catálogo da exposição no Mercado Ferreira Borges, Porto, 1996-97, refere a prudência que deverá ser tida em conta, ao atribuir-se ao mercado brasileiro, a influência decisiva para a reafirmação da indústria portuguesa. Segundo o que apurámos, existiu um tratado de comércio e navegação, celebrado entre a Rainha Senhora D. Maria II e D. Pedro II, Imperador do Brasil, datado de 19 de Maio de 1836, ratificando um anterior, celebrado em 29 de Agosto de 1825. *Vide Colecção dos tratados, convenções, contratos e actos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até ao presente*. Compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de CASTRO, tomo VI, Lisboa, Imprensa nacional, 1857, pp. 210-217. Este tratado, contudo, não apresenta cláusula alguma dando preferência à azulejaria portuguesa.

<sup>33</sup> Vítor Sousa LOPES, *Testemunhos nas paredes: ensaios de azulejaria*, Lisboa, A.C.D. Editores, 2001.

de Luísa Arruda, com o texto “Azulejaria nos Séculos XIX e XX”<sup>34</sup>, começando por definir a expressão “*azulejaria de fachada*”, reafirmando tratar-se de uma corrente de gosto, incrementada a par da crescente industrialização e desenvolvimento tecnológico. Em relação ao Brasil, refere uma investigação efectuada, particularmente, para a cidade de São Luís do Maranhão, onde podem observar-se, ainda, inúmeras fachadas azulejadas, que revelou serem as tipologias arquitectónicas e de articulação azulejos / fachada correspondentes ao gosto português, sendo a grande maioria dos azulejos importados de fábricas portuguesas. Salienta o vigor plástico destes revestimentos de grande eficácia estética, pela criação de eixos de movimento resultantes do desenho dos padrões e das suas conjugações, os efeitos cromáticos, as texturas que originam efeitos de claro-escuro, e o brilho e reflexo da luz. Consta que a azulejaria de meados de Oitocentos, seguindo a sabedoria e a tradição anteriores, mantém a sua capacidade decorativa e de acentuar os valores estruturais do edifício, à escala urbana. Faz uma breve análise das fábricas envolvidas no fabrico deste tipo de azulejos e dos modelos utilizados, constatando que, apesar de influências do estrangeiro, assiste-se a um regresso aos modelos tradicionais portugueses, largamente utilizados no século XVII, inspirados na azulejaria hispano-mourisca, pombalina e outros. Refere ainda o fenómeno da Azulejaria Arte Nova e Arte Déco, destacando alguns pintores, como Luís Ferreira “Ferreira das Tabuletas”<sup>35</sup>, Pereira

---

<sup>34</sup> Vide Luísa de Orey Capucho ARRUDA, (...), *História da Arte Portuguesa*, 1ª edição, vol. 3, Barcelona, Círculo de Leitores, 1995, pp. 407-437.

<sup>35</sup> Vide Luísa de Orey Capucho ARRUDA, (...), *História da Arte Portuguesa*, 1ª edição, vol. 3, Barcelona, Círculo de Leitores, 1995, p. 412. Luís Ferreira nasceu em 1807, mas não se sabe quando ocorreu a sua morte. Foi certamente aprendiz de antigas oficinas em Lisboa, tais como a Fábrica do Rato (fundada em 1761), trabalhou em azulejaria na Fábrica da Calçada do Monte (fundada em 1793) e na Fábrica Viúva Lamego (fundada em 1849 e a produzir azulejo a partir de 1863). Em Lisboa, pintou a fachada da referida Fábrica, outra no Largo Rafael Bordalo Pinheiro, o interior da Cervejaria Trindade, o jardim do primeiro andar da Rua Nova da Trindade nº 16, bem como outro jardim, numa casa na Rua de São Mamede. É-lhe atribuída uma fachada no Campo de Santa Clara e outra em Setúbal, esta assinada, “*Luís António Ferreira*”, provavelmente o seu nome completo. Demonstrava, nos seus trabalhos, a antiga sabedoria lusitana na articulação do azulejo e arquitectura. Utilizava temas alegóricos e neoclássicos de

Cão<sup>36</sup> e Alberto Nunes<sup>37</sup>. Menciona o contributo de Rafael Bordalo Pinheiro e a Fábrica das Caldas da Rainha<sup>38</sup>, sobretudo no âmbito da azulejaria relevada e Arte Nova.

Em inícios do século XIX, e como já referimos anteriormente, a produção cerâmica praticamente estagnou, mas nunca deixou de ser utilizado o azulejo entre nós. Em 1834 é fundada em Lisboa a fábrica Roseira<sup>39</sup>, especificamente destinada à produção de azulejos, o que significava que alguma azulejaria continuava a ser produzida, e isso deve ter servido de incentivo à recuperação ou criação de novas fábricas. A Fábrica do Rato encerrou em 1835, mas outras continuaram a laborar - como a da Calçada do Monte<sup>40</sup>, produzindo “*excelentes azulejos e louça fina*”. Após 1834, especializou-se em louça e azulejos, produzindo figuras,

---

forma ingénua, segundo, certamente, indicações dos encomendantes, ou copiando gravuras.

<sup>36</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 413. José Maria Pereira Júnior (1841-1921), suposto discípulo de Luís Ferreira, frequentou o Instituto Industrial e frequentou o curso nocturno da Academia de Belas Artes. Fez vários trabalhos como pintor-decorador de tectos “*a fresco*” e só tardiamente se dedica à azulejaria, era especialista em restauros.

<sup>37</sup> *Op. Cit.*, p. 413. Carlos Alberto Nunes ou Caetano Alberto Nunes foi certamente discípulo de Pereira Cão, mas sabe-se muito pouco sobre ele. Foi um dos melhores pintores de temas Arte Nova, caso do Sanatório da Parede.

<sup>38</sup> *Op. Cit.*, p. 413. Um dos maiores ceramistas portugueses do século XIX (1845-1905), ligado à Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha (fundada em 1885). No local, existiam excelentes jazidas de barro, além de uma produção cerâmica de valor artístico e comercial, sobretudo a partir da Fábrica de Maria dos Cacos, iniciada em 1820, e do seu empregado e sucessor Manuel Cipriano Gomes “*Maфра*” (com trabalho independente em 1853). Ele e o filho - este sucedeu-lhe em 1887 - foram protegidos pelo rei D. Fernando II (1816-1885) e autorizados a utilizar o título de Real Fábrica, como fornecedores da Casa Real. A azulejaria de Bordalo Pinheiro inspirava-se em modelos mouriscos, árabes e renascença, destacando-se a criação de azulejos relevados e de inspiração Arte Nova, com motivos naturalistas.

<sup>39</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, p. 286, a fábrica situava-se no local da antiga oficina cerâmica da Bica do Sapato, adquirida em 1832 por Victor Rosenbaum. Também conhecida como Fábrica da Calçada dos Cesteiros, é geralmente tida como das primeiras em Lisboa a especializar-se na produção de azulejaria de fachada. Os painéis de azulejo que existiam no depósito desta fábrica foram recolhidos pelo Museu Nacional do Azulejo [MNAZ inv. 7266 a-z] vide Paulo HENRIQUES (coord.), *Museu Nacional do Azulejo - Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Edições Asa, 2003, p. 152.

<sup>40</sup> Vide José QUEIRÓS, *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. (...), 3ª edição, Lisboa, p. 81-86, fundada em finais do século XVIII. Vide nota 32 e Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*, (...), 2009, p. 296.

vasos e azulejos *de todas as qualidades*<sup>41</sup>. Também foram criadas outras, tais como as fábricas Constância<sup>42</sup> em 1836, a de Sacavém, criada em 1850<sup>43</sup>, a fábrica Lamego, fundada por António Costa Lamego em 1849<sup>44</sup>, designando-se de Viúva Lamego<sup>45</sup> após a morte do proprietário, a Sant' Ana, em 1860, e a do Desterro em 1889<sup>46</sup>. O gosto pelos azulejos de fachada levou a uma melhoria do nível quantitativo como qualitativo dos centros produtores, procurando aumentar a oferta, em reposta à crescente procura. Embora algumas fábricas mais artesanais tenham entrado em falência, outras manufacturas evoluíram para formas mais modernas de fabrico<sup>47</sup>, através da produção semi-industrializada ou industrializada, importando técnicas e modelos. Algumas empresas assemelhavam-se a

---

<sup>41</sup> Vide Ana Margarida Portela Domingues, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, p. 297.

<sup>42</sup> Vide José QUEIRÓS, *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. (...), 3ª edição, Lisboa, p. 88, “(...) conhecida também por fábrica dos Marianos ou fábrica das Janelas Verdes, por ocupar a cerca do convento dos frades marianos e estar situada na rua daquela designação, porta n.º 48.(...)” e Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*, (...), 2009, p. 304. No início do século XX esta fábrica produzia faiança e azulejo.

<sup>43</sup> Vide José QUEIRÓS, *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. (...), 3ª edição, Lisboa, p. 90, esta Fábrica foi fundada por Manuel Joaquim Afonso, na designada Quinta do Aranha, passando depois para Guilherme de Howorth e John Scott Howorth [depois barão de Howorth de Sacavém] falecido em 1896. Da baronesa de Sacavém passou para a firma cuja gerência está a cargo de James Gilman, constituída em sociedade anónima de responsabilidade limitada [Fábrica de Loíça de Sacavém S.A.R.L.], mais tarde transformada em sociedade por quotas. Em 1889 empregava já 250 operários e em 1948, tinha perto de 700, as matérias-primas eram importadas de Inglaterra, utilizando também o barro branco de Leiria. Entre os mais variados produtos fabricava anualmente seis milhões de azulejos, conseguindo neste género de fabrico grande progresso, e esperando por isso concorrer aos mercados estrangeiros.

<sup>44</sup> *Op. Cit.*, p. 90, o seu fabrico inicial foi de louça vermelha, só a partir de 1863, começa a produzir faiança, utilizando para tal barros de Lisboa e Leiria, para os esmaltes serve-se de zarcão e estanho de procedência estrangeira e areia branca de Coia [Setúbal]. Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*, (...), 2009, p. 310.

<sup>45</sup> Vide José QUEIRÓS, *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. (...), 3ª edição, Lisboa, p. 90, referindo que António Lamego morre em 1876.

<sup>46</sup> José MECO, *O Azulejo em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 242.

Produzia louça em pó de pedra.

<sup>47</sup> Vide Maria Manuela Goulão d'Oliveira MARTINS, José Pedro de Aboim BORGES, “La production des azulejos au XIXème siècle – de l’atelier à l’usine”, *Azulejos*, Europália 91, Bruxelles, Port de Hal, 1991, p. 54.

autênticas fábricas, em que o artesão cedeu o lugar ao operário e com recurso a intermediários para a revenda.

Em relação ao objecto de estudo do trabalho em curso, a azulejaria de fachada nos concelhos do Barreiro / Moita (1850-1925) conseguimos perceber, numa primeira abordagem, que muitos dos exemplares azulejados e artefactos cerâmicos dos referidos concelhos foram produzidos por algumas das fábricas lisboetas supracitadas. Este fenómeno é de fácil percepção pela proximidade geográfica, mas verificamos existir um número considerável de exemplares oriundos sobretudo de fábricas do Norte do País, nomeadamente da fábrica das Devesas<sup>48</sup>. Sobre este complexo fabril, é de destacar o estudo de Ana Margarida Portela Domingues, concluído em 2003, sobre *António de Almeida Costa e a Fábrica Cerâmica das Devesas. Antecedentes, fundação e maturação de um complexo de artes industriais (1858-1888)*.<sup>49</sup> Ainda sobre o estudo desta unidade fabril salientamos o texto publicado na separata da revista de Arqueologia Industrial, da mesma autora e de José Francisco Ferreira Queiroz<sup>50</sup>. Os investigadores apresentam um resumo sobre a história deste complexo fabril, demonstrando a sua relevância nacional e internacional, referindo de forma crítica o seu processo de

---

<sup>48</sup> Foi fundada por António Almeida da Costa, designando-se mais tarde “*Fábrica Cerâmica e Fundição das Devezas*”, apresentando o tardo (a face posterior do azulejo) quadriculado com a inscrição: “A. A. COSTA & C – F DAS DEVEZAS”. Produziu azulejos de relevo, servindo-se de prensas e moldes importados de Inglaterra, alterados e adaptados às necessidades do mercado nacional. Criou inúmeros padrões estampilhados e Arte Nova. Executou estátuas alegóricas vasos e urnas destinados a coroar edifícios sendo considerada por José QUEIRÓS, *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. (...), 3ª edição, Lisboa, Presença, 1987. [1.ª edição de 1907], p. 122, “(...) *pela quantidade, qualidade e variedade dos seus produtos, uma das mais importantes fábricas do país*. (...)” Em 1920 tornou-se “*Companhia Cerâmica das Devezas*”, continuando a produzir azulejos, mas de forma muito residual, tendo progressivamente abandonado esse tipo de produção.

<sup>49</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *António de Almeida Costa e a Fábrica Cerâmica das Devesas. Antecedentes, fundação e maturação de um complexo de artes industriais (1858-1888)*. Tese de Mestrado em História da Arte em Portugal, orientada pela Prof. Doutora Lúcia Rosas, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

<sup>50</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, José Francisco Ferreira QUEIROZ, *A Fábrica das Devesas e o Património Industrial Cerâmico de Vila Nova de Gaia*, Separata da revista de Arqueologia Industrial, Quarta série, Volume IV, Número 1-2, 2008.

classificação. Apontam o seu potencial de conservação, em articulação com o centro histórico de Vila Nova de Gaia e com outras estruturas semelhantes que ainda subsistem, sendo que a fábrica cerâmica das Devesas constitui o mais importante Património Industrial de Vila Nova de Gaia. Estes dois autores têm-se dedicado amplamente ao estudo e investigação deste espaço industrial, no sentido da reabilitação e preservação da sua memória.

Quanto à Fábrica de Sacavém, vários estudos foram levados à estampa por Ana Paula Assunção, destacando-se duas obras: *Fábrica de Louça de Sacavém. Contribuições para o estudo da indústria cerâmica em Portugal – 1856-1974*<sup>51</sup>, propondo uma incursão pela história daquele centro fabril e apresentando exemplares de cerâmica tridimensional e azulejos produzidos e na segunda obra; e *Fábrica de Louça de Sacavém*<sup>52</sup>, catalogando e descrevendo espécimes cerâmicos que incorporam o acervo do Museu. Quanto à fábrica Viúva Lamego, esta foi a maior e mais influente de Lisboa em termos de produção de ornamentação cerâmica para aplicação a edifícios e a única que ainda labora. O contributo de Ana Margarida Portela Domingues, com a dissertação de doutoramento *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*, já anteriormente referenciada, permitiu-nos conhecer e compreender melhor a importância deste complexo fabril no panorama da produção azulejar portuguesa.

Auxiliares indispensáveis na tentativa de identificação de centros de fabrico produtores de determinado elemento cerâmico são os vários catálogos das fábricas, espécimes produzidos para servir os encomendantes, como é o caso do *Catalogo da Fabrica Ceramica e de Fundição das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.<sup>a</sup> - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910. O conhecimento das técnicas, da matéria-prima, dos desenhos e cores, bem como as dimensões, fornecem indicações que, por vezes, permitem identificar a origem de vários azulejos,

---

<sup>51</sup> Vide Ana Paula ASSUNÇÃO, *Fábrica de Louça de Sacavém. Contribuições para o estudo da indústria cerâmica em Portugal – 1856-1974*, Lisboa, Edições Inapa, 1997.

<sup>52</sup> Vide Ana Paula ASSUNÇÃO, *Fábrica de Louça de Sacavém*, Loures, Câmara Municipal de Loures, Edição do Museu de Cerâmica de Sacavém, 2000.

já que muitas peças não se encontram visivelmente, ou de todo, marcadas<sup>53</sup>.

O crescimento urbano que se registou em meados de Oitocentos, fruto do aumento da população e da melhoria do nível de vida, traduzido numa situação económica favorável, levou a uma crescente procura de azulejos de fachada. A indústria cerâmica viu-se obrigada a diversificar a produção, garantindo o fabrico e comercialização tanto de faiança como azulejo. O azulejo utilizado numa primeira fase é semi-industrial, produzindo-se através de processos de repetição manuais, estampilhagem ou estampagem manual e azulejos relevados, através de moldes, e, numa segunda fase, industrial, através da estampagem mecânica, e da produção de azulejos semi-relevados, sobretudo Arte Nova. A grande variedade de padrões estampilhados idealizados para “vestir” as fachadas urbanas, proliferou em Lisboa e Porto, mas também no resto do país e Brasil, produzidos especialmente na Fábrica Viúva Lamego, em Lisboa<sup>54</sup>, Massarelos, Carvalhinho, Devesas e Santo António do Vale da Piedade no Porto<sup>55</sup>.

No âmbito das técnicas desenvolvidas pelas unidades fabris a laborar à época, é de referir a obra de Mário Armando Oliveira Soares, *Técnicas de decoração em azulejo*<sup>56</sup>, editada em 1983, caracterizando as diferentes técnicas de produção. É referenciada a estampilha<sup>57</sup>, técnica

---

<sup>53</sup> Na produção azulejar o melhor meio de identificação decorre da visualização da face posterior do azulejo – tardez- uma vez que cada fábrica detinha um tardez específico.

<sup>54</sup> A Fábrica Viúva Lamego e a Constância mantiveram a produção de estampilhagem manual até ao início do século XX, a par do fabrico de algum azulejo estampado.

<sup>55</sup> Vide Sandra Araújo de AMORIM, *Azulejaria de fachada na Póvoa de Varzim (1850-1950)*, Póvoa de Varzim, 1996, p. 78.

<sup>56</sup> Vide Mário Armando Oliveira SOARES, *Técnicas de decoração em azulejo*, Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 1983.

<sup>57</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 15., sobre a técnica de estampilhagem “(...) a pintura era feita manualmente, à trincha, sobre papel encerado e recortado com os desenhos pretendidos [estampilha], seguidamente colocada sobre a superfície do azulejo, revestida previamente, por esmalte estanífero. Ao retirar a estampilha, os desenhos, correspondentes aos recortes, ficavam pintados nos azulejos. Para cada cor usava-se uma estampilha diferente, consoante o número de cores necessárias. (...)” A pintura era feita à trincha sendo observáveis por vezes, as marcas das

utilizada pelos ceramistas espanhóis desde o século XVI. Na decoração dos azulejos de uma só cor, utilizava-se uma só estampilha, ao contrário da decoração com várias cores, em que correspondia a cada uma das cores uma estampilha diferente, sendo possível encontrar padrões iguais com cores diferentes. Em relação ao azulejo de padrão relevado<sup>58</sup>, de alto-relevo, este predominou sobretudo no Norte, e quase sempre atribuído à produção da fábrica de Massarelos, embora outras fábricas também o tenham produzido, tal como a fábrica de Santo António do Vale da Piedade, esta possivelmente, a primeira e principal produtora, bem como a fábrica das Devesas, numa fase mais tardia. A fábrica de Massarelos a par da moldagem manual passou a utilizar a técnica de prensagem mecânica, com molde e contra-molde, produzindo azulejos de meio-relevo<sup>59</sup>, acompanhada pelas fábricas do Carvalhinho (segundo a autora mencionada em nota) e das Devesas<sup>60</sup>. Antes do final do século XIX, surgiu uma nova técnica: a estampagem<sup>61</sup>, de fabrico industrial reveladora da automatização industrial crescente, visível na economia dos materiais e da

---

cerdas do pincel e/ou ligeiros alastramentos de tinta junto dos limites da superfície. Estes dois elementos eram diferenciadores nesta técnica de fabrico.

<sup>58</sup> Os azulejos apresentavam repetidamente motivos florais, nomeadamente malmequeres, em cores fortes, azul, amarelo ou verde, e eram executados através de formas enchidas com argila, que se trabalhava manualmente por meio da pressão dos dedos.

<sup>59</sup> Vide Sandra Araújo de AMORIM, *Azulejaria de fachada na Povoia de Varzim (1850-1950, (...))* 1996, p. 78, a partir de 1868.

<sup>60</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 82, este tipo de azulejo é muito menos expressivo, com a composição do desenho em escala demasiado reduzida, perde força decorativa.

<sup>61</sup> Vide Mário Armando Oliveira SOARES, *Técnicas de decoração em azulejo*. (...), 1983, p. 15, “(...) as fábricas que utilizaram uma pasta bastante clara – o pó de pedra – passaram a decorar os azulejos sobre a chacota, aplicando depois um banho de vidro transparente à base de chumbo, poupando assim o estanho por se tratar de um produto caro. Nas empresas mais industrializadas utilizavam-se estampilhas de zinco, sendo a tinta aplicada por “aerógrafo” [pistola] directamente na chacota. O vidro transparente, utilizado no azulejo em pó de pedra, provocava uma secura na decoração e a utilização de diferentes tipos de vidrados resultava em cores diferentes, por exemplo, com o vidro estanífero o azul-cobalto e o verde-cobre, ficavam mais esbatidos [chamado pelos ceramistas chorado]. (...)” Tal como aconteceu com os azulejos estampilhados, os padrões utilizados tinham por vezes influências estrangeiras, inglesa, francesa e holandesa, através de catálogos, da importação de matrizes ou da divulgação de tecidos ou papéis de parede.

paleta cromática, reduzida agora a uma só cor com variantes de tom<sup>62</sup>. No Porto a Fábrica Pereira Valente, sucedânea da Fábrica de Cerâmica das Devesas e erguida junto a ela, chegou a produzir azulejo estampado, imitando Sacavém. Em Lisboa, as fábricas de Sacavém e Desterro, produziam em pó de pedra<sup>63</sup>. Este tipo de produção estampada é normalmente monocroma, com desenho de contornos pouco definidos, e cores neutras e baças, sobre fundos branco ou bege. As fábricas de Sacavém e Desterro fabricaram azulejos de meio-relevo, ou semi-relevados, que se utilizaram nas duas primeiras décadas do século XX, sobretudo no estilo Arte Nova e Arte Déco<sup>64</sup>. Não eram feitos em formas, mas prensados numa máquina com a ajuda de um molde e um contra molde, o que permitia a criação de placas mais finas, mas com desenhos menos expressivos, mais ténues e subtis que nos azulejos relevados. Ainda sobre o tema das técnicas e padrões utilizados refiram-se os trabalhos de Noël Riley Fitch, *A Arte do azulejo: A História, As técnicas, Os artistas*<sup>65</sup>, de Ana de Jesus Almeida, *O Azulejo: Técnicas e Padrões*,

---

<sup>62</sup> *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>63</sup> O azulejo em pó de pedra, podia receber directamente o desenho na superfície branca, necessitando apenas da aplicação de uma camada de vidro incolor, de óxido de chumbo. Ao dispensarem o esmalte estanífero [que origina o fundo branco, nas placas de barro amarelo] tornavam-se mais fáceis de produzir e mais baratos. A produção executada em Lisboa era diferente da do Porto, esta usava várias cores na impressão, enquanto na capital, a decoração era efectuada com uma só cor, através de ponteados finos, assemelhando-se à designada loiça do cavalinho [alusão à loiça inglesa de Davenport]. Vide Sandra Araújo de AMORIM, *Azulejaria de fachada na Povoia de Varzim (1850-1950, (...))* 1996, p. 92 e A. J. Barros VELOSO, Isabel ALMASQUÉ, *O azulejo português e a Arte Nova*, Lisboa, Coleções História da Arte, Edições Inapa, 2000, p. 58.

<sup>64</sup> É o caso da produção de azulejos relevados da fábrica Lusitânia [inaugurada em 1890 por Sylvain Bessière, também conhecida por fábrica do “francês”]. Aquele tipo de azulejos produzidos segundo a técnica de tubagem, em que o relevo era obtido através de um fio de barro líquido, aplicado por meio de tubos sobre o azulejo, marcava os limites das zonas a serem esmaltadas. Vide Teresa SAPORITI, *Azulejos de Lisboa do século XX*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, p. 105 e A. J. Barros VELOSO, Isabel ALMASQUÉ, *O azulejo português e a Arte Nova*, Lisboa, Coleções História da Arte, Edições Inapa, 2000, p. 62 e José MECO, *Azulejaria Portuguesa*, Amadora, Coleção Património Português, Bertrand Editora, 1985, p. 84.

<sup>65</sup> Noël Riley FITCH, Lorraine HARRISON, *A Arte do azulejo: A História, As técnicas, Os artistas*. Tradução de Marisa Costa, Lisboa, Estampa, 2004.

2006<sup>66</sup> e a de Francisco de Lencastre de Almeida Garrett, *Faiança, azulejo, pó de pedra, ladrilho hidráulico*, editada em 1930<sup>67</sup>.

A partir dos finais do século XIX, foram alguns os historiadores de arte que desenvolveram os seus estudos, investigação e catalogação na área da azulejaria, no sentido de demonstrar o quão importante foi e é esta arte decorativa no nosso país e como continua disperso o conhecimento já produzido neste campo, persistindo a tendência para subvalorizar a própria cultura.

Alguns renomados investigadores, como Joaquim de Vasconcelos<sup>68</sup>, José Queirós<sup>69</sup>, entre outros, contribuíram de forma decisiva para o estudo do azulejo, mas sempre através de estudos parcelares ou em ensaios incluídos em volumes dedicados à arte em geral, ou à cerâmica tridimensional. A par destes estudiosos, alguns estrangeiros, como o Conde Raczynski<sup>70</sup>, revelaram grande interesse por esta arte, apercebendo-se da sua importância no contexto cultural português, referindo na carta vinte e quatro<sup>71</sup>, que “ *Les azulejos constituent en partie la physionomie du Portugal*” e que “ (...) *Il y a des maisons qui en sont recouvertes extérieurement depuis leur base jusqu’au toit.(...)*”. Também

---

<sup>66</sup> Ana de Jesus Rui L. ALMEIDA, *O Azulejo: Técnicas e Padrões*, 1ª edição, Viseu, 2006.

<sup>67</sup> Vide Francisco de Lencastre de Almeida GARRETT, *Faiança, Azulejo, Pó de Pedra, Ladrilho Hidráulico*, Porto, 1930.

<sup>68</sup> Reinaldo dos SANTOS, *O azulejo em Portugal*, Lisboa, Editorial Sul Lda., 1957, p.13, refere o facto de, em 1884, aquele investigador ter esboçado um pequeno inventário com a citação de uma importante colecção de azulejos, informações obtidas em viagens no Norte e Sul do país. Este trabalho foi realizado após a Exposição de Arte Ornamental de 1882. Este autor refere ainda a compilação de Raul PROENÇA, *Guia de Portugal*, como contributo para o inventário do azulejo e sua cronologia, publicados em 1924 e 1927. Segundo ele, foi o primeiro inventário com informação fruto de uma investigação sistemática e ordenada pelas regiões a descrever.

<sup>69</sup> Vide José QUEIRÓS, *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. Organização, apresentação, notas e adenda Iconográfica de José Manuel Garcia e Orlando da Rocha Pinto, 3ª edição, Lisboa, Presença, 1987. [1.ª edição de 1907] dedica a parte III aos azulejos, na pp. 197 e seguintes.

<sup>70</sup> Vide Atanazy RACZYNSKI, *Les arts en Portugal*, lettres adressées a la société artistique et scientifique de Berlin et accompagnées de documents, Paris, Jules Renouard, 1846.

<sup>71</sup> Carta 24, intitulada *Azulejos*, escrita em Lisboa a 18 de Janeiro de 1845, p. 427.

Walter Crum Watson refere na sua obra<sup>72</sup> a importância dos azulejos no panorama artístico português: “(...) *pode dizer-se que os azulejos são a característica mais importante dos edifícios portugueses e constituem a principal atracção e beleza de numerosas igrejas que sem eles seriam pobres e desprovidas de interesse (...)*”.

Apenas em 1957 é publicado a obra *O Azulejo em Portugal*<sup>73</sup>, considerado o primeiro livro exclusivamente dedicado a este assunto. Na década de 60, a Fundação Calouste Gulbenkian iniciou a publicação da obra de João Miguel dos Santos Simões, que visava inventariar todas as épocas da azulejaria portuguesa, mas tal não foi possível, pois viria a falecer em 1972, acabando por ser editado o volume relativo à azulejaria do século XVIII em Portugal, postumamente, em 1979. Em relação ao século XIX, é de sua autoria um artigo, sobre azulejaria romântica, já mencionado.

Na obra clássica de José Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XIX*, 1996, o autor referencia a importância do azulejo e a sua nova função de forrar paredes. Segundo ele esse hábito surgiu primeiramente no Porto, atribuindo ao “brasileiro” regressado em inícios dos anos de 1840, e proveniente do Brasil, onde desde princípios do século fora utilizado revestindo telhados e paredes, como isolamento eficaz<sup>74</sup>. Destaca a sua função utilitária, como isolante, com carácter de durabilidade e limpeza, e estética pelo colorido, brilho e ritmos impostos pelas linhas de força dos desenhos. Constata o acentuar do seu papel estrutural, em detrimento do decorativo. Ainda segundo o autor, “(...) *o facto de um elemento tradicional*

---

<sup>72</sup> Walter Crum WATSON, *Architecture Portugaise*, 1907, citado por J. M. dos Santos SIMÕES, *Estudos de Azulejaria*, recolha de textos, organização, apresentação, notas e bibliografia de Vítor Sousa Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001, p. 167. Este artigo intitulado “Azulejos numa terra de muitas cores”, foi publicado também na separata da revista *The Connoisseur*, Londres, 1956. É citado novamente por J. M. dos Santos SIMÕES, *Estudos de Azulejaria* (...), p. 285, no artigo “Num país rico em cores”, de conteúdo similar ao anterior, publicado em *Portugal 1965*, Lisboa, edição do Diário de Lisboa, 1965, pp. 106-113.

<sup>73</sup> Vide Reinaldo dos SANTOS, *O Azulejo em Portugal*, Lisboa, Editorial Sul, Lda., 1957.

<sup>74</sup> Vide José-Augusto FRANÇA, *A Arte em Portugal no Século XIX*, 1 vol., Lisboa, Bertrand Editora, 1966, p. 367.

de decoração intervir positivamente, numa definição de estruturas, (...) se tornar estrutura, é um fenómeno que deve ser sublinhado dentro da história da arquitectura portuguesa<sup>75</sup>. (...) Passando à fachada e levado a outra função, o azulejo perdeu, porém, definitivamente o grande papel decorativo (...)”<sup>76</sup>. No livro *A Arte Portuguesa de Oitocentos*, de 1979, faz uma breve referência a esta moda de revestir fachadas de casas no Porto e em Lisboa<sup>77</sup>, o que conduziu a uma alteração da própria arquitectura e dos espaços urbanos. E noutra obra de referência, a *História da Arte em Portugal – O Pombalismo e o Romantismo*, retoma esta ideia de que a arte do azulejo assumia, assim, o lugar da “*pintura barroca*”<sup>78</sup>, num quadro mais prático, económico e original, de embelezamento de fachadas pobres e sem carácter, mas sem perder o seu espírito de monumentalidade, integração na arquitectura e actualidade.

Não podemos deixar de referir o valioso contributo que tem vindo a ser dado à azulejaria portuguesa pelo historiador de arte José Meço, com diversas obras e inúmeros estudos publicados sobre esta temática, destacando-se a obra *Azulejaria Portuguesa*<sup>79</sup> editada em 1985, analisando numa sequência cronológica as principais etapas do desenvolvimento da azulejaria portuguesa<sup>80</sup>. Num outro livro de referência, *O Azulejo em Portugal*<sup>81</sup> publicado em 1986, o autor aborda as várias fases que

---

<sup>75</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 369.

<sup>76</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 370.

<sup>77</sup> Vide José-Augusto FRANÇA, *A Arte Portuguesa de Oitocentos*, vol. 28, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, Biblioteca Breve, 1979, p. 53.

<sup>78</sup> Vide José-Augusto FRANÇA, *História da Arte em Portugal – O Pombalismo e o Romantismo*, 1ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 119.

<sup>79</sup> Vide José MECO, *Azulejaria Portuguesa*, Amadora, Bertrand Editora, 1985.

<sup>80</sup> IDEM, *Ibidem*, a partir da p. 75, faz uma contextualização histórica, económica e social do século XIX, apresentando as principais fábricas que se encontravam a laborar produzindo azulejo de fachada e as técnicas utilizadas. Refere a produção da azulejaria de autor, mais escassa, a par da azulejaria de fachada. A partir da p. 82 caracteriza a primeira metade do século XX, definindo-se pela ausência de homogeneidade criativa e pela evolução paralela de tendências opostas, por um lado as manifestações modernas como a *Arte Nova* e *Arte Déco* e por outro as manifestações tradicionalistas de carácter revivalista e romântico.

<sup>81</sup> Vide José MECO, *O Azulejo em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 242, dedicada ao século XIX e inícios do XX, com referência às novas tendências artísticas *Arte Nova* e *Arte Déco*, não esquecendo a azulejaria historicista e nacionalista.

caracterizam esta arte no nosso país, destacando as técnicas, alguns motivos e os centros de produção que permitem atribuir alguns dos espécimes a determinada fábrica, ou a defini-los como integrantes de dada época ou tendência, pelo cromatismo ou aplicação sistemática.

Os catálogos de exposições relativos a colecções de azulejos, sobretudo do Museu Nacional do Azulejo, mas, também, do Museu da Cidade, que têm sido elaborados aquando de exposições nacionais ou estrangeiras, servem ainda de apoio ou referência bibliográfica. É o caso do catálogo *Azulejos de Lisboa*<sup>82</sup>, organizado para uma exposição sobre azulejos efectuada na Estufa-fria de Lisboa, em 1984, com texto de autoria de José Meco. Este é um ensaio de síntese da evolução do azulejo utilizado em Lisboa, situando-o no seu contexto artístico e histórico. Segundo o autor, a capital foi o principal centro produtor de azulejos disseminando-se para todo o território, Ilhas Atlânticas e Brasil. Chamava a atenção, já na altura, para o desinteresse, incúria e ignorância que tinham contribuído para o empobrecimento do nosso espólio nacional de azulejaria<sup>83</sup>. Refere a Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental em 1882, a partir da qual se iniciaram cientificamente os estudos de azulejaria em Portugal, juntamente com a importante Exposição de Cerâmica do Porto, no mesmo ano, organizada por Joaquim de Vasconcelos. Nesta exposição sobre *Azulejos de Lisboa*, a organização procurou dar destaque aos exemplares posteriores ao século XVIII, pois eram os que necessitavam de maior atenção e protecção por parte das autoridades, por estarem praticamente por estudar e mais sujeitos a destruições. Para tal, procuraram reunir um conjunto de peças que traduzissem as principais manifestações artísticas da azulejaria entre a implantação do Liberalismo e 1940. Este período de tempo foi marcado pelos ecletismos, sobrepondo-se ou cruzando-se as diferentes manifestações estilísticas ou estéticas, e a evolução de tendências opostas.

---

<sup>82</sup> Vide José MECO, “Azulejos de Lisboa”, Catálogo da exposição *Azulejos de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1984.

<sup>83</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 15-16 menciona José QUEIRÓS, *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. (...) que, já em 1907, pp. 229-230, lamentava e denunciava esta situação, e ainda Santos SIMÕES, *Azulejaria em Portugal no século XVIII*, Lisboa, 1979, p. 279, nota 203.

Outro catálogo de referência, organizado por Rafael Calado, dedicado a uma exposição realizada no Museu do Azulejo, e também referido no catálogo supracitado, *Azulejo: 5 séculos do Azulejo em Portugal*<sup>84</sup>, incluía aquisições e ofertas de peças do século XIX e XX. Continha ampliações fotográficas de conjuntos azulejares *in situ*, fazendo uma breve incursão pela história da azulejaria portuguesa desde os séculos XVI ao século XX. De referir, também, o catálogo da importante exposição na Europália em 1991, designada *Azulejos*<sup>85</sup>, e *O Azulejo em Portugal no século XX*,<sup>86</sup> organizados pelo Museu Nacional do Azulejo, debruçando-se este sobre o século em questão. A destacar dois artigos que abordam as primeiras duas décadas do século XX, entre 1901-1920. Um texto de Maria Helena Souto, intitulado “Permanências e Modernidades na Azulejaria Portuguesa”<sup>87</sup>, que aborda resumidamente as novas manifestações estilísticas que foram sendo adoptadas pela azulejaria portuguesa, tais como a Arte Nova e, em menor escala, a *Arte Déco*. Seguidamente estabelece a relação entre arte e técnica e a azulejaria produzida neste período de tempo. Outro artigo, da autoria de Paulo Henriques, “A invenção das ruas: as fachadas de azulejo”<sup>88</sup>, refere o papel do azulejo na dinamização e enriquecimento da paisagem urbana, sem autor e por intermédio de pessoas sem formação artística académica, mas que, imprimindo o seu gosto às superfícies a cobrir, transfiguravam a fisionomia das cidades. Este gosto é associado a uma burguesia com maior poder económico, a um incremento da produção graças ao desenvolvimento tecnológico e industrial, face à procura, a par do crescimento urbano e de uma vida mais cosmopolita.

---

<sup>84</sup> Vide *Azulejo: 5 séculos do Azulejo em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

<sup>85</sup> Vide *Azulejos*, Europália 91, Bruxelas, Porte de Hal, 1991.

<sup>86</sup> Vide *O Azulejo em Portugal no século XX*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Edições Inapa, 2000.

<sup>87</sup> Vide Maria Helena SOUTO, (...), *O Azulejo em Portugal no século XX*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Edições Inapa, 2000, pp.16-25.

<sup>88</sup> Vide Paulo HENRIQUES, (...), *O Azulejo em Portugal no século XX*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Edições Inapa, 2000, pp. 27-35.

O gosto pela azulejaria, identitário da nossa cultura, nomeadamente o de revestir fachadas, ornamentadas ou não por diversos outros elementos cerâmicos, vulgarizou-se e implantou-se definitivamente na arquitectura vernacular portuguesa, de meados de Oitocentos até inícios do século seguinte, adaptando-se às especificidades económicas, sociais e culturais da época, utilizada e aplicada de forma criativa e original, com grande diversidade e até ingenuidade, segundo a mentalidade e o gosto vigente.

Durante mais de cinco séculos, o azulejo constituiu o complemento ideal da arquitectura portuguesa, procurando a animação das superfícies através da cor, relevo e brilho, mas transcendendo a sua concepção ornamental ou decorativa de mero suporte de pintura, para assumir uma função estrutural como integrante do próprio espaço que reveste e transforma.

## **2. Enquadramento teórico**

### **2.1 Dicotomia Azulejaria e Arquitectura**

A ligação entre o azulejo e a arquitectura que lhe serve de suporte constitui uma das características diferenciadoras, da aplicação desta arte, em Portugal. Fazer a sua história desde as primeiras manifestações é uma tarefa complexa, cujo âmbito, extravasa os limites da presente dissertação. Interessa-nos, apenas, traçar as linhas gerais desta evolução, para contextualizar o aparecimento da azulejaria de padrão no século XIX.

O azulejo, ao contrário de outros exemplares cerâmicos que saem terminados do forno, só ganha significado, depois de ser aplicado, pela possibilidade de corte e adaptação às superfícies a revestir, numa tradição que remonta às mais antigas aplicações do azulejo no nosso país. Como já foi anteriormente referido por nós, a propósito do Estado da Questão, citando o investigador Rafael Calado, o azulejo não pode, nem deve ser entendido isoladamente, mas sim de forma integrada na arquitectura, de incomparável imaginação e fantasia, determinando que a luz passasse a

ser matéria da própria arquitectura<sup>89</sup> juntamente com outras manifestações artísticas, com as quais estabelece diálogo, como sejam as cantarias trabalhadas ou os ferros forjados. No entanto pode ser encarado como “*uma arma de dois gumes*”<sup>90</sup>, por um lado valorizando e definindo o património construído, e por outro, tornando-se desajustado e mal utilizado desvirtuando-o. Este fenómeno é notório tanto pela parte de quem os produz, como de quem os consome. Deste modo, se o azulejo se concretiza e é avaliado dependendo da forma como se integra nos espaços arquitectónicos, também estes, ficam totalmente dependentes do azulejo, que os revestiu. Esta ligação estética e estruturante entre arquitectura e azulejo é constante e transversal a todos os períodos da azulejaria portuguesa, em que o azulejo, pelas suas características materiais, formais e como meio narrativo, vai construir ou modificar o espaço em que se insere<sup>91</sup>, pela mão dos artistas que o conceberam e/ou colocaram.

Findo o chamado *Ciclo dos Mestres*, considerado pela historiografia como um dos períodos áureos da azulejaria portuguesa, e após a Grande Produção Joanina, que caracterizaram a primeira metade do século XVIII, os revestimentos totais historiados (Fig. 1, 2) que, sobretudo nas igrejas, preenchiam muitas vezes o espaço na sua totalidade, deram lugar a revestimentos tendencialmente parciais, ganhando maior expressão a encomenda civil<sup>92</sup>. O azulejo era utilizado na decoração de ambientes (Fig.

---

<sup>89</sup> Vide Rafael CALADO, “Características do Azulejo em Portugal”, *O revestimento cerâmico na arquitectura em Portugal*, Lisboa, Estar Editora, 1998, p. 11.

<sup>90</sup> IDEM, *Ibidem*, p.12.

<sup>91</sup> Vide Maria Alexandra Trindade Gago da CÂMARA, *A arte de bem viver: a encenação do quotidiano na azulejaria Portuguesa da segunda metade de setecentos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 203, a autora refere que a ideia de ligação entre azulejo e arquitectura pode ser apresentada sobre três vertentes, regidas pelos seguintes aspectos: “*arquitecturalidade: pressupondo uma contaminação formal em que a pintura azulejar e a arquitectura se interpenetram e simulam reciprocamente, criando grandiosas impressões cenográficas, com efeito estruturador de espaços reais e virtuais; funcionalidade: assente numa distribuição intencional e social dos espaços; artificialidade: privilegiando a relação entre vivência da espacialidade exterior e a sua própria representação.*”

<sup>92</sup> Vide Maria Alexandra Trindade Gago da CÂMARA, *Azulejaria do século XVIII - Espaço Lúdico e Decoração na Arquitectura Civil de Lisboa*, Lisboa, Editora Civilização, 2007.

3) como participante desse espaço<sup>93</sup>, envolvendo-o despertando atenção pelo seu carácter narrativo, aplicado em silhares figurativos cuja iconografia enaltecia os temas caros à nobreza<sup>94</sup> (Fig. 4, 5) com intenção de valorização e exibição<sup>95</sup>.

[Fig. 1 – Arraiolos | Igreja do Convento dos Lóios | Nave (1699-1700) – Gabriel del Barco (assinado, capela-mor e portal [azulejo assinado e datado, descontextualizado, junto ao portal principal, apenas com parte da assinatura - briel del / arco 1699])

[Fig. 2 – Arraiolos | Igreja do Convento dos Lóios | Nave e sub-coro (1699-1700) – Gabriel del Barco]

[Fig. 3 – Lisboa | Palácio Melo | Escadaria (1725 - 1750) – Grande Produção Joanina | Cenas bélicas]

[Fig. 4 – Lisboa | MNAz| Senhora ao Toucador | Lição de Dança (ou cena de Caça)

[Fig. 5 – Lisboa | MNAz| Senhora ao Toucador | Lição de Dança (ou cena de Caça)

O Terramoto de 1755 veio introduzir novos entendimentos na produção azulejar, em particular a utilização de técnicas semi-industriais<sup>96</sup> aliada a ideia do rigor e funcionalidade ligados à reconstrução da Baixa Pombalina, mas sem afectar a relação entre o azulejo e a arquitectura. Recorreu-se aos azulejos de padrão, pela necessidade de redecorar os novos edifícios, em especial os da baixa lisboeta, dado serem de execução rápida e aplicação flexível, designados de *pombalinos*, relacionados com o responsável pela reconstrução de Lisboa, o Marquês de Pombal.

---

<sup>93</sup> Vide Maria Alexandra Trindade Gago da CÂMARA, *A arte de bem viver:(...)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 141, a autora reforça o papel e contributo do azulejo integrado no espaço arquitectónico: “*O protagonismo do azulejo ultrapassa a mera função decorativa, assumindo-se como veículo transmissor de representação mundana do universo social regido por códigos de conduta exigentes e por relações comportamentais entre classes*”.

<sup>94</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 148; 169; 181; 189; 197. Entre os vários temas utilizados nesta representação do quotidiano na azulejaria, destacamos por exemplo, “*A Toilete*” fazendo parte do que a autora designa de *Vivências* deste grupo social, ou ainda a “*Caça*”, e a “*Dança*” integrando os *Prazeres*, e também a “*Intimidade / Galanteria*” ou “*Amor / Natureza*” no campo dos *Sentimentos*.

<sup>95</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 314, “*O azulejo serviu uma política de prestígio social e cultural ao mesmo tempo que reflectiu e espelhou vivências, prazeres e sentimentos, foi uma forma de enunciar de recriar o mundo, de propor afectos e valores (...)*”.

<sup>96</sup> Vide Luís Fernandes PINTO, *Azulejo e arquitectura - Ensaio de um arquitecto*, Lisboa, Edição Getecno Lda., 1994, p. 70.

Apresentando grande variedade de motivos, sendo recorrente o uso de linhas diagonais, simulando grades, ornamentadas por rosetas ou florões, eram aplicados na maioria dos casos em silhares, emoldurados por cercaduras e assentes sobre embasamentos constituídos por azulejos marmoreados ou esponjados, simulando cantarias (Fig. 6). Estas composições de repetição evidenciam-se pela imaginação do desenho, com encadeamentos e alternâncias elaboradas e na simulação espacial, através de *trompe l'oeil* de gradeamentos, em contraste de luz e sombra, insinuando efeitos de tridimensionalidade<sup>97</sup>. No reinado de D. Maria I (1777-1816) surgem novos padrões aos quais os historiadores atribuíram o seu nome, apresentando algumas diferenças em relação aos anteriores, em termos de desenho e motivos, pois a robustez das linhas simulando grades, cantarias e rosáceas, cede lugar a motivos lineares, malhas gráficas percorridas por folhagens, motivos que evidenciam o branco do fundo, criando efeitos de luminosidade e vazio<sup>98</sup> (Fig. 7).

[Fig. 6 - Estremoz | Capela da Ordem Terceira – Igreja de São Francisco | Acesso à Escadaria (1751 – 1800) | padrão pombalino]

[Fig. 7 – Lisboa | Rua Diário de Notícias n.º 28 | padrão D. Maria I | finais do século XVIII]

Em meados do século XIX e inícios do XX o azulejamento de extensas frentes urbanas em edifícios projectados em banda, em locais considerados nobres ou em zonas de expansão ou renovação oitocentista, foi uma constante, caracterizando-se estes edifícios pela sua arquitectura funcional, por vezes confundida com os chamados prédios de rendimento (Fig. 8, 9).

[Fig. 8 – Lisboa – Santa Apolónia | Largo dos Caminhos-de Ferro | fachadas azulejadas]

[Fig. 9 – Lisboa – Rua do Cais de Santarém | fachadas azulejadas]

Na verdade, *“Estes imóveis eram frequentemente edificadas sem arquitecto de renome, numa época em que já se exigia por norma, nas*

---

<sup>97</sup> Vide Paulo HENRIQUES (coord.), *Museu Nacional do Azulejo - Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Edições Asa, 2003, p. 134.

<sup>98</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 136.

*idades de Lisboa e Porto, a submissão em duplicado do alçado que se pretendia erguer à face da rua*<sup>99</sup>. Os edifícios em banda e estreitos, não podendo usufruir de um jardim no alçado posterior e também, devido à exiguidade das dependências interiores, que não permitiam grande exuberância decorativa, acabaram por revelar maior apetência para o azulejamento das fachadas principais, que pelo seu posicionamento face à rua, quebravam, deste modo, algum formalismo, bem como a sua monotonia, por serem variadas e numerosas. Tratando-se de uma arquitectura vernacular “*de construção corrente*”, geralmente sem arquitecto, em que se pretendia ostentar e exhibir exteriormente a riqueza e o bom gosto do seu proprietário, estes edifícios usaram o azulejo entendendo-o enquanto linguagem simbólica que, em épocas anteriores, podia ser contemplada no interior das casas nobres, com sentido decorativo de valor puramente estético. Deste modo, a tradição do revestimento azulejar nos interiores das habitações conheceu então uma mudança de paradigma ao extravasar os seus limites habituais, passando a decorar o exterior das mesmas, voltado para o espaço público.

Com o recurso à azulejaria de fachada assistiu-se a um reconfigurar da fisionomia das nossas cidades, às quais o azulejo emprestava durabilidade, colorido, brilho, reflectindo a luz, criando efeitos ilusórios de luz e sombra e com novas texturas, movimentados ritmos, imprimindo-lhe um cunho nacional. “*No exterior o mais singelo ornamento de azulejo engrandece a mais pobre fachada*<sup>100</sup>”. Sendo o azulejo um suporte privilegiado para receber as mais diversas composições, sejam elas repetitivas, historiadas ou ornamentais, segundo técnicas de desenho e pintura adequadas à gestão de grandes superfícies, por vezes monumentais, integrou-se em perfeita sintonia com os espaços que ia

---

<sup>99</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, p. 55

<sup>100</sup> Vide José QUEIRÓS, *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. Organização, apresentação, notas e adenda Iconográfica de José Manuel Garcia e Orlando da Rocha Pinto, 3ª edição, Lisboa, Presença, 1987. [1.ª edição de 1907], p. 198.

revestir, pois “a *arquitectura em Portugal é pobre de movimentos. O azulejo pela sua simplicidade presta-se a dar acabamento à obra*”<sup>101</sup>.

Porém muitas das vezes o revestimento azulejar apenas determina um enriquecimento cromático da superfície, pelo colorido mais ou menos intenso, pois o desenho torna-se difuso com a distância. Noutros casos o desenho de pormenor dilui-se mas ficam as linhas de força, em grande parte das vezes num sentido diagonal, estruturando e relacionando entre si os elementos constituintes da fachada. Outros desenhos, por força da sua enorme expressividade, podem alterar ou corrigir a própria fisionomia do edifício conferindo à fachada uma certa disciplina visual. Um determinado padrão que se destaque pelo sentido horizontal que imprime à superfície a revestir pode ser utilizado para contrariar um excessivo, ou não desejado aspecto de verticalidade e vice-versa. No caso de uma fachada exígua, em que um azulejo de cor forte a tornaria ainda mais estreita, normalmente usar-se-ia, um tom de azulejo claro, permitindo uma integração perfeita e total<sup>102</sup>.

A relação de escala entre o desenho, não do azulejo como peça isolada, mas da soma dos desenhos individuais, isto é, do padrão e a superfície que vai cobrir, é de importância vital<sup>103</sup>. Daqui se depreende que o sentido estético do azulejo depende muito da forma como reveste determinado espaço. Em meados de Oitocentos o incremento do uso do azulejo semi-industrial e posteriormente o industrial<sup>104</sup>, utilizado como material utilitário, apresentava grande variedade de padrões e cores, com azulejos diversificados, em áreas, espessuras e acabamentos, contribuindo para a transformação e enriquecimento urbanos, propondo um esquema

---

<sup>101</sup> Vide J. M. dos Santos SIMÕES, “O Panorama do Azulejo em Portugal”, *Estudos de Azulejaria*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001, p. 253.

<sup>102</sup> Vide José Carlos LOUREIRO, *O Azulejo. Possibilidades da sua reintegração na Arquitectura Portuguesa*, Porto, 1962, p. 63.

<sup>103</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 64.

<sup>104</sup> O azulejo utilizado numa primeira fase é semi-industrial, produzido segundo processos de repetição manuais, estampilhagem ou estampagem manual e azulejos relevados, através de moldes de madeira. Numa segunda fase, a produção azulejar é industrial, segundo meios mecânicos, através da estampagem mecânica ou decalcomania e da produção de azulejos semi-relevados, sobretudo Arte Nova. Por vezes verifica-se existirem retoques de pintura manual, nos acabamentos, e outras vezes, os contornos são estampados, sendo o desenho pintado à mão livre.

arquitectónico-urbanístico inovador e dinamizador das cidades, respondendo às necessidades de um público heterogéneo. Para além dos azulejos, foram utilizados outros elementos complementares de integração do azulejo na arquitectura, sobretudo na capital, como cercaduras, frisos, barras e cantoneiras, que permitiam adaptar o azulejo aos componentes estruturais, interpretando volumes ou definindo as mudanças de planos, conferindo grande pormenorização aos revestimentos azulejares, dinamizando e valorizando a composição simples dos alçados. A cornija e a zona da arquitrave foram substituídas, por vezes, por uma cercadura, friso ou barra, ou transformadas numa platibanda, integralmente revestida de azulejos, geralmente com padrões diferentes do da frontaria. Também se utilizaram os mais variados remates, através do uso de pináculos, urnas, vasos, figuras alegóricas, carrancas, balaústres, entre outros, atributos valorativos da integração do azulejo, transformando os edifícios em autênticos *“monumentos cerâmicos”*<sup>105</sup>.

De registar que as diversas fases da utilização dos padrões semi-industriais ou industriais foram acompanhadas por uma produção individualizada, que surgiu como reacção ao utilitarismo do azulejo em série. Os revestimentos passaram de totais a parciais, utilizados como decoração no sentido cenográfico, e adaptados por vezes, a edifícios de outra época, ou executados propositadamente para determinado local, por exemplo interiores e exteriores de estabelecimentos comerciais, ostentando frequentemente, painéis figurativos, alegóricos e/ou publicitários. Todos eles bastante utilizados, também, em estações de Caminho-de-ferro, neste caso, simulando bilhetes-postais, mostrando algumas das nossas maravilhas nacionais, artísticas, etnográficas e históricas ou belezas naturais. Estes edifícios surgem igualmente, complementados, por cartelas toponímicas, azulejadas em tons de branco, com a indicação dos nomes das localidades, geralmente, a azul ou verde.

Em Portugal podemos apreciar o valor artístico total da cerâmica decorativa, pois o nosso país ainda é um vasto e único museu vivo destes

---

<sup>105</sup> Vide Rafael CALADO, “Características do Azulejo em Portugal”, *O revestimento cerâmico na arquitectura em Portugal*, Lisboa, Estar Editora, 1998, p. 12.

espécimes azulejares, em que a arte do azulejo assumiu, assim, o lugar da “*pintura barroca*”<sup>106</sup>, num quadro mais prático, económico e original, de embelezamento de fachadas pobres e sem carácter, sobressaindo a unidade plástica, pela repetição, o equilíbrio e serenidade das aplicações, conjugadas com a simplicidade do suporte arquitectónico, sem perder o seu espírito de monumentalidade, integração na arquitectura e actualidade.

## 2.2 Azulejaria de padrão “*versus*” Azulejaria de fachada

A Arte do Azulejo<sup>107</sup> ao longo de cinco séculos de permanência em território nacional reflectiu influências externas muito diversas, o que teve como consequência a definição de linguagens próprias de acordo com a época histórica, transformando-a na nossa “*arte decorativa, mais original, que impressiona pela variedade de espécimes, continuidade da evolução, amplitude do seu emprego, e sempre o encanto das suas cores e esmaltes*”<sup>108</sup>. Isto apesar de alguns historiadores menosprezarem essa originalidade, restringindo-a às influências externas, como foi o caso de Sousa Viterbo ao afirmar que “*a maior parte dos azulejos têm o cunho estrangeiro*”<sup>109</sup>.

Já Atanazy Racziński afirmava que os azulejos “*constituem uma parte da fisionomia de Portugal*”<sup>110</sup> registando a importância que assumiam no nosso país. Por sua vez, Joaquim de Vasconcelos, a quem se devem os primeiros estudos científicos sobre azulejaria portuguesa, iniciados em 1882, reconhecia a “*superioridade decorativa dos nossos painéis de*

---

<sup>106</sup> Vide José-Augusto FRANÇA, *História da Arte em Portugal – O Pombalismo e o Romantismo*, 1ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 119.

<sup>107</sup> O termo “*azulejo*” idêntico ao termo castelhano, chega a Portugal com os primeiros exemplares importados da Andaluzia e do Levante. Etimologicamente deriva do vocábulo árabe “*al zulaicj*” que evolui para “*aljulej*” que significa pequena pedra lisa e polida, cujo sentido se liga indirectamente à imagem da pedra semipreciosa de intensa cor azul “*lâpis-lazúli*”, originária da Mesopotâmia.

<sup>108</sup> Vide Reinaldo dos SANTOS, *O Azulejo em Portugal*, Lisboa, Editorial Sul Lda., 1957.

<sup>109</sup> Citado por Reinaldo dos SANTOS, (...), Lisboa, Editorial Sul Lda., 1957.

<sup>110</sup> Vide Atanazy RACZINSKY, (conde), *Les Arts en Portugal*, Paris, 1846.

*azulejos dos séculos XVII-XVIII sobre a dos holandeses*<sup>111</sup>. Na verdade, estas diferentes posições que os investigadores foram tomando ao longo dos tempos eram fortemente condicionadas pelo tipo de azulejo em análise. A postura de Liberato Teles é bem exemplificativa desta questão, pois face ao Ciclo dos Mestres, actualmente considerado um dos períodos áureos da produção azulejar no nosso país, e já supracitado, afirmava aquele autor em 1896: “Os azulejos começam a decahir (sic) sensivelmente dos fins do século XVII em diante, perdendo, o character decorativo, peorando o desenho, enfraquecendo a invenção, e ficando reduzidos a uma côr unica: a azul”<sup>112</sup>.

Ao longo da história do azulejo verificou-se a convivência e alternância entre azulejaria figurativa e de padrão, sendo aquela por vezes, sobrevalorizada pelas características narrativas que lhe são inerentes. Contudo a Arte do Azulejo e este material em particular, conheceram uma evolução autónoma e natural a partir do século XVII, assente em características próprias, que iremos em seguida destacar, ficando conhecido este século, como o século por excelência, do azulejo de “padrão”<sup>113</sup> através de decorações globais do espaço, integradoras do azulejo na arquitectura, segundo esquemas geométricos e intuitivos, dando largas à criatividade nos campos da composição e aplicação. Importado de Espanha no século XVI o azulejo “nacionalizou-se português”<sup>114</sup> na primeira década do século XVII.

---

<sup>111</sup> Vide Joaquim de VASCONCELOS, “A cerâmica portuguesa e a sua aplicação decorativa”, *Indústria de Cerâmica*, 2ª edição, Lisboa, Bibliotheca de Instrução e Educação Profissional, 1907, pp. 3-37.

<sup>112</sup> Vide Liberato TELES, *Duas palavras sobre pavimentos*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1896, p. 234.

<sup>113</sup> “Padrão” é a unidade de repetição, isto é, constituída pelo menor número de elementos (azulejos tomados individualmente) que definem essa repetição. Vide J. M. dos Santos SIMÕES *Azulejaria em Portugal no século XVII*, Tomo I – Tipologia, 2ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997 [1971], p. 20.

<sup>114</sup> Vide J. M. dos Santos SIMÕES *Azulejaria em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 3, referindo-se ao estatuto próprio de nacionalidade, adquirido pelo azulejo “(...) na temática decorativa da padronagem policroma e nas escalas de aplicação parietal, com atrevimentos das decorações de paredes inteiras, caso particular entre as concepções ornamentais do Ocidente”.

Em Portugal e em contraponto com o país vizinho, assistiu-se a um evoluir de gostos e formas na dialéctica azulejo / arquitectura, que tornaram o azulejo um património diferenciador da cultura portuguesa. A experiência e engenho dos azulejadores na adaptação do azulejo às superfícies arquitetónicas com diferentes configurações, possibilitou a desmultiplicação do espaço, permitindo que as várias composições se integrassem perfeitamente na estrutura arquitectónica através das guarnições, tais como, frisos<sup>115</sup>, cercaduras<sup>116</sup>, barras<sup>117</sup>, cantos, e cantoneiras, desempenhando funções de limite, rematando as superfícies, separando-as por meio de molduras da cantaria, ou de outros padrões, confinando-as a uma determinada forma visual que, muitas vezes, era condicionada pelos elementos estruturais da arquitectura, modelando-os, destacando-os e acentuando o contorno dos vãos, enfim, transformando a percepção visual do espaço.

A originalidade do azulejo português residiu nessa capacidade de renovação, invenção e criação, por parte dos vários intervenientes, concretizando-se através da técnica numa visão grandiosa e sumptuosa da sua aplicação, demonstrando modernidade e versatilidade de emprego.

Outra característica importante da azulejaria de padrão é o modo de organização das composições, que ao serem aplicadas sugeriam ritmos visuais evidenciados pelas linhas diagonais (mais ou menos presentes) constituindo o contraponto das linhas verticais e horizontais da arquitectura. Estas duas malhas reticuladas sobrepostas conferiam ao espaço na visualização do todo, um ambiente de grande monumentalidade e

---

<sup>115</sup> Os frisos são “*fracções rectangulares de azulejos obtidas com o corte de um azulejo normal em duas, três ou quatro tiras. A sua colocação é feita por adição linear, juntando os frisos pelo lado menor*” *Op. Cit.* p. 127.

<sup>116</sup> As cercaduras obtêm-se por adição linear de um elemento quadrado, normalmente da mesma dimensão dos azulejos. São essencialmente reconhecíveis pela presença de dois bordos, em lados opostos, limitando entre si a decoração repetitiva. *Op. Cit.* p. 135.

<sup>117</sup> Teresa CAMPOS, *Normas de Inventário Artes Plásticas e Artes Decorativas – Cerâmica*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, 2007, p. 64, a barra é um tipo de guarnição formada por dois azulejos justapostos e sobrepostos, rematados por cantos.

dinamismo caracterizando assim a designada “*escala portuguesa*”<sup>118</sup>. A padronagem foi largamente usada em decorações interiores de arquitecturas grandiosas, produzida muitas das vezes, por artífices com “*formação rudimentar no campo das artes plásticas, [o azulejo] conseguiu adquirir aspectos sumptuosos e monumentais*”<sup>119</sup>. Muitos dos edifícios cujos interiores foram forrados a azulejos demonstram o domínio desta arte por parte dos azulejadores [ladrilhadores], que parece à primeira vista intuitivo. Mas esta aparente simplicidade resultou, na realidade, de uma conjugação de factores, tais como a escolha dos padrões mais adequados para determinado espaço, as texturas e cores, a escala, mediante a adaptação dos azulejos às diversas superfícies e o seu enquadramento, através da delimitação e demarcação de elementos arquitectónicos estruturais, sem esquecer a interacção visual entre os vários padrões. Esta habilidade foi responsável, em grande parte dos casos, por uma articulação entre ornamento e estrutura, na qual o azulejo surge ligado de tal forma aos edifícios que parece fazer parte integrante deles<sup>120</sup> (Fig. 10).

[Fig. 10 – Castelo de Vide | Igreja de Nossa Senhora da Alegria | abóbada da capela-mor]

Entendido enquanto património integrado na arquitectura, o azulejo deve ser compreendido como parte de um todo (Fig. 11, 12) para o qual foi originalmente concebido, valorizando esteticamente o espaço e assim se

---

<sup>118</sup> Vide Rafael Salinas CALADO, *Azulejo - 5 Séculos do Azulejo em Portugal*, Lisboa, Correios e Telecomunicações de Portugal, 1986, p. 13.

<sup>119</sup> Vide Barros VELOSO, Isabel ALMASQUÉ, *Azulejaria de Fachada em Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1989, p. 13. Alguns dos pintores do designado Ciclo dos Mestres, da azulejaria figurativa, eram pintores eruditos, que também pintavam a óleo.

<sup>120</sup> Vide J. M. dos Santos SIMÕES, “Azulejos numa terra de muitas cores”, *Estudos de Azulejaria*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001, p. 169, refere: “(...) incorporados no edifício como fazendo parte da própria pedra (... )” e ainda J. M. dos Santos SIMÕES, “O Panorama do Azulejo em Portugal”, (...), Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001, p. 253, destaca novamente a versatilidade do azulejo: “(...) a forma espantosa como se adapta como complemento da arquitectura é outra característica do azulejo (...)”

tornando, “(...) parte do próprio edifício, equiparando-se aos ornamentos arquitecturais ou à talha dourada (...)”<sup>121</sup>.

[Fig. 11, 12 – Castelo de Vide| Igreja de Nossa Senhora da Alegria| Igreja de São Tiago| fecho das abóbadas]

O revestimento azulejar era resultado de um trabalho de equipa, que começava depois da encomenda ter sido efectuada, e que envolvia, para além do encomendador que ditava as linhas gerais do que pretendia, o oleiro, o pintor ou o azulejador, testemunhando ainda um acumular de experiências e práticas que se iam reflectindo nas múltiplas soluções de concepção e aplicação visíveis um pouco por todo o país.

Este engenho e mestria que se manifestou, desde logo, na aplicação de azulejos hispano-mouriscos no final do século XV, foi ganhando raízes cada vez mais profundas, nunca abandonando um saber que foi passando de geração em geração, persistindo e enriquecendo-se com as preferências de cada época, em que o azulejo de padrão foi aplicado com um enorme rigor, e de acordo com uma tradição e compreensão da arquitectura e do espaço. A riqueza e diversidade decorativa e formal foram expressas nas múltiplas composições que cada padrão podia determinar, quando conjugados de diferentes modos, a partir do mesmo módulo de azulejos, originando composições totalmente distintas, e por vezes de grandes dimensões, designadas de “*tapete*”<sup>122</sup>, à semelhança das tapeçarias que outrora eram penduradas nas paredes, embelezando o espaço.

Em finais do século XVI, predominavam os padrões de origem sevilhana, contribuindo com as suas formas e técnicas de aplicação para o surgimento do “*tapete português*”. As origens do “*tapete nacional*” remontam aos azulejos mudéjares que entre nós revestiam os panos

---

<sup>121</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>122</sup> Denominamos “*tapete*” em azulejaria, a composição para revestimentos parietais cujo efeito decorativo resulta da repetição regular de “*padrões*”. O “*tapete*” é teoricamente infinito, daí o seu valor decorativo, enquanto o “*padrão*” pode isolar-se e definir-se pelo número de elementos que o completam e pelo “*módulo de repetição*”. Vide J. M. dos Santos SIMÕES *Azulejaria em Portugal no século XVII*, Tomo I – Tipologia, (...), 1997 [1971] p. 20.

murários de Palácios e Igrejas<sup>123</sup> com laçarias e encadeados geométricos, acabando por generalizar-se entre nós mais que os motivos, um gosto mourisco pelo excesso decorativo, traduzido no revestimento total do espaço, numa espécie de horror ao vazio<sup>124</sup>. Estas composições de tapete obtidas pela multiplicação de um motivo ornamental – padrão<sup>125</sup> – apresentavam os mais variados desenhos<sup>126</sup> formando verdadeiras

---

<sup>123</sup> Vide Paulo HENRIQUES (coord.), *Museu Nacional do Azulejo - Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Edições Asa, 2003, p. 34, mencionando dois exemplos de edifícios azulejados com este género de revestimento parietal, como é o caso, dos azulejos hispano-mouriscos produzidos em Sevilha, encomendados em 1508, por D. Manuel I para o Palácio Real de Sintra, com o intuito de decorar várias salas, apresentando grande variedade de padrões e técnicas, corda-seca, aresta, esgrafitados e relevados. Joaquim de Vasconcelos, referindo-se ao Paço de Sintra, escreve: “(...) é um verdadeiro museu de azulejos de alto relevo, dos mais raros e mais antigos que possuímos”, citado por José QUEIRÓS, *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. (...), 3ª edição, Lisboa, pp. 199-200.

Outra importante encomenda deste tipo de azulejos foi a do Bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida em 1503, para revestir integralmente o edifício românico, catedral daquela cidade, a Sé Velha de Coimbra. Vide José QUEIRÓS, *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. (...), 3ª edição, Lisboa, p. 200, referindo-se ao revestimento azulejar da Sé Velha de Coimbra, afirmando: “Não era menos rica a colecção de Coimbra, a maior parte da qual revestia as paredes e suportes da grande nave da Sé Velha (...)”, recordando outros revestimentos azulejares de igual modo importantes: “De igual género são alguns da Bacalhoa, de Beja e de tantos outros pontos do Alentejo e do Algarve. Há-os ainda em Lisboa - resto de grande quantidade - e em Benfca, nos jardins do Palácio Fronteira, de reflexos metálicos e muito valiosos.” Passado o meado do século XVI fizeram-se azulejos em Portugal, existindo alguns de 1565 colocados na Quinta da Bacalhoa, em Azeitão, referido por J. M. dos Santos SIMÕES, “O Panorama do Azulejo em Portugal”, (...), Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001, p. 254. Vide Reinaldo dos SANTOS, *O Azulejo em Portugal*, Lisboa, Editorial Sul Lda., 1957, p. 71, apontando o 3.º quartel do século XVI, concretamente a data de 1565, e a decoração azulejar da “Casa do Prazer” e “Casa da Índia” da Quinta da Bacalhoa, como estando na origem do nosso tapete do século XVII.

<sup>124</sup> Vide Paulo HENRIQUES, *A Arte do Azulejo em Portugal*, Lisboa, Instituto Camões, 2002, p. 13.

<sup>125</sup> “Padrão” é a unidade de repetição, isto é, constituída pelo menor número de elementos (azulejos tomados individualmente) que definem essa repetição. Vide J. M. dos Santos SIMÕES *Azulejaria em Portugal no século XVII*, Tomo I – Tipologia, 2.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997 [1971], p. 20.

<sup>126</sup> Vide J. M. dos Santos SIMÕES *Azulejaria em Portugal no século XVII*, Tomo I – Tipologia, (...), 1997 [1971] pp. 22-23. No século XVII o processo de fabrico do azulejo era artesanal, manufacturado nas olarias e posteriormente pintado. A matriz do desenho, já com as cores que deveria apresentar, era picotada sobre os contornos, e colocada sobre o azulejo a decorar, com uma camada de “vidro seco”. O desenho era “estresido” com o auxílio de uma “boneca de pano”, transferindo-se

tapeçarias cerâmicas (Fig. 13) com a respectiva guarnição, sendo comum a aplicação de diferentes padrões em sucessivos níveis dentro do edifício, encontrando-se habitualmente, num nível mais elevado, os padrões de módulo maior e num nível inferior, mais próximo do observador, os de módulo mais reduzido (Fig. 14). Todavia, são necessários estudos mais aprofundados para podermos afirmar que esta era a regra.

[Fig. 13 – Caldas da Rainha| Igreja de Nossa Senhora do Pópulo | composição tipo “tapete”]

[Fig. 14 – Canha - Montijo| Igreja de Nossa Senhora da Oliveira |lado da Epístola]

Muitos dos motivos, devido ao grande número de variantes (ao nível da cor ou do desenho), são passíveis de ser agrupados através de semelhanças formais ou esquemáticas a que, mais tarde, em meados do século XIX, se juntou a questão da técnica e textura.

A azulejaria portuguesa do século XIX soube conservar toda esta tradição, que se prolonga na azulejaria de padrão a azul e branco e no período pombalino, reinventando-se nos esquemas de padronagem anteriores, mas sem descurar o sentido estético. Isto apesar do início do século XIX, devido às convulsões sociais e políticas que alastravam pelo país, entre as quais nos permitimos destacar as invasões napoleónicas, a partida da corte para o Brasil, a independência desta colónia, e ainda com as lutas liberais se ter assistido a uma quebra na produção azulejar que,

---

para o azulejo o desenho desejado, mantendo-se os contornos sempre iguais. A pintura propriamente dita era feita por aprendizes, sobretudo crianças, que cobriam o tracejado com as cores aplicadas a pincel. Depois de pintados eram entregues novamente à olaria para uma segunda cozedura. Quando a matriz picotada era substituída, devido ao uso, havia o cuidado de reproduzir outra exactamente igual. Contudo por vezes eram introduzidas ligeiras variantes, o que explicava que num mesmo lote de azulejos, saídos da mesma matriz, se registassem pequenas alterações. Quando se tratava de uma encomenda especial, poderia criar-se uma variante ou até mesmo um novo modelo, o que permite reconhecer núcleos com desenhos individualizados. No Porto a produção era sobretudo em função das encomendas, com a execução de um número predeterminado de exemplares, cujos modelos poderiam ser propositadamente escolhidos pelo encomendante, daí a existência nestas zonas de grande variedade de padrões “*especiais*”. As oficinas lisboetas por sua vez, e de um modo geral, produziram a grande maioria de azulejos encomendados, com modelos que se mantiveram e permaneceram ao longo da centúria.

por falta de clientela, praticamente estagnou<sup>127</sup>. O ressurgir desta arte ocorreu, essencialmente, a partir da segunda metade do século XIX, quando um grande número de edifícios urbanos passou a exibir ornamentação cerâmica na frontaria, a designada “azulejaria de fachada”<sup>128</sup>. A utilização crescente da azulejaria de fachada surge, principalmente, como um fenómeno urbano, se bem que aliado a uma corrente de gosto incrementada a par da crescente industrialização e desenvolvimento tecnológico, em que as fachadas principais eram revestidas por azulejos multicores, por vezes complementadas com outro tipo de artefactos cerâmicos (Fig. 15, 16).

[Fig. 15, 16 – Barreiro | Imóvel na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 233 | Imóvel na Travessa do Loureiro n.º 3 formando gaveto com a Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar]

Na verdade, os revestimentos integrais de fachadas, “*consideradas tradicionalmente medíocres e decadentes, são pelo contrário uma das manifestações mais interessantes do azulejo português*”<sup>129</sup> originando composições monumentais de grande riqueza e complexidade, na senda da tradição azulejar de seiscentos. Esta dialéctica entre estrutura e decoração, com “*o emprego do azulejo permite alcançar uma situação de síntese (...) o facto de ser um elemento tradicional de decoração a intervir, positivamente, numa definição de estruturas, o facto de tal elemento funcionar ao nível estrutural, “se tornar estrutura”, é um fenómeno que deve*

---

<sup>127</sup> Vide J. M. dos Santos SIMÕES, “Azulejaria Romântica”, (...), Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001, p. 320, mencionando que por “(...) falta de clientela, o azulejo (...) estava condenado a desaparecer” e ainda Vide J. M. dos Santos SIMÕES, “Azulejo”, (...), Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001, p. 324, referindo “(...) que praticamente deixa de se produzir azulejo em Portugal” e ainda Luísa de Orey Capucho ARRUDA, (...), *História da Arte Portuguesa*, 1ª edição, vol. 3, Barcelona, Círculo de Leitores, 1995, p. 409, informa que “(...) entre 1809 e 1840 a produção azulejar é quase inexistente devido às sucessivas crises que o País atravessa”.

<sup>128</sup> IDEM *Ibidem*, pp. 407-437.

<sup>129</sup> Vide José MECO, *Azulejaria Portuguesa*, Amadora, Bertrand Editora, 1985, p.76.

ser sublinhado dentro da história da arquitectura portuguesa”<sup>130</sup>. Para muitos as rotineiras tarefas do quotidiano, decorrem sob a cintilância de paredes cerâmicas, em que inconscientemente ou por excesso de habituação, o azulejo acaba por fazer parte integrante das imagens acumuladas, que vão formando o arquivo da memória colectiva de um povo<sup>131</sup>.

O ressurgir da azulejaria de fachada em Portugal reside para além do seu carácter duradouro, em vários factores, de âmbito estético, mental, social, a proximidade a centros produtores de azulejo, a dicotomia entre mundo urbano / rural, as acessibilidades, o factor económico e o sentimento de pertença a um determinado grupo social, vislumbrando-se na fachada principal do edifício um pouco do gosto decorativo e intimismo que gozavam no interior da habitação, “*transpondo para o exterior o carácter interior dos seus habitantes*”<sup>132</sup>.

Os novos encomendantes passam a ser sobretudo a burguesia endinheirada formada por proprietários, negociantes comerciais ou industriais, detentores de cargos administrativos e com profissões liberais, que emergiram com alguma consistência após 1834, e foram ganhando importância no decorrer da centúria. No sentido de se afirmarem social e economicamente, mandam construir edifícios azulejados ou adaptam e decoram outros já construídos, desejando demonstrar essa ascensão. As fachadas das suas casas tornaram-se assim, um símbolo de riqueza e poder. Porém, a sociedade “*tradicional*” não aceitou pacificamente este género de decoração de fachadas de edifícios habitacionais, consideradas de mau gosto, tornando-as objecto de mordazes críticas e pondo-as a ridículo nos meios artísticos e intelectuais da época, como por exemplo, em algumas obras literárias de Camilo Castelo Branco: “(...) *onde mandaria edificar um palacete de azulejo cor de gema de ovo, com terraço no tecto*

---

<sup>130</sup> Vide José-Augusto FRANÇA, *A Arte em Portugal no Século XIX*, 1 vol., Lisboa, Bertrand Editora, 1966, pp. 368-369.

<sup>131</sup> Vide Rafael CALADO, “A Tradição do Azulejo como Revestimento”, *Boletim Municipal de Cultura - Encontro Azulejaria de Fachada...de Aveiro*, Ano XIX, n.º 37, Aveiro, 2001, p. 33.

<sup>132</sup> Vide Rafael Salinas CALADO, *Azulejo - 5 Séculos do Azulejo em Portugal*, Lisboa, Correios e Telecomunicações de Portugal, 1986, p. 13.

*para quatro estátuas simbólicas das estações do ano, e dois cães de bronze, em baixo, sobre as ombreiras do portão de ferro (...)*<sup>133</sup> e Júlio Dinis “(...) veio edificar uma casa no sítio em que nascera, uma casa grande, de cantaria e azulejo, com três andares e varandas, jardim com estátuas de louça e alegretes pintados de verde e amarelo, o qual jardim tinha mais fama naquelas aldeias vizinhas, do que os jardins suspensos da Babilónia (...)”<sup>134</sup> e “Vão-se os olhos naquilo! Esta maravilha architectónica devem-na as artes ao gosto e génio pinturesco de um rico mercador que veio das luxuriantes selvas do Amazonas, com todas as cores que lá viu de memória e todas aqui fez reproduzir sob o inspirado pincel de trolha”<sup>135</sup> passando a ser designadas de “casas de brasileiro”, “casas de azulejo” ou “casa de penico”.

A questão da introdução em Portugal do gosto em revestir fachadas com azulejos e outros artefactos cerâmicos tem vindo a ser discutida nas últimas décadas, por alguns investigadores, que procuram contrariar a ideia há muito enraizada da influência brasileira. Tradicionalmente, a ideia de revestir integralmente as fachadas dos edifícios com azulejos de padrão, foi atribuída aos chamados “brasileiros de torna-viagem”, ou seja, emigrantes regressados à Pátria, com fortuna, que aplicavam em terras lusas uma tendência que se verificava no Brasil desde o século anterior.

A utilização do azulejo no Brasil ascende, pelo menos, a 1630, ano a que se pensa remontar o mais antigo revestimento<sup>136</sup>. Muito embora os azulejos pudessem ser embarcados, “servindo de lastro aos navios que efectuavam as trocas comerciais durante os séculos XVII e XVIII”<sup>137</sup>, a verdade é que há registo de importantes encomendas nas centúrias referidas, como por exemplo, os painéis de azulejo que revestem o claustro

---

<sup>133</sup> Vide Camilo Castelo BRANCO, *Eusébio Macário*, Sacavém, Polimpresso, 1987, p. 64.

<sup>134</sup> Vide Júlio DINIS, *A Morgadinha dos Canaviais*, 3ª edição, s.l., Editora Ulisseia, 1992, p. 164.

<sup>135</sup> Vide Camilo Castelo BRANCO, *O Senhor de Paço de Ninães*, Lisboa, 1966, pp. 23-24.

<sup>136</sup> Vide Luís Fernandes PINTO, *Azulejo e arquitectura - Ensaio de um arquitecto*, Lisboa, Edição Getecno Lda., 1994, p. 106.

<sup>137</sup> Sandra Araújo de AMORIM, *Azulejaria de fachada na Póvoa de Varzim (1850-1950)*, Póvoa de Varzim, 1996, p. 28.

da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, em São Salvador da Baía<sup>138</sup> no Brasil (Fig. 17, 18). São uma série de painéis figurativos, considerados dos mais significativos conjuntos azulejares existentes fora de Portugal<sup>139</sup>, executados no século XVIII.

[Fig. 17 - Brasil - São Salvador da Baía | Igreja da Ordem Terceira de São Francisco | vista parcial de uma das alas do claustro]

[Fig. 18 - Painel com a Torre de Belém]

Segundo Santos Simões “o conhecimento do azulejo nas terras de Vera Cruz, não é um complemento ou aditamento ao estudo dos azulejos portugueses, mas em alguns casos, prolegómeno da sua história evolutiva (...)”<sup>140</sup>. Este investigador, a par de Mário Barata e de Dora Alcântara, fixaram o final de 1830 início de 1840<sup>141</sup>, como os anos da generalização do uso dos revestimentos azulejares, em fachadas, no Brasil.

No entanto, em Portugal, o azulejo nunca deixou de ser utilizado durante a primeira metade do século XIX, embora possa ter sido no Brasil que se acentuou essa utilização, no decurso do que era prática no século anterior, de revestir alguns edifícios religiosos, nomeadamente, frontarias e torres de igrejas, com azulejos brancos, de fabrico manual, com tonalidades irisadas e reflexos nacarados<sup>142</sup>. Era objectivo desta prática

---

<sup>138</sup> Vide João Miguel dos Santos SIMÕES, *Azulejaria Portuguesa no Brasil (1500-1822)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1965, e ainda “Iconografia Lisboeta em azulejos no Brasil – Vistas de Lisboa em painéis de azulejos na cidade de Salvador”, *Revista Oceanos*, Azulejos Portugal e Brasil, n.º 36/ 37, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, 1999, pp. 20-50.

<sup>139</sup> Representam Lisboa antes do Terramoto de 1755 e cenas do cortejo nupcial de D. José e de D. Maria Ana de Áustria aquando do seu casamento em 1729, parte deles atribuídos, a Bartolomeu Antunes, datados de 1737. Vide João Miguel dos Santos SIMÕES, “Iconografia Lisboeta em azulejos no Brasil – Vistas de Lisboa em painéis de azulejos na cidade de Salvador”, *Revista Oceanos*, Azulejos Portugal e Brasil, n.º 36/ 37, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, 1999, p. 21, referindo-se a este conjunto azulejar: “Azulejos mandados vir propositadamente (...) fazem deste núcleo um verdadeiro museu comparável apenas, com o seu vizinho Convento de São Francisco”.

<sup>140</sup> Citado por Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, pp. 35-36.

<sup>141</sup> É apontada a data de 1830, para o início do revestimento de fachada em São Luís do Maranhão. *Op. Cit.* p. 36, nota 34.

<sup>142</sup> Vide José MECO, *O Azulejo em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 242.

embeleazar os edifícios, proporcionando efeitos decorativos surpreendentes e inesperados.

Embora não haja acordo total entre os investigadores referidos, sobre se foi no Brasil que esta prática de azulejar fachadas, se desenvolveu e consolidou, mais recentemente, Ana Margarida Portela Domingues defendeu não ser de todo correcto, afirmar-se que tenha sido na colónia, que se verificou o azulejamento de fachadas em primeiro lugar, isto porque esta moda *dependeu muito do azulejo de fabrico português e sobretudo em regiões onde foi maior o peso relativo da imigração proveniente de Portugal*<sup>143</sup>. Seria pois de supor que essas fábricas já produzissem o mesmo tipo de produto para consumo interno e que a influência se registasse no sentido oposto. Por sua vez, em 1845, o Conde Raczynski, no seu livro “*Les Arts au Portugal*”, mencionava na carta 24 as “*casas recobertas desde a base até ao tecto*”, testemunhando que é praticamente simultâneo o surgimento do uso da azulejaria em Portugal e no Brasil.

Ao regressar os emigrantes iriam, naturalmente, utilizar o que estava em voga e que era privilegiado pelas elites locais, no sentido da afirmação social e demonstração de poder económico, seguindo tendências cosmopolitas e progressistas, sendo que a *disseminação do gosto da azulejaria de fachada a partir das elites*<sup>144</sup> não se verificou em todas as tipologias arquitectónicas indiscriminadamente.

### **2.2.1 A utilização do azulejo de padrão nas fachadas oitocentistas – breve caracterização**

Tal como a azulejaria de padrão do século XVII o azulejo oitocentista foi concebido para ser aplicado numa determinada área, articulando-se com a superfície a revestir. A partir de meados do século XIX a experiência e a habilidade dos azulejadores continua a manifestar-se na adaptação do azulejo às superfícies arquitectónicas com diferentes configurações,

---

<sup>143</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, p. 74.

<sup>144</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 60.

transformando a percepção visual do espaço, animando e enchendo de brilho e colorido a paisagem urbana do país. O revestimento total dos panos murários, ou mais precisamente das fachadas, obrigava à organização dos diferentes elementos e ao remate adequado de cada plano, sempre que a superfície era interrompida ou mudava de direcção. Para tal foram usados frisos, cercaduras e barras, sobretudo em Lisboa e no Sul do país, respeitando criteriosamente elementos estruturais da arquitectura, modelando-os e demarcando-os. Algumas fábricas chegaram a conceber em conjunto o padrão e os respectivos elementos complementares de ornamentação cerâmica, que apresentavam, geralmente, idêntica composição e paleta cromática, como fica bem expresso nas imagens seguintes (Fig.19, 20).

[Fig. 19, 20 – Fábrica Viúva Lamego (?) | Fábrica de Louça de Sacavém | frisos contornando os vãos e delimitando o revestimento azulejar em consonância com o padrão]

Apesar da simplicidade dos módulos de padrão do século XIX, estes ao serem transpostos para o azulejo segundo determinada técnica e textura por exemplo, estampagem ou semi-relevados e utilizando cores e vidrados diferentes, originavam a partir do mesmo desenho, composições totalmente distintas, de grande riqueza e diversidade decorativa (Fig. 21, 22).

[Fig. 21 – Fábrica de Louça de Sacavém | módulo de padrão | técnica de estampagem e variante de cor]

[Fig. 22 – Fábrica de Louça de Sacavém | idêntico módulo de padrão semi-relevado]

Numa linha de evolução que conserva a memória da azulejaria dos séculos precedentes, são utilizados padrões imitando modelos hispano-mouriscos ou o motivo “*ponta de diamante*”, ambos originalmente de produção sevilhana. Também os motivos geométricos sugerindo as soluções de enxaquetados do século XVI (Fig. 23, 24, 25) foram uma opção, assim como as composições de “*tapete*” do século XVII, nas suas muitas variantes de cor, desenho e textura, agora produzidas segundo

técnicas inovadoras que permitiram, ao mesmo tempo, reproduzir os padrões em larga escala e divulga-los através de catálogos e exposições. Alguns desenhos inspiraram-se, ou copiaram modelos estrangeiros, ainda que adaptados ao gosto português.

[Fig. 23, 24, 25 – Padrões imitando os antigos| hispano-mouriscos| ponta de diamante| enxaquetados]

Em consequência da industrialização e dos avanços tecnológicos a produção de azulejos abandonou o carácter artesanal que a havia caracterizado anteriormente, adoptando numa primeira fase, técnicas de produção semi-industriais, através de processos de repetição manuais, como a estampilhagem<sup>145</sup> (Fig. 26) ou a estampagem manual ou produzindo-se azulejos semi-relevados e relevados, estes conseguidos através de moldes de madeira. A utilização de novos processos de fabrico, numa segunda fase, passou a utilizar o azulejo em pó de pedra<sup>146</sup> decorado através da estampagem<sup>147</sup> mecânica ou decalcomania (Fig. 27),

---

<sup>145</sup> Vide Mário Armando Oliveira SOARES, *Técnicas de decoração em azulejo*, Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 1983, p. 15, “(...) a pintura era feita manualmente, à trincha, sobre papel encerado e recortado com os desenhos pretendidos [estampilha], seguidamente colocada sobre a superfície do azulejo, revestida previamente, por esmalte estanífero. Ao retirar a estampilha, os desenhos, correspondentes aos recortes, ficavam pintados nos azulejos. Para cada cor usava-se uma estampilha diferente, consoante o número de cores necessárias. (...)” A pintura era feita à trincha sendo observáveis por vezes, as marcas das cerdas do pincel e/ou ligeiros alastramentos de tinta junto dos limites da superfície. Estes dois elementos eram diferenciadores nesta técnica de fabrico.

<sup>146</sup> O azulejo em pó de pedra, podia receber directamente o desenho na superfície branca, necessitando apenas da aplicação de uma camada de vidro incolor, de óxido de chumbo. Ao dispensarem o esmalte estanífero [que origina o fundo branco, nas placas de barro amarelo] tornavam-se mais fáceis de produzir e mais baratos. A produção executada em Lisboa era diferente da do Porto, esta usava várias cores na impressão, enquanto na capital, a decoração era efectuada com uma só cor, através de ponteados finos, assemelhando-se à designada loiça do cavalinho [alusão à loiça inglesa de Davenport]. Vide Sandra Araújo de AMORIM, *Azulejaria de fachada na Povoia de Varzim (1850-1950, (...))* 1996, p. 92 e A. J. Barros VELOSO, Isabel ALMASQUÉ, *O azulejo português e a Arte Nova*, Lisboa, Coleções História da Arte, Edições Inapa, 2000, p. 58.

<sup>147</sup> Vide Mário Armando Oliveira SOARES, *Técnicas de decoração em azulejo*. (...), 1983, p. 15, “(...) as fábricas que utilizaram uma pasta bastante clara – o pó de pedra – passaram a decorar os azulejos sobre a chacota, aplicando depois um banho de vidro transparente à base de chumbo, poupando assim o estanho por

produzindo-se azulejos semi-relevados (Fig. 28), estes já não eram executados em formas de madeira, mas prensados numa máquina com a ajuda de um molde e um contra molde, o que permitia a criação de placas mais finas, mas com desenhos menos expressivos, mais ténues e subtis, do que nos azulejos relevados. Passou-se a utilizar também, a técnica de tubagem<sup>148</sup>.

[Fig. 26, 27, 28 – Padrões segundo a técnica de estampilhagem|  
estampagem mecânica| semi-relevado]

Em suma estes foram alguns dos factores a ter em conta neste fenómeno da azulejaria de fachada,<sup>149</sup> em que o desenvolvimento da actividade industrial, com o surgir de novas fábricas, como por exemplo, a Fábrica Roseira, fundada em 1834, especificamente destinada à produção de azulejos, foi determinante, bem como a evolução das técnicas de fabrico, que passaram da pintura manual para processos de reprodução mecânica e o regresso à padronagem, caracterizaram a azulejaria desta época.

---

*se tratar de um produto caro. Nas empresas mais industrializadas utilizavam-se estampilhas de zinco, sendo a tinta aplicada por “aerógrafo” [pistola] directamente na chacota. O vidro transparente, utilizado no azulejo em pó de pedra, provocava uma secura na decoração e a utilização de diferentes tipos de vidrados resultava em cores diferentes, por exemplo, com o vidro estanífero o azul-cobalto e o verde-cobre, ficavam mais esbatidos [chamado pelos ceramistas chorado]. (...)”* Tal como aconteceu com os azulejos estampilhados, os padrões utilizados tinham por vezes influências estrangeiras, inglesa, francesa e holandesa, através de catálogos, da importação de matrizes ou da divulgação de tecidos ou papéis de parede.

<sup>148</sup> É o caso da produção de azulejos relevados da fábrica Lusitânia [inaugurada em 1890 por Sylvain Bessière, também conhecida por fábrica do “francês”]. Aquele tipo de azulejos produzidos segundo a técnica de tubagem, em que o relevo era obtido através de um fio de barro líquido, aplicado por meio de tubos sobre o azulejo, marcava os limites das zonas a serem esmaltadas. *Vide* Teresa SAPORITI, *Azulejos de Lisboa do século XX*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, p. 105 e A. J. Barros VELOSO, Isabel ALMASQUÉ, *O azulejo português e a Arte Nova*, Lisboa, Coleções História da Arte, Edições Inapa, 2000, p. 62 e José MECO, *Azulejaria Portuguesa*, Amadora, Coleção Património Português, Bertrand Editora, 1985, p. 84.

<sup>149</sup> *Vide* Luísa de Orey Capucho ARRUDA, *Azulejaria nos Séculos XIX e XX, História da Arte Portuguesa*, 1ª edição, vol. 3, Barcelona, Círculo de Leitores, 1995, p. 407.

### 2.3 Ornamentação cerâmica complementar à azulejaria de fachada

Para além do revestimento azulejar muitas fachadas ostentam outro tipo de artefactos cerâmicos complementares<sup>150</sup>, já mencionados, tais como estátuas, vasos, urnas, pinhas, globos, balaustradas e florões cerâmicos que, paralelamente à utilização das cantarias lavradas e do ferro forjado, complementam e decoram os edifícios particulares e públicos que constituem a malha urbana de muitas cidades do país. No entanto nem sempre o revestimento azulejar coexistiu com a outra ornamentação cerâmica, isto porque certa tipologia de imóveis se coaduna, com a aplicação deste tipo de artefactos e não com o revestimento em azulejos<sup>151</sup>. A utilização destes artefactos cerâmicos sendo já frequente no Antigo Regime<sup>152</sup>, em igrejas e palácios, quase sempre resguardada dos olhares públicos (como sucedia no Palácio de Queluz) foi posterior à azulejaria de fachada. Tal como o azulejo (Fig. 29) este tipo de ornatos começou por ser aplicado primeiramente, em jardins privados, tanques, fontes, canais, ou seja, em espaços exteriores, em correlação mútua, animando superfícies, unificando espaços como sejam varandas, galerias e fazendo a transição para escadas e terraços.

[Fig. 29 – Palácio Nacional de Queluz| vista panorâmica do Canal dos Azulejos| séc. XVIII]

A utilização da estatuária e de outros artefactos cerâmicos como remate, aplicado no coroamento de edifícios, procurava a aproximação a uma arquitectura de inspiração na Antiguidade Clássica, concretamente,

---

<sup>150</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*, (...), 2009, p. 1, refere que “ (...) A ornamentação cerâmica na arquitectura é geralmente associada à azulejaria, quando pode ir muito além desta forma de arte, dependendo das épocas. (...)”

<sup>151</sup> Muitas fachadas, para além do revestimento azulejar, ostentam outro tipo de artefactos cerâmicos complementares, tais como estátuas, vasos, urnas, pinhas, globos, balaustradas e florões cerâmicos. Em Portugal, as estátuas e vasos tanto poderiam ser aplicados em fachadas como em jardins, embora subsistindo esta utilização, e sendo a pedra, o material em que eram muitas vezes fabricados.

<sup>152</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, p. 148.

nos modelos do imperialismo romano, lavrados em mármore, (Fig. 30, 31) em que a aplicação de estatuária alegórica no coroamento de fachadas ou em praças públicas era muito comum, mas acabando, ao longo dos tempos, por cair em desuso pelo seu carácter elitista e oneroso, não sendo acessível a todos nem a todas as cidades.

Os modelos clássicos eram a fonte de inspiração de quase todos os vasos, urnas, balaustradas e estátuas executados para jardins de aparato e remate de fachadas posteriores, que não à face da rua, dos finais do século XVIII, inícios do XIX (Fig. 32).

[Fig. 29 – Palácio Nacional de Queluz| fachada sul do Pavilhão Robillion |estátuas no coroamento do edifício |jardim com balaustradas, vasos e estátuas]

[Fig. 30– Palácio Nacional de Queluz| esfinge em pedra mármore |séc. XVIII]

[Fig. 31 – Palácio Nacional de Queluz| aspecto geral do Jardim de Malta]

[Fig. 32 – Palácio Nacional de Queluz| aspecto geral da Escadaria Robillion ou Escadaria dos Leões |vasos no remate do edifício na escadaria e jardim]

[Fig. 33 – Palácio Nacional de Queluz| aspecto geral da Escadaria Robillion ou Escadaria dos Leões |vasos no remate do edifício na escadaria e jardim]

Em Portugal as estátuas e vasos aplicados quer em fachadas quer em jardins (Fig. 33), eram fabricados principalmente em pedra, existindo poucos exemplares em cerâmica, sendo estes geralmente criados para preencherem nichos, na frontaria de algumas igrejas e não como remate. Entre nós terá sido a Real Fábrica de Louça do Rato, a primeira a fabricar este tipo de peças em material cerâmico. Eram em faiança geralmente desprovidas de cor, vidradas a branco, de aspecto sedutor, pose clássica e elegante, acompanhadas dos seus atributos, assentes sobre pedestais ou peanhas, e destinadas a determinados locais do jardim, colocadas sobre estruturas arquitectónicas executadas para o efeito ou sobre chafarizes ou espelhos de água. Os bustos de menores dimensões eram colocados em nichos, sendo que alguns, assim como estátuas de menores dimensões, já seriam utilizados na decoração do interior da casa<sup>153</sup>.

---

<sup>153</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, p. 125

Estes artefactos tridimensionais eram produzidos com recurso a moldes e contra-moldes sofrendo posteriormente, em alguns casos, apontamentos de pintura manual, conferindo-lhe uma policromia que realçava as formas e enriquecia o conjunto, no entanto, as peças policromas eram escassas. Estes artefactos em faiança vidrada de branco eram peças decorativas bem aceites pelas elites mas ao alcance de poucos<sup>154</sup>.

As estátuas alegóricas ou mitológicas em cerâmica foram utilizadas entre nós, no último terço do século XVIII, inicialmente em alguns jardins privados<sup>155</sup> de carácter intimista, caso do jardim da Quinta dos Azulejos, cujo traçado, azulejos e restante ornamentação, datam de meados do século XVIII até cerca de 1785<sup>156</sup> (Fig. 34, 35). Eram usadas em espaços menos solenes e mais pitorescos, razão pela qual não surgiram, certamente, no remate de fachadas principais, coexistindo em fachadas secundárias e posteriores, com estátuas de pedra<sup>157</sup>, ganhando estas destaque, pelo material e pelas dimensões. As estátuas pretendiam de um modo geral, transmitir uma mensagem, enquanto a aplicação dos vasos e urnas, dependia muito das características da fachada, função do prédio e da existência ou não de platibanda / balaustrada, sendo que estas terão surgido em prédios urbanos colocados em banda, primeiramente em Lisboa e só alguns anos depois no Porto<sup>158</sup>, em meados da década de 1850.

[Fig. 34, 35 – Lisboa – Paço do Lumiar | Quinta dos Azulejos | revestimento azulejar alguns vasos cerâmicos policromos e estátuas]

---

<sup>154</sup> *Op. Cit.*, p. 125.

<sup>155</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 132.

<sup>156</sup> Vide Maria Alexandra Trindade Gago da CÂMARA, *Azulejaria do século XVII – Espaço Lúdico e Decoração na Arquitectura Civil de Lisboa*, Lisboa, Civilização Editora, 2007, p. 179, a autora refere as três campanhas de revestimento cerâmico que o jardim sofreu, sendo a primeira fase de 1745-50, uma segunda fase de 1750-1785 de grande variedade estética e a terceira fase de 1760-1785.

<sup>157</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, p. 137.

<sup>158</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 158.

Com o surgir de alguns edifícios públicos sem função de habitação, tais como teatros, academias, bibliotecas, museus, etc., utilizados pelas elites urbanas, este tipo de decoração tornou-se importante para os destacar e caracterizar. Os vasos e urnas começaram a ser utilizados no coroamento das fachadas principais, também por parte de uma classe burguesa endinheirada, no sentido de as nobilitar sem tornar muito dispendiosas, já que este tipo de artefactos cerâmicos conferia maior imponência e requinte às fachadas, podendo a disseminação do seu uso nas periferias, relacionar-se com os “*brasileiros de torna-viagem*”<sup>159</sup>, ao contrário do uso do azulejo empregue no revestimento de fachadas. No ambiente cosmopolita finais do século XIX início do XX, esta burguesia endinheirada, adepta de uma arquitectura eclética, não se privou de usar e abusar deste tipo de decoração, também muito utilizada no Brasil, concedendo ao todo arquitectónico, uma simbologia muito própria<sup>160</sup>.

### **3. Barreiro (1850-1925) – Nota histórica**

#### **3.1 A Vila do Barreiro**

A Vila do Barreiro situa-se a cerca de sete quilómetros a sueste de Lisboa, na margem esquerda do rio Tejo<sup>161</sup>. Vila e Concelho fazem parte da bacia hidrográfica do mesmo rio, limitados a sul pelo Concelho de Setúbal, a norte pelo rio Tejo, a oeste pela ribeira de Coina e a este pelo Concelho da Moita. O topónimo tem origem geológica, pois barreiro designa “*lugar*

---

<sup>159</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 147.

<sup>160</sup> *Op. Cit.*, p. 147, “(...) caso das representações alegóricas ou mitológicas, que procuravam personificar conceitos de variada índole, sobretudo laboral(...)”.

<sup>161</sup> J. Augusto PIMENTA, *Memória Histórica e Descritiva da Villa do Barreiro*, 1886, p. 1, informa ser esta distância de nove quilómetros. Vide António Carvalho da COSTA, (padre), *Corografia Portuguesa (...)*, Tomo III, Cap. V, 1706-1712, p. 321, “A Villa do Barreyro fica a duas legoas de Lisboa para Sul junto ao mar; (...) com huma Parochia, Orago Santa Cruz, com Prior, & hum Beneficiado da Ordem de Santiago, de que he Comenda da Mesa Mestral, que rende quatrocentos & cincoenta mil reis.” Excerto deste autor citado por Augusto Pereira VALEGAS, *Um Olhar sobre o Barreiro – Final do século XIX – Princípios do século XX – 2.<sup>a</sup> Edição*, n.º 2, Câmara Municipal do Barreiro, Dezembro de 1987, p. 2.

onde há barro, sítio de onde se extrai barro, e é o mesmo que barreira”<sup>162</sup> (Fig. 36).

[Fig. 36 – “Antigos *barreiros* no Barreiro” | Belmiro Ferreira]

Mediante o estudo geológico, realizado pelo agrónomo Bandeira de Melo em finais do século XIX sobre o concelho do Barreiro, verificou-se que “possui no subsolo, muitas zonas de massas argilo-silicosas, que são barros”<sup>163</sup>. “Na margem esquerda do estuário do Tejo, bordando o rio ou perto dele, as povoações tomaram o nome dos terrenos ou coisas que neles abundavam: Barreiro, Lavradio, Moita, Pinhal Novo, Seixal, Amora, Telha etc.”<sup>164</sup>. De referir que uma grande parte das denominações dos vários locais do actual território nacional têm origem semelhante, como é o caso de outra povoação do Distrito de Viseu<sup>165</sup>, concelho de Tondela, também designada Barreiro pelo facto, de existirem junto da povoação, “extensos *barreiros*” donde se extraía o “barro para fabrico de diversa cerâmica, em especial telha e tijolo, numa unidade fabril ali existente e anteriormente em fabriquetas locais e dos arredores”<sup>166</sup>.

A fundação do Barreiro remonta, provavelmente, ao século VII<sup>167</sup>, época em que a localidade teria características rurais, mas onde se desenvolviam também outras actividades, sobretudo a pesca. Desde o reinado de D. Afonso Henriques o Barreiro teve por donatário o Mestrado da Ordem dos Espatários ou de Santiago da Espada, como aliás, todos os territórios da margem sul, compreendidos entre Almada e Palmela. O

---

<sup>162</sup> Vide Armando da Silva PAIS, *O Barreiro Antigo e Moderno. As outras Terras do Concelho*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, p. 35.

<sup>163</sup> Vide Eugénio Freitas Bandeira de MELO, *Monografia do Concelho do Barreiro*, Lisboa, Boletim da Direcção-Geral da Agricultura, nº 12, 1897, p. 1138.

<sup>164</sup> Vide João Baptista de LIMA, *Terras Portuguesas*, Póvoa de Varzim, 1932-1940, p. 37.

<sup>165</sup> Vide Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno (...)*, Tomo I, 1873, p. 341. Este autor refere a localidade supracitada, bem como a existência no país, de 67 aldeias com o nome de Barreiro.

<sup>166</sup> *Op. Cit.*, p. 341. Por exemplo a Fábrica de Cerâmica da Madalena, que existiu no segundo quartel do século XIX, em Gaia, estava, situada no Lugar do Barreiro, estando o topónimo relacionado, com a existência de barro utilizado na produção fabril.

<sup>167</sup> Vide Horácio F. ALVES, *A Vila do Barreiro – Ensaio para servir de subsídio à sua História*, ed. Autor, 1940, p. 79.

registo do topónimo Barreiro surge no contexto da Baixa Idade Média, em documentos da Ordem de Santiago datados de 1322<sup>168</sup>, relacionando o lugar com a existência de marinhas de sal. No século XV a edificação dos moinhos de maré veio transformar a orla ribeirinha. Os produtos mais importantes fornecidos pela “*Outra Banda*” a Lisboa, foram durante esse século e o seguinte, o sal e a lenha<sup>169</sup>, o mesmo acontecendo em relação aos vinhos, que se contavam entre os mais afamados e preferidos até pelos “*Senhores & homes mimosos de Flãdres & Alemanha*”<sup>170</sup>. Na época dos Descobrimentos, o Barreiro surge como principal ponto de apoio ao esforço económico da expansão marítima. A Ribeira das Naus na Azinheira Velha – Santo André – foi o local de onde partiram muitas embarcações e, no Complexo Real de Vale de Zebro confeccionava-se o “*biscoito*” que alimentava as armadas portuguesas durante as longas viagens<sup>171</sup>.

Uma vez traçadas as principais linhas de evolução do Barreiro importa perceber a evolução da localidade enquanto núcleo urbano. O povoado terá tido início um pouco afastado da beira da água, possivelmente no local mais antigo chamado Alto do Hospital e posteriormente designado por Bairro de São Francisco, onde se encontra o maior núcleo de habitações antigas de piso térreo. O centro cívico da vila quinhentista era a Praça de Santa Cruz, formada pelos edifícios da Igreja

---

<sup>168</sup> *Barreiro Antigo. Uma visita pela História*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1998, p. 3.

<sup>169</sup> *Vide*, João Brandão de BUARCOS, *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, Org. por José Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p. 82, “*No século XVI a outra banda era também uma imensa gândara, coberta de pinhal, sobre e azinho, que fornecia a Lisboa o combustível indispensável ao consumo doméstico e industrial – a lenha – para os inúmeros fornos de cerâmica, vidro e cal, entre muitos outros incluindo os fornos de cozer pão*”. *Vide Nos Caminhos do Sal*, Itinerários Turístico-Culturais da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Lisboa, Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1998, p. 35.

<sup>170</sup> Rosalina CARMONA, ... *do Barreiro ao Alto do Seixalinho – Um Passado Rural e Operário*, 1ª edição, Barreiro, Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho, 2005, p. 50 cita esta frase de Duarte Nunes do LEÃO, *Descrição do Reino de Portugal...*, Lisboa, 1610, p. 41.

<sup>171</sup> *Vide Acervos Museológicos do Barreiro - Percurso de uma identidade*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 2001, p. 12.

Matriz (séc. XV), da Misericórdia (1569), e a Casa da Câmara, ou Paços do Concelho<sup>172</sup> (Fig. 37).

[Fig. 37 – A Praça de Santa Cruz o centro cívico da Vila quinhentista, e a Casa da Câmara, do lado direito, no final do século XIX]

Este era o espaço de convívio, quer religioso quer político e social. A partir da Praça de Santa Cruz, fazia-se a ligação ao Largo Rompana, chamado dos Lagares, no século XVII, ao antigo Sítio das Obras, já assim designado em 1592 [actual Largo Alexandre Herculano] e à antiga Rua Direita de Palhais, assim nomeada no séc. XVII, [actual rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar] que conduzia à saída poente da vila.

Em virtude do elevado crescimento populacional, o rei D. Manuel I eleva a paróquia de Santa Cruz à categoria de Vila, em 16 de Janeiro de 1521<sup>173</sup>, recebendo o nome de “*Vila Nova do Barreiro*”. Todavia, a tradição local repeliu o nome *Vila Nova*, que deixou de ser utilizado ainda no século XVI. Segundo notícia de Alexandre Herculano, João Batista Venturino, cronista da embaixada a Portugal, do Cardeal Alexandrino, sobrinho de Pio V, tendo passado pelo Barreiro no ano de 1571, chamou-lhe “*bela vila*” e atribuiu-lhe trezentos fogos. Á localidade de Alhos Vedros foi-lhe atribuído igual número e a Coina, trinta e cinco<sup>174</sup>.

De 1571 a 1706 a população ter-se-á mantido estacionária<sup>175</sup>. A elevação a Concelho ocorreu mais tarde, apontando-se duas possibilidades. Uma delas inscreve esta alteração na época do Marquês de Pombal, razão pela qual talvez o seu nome tenha sido dado a uma rua da vila<sup>176</sup>. A outra aponta um período em que já não se passavam forais, após

---

<sup>172</sup> Vide Ana, REIS, Rosa, GAUTIER, *O Barreiro na transição do século XIX para o século XX*, Barreiro, Edição da Câmara Municipal do Barreiro, 2005, pp. 42-43.

<sup>173</sup> IAN-TT - Livro 7º de Odiana, fls. 197 e no Livro 35, fls. 122 da Chancelaria e D. Manuel, citado por Armando da Silva PAIS, *O Barreiro Antigo e Moderno. As outras Terras do Concelho*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, p. 43.

<sup>174</sup> Vide J. Augusto PIMENTA, *Memória Histórica e Descritiva da Villa do Barreiro*, 1886, pp. 4-5, notícia de Alexandre HERCULANO citada pelo autor.

<sup>175</sup> Vide António Carvalho da COSTA, (padre), *Corografia Portuguesa (...)*, Tomo III, Cap. V, 1706-1712, p. 321, o autor atribui-lhe 300 vizinhos.

<sup>176</sup> Vide Horácio F. ALVES, *A Vila do Barreiro – Ensaio para servir de subsídio à sua História*, ed. Autor, 1940, p. 96.

o fim da monarquia absoluta, isto é na ocasião da “*reforma dos concelhos*” entre 1826-1866, com o Conselheiro Joaquim António de Aguiar, que, por sua vez, também empresta o seu nome a uma rua, considerada no século XIX a “*coluna vertebral*” do Barreiro.

O Conselheiro passava largas temporadas no Barreiro, na sua quinta de São Marcos, vindo aí a falecer em 1884. Ao longo da sua carreira política assumiu várias pastas ministeriais, chefiando o Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça de D. Pedro IV, tendo sido responsável pela assinatura do decreto da extinção das Ordens Religiosas, em 1834, e acompanhando o monarca em diversas lutas políticas. Foi por três vezes chefe de Governo de Portugal, embora por curtos períodos de tempo. Era partidário e amigo dedicado do Duque de Palmela e, em tempos, também de D. Maria II. Igualmente o Duque de Palmela possuía, tal como outros fidalgos, quintas de recreio e rendimento nesta localidade<sup>177</sup>. Na verdade, a “*Outra Banda*”, e em particular o Barreiro, tornou-se uma zona especialmente atractiva para as elites, que aqui detinham grandes domínios territoriais, onde passavam as épocas de veraneio<sup>178</sup> (Fig. 38)

---

<sup>177</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 97.

<sup>178</sup> Vide Armando da Silva PAIS, *O Barreiro Antigo e Moderno. As outras Terras do Concelho*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, p. 129, sobre as qualidades da praia nos finais do século XIX, sendo uma das mais concorridas, à volta de Lisboa, na época própria. Também cita António Carvalho da COSTA, (padre), *Corografia Portuguesa (...)*, 1706-1712, referindo-se à praia do Barreiro e embarcações: “*Fica esta Villa perto do mar, cujas praias, constam de areas, que em qualquer parte dão desembarque aos muitos barcos que há neste povo, quer por todo são quarenta e nove os barcos de pescar; além de outros que servem de transportar gente e fazendas para a Cidade de Lisboa: neste porto se tiram varias castas de peixe, e grande quantidade de mariscos: com as aguas moem vários engenhos na ocasião da vazante das aguas.*” Vide J. Augusto PIMENTA, (...), 1886, p. 87, que descreve deste modo a praia e as embarcações presentes no rio: “*A praia do Barreiro, a mais procurada de quantas existem ao sul do Tejo, podendo rivalizar com muitas das que são reputadas como as melhores do nosso País, é vasta, aceada em si, completamente plana e recta, de fina areia branca, e sem uma única pedra que em qualquer momento possa servir de embaraço à navegação. (...) em consequência do grande movimento d’esta villa, está sempre povoada de muitos barcos, pertencendo só ao Barreiro, vinte e quatro fragatas destinadas ao trafico do caminho de ferro do sul e sueste, além de quatorze barcos de pesca, entre bateiras e batéis tripulados por doze a dezasseis homens cada, possuindo ainda, talvez, cerca de vinte outros barcos de diferentes lotações, que se entregam à cabotagem no rio, bem como ao transporte reciproco de passageiros entre Lisboa e o Barreiro*”. Em 1848 o número de embarcações de pesca era de 28,

existindo, desde o século XVI até meados do século XX, numerosas quintas, das quais hoje apenas subsistem topónimos, testemunhando a importância da região.

[Fig. 38 – Vista da antiga praia norte da Vila, observando-se ao fundo o porto do complexo fabril da CUF]

Este carácter marcadamente rural conservou-se até meados do século XIX, quando razões de índole económica e geográfica, como a proximidade com Lisboa e a navegabilidade do rio Coina, foram determinantes na escolha do Barreiro como eixo central de comunicações ferroviárias, entre o Norte e o Sul, criando-se aqui o primeiro núcleo de transportes ferroviários ao Sul do Tejo, dando início ao arranque industrial. Em 1861 era inaugurado o Caminho-de-ferro Sul e Sueste<sup>179</sup> (Fig. 39, 40, 41), cuja criação se deveu ao Conselheiro Joaquim António de Aguiar<sup>180</sup> e

---

com uma média de 14 homens fazendo parte da tripulação, além de outros pequenos barcos. Tal como foi descrita assim se conservou a praia até à primeira metade do século XX. Para aqui vinham passar a época de banhos famílias, de representação de Lisboa, às quais se juntavam muitas outras do Alentejo, em especial depois de o Caminho-de-ferro entrar naquela província.

<sup>179</sup> Vide *Um olhar sobre o Barreiro*, II Série n.º 3, Barreiro, Junho de 1990, p. 1, em que é descrito o primeiro edifício da Estação do Caminho-de-Ferro: “*apresenta um frontispício com 68m de comprimento ornado por 16 janelas, 3 portões e relógio no frontão. O pavimento da estação fica a nível sobranceiro ao terreno adjacente, mas tem fácil aceso por uma larga escada de cantaria, de dois lanços, que dá sobre um vasto terraço, tudo guarnecido com gradaria de ferro*”. Vide também J. Augusto PIMENTA, (...), 1886, p. 77, que faz idêntica descrição do imóvel referindo as más condições de acessibilidade ao cais. O edifício possuía as melhores condições para o fim a que se destinava, apenas o acesso dos passageiros a ele, ou dele para os barcos, mostrava-se deficiente e muito incómodo, pois dali ao cais, ainda distavam 2 Km, os quais se transpunham pelo areal da praia. As críticas suscitadas por este trajecto foram ultrapassadas com a inauguração da nova Estação e Gare Marítima, passando a funcionar na primitiva Estação, as Oficinas. Vide *Acervos Museológicos do Barreiro - Percorso de uma identidade*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 2001, p. 24. Vide Armando da Silva PAIS, *O Barreiro Antigo e Moderno. As outras Terras do Concelho*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, p. 15, reafirmando a importância da inauguração da nova estação e gare marítima, para o desenvolvimento económico e social da vila.

<sup>180</sup> Vide J. Augusto PIMENTA, (...), 1886, p. 75, referindo-se ao Caminho-de-ferro: “*É ao grande estadista Joaquim António d’ Aguiar, que tanto se interessava pelo bem-estar d’ esta terra, que o Barreiro deve, inquestionavelmente, o extraordinario beneficio de ser a estação terminus do caminho-de-ferro do sul e sueste. Por carta de lei de 7 de Agosto de 1854, aprovando um contracto feito pelo governo em 24 de*

a concepção do projecto da Estação e Gare Marítima (Fig. 42, 43, 44), ao Engenheiro Miguel Pais<sup>181</sup>. Tratava-se de um *terminus* ferro-fluvial, dotado de um cais acessível, possibilitando um transporte mais cómodo de pessoas e mercadorias entre as duas margens. Inaugurado em 1884, constituiria um dos grandes motores da transformação do Barreiro, convertendo-se em inícios do século XX, no grande pólo manufactureiro e industrial.

[Fig. 39 – Conselheiro Joaquim António de Aguiar (Coimbra 1792-Lavradio 1884)]

[Fig. 40 – Edifício da estação do Caminho-de-ferro, este inaugurado a 1 de Fevereiro de 1861]

[Fig. 41 – Primitivo edifício da estação do Caminho-de-ferro, funcionando como Oficinas]

[Fig. 42 – Engenheiro Miguel Pais (1825-1888)]

[Fig. 43 – Edifício da Estação e Gare Marítima, inaugurado em 1884]

[Fig. 44 – Perspetiva da estação vista de terra ladeada de armazéns e mercadorias]

A instalação do Complexo União Fabril [CUF] em 1907 por intermédio do empresário Alfredo da Silva (Fig. 45, 46), foi decisiva para a transformação da antiga vila piscatória num local moderno e populoso, onde dezenas de milhares de operários contribuíram para converter o núcleo urbano num “*Barreiro operário a tempo inteiro*”<sup>182</sup>. O império da CUF, enquadrado no projecto de autarcia económica do Estado Novo,

---

*Julho d’esse mesmo anno, foi determinada a construção d’ uma linha férrea, ao sul do Tejo, partindo de Aldeagallega a Vendas Novas”. “(...) Uma companhia tomara a seu cargo a construção da mesma linha (...). Era a companhia chamada Brasileira, cujo primeiro director foi Francisco da Silva Mello Soares de Freitas, que tinha estado no Brasil, onde enriquecera e que mais tarde por decreto de 11 de Janeiro de 1863, recebeu o título de Visconde do Barreiro (...).”*

<sup>181</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 86, relatando a cerimónia de inauguração da Estação e Gare Marítima: “*Inaugurava-se a abertura, ao publico, da estação do caminho de ferro no caes de embarque próximo da villa, d’esse caes que é uma das glorias da engenharia portugueza, a qual pela energia e competência de um dos seus membros, o sr. Miguel Carlos Correia Paes, anulou o voto de três engenheiros inglezes encarregados d’esse trabalho por John Douthat, concessionário da construção d’esse caes, que afirmavam a impossibilidade da sua execução. (...) as vantagens de obra tão colossal (...)garantia o rapido e continuo prosperar d’aquelle municipio.”*

<sup>182</sup> *Vide Barreiro Antigo. Uma visita pela História*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1998, p. 16.

baseando-se no modelo de supressão de importações e controlo da produção industrial, desde a entrada das matérias-primas até à venda dos produtos finais, atinge proporções gigantescas<sup>183</sup>.

[Fig. 45 – Retrato de Alfredo da Silva (Lisboa 1871- Sintra 1942)]

[Fig. 46 – Panorâmica do Complexo Fabril da CUF e os campos cultivados que o cercavam]

A crescente necessidade de mão-de-obra então sentida conduziu a um constante afluir de pessoas oriundas de várias regiões de Portugal, mas também do estrangeiro, em particular, franceses, espanhóis alemães e alguns ingleses - estes mais ligados à indústria corticeira, proporcionando um ambiente cultural heterogéneo. Esta indústria foi impulsionada pela implantação do Caminho-de-ferro, e pelo fácil escoamento de mercadorias por via fluvial para Lisboa.

Data de 1865 a primeira notícia da instalação de uma fábrica corticeira no Barreiro. Estas foram surgindo localizadas na faixa da Rua Miguel Pais e na Rua da Recosta, junto ou em frente ao rio, assim como alguns armazéns de cereais e palha. Uma das primeiras e mais importantes a estabelecer-se na Rua da Recosta foi a de *O. Herold & C.<sup>a</sup>* que, após a Primeira Grande Guerra, passou a designar-se *Estabelecimentos Herold, Lda*. Em 1885 é fundada a Sociedade Nacional de Cortiças pelos irmãos Reynolds quando adquiriram a Quinta Braamcamp, próximo da Rua Miguel Pais, estando em 1890 reconhecidas oficialmente duas corticeiras, a *Garrelon & C.<sup>a</sup>* (de Vítor Garrelon, uma família francesa que habitava na capital) estabelecida na Rua Miguel Pais e a de *João Reynolds* primitivamente instalada nas Lezírias, empregando sessenta e oito operários. A indústria corticeira juntamente com a CUF constituíram a essência do Barreiro<sup>184</sup>.

Esta massa populacional, que se instalou no centro antigo da Vila, aí edificando as suas habitações e estabelecimentos comerciais, possibilitou o crescimento da zona, que se desenvolveu, preferencialmente, ao longo

---

<sup>183</sup> Vide *Acervos Museológicos do Barreiro - Percurso de uma identidade*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 2001, p. 28.

<sup>184</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 26.

de quatro ruas paralelas adjacentes à praia fluvial e outra rua, perpendicular a estas. É precisamente nesta área que se localiza o maior número de fachadas azulejadas, cerca de uma centena, algumas das quais complementadas por outro tipo de ornamentação cerâmica, caracterizando-se pela diversidade de padrões aplicados, pela riqueza cromática dos mesmos e pelas soluções de aplicação encontradas (Fig. 47).

[Fig. 47– Ruas principais e adjacentes no centro urbano do Barreiro]

### 3.2 Localização dos imóveis na malha urbana

Apesar do primitivo povoado ter tido início um pouco afastado da beira da água, possivelmente no local mais antigo chamado Alto do Hospital e posteriormente designado por Bairro de São Francisco, já acima referido, foi, porém, o núcleo piscatório que deu a feição principal à localidade até meados do século XIX<sup>185</sup> inícios do século XX. Constituído basicamente por cinco ruas que compunham o centro histórico do Barreiro, e que correspondiam a um crescimento urbano no sentido leste/oeste, numa faixa junto ao rio [antiga Praia Norte do Loureiro], que se desenvolveu durante os séculos XVII e XVIII mas, principalmente, no século XIX. A Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar [antiga Rua Direita de Palhais] (Fig. 48, 48a, 48b, 48c) era a mais importante artéria da vila terminando na velha ermida de São Roque, actual igreja de Nossa Senhora do Rosário, constituindo, desde meados do século XIX, a “*coluna vertebral*” do Barreiro “*antigo*”.

[Fig. 48, 48a – Vista da Rua Joaquim António de Aguiar principal artéria da Vila atravessando-a de nascente a poente | paralela a Rua Marquês de Pombal | pormenor da rua principal]

[Fig. 48b – Vista da Rua Joaquim António de Aguiar perspectiva do meio da rua, no sentido poente | do lado esquerdo é visível o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0233] seguindo-se o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0249] | o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0255 apenas de habitação] e o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0263 era rematado por diversos ornatos cerâmicos]

---

<sup>185</sup> Vide Armando da Silva PAIS, *O Barreiro Antigo e Moderno. As outras Terras do Concelho*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, pp. 29-31.

[Fig. 48c – Vista da Rua Joaquim António de Aguiar perspectiva do meio da rua, no sentido poente | do lado esquerdo é visível o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0233] seguindo-se o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0249] | o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0255] e o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0263] – Agosto de 2012]

Esta rua, com cerca de 750m de comprimento, foi desde então a mais importante e populosa, onde estavam instalados quase todos os ramos do comércio (Fig.49, 50), várias pequenas indústrias e algumas repartições públicas e escolas. “*Uma rua faz quasi exclusivamente aquella villa*”<sup>186</sup>. Até ao final do primeiro quartel do século XX, a Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar manteve a sua “*hegemonia*” entre todas as outras ruas do Barreiro, com a instalação de sedes de clubes desportivos, alguns centros políticos, associações, das quais a mais conhecida a Filarmónica Barreirense, fundada em 1848, de que resultou em 1870, a Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense “*Os Penicheiros*” e a Sociedade Democrática de União Barreirense “*Os Franceses*”, farmácias, a primeira e ainda actual “*Farmácia Pimenta*”, os primeiros cafés, destacando-se a leitaria “*Chic*” no Largo Casal, entre outros.

[Fig. 49 – Anúncios publicitários na imprensa local de inícios do XX, oferecendo vários serviços aos moradores da Vila, localizados na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, popularmente conhecida por “*Rua Aguiar*”]

[Fig. 50 – Anúncios publicitários na imprensa local, de finais do século XIX e inícios do XX, oferecendo vários serviços aos moradores da Vila, localizados na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, popularmente conhecida por “*Rua Aguiar*”]

Começou a diminuir de importância, quando o núcleo urbano iniciou a sua expansão para sul, ultrapassando a via-férrea e alargando-se em direcção aos arrabaldes<sup>187</sup>.

Axialmente a esta via desenvolveu-se a Rua Marquês de Pombal [antiga Rua Nova da Praia] (Fig. 51) delineada na década de 1860 e paralela à praia norte da vila, bem como a Rua Almirante Reis [antiga Rua

---

<sup>186</sup> Vide J. Augusto PIMENTA, (...), 1886, p. 11.

<sup>187</sup> Vide Armando da Silva PAIS, *O Barreiro Antigo e Moderno. As outras Terras do Concelho*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, p. 154.

Detrás dos Quintais] ambas definindo um traçado estruturado, reticulado, de características *pombalinas* (Fig. 52).

[Fig. 51 – Vista da Rua Marquês de Pombal, delineada na década de sessenta do século XIX, paralela à praia norte da Vila, não estava pavimentada e os despejos das casas corriam pela rua [c. 1875]

[Fig. 52– Características do traçado urbano da Vila do Barreiro]

A Avenida Bento Gonçalves, a artéria mais recente da vila, corresponde ao antigo bairro de pescadores, ou bairro da praia, da antiga Praia Norte do Loureiro. A Rua Miguel Pais [antiga Estrada Nova do Rosário] (Fig. 53) partindo da actual igreja de Nossa Senhora do Rosário, constituía o principal eixo de ligação da vila à estação ferroviária e posteriormente à estação e cais (Fig. 54, 55).

[Fig. 53 – Vista da Rua Miguel Pais, avistando-se o prédio de José Pedro da Costa, na altura o mais alto da Vila, construído como celeiro e posteriormente prédio de habitação. Ao fundo, em último plano, o edifício da estação e gare marítima]

Fig. 54 – Anúncios publicitários na imprensa local, de finais do século XIX e inícios do XX, oferecendo vários serviços aos moradores da Vila, localizados na Rua Miguel Pais, onde se localizavam a maioria dos armazéns, pela proximidade com o cais de embarque ferro-fluvial]

[Fig. 55 – Vista do aglomerado urbano, com as principais ruas, emolduradas a vermelho. As letras **H** e **F** referem-se, à Estação do Caminho-de-ferro e Gare Marítima, respectivamente. O **círculo azul** localiza a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o **preto** o Largo Casal]

A sul, o núcleo urbano era delimitado por uma pequena elevação sobranceira ao rio, atingindo a quota máxima nas Travessas do Prior [antiga Quinta da Cerca] e do Loureiro. A vida económica, social, cultural, religiosa, administrativa e política desenvolvia-se no interior destas ruas<sup>188</sup>, entre a Praça de Santa Cruz [com a igreja de Santa Cruz] e o Largo de Nossa Senhora do Rosário, com a igreja homónima, tendo o Largo do

---

<sup>188</sup> J. Augusto PIMENTA, (...), 1886, p. 13, referindo-se ao aspecto geral das ruas [em 1886] destacava a sua limpeza e asseio: “*As ruas são planas e espaçosas, todas calçadas e limpas, orladas de muitos prédios na maioria modernos e elegantes e na totalidade extremamente assejados*”, em contraponto, com um artigo sobre o tema, publicado no número 152 do Jornal *Imprensa* de 1852, que retratava as más condições de higiene e salubridade pública, então vividas.

Casal como ponto de encontro privilegiado, pela sua centralidade. Nesta área, foram sendo edificados diversos tipos de habitações, com revestimentos azulejares e artefactos cerâmicos, os quais constituem o objecto do presente estudo.

### **3.2.1 Tipologias arquitectónicas caracterizadoras da malha urbana**

As tipologias arquitectónicas estudadas oscilam entre três categorias: (1) a casa com rés-do-chão e andar (um ou dois), (2) a casa térrea e, muito esporadicamente, (3) a casa de fachada larga, rés-do-chão e andar nobre, semelhante ao solar rural (Fig. 56, 57, 58). São predominantes, e como tal, caracterizadoras da malha urbana do Barreiro, as duas primeiras. O terceiro tipo de habitação, com rés-do-chão e andar nobre, numerosas portas e janelas, algumas das quais de sacada, desenvolvendo-se na horizontal, é mais raro. Todavia, os exemplares conhecidos encontram-se implantados de forma isolada ou formando gaveto, individualizados no meio das outras habitações e em contraste marcado com elas.

No caso da primeira tipologia enunciada, a casa estreita e alta constitui, por vezes, um modelo híbrido e funcional, conjugando a residência familiar com um estabelecimento comercial, uma loja, armazém ou oficina, no rés-do-chão. A segunda tipologia, a casa térrea, era destinada só ao comércio ou só a habitação<sup>189</sup>.

---

<sup>189</sup> Em relação ao nosso objecto de estudo, fachadas azulejadas de Barreiro, verificámos que predomina a habitação ou a casa de rés-do-chão e andar (um ou dois), a casa térrea e, muito esporadicamente, a casa de fachada larga, rés-do-chão e andar nobre, semelhante ao solar rural. Aquelas duas categorias sucedem-se umas às outras ininterruptamente, ao longo das ruas, com predomínio numérico decisivo e caracterizador do núcleo urbano. O outro tipo de habitação com rés-do-chão e andar nobre, numerosas portas e janelas, algumas com janelas de sacada, desenvolvendo-se na horizontal, é raro, por vezes surge isolado, ou formando gaveto, individualizado no meio das outras habitações e em contraste marcado com elas. No caso da habitação formada por rés-do-chão e andar (um ou dois), a casa estreita e alta constitui por vezes um tipo híbrido funcional de residência familiar e estabelecimento comercial, estritamente utilitário, de acordo com as necessidades profissionais e a mentalidade dos seus habitantes, que tinha, as suas lojas, armazéns

[Fig. 56 – Vista do imóvel [BA\_B\_CJAA\_0270\_01\_01] sito na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, enquadrando-se na tipologia (1) a casa com rés-do-chão e andar (um ou dois)]

[Fig. 57 – Vista do imóvel [BA\_B\_HS\_0050\_01\_01] sito na Rua Heliodoro Salgado, enquadrando-se na tipologia (2) a casa térrea]

[Fig. 58 – Vista do imóvel [BA\_B\_MP\_0109\_01\_01] sito na Rua Marquês de Pombal gaveto com Travessa da Praia, enquadrando-se na tipologia (3) casa de fachada larga, rés-do-chão e andar nobre, semelhante ao solar rural]

Os proprietários destes imóveis seriam aqueles, cujos chefes de família, exerciam cargos de direcção no Caminho-de-ferro, na administração pública e nas várias indústrias - os maiores proprietários, os empresários industriais, os comerciantes e armazenistas<sup>190</sup>. A casa deverá ser sempre entendida como o produto de uma multiplicidade de factores inter-relacionados, reflectindo condições naturais, históricas, técnicas, estrutura económica e social, profissões, conceitos de família, gostos, mentalidade e até certos sentimentos de grupo, das pessoas que as constroem e residem<sup>191</sup>. Em algumas destas construções destacava-se a proporcionalidade entre a altura e a largura, procurando-se alguma harmonia (Fig. 59), marcada pelos eixos das portas, janelas, eixos das pilastras divisórias, divisão horizontal em andares, proporcionalidade esta, todavia, nem sempre alcançada, fazendo com que as sucessivas habitações, dispostas em banda, se tornassem monótonas à vista. Algumas vezes as varandas procuravam aumentar a largura aparente, e outras vezes, as pilastras procuravam acentuar a verticalidade.

---

ou oficinas, no rés-do-chão. A casa de apenas rés-do-chão era destinada só ao comércio ou só a habitação.

<sup>190</sup> Vide Ana, REIS, Rosa, GAUTIER, *O Barreiro na transição do século XIX para o século XX*, Barreiro, Edição da Câmara Municipal do Barreiro, 2005, p. 145.

<sup>191</sup> A casa é sempre o produto de uma multiplicidade de factores inter-relacionados, reflectindo condições naturais, históricas, técnicas, estrutura económica e social, profissões, conceitos de família, gostos, mentalidade e até certos sentimentos de grupo, das pessoas que as constroem e habitam.

[Fig. 59 – Vista do imóvel [BA\_B\_CJAA\_0248\_01\_01] sito na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar gaveto com Rua da Amoreira, revelando certa proporcionalidade entre altura e largura]

Este tipo de habitação, de cariz funcional e confundida com os chamados prédios de rendimento, resultou numa arquitectura vernacular “*de construção corrente*”, geralmente sem arquitecto, despojada de elementos formais únicos que permitissem individualizá-la na malha urbana. Esta individualização era alcançada, essencialmente, por via da decoração cerâmica. À semelhança do que aconteceu no resto do país, também no Barreiro veio a ser uma realidade, o azulejamento de extensas frentes urbanas, em edifícios projectados em banda, em locais considerados nobres ou em zonas de expansão urbana ou de renovação oitocentista.

Face ao volume de informação registada neste núcleo urbano, e do conjunto fachadas com revestimentos integrais, iremos destacar algumas, segundo critérios cronológicos de provável manufactura dos azulejos e respectivo centro de fabrico, não descurando outros factores, tais como, a tipologia do imóvel e hipotética data de construção, frequência de aplicação de determinado padrão, originalidade do desenho ou ainda, a sua permanência durante um largo período de tempo, bem como a sua relevância patrimonial, não deixando de referir os elementos complementares de integração do azulejo na arquitectura.

Destacamos, antes de prosseguir, as maiores dificuldades com que nos deparámos, neste estudo, no decorrer do inventário e posterior análise. Em relação à datação dos azulejos de padrão, uma vez que não se encontram datas, nem nos revestimentos azulejares, nem nos imóveis onde foram aplicados, pois habitualmente as datas, quando aparecem, reportam-se à construção do imóvel, não surgindo sequer explicitamente nos catálogos das fábricas. Todavia, este propósito de datar os azulejos, também não era nosso objectivo, e, como tal, as balizas cronológicas apontadas são aproximadas.

Outra dificuldade foi percebermos qual a unidade fabril que poderá ter concebido e produzido determinado padrão, qual foi o modelo ou a

cópia, já que a maioria das fábricas não marcava as peças, e outras, marcando-as, no caso concreto dos azulejos, só a observação do tardo (face posterior do azulejo) nos permitiria percebê-lo. Graças ao desenvolvimento dos meios tecnológicos e ao incremento da produção industrial, por um lado, e, por outro, a necessidade de dar resposta a um mercado em crescimento, e à clientela ávida destes elementos cerâmicos produziram-se azulejos, que eram copiados e imitados, por outras fábricas a laborar à época. Como tal, não podemos afirmar com toda a segurança que determinada fábrica não produziu certo tipo de padrão, mas, apenas podemos referir alguns padrões que foram produzidos por determinada fábrica. Para tal, recorreremos aos já supracitados catálogos destas unidades fabris, quando se conhece a sua existência.

Nesta tentativa de atribuição da produção azulejar a uma determinada fábrica, podemos ainda basear-nos na técnica utilizada, isto é, depois de apurarmos que certa fábrica ter-se-á “*especializado*” em determinada técnica, e era habitual produzir azulejos com aquelas características. No entanto, não podemos ser peremptórios e excluí-la do fabrico de outro tipo de azulejos, que não fossem tão usuais na sua produção.

Essa atribuição também pode ser feita por intermédio de comparações em termos de, paleta cromática, ou, por vezes, até dos motivos decorativos, entre exemplares idênticos.

Iniciámos esta análise seleccionando alguns imóveis, que apresentam padrões, complementados por frisos, barras e cercaduras, entendidos como uma referência na produção azulejar de determinada unidade fabril, neste caso Fábrica Roseira e Fábrica Viúva Lamego e identificados no item [4.1], tendo em conta, a data provável de manufactura, tentando estabelecer nesta análise, uma sequência cronológica, registando a sua aceitação local e valor patrimonial.

Pudemos constatar o predomínio da Fábrica Viúva Lamego, e da azulejaria estampilhada, e como tal comentaremos alguns imóveis, com este tipo de revestimento. Também a Fábrica de Sacavém e possivelmente Fábrica do Desterro, estão presentes nas fachadas azulejadas deste núcleo urbano, com alguns exemplos estampados e semi-relevados,

sobretudo da Fábrica de Sacavém, que iremos estudar, sem descurar sempre que oportuno, as influências estrangeiras sofridas, no ponto [4.2]. Também alguns exemplos mais significativos e *sui generis* de ornatos cerâmicos identificados serão objecto de análise, no ponto [4.3] Ornamentação Cerâmica Complementar.

Algumas apreciações estéticas que foram sendo feitas ao longo deste trabalho e, sobretudo, o significado e valor estético das aplicações cerâmicas, inscrito nas fichas de inventário, tiveram por base uma escala de valor patrimonial, já referida, e que já havia sido utilizada no projecto de Catalogação da azulejaria de fachada de Ovar<sup>192</sup>, promovido por aquele município. Não descurando as tipologias arquitectónicas, tendo por base a referida escala e entendendo o edifício como um todo, fomos registando a singularidade das suas aplicações, com a adopção de soluções de decoração mais raras, pelo seu carácter ingénuo, mas, por isso, interessantes e únicas, neste núcleo urbano.

#### **4. Azulejaria de fachada no Barreiro – Casos de Estudo**

Como já foi amplamente referenciado, o azulejo, tal como em outros centros urbanos, tornou-se um dos elementos dinamizadores da arquitectura de finais de Oitocentos, intervindo como gerador de uma dinâmica arquitectural, concedendo nova luminosidade, um novo ritmo e sobretudo um novo colorido às diversas artérias da cidade do Barreiro. O levantamento das fachadas azulejadas e com outra ornamentação cerâmica da cidade do Barreiro revelou existirem imóveis de três categorias arquitectónicas, dispersas pelo centro urbano em estudo. Trata-se de um grande volume de informação, que foi necessário sistematizar em quadros ou grelhas de análise, de forma a melhor conseguir apreendê-la e analisá-

---

<sup>192</sup> *Projecto Programa de Caracterização e Valorização dos Recursos Endógenos Estratégicos – Azulejo – Programa de Valorização Empresarial do Azulejo Tradicional de Ovar* (Programa Integrado de Valorização da Área Central da Cidade de Ovar) coordenado, ao nível da Rede Temática, pela Doutora Rosário Salema de Carvalho e orientado pelo Prof. Doutor Francisco Queiroz (CEPESE), concluído no final do ano de 2011. Num futuro próximo, estará disponível em <http://redeazulejo.fl.ul.pt> \_ *Az. Infinitum* - Sistema de Referência e Indexação de Azulejo.

la. Assim o quadro I (volume II, p. 16) diz respeito à base de implantação dos vários edifícios, seu alinhamento à face da rua, se são de gaveto, e se o seu desenvolvimento é vertical ou horizontal. O quadro II (volume II, p. 20) refere-se à estrutura formal da fachada, se é um imóvel da tipologia (2) casa térrea, de um só piso, tendo ou não águas-furtadas, se pertence à tipologia (1) predominante neste aglomerado urbano, com rés-do-chão e um ou mais andares e águas-furtadas, ou se enquadra na tipologia (3) rés-do-chão e andar nobre, com fachada larga semelhante ao solar rural, habitualmente de gaveto. Neste quadro é ainda referenciado, de um modo geral, o seu estado de conservação, baseado numa observação sumária, e estabelecida uma escala de valores situada entre o Bom, Satisfatório, Degradado e Devoluto, estas duas, frequentemente relacionadas. O quadro III (volume II, p. 24) reporta-se ao revestimento da fachada, incluindo outros elementos complementares de decoração e integração do azulejo na arquitectura [frisos, barras, cercaduras]. Assim começamos por situar cronologicamente o revestimento azulejar, bem como as outras aplicações cerâmicas [pinhas, urnas, vasos, estátuas] que ornamentam o edifício, com base na data provável da sua manufactura, registando se a fachada é rebocada ou azulejada, e se a delimitar o revestimento existem frisos, se tem barra ou cercadura. O quadro IV (volume II, p. 28) refere-se ao remate superior dos imóveis, se exibem platibanda, balaustrada ou frontão e quais os ornatos cerâmicos presentes [pinhas, urnas, vasos, estátuas, arabescos, balaustres] e em que quantidade, existindo uma coluna para Outros, designando todos aqueles que surgem esporadicamente, e são tipologicamente diferentes, mas que decoram e concorrem, para a definição da fisionomia de um determinado edifício.

A tipologia arquitectónica que podemos observar e estudar, no centro urbano em estudo, reside sobretudo na categoria (1) atrás referenciada, que se caracteriza por casas altas e estreitas, em banda, de dois ou três pisos, muitas das vezes com águas-furtadas, geralmente com vãos de vergas rectas, repetindo-se a um ritmo uniforme. O rés-do-chão é, com frequência, destinado a lojas (volume II – quadro I e quadro II).

As casas térreas surgem em menor número, sendo habitualmente utilizadas apenas como habitação ou somente como comércio. Por vezes

encontramos outra tipologia de edifício que é, todavia, menos frequente. Trata-se de edifícios de gaveto, onde predomina a horizontalidade marcada pela sucessão de portas e janelas (volume II – quadro I e quadro II). Verificámos, contudo, pela análise do referido quadro, que o número de imóveis com desenvolvimento vertical [cinquenta e três] é quase idêntico ao número de imóveis com desenvolvimento horizontal [quarenta e três].

Em relação ao seu estado de conservação registámos que, entre alguns revestimentos em bom estado [na sua maioria porque sofreram obras de conservação recentemente] e outros de conservação satisfatória, existe uma grande parte bastante degradada, situação que reflecte ou que se encontra em relação directa com o estado de conservação do próprio edifício, geralmente devoluto (volume II – quadro II). Na sua maioria estas aplicações cerâmicas situam-se, cronologicamente, entre os séculos XIX e XX, isto porque, apesar de muitas vezes o revestimento azulejar se enquadrar no século XIX, as fachadas apresentam outros elementos complementares de decoração próprios de inícios e/ou meados do século XX (volume II – quadro III).

Neste conjunto de noventa e seis edifícios, apenas [catorze] não possuem qualquer tipo de remate superior, ou ornato cerâmico, sendo muito frequente a existência de uma platibanda ou balaustrada e, por vezes, também um frontão sobre a cornija, rematando o último piso. Estes edifícios são decorados com diversos ornatos cerâmicos (volume II – quadro IV), formas modeladas e moldadas, geralmente não suportadas por regras métricas de repetição<sup>193</sup>.

#### **4.1 Padrões, frisos e barras**

A maioria destes edifícios de construção vernacular e gosto eclético, não sendo obra de arquitecto ou artista plástico, resultavam da vontade e imaginação dos seus proprietários, provenientes da pequena e média burguesia, que escolhiam as aplicações cerâmicas para decorar as

---

<sup>193</sup> Vide Paulo HENRIQUES, “Hipótese de um sistema descritivo das fachadas com revestimentos em cerâmica”, *Boletim Municipal de Cultura - Encontro Azulejaria de Fachada...de Aveiro*, Ano XIX, n.º 37, Aveiro, 2001, p. 40.

suas habitações, cabendo a um mestre-de-obras e seus operários, a execução e responsabilidade exclusiva da obra final<sup>194</sup>.

Começaremos por abordar os padrões que constituem uma *referência* neste gosto da azulejaria de fachada, iniciando a nossa análise pelos modelos considerados mais antigos ou de referente histórico, bem como pelos que se consideram ter valor patrimonial relevante, provenientes dos centros de fabrico da capital que se encontravam a laborar desde meados de Oitocentos.

#### 4.1.1 Padrão “*Palácio da Pena*” e Friso das “*Esferas*”

Nesta análise começamos por destacar três imóveis que, apesar de ligeiramente diferentes em termos tipológicos, utilizam o mesmo tipo de composição azulejar. Os três imóveis identificados foram revestidos com o mesmo padrão, uma variante de cor, do padrão designado “*Palácio da Pena*” ou padrão da “*Pena*”, aqui identificado como **P-19-00017** e **P-19-00018** de cerca de 1865<sup>195</sup> fabricado pela fábrica da Calçada dos Cesteiros<sup>196</sup> [Fábrica Roseira], com variante de cor entre o **P-19-00017** e o **P-19-00018**. A Fábrica Roseira tem sido referenciada por alguns investigadores<sup>197</sup>, como das primeiras em Lisboa, a especializar-se na azulejaria de fachada.

---

<sup>194</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 39.

<sup>195</sup> Vide Luísa ARRUDA, *Caminho do Oriente: Guia do Azulejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 19.

<sup>196</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 20, em que a autora refere: “Foi um padrão certamente da produção inicial da fábrica e provavelmente, dos primeiros padrões de temática naturalista, próximo do desenho têxtil, utilizando uma paleta aberta e franca que lhe é atribuída”.

<sup>197</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitetura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, p. 286, a fábrica situava-se no local da antiga oficina cerâmica da Bica do Sapato, adquirida em 1832 por Victor Rosenbaum. Também conhecida como fábrica da Calçada dos Cesteiros, é geralmente tida como das primeiras em Lisboa a especializar-se na produção de azulejaria de fachada. Os painéis de azulejo que existiam no depósito desta fábrica foram recolhidos pelo Museu Nacional do Azulejo [MNAZ inv. 7266 a-z] vide Paulo HENRIQUES (coord.), *Museu Nacional do Azulejo - Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Edições Asa, 2003, p. 152.

O primeiro edifício situado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 248 [BA\_B\_CJAA\_0248] (Fig. 60, 61) formando gaveto com a Rua da Amoreira, desenvolve-se em três pisos apresentando apenas a fachada principal azulejada. Um outro imóvel localiza-se na Rua Marquês de Pombal n.º 108 [BA\_B\_MPb\_0108] (Fig. 61) posicionado em banda, desenvolvendo dois pisos rematados por balaustrada e pináculo. Por fim, o terceiro imóvel situa-se na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 249 contornando para a Travessa do Loureiro n.º 8 [BA\_B\_CJAA\_0249] (Fig. 62). Este edifício idêntico ao anterior, mas com a fachada mais estreita tem dois pisos e águas-furtadas, sendo rematado por balaustrada e pinhas.

[Fig. 60, 61 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0248\_01\_02] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 248 gaveto com Rua da Amoreira | pormenor do padrão [P-19-00017] e friso [F-19-00010]]

[Fig. 62 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0108\_01\_01] na Rua Marquês de Pombal n.º 108 | aplicação do padrão e friso idênticos ao do imóvel anterior]

[Fig. 63 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0249\_01\_01] sito na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 249 | pormenor do padrão [P-19-00018] e friso [F-19-00018]]

O último imóvel referido, na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 249, possui a particularidade de apresentar, em cada um dos registos, composições de padrão com temática e cores diferentes, mas técnica idêntica, a estampilha. Ao nível do primeiro registo observam-se azulejos de padrão estampilhados de módulo 2x2/1, designado por padrão de “*Colchete*”<sup>198</sup>, ou padrão “*Constância*”<sup>199</sup> **P-19-00006** composto por motivo geométrico e vegetalista, em tons de amarelo, azul e verde sobre fundo branco, com friso de “*galão*”<sup>200</sup> **F-19-00001** que podemos observar no catálogo J. Lino, Lisboa, 1889, p. 104, com o n.º 556 em tons de azul e branco, delimitando e contornando os vãos e que será referido mais adiante (Fig. 97). Este senhor J. Lino era distribuidor apresentando no seu

---

<sup>198</sup> Vide Ana de Jesus Rui L ALMEIDA, *O Azulejo: Técnicas e Padrões*, 1ª edição, Viseu, 2006, pp. 76-77.

<sup>199</sup> Vide Luísa ARRUDA, *Caminho do Oriente: Guia do Azulejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 21.

<sup>200</sup> *Op. Cit.* Assim designado por lembrar os galões de passamanaria, as fitas de debruar, utilizados nos têxteis.

catálogo produtos de outras fábricas, entre eles, os da Fábrica Viúva Lamego. Tal não bem referenciado no catálogo de forma explícita, mas deduz-se pelos produtos apresentados.

Ao nível do segundo registo foi aplicado o dito padrão “*Palácio da Pena*” **P-19-00018** com variante de cor, empregando os tons de amarelo, azul e castanho, tal como aparece, também, no Palácio Beau Séjour (Fig. 64). É complementado por friso **F-19-00018**, em tons de azul e branco, com motivos florais e vegetalistas, que delimita o revestimento.

[Fig. 64 – Lisboa – Benfica | Palácio Beau Séjour | aspecto geral da fachada | padrão e friso]

Os outros dois imóveis referidos, na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 248 e na Rua Marquês de Pombal n.º 108, apresentam friso semelhante **F-19-00010**, em tons de azul e branco, formado por motivos circulares brancos, sombreados a azul mais claro, criando a ilusão de volume, e que poderá ter sido produzido na Fábrica Roseira. Esta possibilidade encontra justificação no padrão das “*esferas*”, cujo motivo, análogo ao do friso, é visível no do edifício situado no Beco do Belo n.º 6 em Lisboa (Fig. 61) onde morou João Roseira, um dos proprietários da fábrica<sup>201</sup>.

[Fig. 65, 66 – Lisboa | Imóvel no Beco do Belo n.º 6 | padrão das “*Esferas*” no piso térreo - pormenor (datados 1872)]

A designação deste padrão tem origem na encomenda, por parte de D. Fernando II, de uma grande quantidade de azulejos, para o referido Palácio em Sintra, tendo sido este padrão aplicado no interior da escadaria da Torre do Relógio<sup>202</sup>, nas paredes e cúpula, mas com uma paleta de

---

<sup>201</sup> Vide Luísa ARRUDA, *Caminho do Oriente: Guia do Azulejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 35.

<sup>202</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 33, a autora menciona o Museu Nacional do Azulejo, em relação à publicação de documentos que confirmam a data de fundação [1832] e o nome do fundador da fábrica, Vicente Roseira bem como a sua localização, o Palácio da Cova, referindo ainda um trabalho de Alexandre Pais, que dá a conhecer os Roseira como fornecedores do Palácio da Pena. Ainda segundo a autora, p. 20,

cores mais contida, apenas em tons de verde e amarelo. Outro padrão semelhante foi produzido para a fachada do Palacete Beau Séjour em Benfica<sup>203</sup>, este com variantes de cor, mais próximas dos azulejos que encontramos nestes três imóveis do Barreiro (Fig. 67, 68).

[Fig. 67, 68 - Sintra: Palácio da Pena - escadaria de acesso à Torre do Relógio | Lisboa: Palácio Beau Séjour | aplicação dos módulos de padrão com variantes de cor]

Este padrão de temática vegetalista, utilizando quatro folhas em diagonais cruzadas, determina uma malha dinâmica de ritmos diagonais na superfície do edifício, de grande impacto visual. A simplicidade do módulo, recorrendo a uma folha recortada, facilitava a sua produção em série. Este padrão inventado para o Palácio Nacional da Pena<sup>204</sup> perdurará passando, após ornamentar os palácios acima referidos, a ser utilizado em vários prédios de Lisboa, sobretudo entre o Campo das Cebolas e Largo do Caminho-de-ferro<sup>205</sup> (Fig. 69) assim como nos arredores da capital, como é o caso do Barreiro. A fortuna da sua aplicação encontra-se certamente relacionada com os revestimentos dos palácios mencionados, que constituíram, com certeza, modelos a copiar pela burguesia endinheirada da época.

[Fig. 69 – Lisboa – Santa Apolónia – Largo do Caminho – de – ferro | padrão]

---

os azulejos produzidos para este local correspondem a facturas de 1854 ou de 1867, pagas a Eugénio Roseira, o segundo dono da fábrica, falecido em 1879.

<sup>203</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, vol. I, p. 288 e vol. II, pp. 162 e 246, que refere a presença deste padrão no Palácio da Pena e no Palácio Beau Séjour em Benfica.

<sup>204</sup> Vide Luísa ARRUDA, *Caminho do Oriente: Guia do Azulejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 37.

<sup>205</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 38, a autora refere cerca de 10 prédios nesse eixo, que ostentam o padrão de folhas, em variantes de cor, entre outros, na zona da Rua da Madalena e outros pontos do Chiado. Sendo que no primeiro caso, tratava-se de uma verdadeira área geográfica, de influência da fábrica.

#### 4.1.2 Padrão de “*Rendas*” ou “*Crochet*”

Este tipo de padrão foi muito utilizado e produzido entre nós, com variantes de cor. No Barreiro surge aplicado em dois imóveis contíguos, um deles enquadrando-se na tipologia 1 e situado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 97 [BA\_B\_CJAA\_0097] e o outro na tipologia 3, situado na mesma Rua com o n.º 99 [BA\_B\_CJAA\_0099]. A fachada deste edifício é marcada pela horizontalidade, individualizando-se no meio das outras habitações e em contraste marcado com elas, formando gaveto, com duas ruas paralelas e principais, em meados de Oitocentos, nomeadamente a Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar e a Rua Marquês de Pombal. Tem a particularidade de apresentar três frentes azulejadas, sendo a de maiores dimensões a que se encontra voltada para a Travessa do Teatro (Fig. 70). Todavia, considerámos, neste estudo, como fachada principal o alçado que se abre para a Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 99 (Fig. 71, 72), pela importância desta via em meados e finais do século XIX, como tivemos oportunidade de referir no Capítulo [4.2].

[Fig. 70 - Imóvel com um alçado voltado para a Travessa do Teatro n.º 12-16 e fachada posterior na Rua Marquês de Pombal n.º 78-80]

[Fig. 71, 72 - Vista da fachada principal [BA\_B\_CJAA\_0099\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 99 | módulo de padrão [P-19-00007]]

Este padrão de “*Rendas*” ou “*Crochet*”, inventariado com o n.º **P-19-00007** foi assim designado, por ser composto por motivos em transparência, lembrando o trabalho de renda, cujo efeito de desenho é perceptível de muito perto, funcionando o revestimento como uma mancha de tecido, esticado sobre a superfície da fachada<sup>206</sup>.

Muito copiado e largamente utilizado, até em fachadas de igrejas, foi certamente produzido pela Fábrica Roseira<sup>207</sup>. No caso dos imóveis em

---

<sup>206</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 23.

<sup>207</sup> Vide Paulo HENRIQUES (coord.), *Museu Nacional do Azulejo - Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Edições Asa, 2003, p. 153, referido como proveniente do depósito da Fábrica Roseira - [MNAz inv. 7266a-z]. Vide Luísa

estudo, esta ideia é corroborada pelo desenho mais simples e pelo tom verde-claro<sup>208</sup> e ainda pela comparação com o módulo de padrão **P-19-00028** onde verificamos que a estampilha utilizada foi diferente: o motivo quadrilobulado - constituindo um dos centros do módulo de padrão - com duplo traço, fendido, intercalando motivos perlados, inscreve uma composição vegetalista envolvendo a circunferência com flor, enquanto, no módulo de padrão mais claro **P-19-00007**, o motivo quadrilobulado inscreve composição vegetalista, formada por quatro trifólios, alternando com semicírculos de duplo traço, intercalando perlados, envolvendo a circunferência com flor. O outro centro do módulo de padrão, formado pelo motivo cruciforme, no padrão verde-claro é também, mais simples, composto por linhas e núcleo com segmentos de recta, desencontrados, enquanto o outro motivo cruciforme é decorado por contas, losangos e núcleo quadrangular rodeado de várias contas. Exteriormente este apresenta entre os braços da cruz, parte de uma flor e um trifólio, no outro observamos, uma conta e um trifólio. Este, apesar de subordinado à mesma temática, foi realizado em tons de verde-escuro, encontrando-se a sua produção atribuída à Fábrica Viúva Lamego. Encontra-se aplicado num imóvel na Rua Serpa Pinto n.º 38 e ainda em três imóveis na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 164, 172 e 174, que serão abordados a seguir. A Fábrica de Sacavém executou igualmente, este padrão talvez segundo, a técnica de estampagem, embora também, tenha produzido alguns padrões estampilhados, podendo ser este o caso (Fig. 73), surgindo alguns exemplares no catálogo da Real Fábrica de Louça de

---

ARRUDA, *Caminho do Oriente: Guia do Azulejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 29, a autora atribui a produção inicial do padrão de “*Rendas*” à Fábrica Roseira: “*Não é improvável que os Roseira naturalizados portugueses mas originários de Praga ou Saint-Gäll (Boémia) tenham sido os primeiros a importar e fabricar estes dois padrões [este e o padrão “Minton”] de gosto internacional e os tenham introduzido com sucesso no gosto nacional e no revestimento integral de fachadas (...)*”.

<sup>208</sup> Vide Luísa ARRUDA, *Caminho do Oriente: Guia do Azulejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 20, referindo-se aos padrões executados na fase inicial de laboração da fábrica, sendo-lhes atribuída “*uma paleta aberta e franca*”.

Sacavém de 1910<sup>209</sup>, cujo desenho, se aproxima do módulo de padrão verde-claro **P-19-00007**.

[Fig. 73 - Modelo idêntico provavelmente segundo a técnica de estampagem [A Fábrica de Sacavém produziu também alguns padrões estampilhados podendo ser este o caso]]

No Norte foi produzido um modelo muito semelhante pela Fábrica Cerâmica das Devesas, como consta do catálogo com o n.º 84<sup>210</sup>. Um exemplo idêntico, com cores muito próximas deste e produzido em Gaia, surge num catálogo holandês, de cerca de 1914<sup>211</sup> (Fig. 74). Os dois imóveis inventariados, designadamente na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 97 e n.º 99, não têm friso e a barra deste último edifício é formada por azulejos de padrão estampados, produzidos pela Real Fábrica de Sacavém<sup>212</sup> (Fig.75) possivelmente, colocados posteriormente ao revestimento azulejar e, porventura, substituindo outra barra aí existente, pois é completamente diferente e desadequada em termos de técnica, cores e temática (Fig. 76).

[Fig. 74 - Padrão de “*Rendas*” idêntico ao modelo do catálogo da Fábrica Cerâmica das Devesas com o n.º 84]

[Fig. 75 - Módulo de padrão – n.º 406 – B (existem outras variantes de cor)]

[Fig. 76 - Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0099\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 99 | módulo de padrão com variante de cor, utilizado como barra de arquitrave]

O mesmo tipo de padrão **P-19-00028** em tom verde-escuro surge a revestir a fachada de um imóvel da tipologia 1 na Rua Serpa Pinto n.º 38, rua periférica a este centro urbano [**BA\_B\_SP\_0038**] com três pisos, sendo

---

<sup>209</sup> Vide *Catálogo da Real Fábrica de Louça de Sacavem – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910, desenhos com o n.º 200-A em tons de castanho e o desenho 200-C em tons de vermelho.

<sup>210</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Cerâmica e de Fundição das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.ª - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910.

<sup>211</sup> Vide Jan PLUIS, *Nederlandse Tegels 1900-2000*, Primavera Pers, Leiden, 2008, p.76, Plaat n.º 9, do catálogo *HET TEGELHUIS ALFEN A/D RIJN* (Holland), c. 1914.

<sup>212</sup> Vide *Catálogo da Real Fábrica de Louça de Sacavem – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910 – este modelo surge com o n.ºs 406- A; B; C; D; H.

este último, um acrescento posterior, implantado sobre a arquitrave do edifício, pintado em tons de verde, bastante diferente em termos estéticos e estruturais do resto do imóvel, desvirtuando-o (Fig. 77, 78). O revestimento azulejar é delimitado por friso **F-19-00025** com motivos geométricos e florais, em tons de preto, azul, e branco, rematado por barra de arquitrave **B-19-00014** em tons de verde sobre fundo branco (Fig. 79).

[Fig. 77, 78 – Imóvel [BA\_B\_SP\_0038\_01\_01] na rua Serpa Pinto, n.º 38 | módulo de padrão [P-19-00028]]

[Fig. 79 – Aplicação do módulo de padrão [P-19-00028] | friso [F-19-00025] e cantos | barra de arquitrave [B-19-00014]]

Foi aplicado também em outros três imóveis na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 164, 172 e 174, que foram objecto de intervenções no decorrer da segunda metade do século XX, integrando por isso algumas áreas de revestimento não originais. Estes imóveis enquadram-se, um na tipologia 2 localizado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 174 [**BA\_B\_CJAA\_0174**] e os outros dois na tipologia 1 um com o n.º 164 [**BA\_B\_CJAA\_0164**] e em outro com o n.º 172 [**BA\_B\_CJAA\_0172**].

O primeiro edifício, na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 174, actualmente destinado a habitação<sup>213</sup>, foi alvo de uma intervenção de requalificação em 1997<sup>214</sup>, bem como os outros dois edifícios contíguos, e os azulejos em falta foram encomendados à Fábrica Viúva Lamego **P-19-00028** que terá executado, muito provavelmente, o primitivo revestimento azulejar. O revestimento actual é todo idêntico, prolongando-se nas fachadas dos três imóveis, onde foram ainda aplicados frisos e barras, também semelhantes entre si, conferindo certa unidade visual ao conjunto.

---

<sup>213</sup> A.M.B., CS/149/68, o edifício teve como proprietário Augusto José Vasconcelos Costa Mano que, a 14 de Novembro de 1968 requereu a ampliação do seu prédio, conforme passamos a citar: “*Pretende o requerente proceder a algumas alterações na moradia em referência, que lhe coube em partilhas, introduzindo alguns melhoramentos para torná-la mais confortável, visto se destinar a habitação própria*”.

<sup>214</sup> A.M.B., G.T.L., *Dossier* 6/20, 1997. Menciona o revestimento de azulejos com o designado padrão de “*Rendas*” que veio substituir o original do século XIX, pois os azulejos aplicados em 1997 deveriam ser “*azulejos estampilhados novos a imitar os antigos*” que aí existiam, em tons de verde sobre fundo branco.

Os primitivos azulejos foram executados pela Fábrica Viúva Lamego, em finais do século XIX inícios do século XX, bem como os globos, que rematavam a balaustrada do imóvel na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 172 [BA\_B\_CJAA\_0172] e que já não existem, tendo sido substituídos por outro tipo de ornatos, sem qualquer valor patrimonial. De salientar que os números de polícia que se observam na figura 65, da direita para a esquerda, são diferentes dos actuais, começando no n.º 158 até ao 168, tendo o edifício central quatro portas. Verificamos que uma das portas foi substituída por uma janela, e a numeração foi também alterada começando no n.º 164 e prolongando-se até ao 174. Os três imóveis são, pertença da família Costa Mano, uma família de comerciantes, como se percebe pelo anúncio da figura 50 (anexo fotográfico, p. 253) publicado no jornal *O Concelho do Barreiro*<sup>215</sup>, onde, no canto inferior esquerdo, podemos ler: “ MERCEARIA CENTRAL / CASA FUNDADA EM 1877 / de Mario da Costa Mano”. Os letreiros publicitários colocados lateralmente e sobre a porta de entrada do imóvel na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 164 [BA\_B\_CJAA\_0164] permitem perceber que a actividade da mercearia ainda se mantinha em 1997, mas actualmente é inexistente (Fig. 80, 81, 82, 83, 84).

[Fig. 80, 81, 82 - Edifício totalmente azulejado e rematado por globos [início do século XX] | Globo da Fábrica Viúva Lamego - *Dossier* n.º 9 – n.º 549 – canto superior direito]

[Fig. 83, 84 – Vista dos três edifícios. No imóvel [BA\_B\_CJAA\_0164\_01\_01] são visíveis dois letreiros publicitando a actividade comercial [1997] actualmente inexistente]

Nestes três edifícios o revestimento azulejar apresenta um friso nos mesmos tons, que o delimita, contornando os vãos, com motivos geométricos e vegetalistas **F-20-00005** (Fig. 85). A barra **B-20-00011** utilizada não está completa, encontrando-se truncada, não permitindo apreender o elemento central na sua totalidade (Fig. 86). É possível que fosse similar a outra barra, com variantes de cor e correctamente aplicada, patente em dois imóveis da Vila da Moita, um situado na Rua Miguel

---

<sup>215</sup> Vide *O Concelho do Barreiro*, Número Único, 25 de Dezembro de 1931, p. 12.

Bombarda n.º 85 e outro na Rua Machado Santos n.º 31, duas artérias paralelas e centrais desta Vila (Fig. 87, 88).

[Fig. 85 – Friso [F-20-00005] e canto]

[Fig. 86 – Pormenor da barra de arquitrave (B-20-00011)]

[Fig. 87 – Moita | Imóvel na Rua Miguel Bombarda n.º 85 | pormenor da barra de arquitrave (com variantes de cor)]

[Fig. 88 – Moita | Imóvel na Rua Machado Santos n.º 31 | pormenor da barra de arquitrave (com variantes de cor)]

#### 4.1.3 Padrão de “*Colchete*”<sup>216</sup> “*Constância*” ou “*Ferradura*”

Quatro imóveis inventariados que se enquadram na tipologia 1, ou seja, a casa com rés-do-chão e andar (um ou dois), apresentam fachadas integralmente revestidas por azulejos de padrão catalogado como **P-19-00006**. De módulo 2x2/1, é conhecido vulgarmente por padrão de “*colchete*”, ou padrão “*constância*” por ter sido produzido, também, pela Fábrica Constância<sup>217</sup> e ainda, como padrão de “*ferradura*”. Três edifícios localizam-se na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, com os seguintes números de polícia, n.º 81 [**BA\_B\_CJAA\_0081**], n.º 210 [**BA\_B\_CJAA\_0210**] e n.º 249 [**BA\_B\_CJAA\_0249**]. O último situa-se na Rua Marquês de Pombal n.º 66 [**BA\_B\_MPb\_0066**] (Fig. 89, 90, 91, 92). De influência holandesa, foi muito usado em Lisboa no século XIX, e terá sido fabricado, igualmente, pela Fábrica Viúva Lamego, como consta do Catálogo J. Lino, Lisboa, 1889 (Fig. 93, 94).

[Fig. 89, 90 – Imóvel [**BA\_B\_CJAA\_0081\_01\_01**] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 81 e imóvel [**BA\_B\_CJAA\_0210\_01\_01**] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 210]

[Fig. 91, 92 – Imóvel [**BA\_B\_CJAA\_0249\_01\_01**] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 249 gaveto com Travessa do Loureiro n.º 8 e imóvel [**BA\_B\_MPb\_0066\_01\_01**] na Rua Marquês de Pombal n.º 66.

[Fig. 93, 94 – Módulo de padrão [P-19-00006] | também produzido pela Fábrica Viúva Lamego - catálogo J. Lino (materiais de construção), Lisboa, 1889]

---

<sup>216</sup> Vide Ana de Jesus Rui L ALMEIDA., *O Azulejo: Técnicas e Padrões*, 1ª edição, Viseu, 2006, pp. 76-77.

<sup>217</sup> Vide Luísa ARRUDA, *Caminho do Oriente: Guia do Azulejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 21.

De notar que este padrão surge igualmente a revestir dois imóveis localizados na vila da Moita, na Rua Miguel Bombarda n.º 85 e na Rua Machado Santos n.º 31 (Fig. 87 e Fig. 88), que utilizamos para exemplificar a correcta aplicação da barra de arquitrave **B-20-00011** patente nos três edifícios supracitados, localizados na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 164, 172 e 174.

A Fábrica Sant'Anna terá também produzido este modelo, mas segundo a técnica de estampagem, entre 1880-1900, existindo um exemplar no Museu Nacional do Azulejo<sup>218</sup>.

Os imóveis situados na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 81 [**BA\_B\_CJAA\_0081**] e Marquês de Pombal n.º 66 [**BA\_B\_MPb\_0066**] (Fig. 89 e Fig. 92) apresentam ambos o mesmo tipo de friso **F-19-00006**, de tons idênticos aos do padrão [azul, amarelo e verde] e canto idêntico, resultando neste caso, da adaptação do elemento de ligação, originando um motivo em campânula, no ângulo externo, semelhante a um “sino” (Fig. 95). Existe um outro imóvel na Rua Marquês de Pombal [**BA\_B\_MPb\_0087**] (Fig. 96) cujo friso apresenta o canto disposto em chaveta, rematado por outra de menores dimensões, em tons de verde, tal como surge no catálogo J. Lino (Fig. 97).

[Fig. 95, 96 – Friso e cantos [F-19-00006] dos imóveis das figuras 78 e 81] – friso do imóvel na Rua Marquês de Pombal n.º 87 [**BA\_B\_MPb\_0087\_01\_01**]]

[Fig. 97 – Catálogo J. Lino (materiais de construção), Lisboa, 1889, p. 104 – Des 557]

Os dois edifícios já referidos, na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 81 [**BA\_B\_CJAA\_0081**] e Rua Marquês de Pombal n.º 66 [**BA\_B\_MPb\_0066**] (Fig. 89 e Fig. 92) possuem barra de arquitrave **B-19-00003**, com tons e motivos idênticos aos do padrão, tendo sido concebidos, muito possivelmente, para aplicação em conjunto (Fig. 98).

---

<sup>218</sup> Em <http://www.matriznet.ipmuseus.pt> - Museu Nacional do Azulejo [n.º inv. 3116 Az] - acedido em 11 de Abril de 2012.

[Fig. 98 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0081\_01\_01] e imóvel [BA\_B\_MPb\_0066\_01\_01] | ambos com barra idêntica [B-19-00003]]

O imóvel localizado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 210 (Fig. 90), com fachada ligeiramente mais larga, tem outro tipo de friso **F-19-00012** com motivos vegetalistas e florais, em tons de azul e branco, também produzido pela Fábrica Viúva Lamego (Fig. 99), e uma barra **B-19-00008** diferente das anteriores, com motivos vegetalistas, a azul e branco, possivelmente executada pela mesma fábrica.

[Fig. 99 – Catálogo J. Lino (materiais de construção), Lisboa, 1889, p. 104 – Des 559]

#### 4.1.4 Padrão / Barra mais utilizados no Barreiro

No centro urbano do Barreiro, a diversidade de revestimentos cerâmicos é considerável, sendo poucos os módulos de padrão e as composições azulejares repetidas. Todavia, identificou-se um módulo de padrão e uma barra que se repetem em edifícios de tipologias distintas, como é o caso do módulo de padrão **P-19-00014** e da barra **B-19-00011**, que analisaremos de seguida.

O padrão mais utilizado, catalogado como **P-19-00014**, é um padrão policromo com motivos geométricos e vegetalistas (Fig. 100), porventura executado pela Fábrica Viúva Lamego, e utilizado quer em imóveis de rés-do-chão, quer em imóveis de fachada larga, com desenvolvimento horizontal formando gaveto.

Encontra-se aplicado num imóvel imponente, que é, com certeza, o de maiores dimensões deste conjunto de fachadas azulejadas. Situa-se na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 213 **[BA\_B\_CJAA\_0213]** inscrevendo-se na tipologia arquitectónica 3 e desenvolvendo três pisos, rés-do-chão e andar nobre, e outro piso com águas-furtadas, certamente um acrescento posterior. Este piso exhibe uma varanda, em ferro forjado, que percorre todos os alçados do imóvel. Forma gaveto com duas ruas paralelas, a já mencionada Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar e a Avenida Bento Gonçalves n.º 94-96, encontrando-se a fachada lateral

voltada para a Travessa da Figueira n.º 1-3-5-7 (Fig. 102, 103, 104). Os três alçados do edifício têm várias portas e janelas, encontrando-se todos eles revestidos pelo já mencionado padrão estampilhado policromo, delimitado pelo friso **F-19-00015**, nos mesmos tons do padrão e possivelmente concebido para acompanhá-lo (Fig. 101). É um edifício grandioso, que apesar de se encontrar devoluto, não passa despercebido, até porque se encontra no *terminus* da Rua Marquês de Pombal [que conflui na Travessa da Figueira] a nascente, como que rematando a rua.

Um postal ilustrado de 1910 (Fig. 51 – anexo fotográfico, p. 254) que inclui a Rua Marquês de Pombal, permite ver, ao fundo, parte do alçado lateral deste edifício, implantado na Travessa da Figueira, exibindo uma claraboia que já não existe. De acordo com os dados obtidos da análise do processo, no Arquivo Municipal do Barreiro, este imóvel é actualmente propriedade de uma imobiliária, a Kiana Properties Limited e, em 2003, tendo em vista a sua recuperação, foi pedido parecer à Câmara Municipal do Barreiro, sobre a viabilidade de comparticipação no âmbito do Programa “*RECRIA*”, que acabou por ser indeferido<sup>219</sup>.

[Fig. 100, 101 – Módulo de padrão [P-19-00014] | friso e canto [F-19-00015]]

[Fig. 102 - Vista geral do edifício com a fachada principal na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 213 | alçado lateral voltado para Travessa da Figueira n.º 1-3-5-7]

[Fig. 103 – Travessa da Figueira (alçado poente)]

[Fig. 104 - Vista geral da outra fachada voltada para a Avenida Bento Gonçalves n.º 94 (alçado Norte)]

Outro imóvel localizado na Rua Marquês de Pombal n.º 109 **[BA\_B\_MPb\_0109]** apresenta apenas dois dos seus alçados - a fachada principal e alçado lateral esquerdo - revestidos pelos azulejos de padrão estampilhados policromos, **P-19-00014**, com os vãos contornados e delimitados por um friso, **F-19-00027**, com alguns dos tons do padrão. É

---

<sup>219</sup> A.M.B., RCR /1/ 2003 e RCR /2/ 2003, “*Por despacho de 04 de Julho de 2003, informa-se (...) não ser viável o acesso à comparticipação no âmbito do referido programa, das obras de recuperação geral e beneficiação do presente imóvel, uma vez que a quantia envolvida ultrapassa o valor total de 20.000€ orçamento para o programa RECRIA, e cuja rubrica se encontra descrita no Orçamento de 2003*”.

um edifício da categoria tipológica 3, com dois pisos, rés-do-chão, andar nobre e águas-furtadas, formando gaveto com a Travessa da Praia (Fig. 105, 106). O friso, cujo desenho se baseia no modelo da fita enrolada sobre um eixo, de provável influência valenciana, neste edifício do Barreiro é, no entanto, mais simples apresentando, apenas, a fita sem as folhagens ou flores que habitualmente a acompanham e simulando o enrolar em torno de um eixo, diminuindo de espessura (Fig. 107, 108).

Este modelo de friso foi muito utilizado em Lisboa, em meados de Oitocentos<sup>220</sup>, em tons de azul e branco (Fig. 109). Sobre a cornija, e ao longo dos dois alçados azulejados, encontra-se uma barra **B-19-00016** policroma, com elementos vegetalistas, com tons idênticos aos do padrão (Fig. 110). O imóvel é ainda decorado por outros ornatos cerâmicos como folhagem em terracota, disposta sobre o lintel das janelas do segundo piso e florões cerâmicos vidrados, semelhantes a girassóis, nos pilares entre as várias secções da balaustrada. Esta balaustrada bastante invulgar, será abordada no capítulo sobre Ornamentação Cerâmica Complementar [4.3].

[Fig. 105, 106 - Imóvel [BA\_B\_MPb\_0109\_01\_01] na Rua Marquês de Pombal com alçado lateral esquerdo, voltado para a Travessa da Praia e o alçado lateral direito, sem qualquer revestimento azulejar]

[Fig. 107, 108 - Friso e canto [F-19-00027] | Modelo apresentando solução idêntica com folhagem enrolada sobre um eixo]

[Fig. 109 - Lisboa | Pormenor de uma fachada na Calçada do Cardeal | friso com o motivo de fita enrolada sobre um eixo]

[Fig. 110 - Imóvel [BA\_B\_MPb\_0109\_01\_04] | pormenor da barra de arquitrave [B-19-00016]]

O mesmo tipo de padrão policromo, **P-19-00014**, com motivos geométricos e vegetalistas, reveste outros quatro imóveis, três deles, implantados na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 319 **[BA\_B\_CJAA\_0319]**, com o n.º 321 **[BA\_B\_CJAA\_0321]** e com o n.º 325

---

<sup>220</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, vol. I, pp. 106; 108; 119 e 339, em que a autora refere ser uma “*cercadura típica da azulejaria de fachada lisboeta de meados do século XIX* “. Vide exemplos deste modelo de fita enrolada sobre um eixo em Vicent Joan ESTALL i POLES, *Catálogo de la colección de azulejos de seri del siglo XIX*, Museo del Azulejo, Onda, Faenza editrice ibérica, s.l., pp. 338-339.

**[BA\_B\_CJAA\_0325]**, o primeiro formando gaveto com a Travessa da Parreirinha e o último com a Travessa Francisco de Oliveira, e ainda outro na Rua Marquês de Pombal n.º 87 **[BA\_B\_MPb\_0087]**. Inscrevem-se na tipologia 2, de casa térrea, marcados pela horizontalidade.

Os três imóveis acima referidos situados na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, são contíguos, só com um piso. Actualmente, só o primeiro edifício é habitado, o do meio, é destinado a armazém e o último encontra-se devoluto. Existia um outro imóvel nesta frente, com o n.º 323, seguramente revestido com azulejos de padrão idênticos, friso e barra, onde foi edificado um prédio de dois andares, que nada tem a ver em termos estéticos e estruturais com os restantes, quebrando a unidade formal estética e visual, que os quatro edifícios, certamente, conferiam àquela via (Fig.111, 111a). A fachada dos dois primeiros está revestida com os azulejos de padrão **P-19-00014** (Fig. 100) enquanto o imóvel na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 325<sup>221</sup> **[BA\_B\_CJAA\_0325]** é revestido por uma variante do padrão anterior, com outro n.º de inventário **P-19-00021**.

Nesta variante do módulo de padrão as diferenças são quase imperceptíveis - o tom de preto não é utilizado nas folhagens verdes, adjacentes ao elemento central, e o elemento de ligação, formado pelo quadrado vermelho inscrevendo um quadrado sobre o vértice preto, não apresenta a moldura amarela, circunscrevendo um florão amarelo, de maiores dimensões e menos recortado. O revestimento azulejar destes três edifícios é delimitado por friso muito simples, policromo, composto por três faixas em tons de azul, amarelo e verde **F-19-00021** (Fig. 113).

[Fig. 111, 111a – Imóveis **[BA\_B\_CJAA\_0319\_01\_04]**; **[BA\_B\_CJAA\_0321\_01\_04]**; **[BA\_B\_CJAA\_0325\_01\_04]** na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar | [imóvel n.º 323 é um prédio de construção recente, e o n.º 325 actualmente, sem revestimento azulejar [Agosto 2012] [Fig. 112 – Imóvel **[BA\_B\_CJAA\_0325\_01\_04]** na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 325]  
[Fig. 113 – Módulo de padrão **[P-19-00021]** aplicado no imóvel **[BA\_B\_CJAA\_0325\_01\_01]** | friso **(F-19-00021)**]

---

<sup>221</sup> Os azulejos foram retirados, e a parede rebocada com cimento, restando apenas a barra de arquitrave [Agosto de 2012].

O edifício na Rua Marquês de Pombal n.º 87, com águas-furtadas, para além do padrão, apresenta ainda o revestimento delimitado por friso que contorna os vãos, tornando-se duplo nos flancos. Trata-se do friso **F-19-00006** já mencionado anteriormente, sub-capítulo [4.1.3.] (Fig. 96 e 97). A fachada é ainda rematada por barra de arquitrave policroma **B-19-00015** executada segundo a técnica mista, estampilhagem e pintura à mão livre, nas zonas a cheio, formada por elementos geométricos e vegetalistas, em tons de verde, azul, vermelho, amarelo, e preto sobre fundo branco (Fig. 114). Existe um exemplar similar com variante de cor, **B-19-00006**, em outro imóvel da Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 192 **[BA\_B\_CJAA\_0192]** em tons de amarelo, vermelho, azul e preto sobre fundo branco, e aplicado de forma inversa ao anterior (Fig. 115).

[Fig. 114 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0087\_01\_05] | Pormenor da barra de arquitrave (B-19-00015)]

[Fig. 115 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0192\_01\_03] | Pormenor da barra de arquitrave (B-19-00006)]

A barra mais utilizada neste conjunto de fachadas azulejadas é a **B-19-00011**, aplicada nos três imóveis acima referidos na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 319, 321, 325. É uma barra, de produção lisboeta, bastante utilizada na capital, sendo aquela que mais se repete no Barreiro, possivelmente executada pela Fábrica Viúva Lamego, com uma paleta de cores mais reduzida, como é o caso, ou com a aplicação de mais cores, composta por florões, intercalada por elementos vegetalistas, de onde pendem festões.

Um modelo similar foi produzido pela Fábrica Roseira em tons de azul e branco (Fig.116), patente no imóvel localizado no Beco do Belo n.º 6, já referido a propósito do “*friso de esferas*” análogo, ao padrão, aplicado no registo inferior desse edifício.

[Fig. 116- Lisboa | Imóvel no Beco do Belo n.º 6 | barra em tons de azul e branco | Fábrica Roseira]

Nestes edifícios acima referidos a barra é em tons de azul, amarelo e verde (Fig. 117), tal como em outro imóvel da tipologia 1 na Rua Marquês de Pombal n.º 35 (Fig. 118) **[BA\_B\_MPb\_0035]** tendo ao centro, as iniciais do nome do proprietário, seguindo-se a data e as iniciais do nome da esposa: “FA / 1908 / DM”<sup>222</sup>, em maiúsculas e a azul.

A fachada principal deste imóvel na Rua Marquês de Pombal foi revestida por azulejos de padrão estampilhados, cujo desenho é constituído por semicírculos intersectados originando um motivo floral, em tons de azul, amarelo e castanho **P-19-00032**. A delimitar o revestimento e contornando os vãos surge um friso de “*meandros*” em tons de verde **F-19-00028**, que podemos observar no catálogo J. Lino, 1889, numa variante de cor azul (Fig. 119, 120).

[Fig. 117 – Pormenor da barra de arquitrave [B-19-00011]]

[Fig. 118 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0035\_01\_02] | aplicação do padrão [P-19-00032] friso (F-19-00028) e barra de arquitrave [B-19-00011]]

[Fig. 119, 120 - Pormenor do friso e canto | modelo idêntico - catálogo J. Lino, Lisboa, 1889, p. 104 - Des 558 [azul]]

Tanto o padrão<sup>223</sup> como o friso<sup>224</sup> denotam alguma influência de modelos franceses. A frontaria é encimada por balaustrada<sup>225</sup> dividida em quatro secções, com balaústres periformes, habitualmente os mais

---

<sup>222</sup> Vide Augusto Pereira VALEGAS, *Um Olhar sobre o Barreiro*, II Série, n.º 4, Câmara Municipal do Barreiro, 1992, pp. 9-12, onde pudemos apurar o nome do proprietário e esposa, Francisco d’Assumpção, (conhecido como Francisco Leão) e Doroteia Maria Marques.

<sup>223</sup> Vide Alejandro ARTUCIO URIOSTE, *El Azulejo en La Arquitectura Uruguaya, siglos XVIII, XIX y XX*, Montevideo, 2004, a partir da p. 26, F. 51, com referência ao catálogo original da fábrica Fourmaintraux-Courquin – Desvres (Pas-de-Calais).

<sup>224</sup> IDEM, *Ibidem*, a partir da p. 26, F. 51/ F. 53, com referência ao catálogo original da fábrica Fourmaintraux-Courquin e Fourmaintraux Frères – Desvres (Pas-de-Calais).

<sup>225</sup> Vide Augusto Pereira VALEGAS, *Um Olhar sobre o Barreiro*, II Série, n.º 4, Câmara Municipal do Barreiro, 1992, pp. 9-12, é mencionada a presença de dois leões cerâmicos, colocados em cada um dos extremos, da balaustrada, o que podemos comprovar pela foto existente no A.M.B., G.T.L., *Dossier* 12/20, 1997 e constando, da ficha do imóvel integrado **[BA\_B\_MPb\_0035]** (volume II – Fichas de inventário, pp. 313-316), verificando-se que de facto, havia um par de leões cerâmicos, rematando cada um dos lados, da balaustrada, já não existindo actualmente.

utilizados, interrompida pela janela das águas-furtadas, com varandim em ferro forjado.

Uma variante da barra que temos vindo a analisar, com o número de inventário **B-19-00013**, com maior variedade de cores, em tons de azul, amarelo, verde, vermelho e preto, sobre fundo branco, é visível em outro imóvel da tipologia 1 no Largo Nossa Senhora do Rosário **[BA\_B\_NSR\_0002]** revestido com padrão tardio, com motivos geométricos, em tons de azul, amarelo e preto e friso composto por aros elípticos, encadeados, **F-19-00002**, simulando uma corrente, em tons de branco e azul. Este tipo de padrão **P-19-00008**, com reminiscências nos bordados a ponto de cruz, ou outras formas populares e regionais de decoração (Fig. 121), apontam para uma datação, provavelmente mais tardia<sup>226</sup>. Contudo, na figura 48 (anexo fotográfico, p. 251), reprodução de um bilhete-postal de 1910, com a “*Vista da Rua Joaquim António de Aguiar*”, podemos observar parte deste imóvel localizado, do lado direito, com a fachada totalmente azulejada. Assim este padrão não poderá ser tão tardio, como proposto pela autora referida em nota, mas antes datável de finais do século XIX e inícios do XX. Na imagem é visível a barra de arquitrave encimada pela balaustrada rematada por vaso, em faiança, vidrado a branco, e uma pinha em terracota, que ainda subsistem. Actualmente o revestimento azulejar, só existe, ao nível do segundo registo.

Padrão semelhante surge em outro imóvel da tipologia 1 na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 130 **[BA\_B\_CJAA\_0130]** delimitado por friso, formado por uma faixa de torçal envolto por fita rendilhada, intercalando flor. O imóvel exhibe este friso em duas variantes de cor, uma em tons de azul e branco, aplicada sobretudo, em planos horizontais **F-19-00009** e outra em tons de azul, amarelo e laranja **F-19-00008** (Fig. 122).

---

<sup>226</sup> Vide Luísa ARRUDA, *Caminho do Oriente: Guia do Azulejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 115, a autora atribui a sua execução à Fábrica Viúva Lamego: “*Este padrão anuncia as fórmulas muito glosadas pela Fábrica Viúva Lamego, inspirado nas formas tradicionais datáveis dos anos 20 e 30 de Novecentos.*”

[Fig. 121 – Imóvel [BA\_B\_NSR\_0002\_01\_05] aplicação do padrão [P-19-00008] | friso [F-19-00002] | barra de arquitrave (B-19-00013)]

[Fig. 122 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0130\_01\_05] | Pormenor dos frisos [F-19-00008] com mais cor e [F-19-00009] em tons de azul e branco]

#### **4.2 Centros de fabrico, técnicas decorativas e influências externas**

A tentativa de identificação dos azulejos e da cerâmica ornamental em geral, relacionando-a com a respectiva fábrica é uma tarefa árdua, uma vez que muitas peças não se encontram visivelmente, ou de todo, marcadas. Não sendo possível, por vezes, observar o tardo do azulejo, onde cada fábrica imprimia geralmente a sua própria marca<sup>227</sup>, restam alguns catálogos que certas fábricas produziam para os seus clientes. Nos casos em que não é possível recorrer a nenhuma das hipóteses referidas, a tentativa de identificação baseia-se na comparação de elementos decorativos, assim como em questões relacionadas com a técnica utilizada. Neste sentido e recorrendo à comparação dos vários elementos decorativos, tendo em conta a técnica utilizada, iremos apresentar alguns azulejos de padrão, que apesar das dificuldades expostas, foi possível identificar, certamente produzidos pelas fábricas que a seguir enunciamos.

Grande parte dos azulejos aplicados neste conjunto urbano de fachadas azulejadas do Barreiro foi executada pela Fábrica Viúva Lamego, muito embora se encontrem também exemplares realizados pela Fábrica Roseira, pela Real Fábrica de Sacavém, existindo ainda alguns provenientes da Fábrica do Desterro. Muito esporadicamente encontram-se azulejos da fábrica Constância, Lusitânia, Sant'Anna e fábrica Cerâmica das Devesas.

A Fábrica Viúva Lamego, em Lisboa<sup>228</sup>, produziu uma grande variedade de padrões estampilhados que foram aplicados em Lisboa e no

---

<sup>227</sup> Isto passou a verificar-se apenas, quando as unidades fabris passaram a usar processos mecânicos para a produção da chacota.

<sup>228</sup> A Fábrica Viúva Lamego e a Constância mantiveram a produção de estampilhagem manual até ao início do século XX, a par do fabrico de algum azulejo estampado. *Vide* Mário Armando Oliveira SOARES, *Técnicas de decoração em azulejo*, Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 1983, p. 15 sobre a técnica de estampilhagem “(...) a pintura era feita manualmente, à trincha,

Porto, mais raramente, mas também no resto do país e Brasil. Por sua vez, as fábricas de Sacavém e Desterro dedicavam-se à produção de azulejos, segundo a técnica de estampagem<sup>229</sup>, mais actualizada e reveladora do desenvolvimento industrial, pois adoptaram-se novas tecnologias que possibilitavam uma maior economia de materiais bem como da paleta cromática, reduzida a uma só cor, com variantes de tom. Estas duas unidades fabris também se dedicaram ao fabrico de azulejos de meio-relevo, ou semi-relevados, que foram utilizados nas duas primeiras décadas do século XX, sobretudo no estilo Arte Nova e *Arte Déco*. Não eram feitos em formas, mas prensados numa máquina com a ajuda de um molde e um contra molde, o que permitia a criação de placas mais finas, mas com desenhos menos expressivos, mais ténues e subtis que nos

---

*sobre papel encerado e recortado com os desenhos pretendidos [estampilha], seguidamente colocada sobre a superfície do azulejo, revestida previamente, por esmalte estanífero. Ao retirar a estampilha, os desenhos, correspondentes aos recortes, ficavam pintados nos azulejos. Para cada cor usava-se uma estampilha diferente, consoante o número de cores necessárias (...)*”. A pintura era feita à trincha sendo observáveis por vezes, as marcas das cerdas do pincel e/ou ligeiros alastramentos de tinta junto dos limites da superfície. Estes dois elementos eram diferenciadores nesta técnica de fabrico.

<sup>229</sup> Vide Mário Armando Oliveira SOARES, *Técnicas de decoração em azulejo*. (...), 1983, p. 15, “(...) as fábricas que utilizaram uma pasta bastante clara – o pó de pedra – passaram a decorar os azulejos sobre a chacota, aplicando depois um banho de vidro transparente à base de chumbo, poupando assim o estanho por se tratar de um produto caro. Nas empresas mais industrializadas utilizavam-se estampilhas de zinco, sendo a tinta aplicada por “aerógrafo” [pistola] directamente na chacota. O vidro transparente, utilizado no azulejo em pó de pedra, provocava uma secura na decoração e a utilização de diferentes tipos de vidrados resultava em cores diferentes, por exemplo, com o vidro estanífero o azul-cobalto e o verde-cobre, ficavam mais esbatidos [chamado pelos ceramistas chorado] (...)”. Tal como aconteceu com os azulejos estampilhados, os padrões utilizados tinham por vezes influências estrangeiras, inglesa, francesa e holandesa, através de catálogos, da importação de matrizes ou da divulgação de tecidos ou papéis de parede. O azulejo em pó de pedra, podia receber directamente o desenho na superfície branca, necessitando apenas da aplicação de uma camada de vidro incolor, de óxido de chumbo. Ao dispensarem o esmalte estanífero [que origina o fundo branco, nas placas de barro amarelo] tornavam-se mais fáceis de produzir e mais baratos. A produção executada em Lisboa era diferente da do Porto, esta usava várias cores na impressão, enquanto na capital, a decoração era efectuada com uma só cor, através de ponteados finos, assemelhando-se à designada loiça do cavalinho [alusão à loiça inglesa de Davenport]. Vide Sandra Araújo de AMORIM, *Azulejaria de fachada na Povoia de Varzim (1850-1950, (...))* 1996, p. 92 e A. J. Barros VELOSO, Isabel ALMASQUÉ, *O azulejo português e a Arte Nova*, Lisboa, Coleções História da Arte, Edições Inapa, 2000, p. 58.

azulejos relevados. Neste sentido, de acordo com a técnica utilizada, os motivos decorativos apresentam diferentes graus de estilização: o decalque, (só era usada uma estampa policroma, com acabamentos à mão, enquanto na estampagem mecânica era usada uma estampa para cada cor) e a pintura manual conferem-lhes uma aparência mais natural, enquanto a estampilha manual ou aerografada, conferem-lhes características mais rígidas, gráficas e lineares, com contornos bem definidos em que a mancha de cor predomina em relação aos pormenores do desenho<sup>230</sup>.

Em relação à Fábrica de Sacavém, destaca-se o cunho marcadamente inglês, recorrendo com frequência a modelos de fábricas estrangeiras - inglesas e alemãs. Tal deve-se, certamente, ao facto de o seu primeiro proprietário, tal como os posteriores, serem de nacionalidade britânica, o que terá influenciado a sua produção. Mantinham ainda fortes ligações comerciais com Inglaterra, de onde importavam matérias-primas e máquinas, moldes, tintas, estampas, decalques, catálogos e onde contratavam operários. De salientar a importância da fábrica inglesa Minton Hollins & Co.<sup>231</sup>, situada em Stoke-on-Trent, pioneira das novas técnicas de produção mecanizada e sua influência, como veremos, nos azulejos produzidos em Portugal, através da Fábrica de Sacavém. Como já notámos, alguns desenhos inspiraram-se, ou copiaram, modelos estrangeiros, ainda que adaptados ao gosto português.

Ao nível da azulejaria do século XIX e inícios do século XX as influências internacionais, de cariz histórico ou contemporâneo, chegaram-nos um pouco de toda a Europa, mas em particular de Espanha, cujos padrões radicam em modelos difundidos pelas fábricas da região de

---

<sup>230</sup> Vide *A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, Coleção Feliciano David e Graciete Rodrigues, Aveiro, 2011, p. 20. A estampagem apresentava-se como uma técnica adequada na produção de azulejos para serem observados de perto, isto é, em interiores, e a estampilhagem para azulejos de exterior, em revestimentos amplos. Presume-se que a Fábrica de Sacavém nos primeiros anos de produção de azulejos, só os executava para interiores, todavia, é claro que a fábrica não podia impedir alguns clientes de os colocar em exteriores.

<sup>231</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 25.

Valência e de Inglaterra, ou ainda da França ou Bélgica<sup>232</sup>. As influências holandesas e alemãs também se fizeram sentir, mas não se conhecem, ou não se identificaram, para já, exemplares deste género nos edifícios inventariados e estudados.

#### **4.2.1 Fábrica Viúva Lamego | padrões estampilhados**

Nestes noventa e seis imóveis inventariados no centro urbano do Barreiro verificamos existir uma grande quantidade de padrões estampilhados, utilizando a estampilha manual, presumivelmente realizados na Fábrica Viúva Lamego. Tal não significa que a sua produção tenha sido exclusiva desta unidade fabril pois, nesta época da azulejaria de fachada, é muito difícil distinguir entre modelo e cópia, uma vez que os diversos modelos colocados no mercado eram copiados pelas várias unidades fabris a laborar, entre elas a Fábrica Calçada do Monte e Fábrica Viúva Lamego, que partilharam com a Fábrica Roseira, várias soluções estéticas. Os padrões executados pela Fábrica Viúva Lamego eram, quase sempre, acompanhados de frisos, que eram aplicados como remate superior, junto à cornija, ou a fazer a marcação da separação entre pisos. Uma grande maioria dos frisos possuía cantos, que resultavam da adaptação dos motivos ao espaço disponível.

Os padrões que a seguir analisamos foram considerados produção da Fábrica Viúva Lamego, chegando-se a esta conclusão com base na provável data de manufactura e na técnica predominante, e conseqüentemente na sua relevância patrimonial e aceitação local.

---

<sup>232</sup> Hans Van LEMMEN, Bart VERBRUGGE *Art Nouveau Tiles*, London, 1999, p. 56, surge reproduzido num catálogo belga “Manufactures Céramiques D’Hemixem – Gilliot & Co. – Hemixem-lez-Anvers (Belgique)”, Planche 89, um modelo idêntico ao das águas-furtadas do edifício situado na Rua Miguel Pais n.º 66. Vide ARTUCIO URIOSTE, Alejandro, *Catálogo de azulejos franceses del siglo XIX, Hallados en Uruguay, Argentina y Brasil*, s.l., 1998, sobre modelos franceses, e ainda, Vicent Joan ESTALL i POLES, *Catálogo de la colección de azulejos de seri del siglo XIX*, Museo del Azulejo, Onda, Faenza editrice ibérica, s.l., sobre azulejaria valenciana.

#### 4.2.1.1 Padrão com motivos enxaquetados<sup>233</sup>

O padrão com motivos enxaquetados, simulando os azulejos do século XVI e XVII, conjuga dois módulos de padrão, um em tons de amarelo e azul, catalogado como **P-19-00001**, e o outro em tons de verde e azul, catalogado como **P-19-00002**, ambos sobre fundo branco (Fig.123). Produzido certamente de cerca de 1870-1890, aparece aplicado em dois edifícios inseridos na tipologia 1 na Rua Almirante Reis n.º 80 gaveto com Travessa do Loureiro n.º 30 [**BA\_B\_AR\_0080**] (Fig. 124, 125) e na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 65 [**BA\_B\_CJAA\_0065**] (Fig.126), ambos com a fachada ligeiramente mais larga que os imóveis desta categoria, sendo que no edifício que faz gaveto, o alçado lateral não apresenta qualquer tipo de azulejamento. A delimitar o revestimento surge um friso de “galão” azul e branco **F-19-00001** que podemos observar no catálogo J. Lino, Lisboa, 1889, p. 104, com o n.º 556, delimitando e contornando os vãos, já referido no ponto [4.1.1] (Fig. 97, anexo fotográfico, p. 269) e uma barra nos mesmos tons, sem grande valor estético.

[Fig. 123 – Módulo de padrão (P- 19-00001)]

[Fig. 124, 125 – Imóvel [BA\_B\_AR\_0080\_01\_01] sito na Rua Almirante Reis n.º 80 | alçado lateral formando gaveto com Travessa do Loureiro n.º 30]

[Fig. 126 – Imóvel (BA\_B\_CJAA\_0065\_01\_01)] sito na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 65]

No edifício localizado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 65 é claramente visível o acrescento posterior, a partir do segundo piso, rebocado e pintado em tons de verde-claro. Sobre a cornija

---

<sup>233</sup> Vide J. M. dos Santos SIMÕES, *Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI*, 2.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990 [1969], p. 95, em que o autor refere: “ *As composições decorativas de esquema mais simples foram as obtidas com o efeito do xadrezado. Derivam naturalmente das características específicas do azulejo, de formato quadrado, prestando-se à criação de ritmos rectilíneos. (...) os ritmos lineares obtidos com estas composições orientavam-se diagonalmente na maioria dos casos. Na verdade, o efeito decorativo provocava uma mudança de direcção contrariando propositadamente as linhas horizontais e verticais da arquitectura: este esquema decorativo haveria de prevalecer como constante durante todo o século XVII*”.

observa-se um friso **F-20-00004** e uma cercadura **C-20-00006**, produzidos pela Fábrica de Sacavém (Fig. 127) encimados por platibanda rectangular revestida por azulejos de padrão estampados, castanhos **P-20-00017** do mesmo centro de fabrico (Fig.128). Esta indicia que o acrescento e colocação do friso, cercadura e platibanda azulejada, em que foi utilizado um tipo de padrão de influência inglesa, constando do catálogo da fábrica<sup>234</sup>, terá ocorrido, após a primeira década do século XX. Este tipo de padrão será analisado quando abordarmos a produção azulejar, com recurso à técnica de estampagem, da Fábrica de Sacavém e as influências estrangeiras ocorridas na azulejaria portuguesa de inícios do século XX e adoptadas por aquela unidade fabril.

[Fig.127 – Modelo de friso idêntico produzido pela Fábrica de Sacavém]

[Fig. 128 - Vista parcial da platibanda com azulejos de padrão [P-20-00017]

| friso [F-20-00004] | cercadura (C-20-00006)]

O tipo de padrão enxaquetado **P-19-00002** surge noutro imóvel de tipologia idêntica aos anteriormente descritos localizado, também, na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 119 **[BA\_B\_CJAA\_0119]** apresentando uma paleta de cor mais limitada, em tons de verde e azul sobre fundo branco (Fig.129, 130).

[Fig. 129, 130 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0119\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 119 | módulo de padrão [P- 19-00002]

[Fig. 131– Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0065\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 65 | pormenor do padrão e friso contornando os vãos [F-19-00004]]

Neste último edifício e no da Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 65 **[BA\_B\_CJAA\_0065]** o revestimento azulejar é delimitado por friso **F-19-00004** formado por faixa ondulada branca delimitada a azul (Fig. 131). O canto resulta da adaptação do elemento central e, neste imóvel, apresenta uma ponta lanceolada, que se projecta na diagonal, no

---

<sup>234</sup> Vide *Catálogo da Real Fabrica de Louça de Sacavem – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910 – este modelo com o fundo branco com os n.º 400 – A; B; C; E.

ângulo externo. No imóvel da Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 119 [BA\_B\_CJAA\_0119] a faixa funde-se, no ângulo externo, originando uma ponta semicircular, com a mesma orientação, em diagonal (Fig.132). Em relação a este friso podemos considerá-lo uma inspiração em modelos nacionais do século XVII, nomeadamente na cercadura catalogada por Santos Simões como C-84<sup>235</sup>.

[Fig. 132 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0119\_01\_01] sito na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 119 | Pormenor do padrão e friso, com o canto diferente do imóvel anterior]

O imóvel da Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 119 [BA\_B\_CJAA\_0119] é rematado por barra de arquitrave, em tons de azul e branco, com motivos vegetalistas, truncada inferiormente com o objectivo de se adaptar ao espaço disponível (Fig. 133). Uma variante deste modelo de barra, policromo, surge no imóvel que a seguir trataremos, na mesma artéria, em edifício com o número 141.

[Fig. 133 – Pormenor da barra de arquitrave (B-19-00019)]

Este tipo de padrão enxaquetado terá sido produzido pela Fábrica Roseira em data anterior a 1870<sup>236</sup>, em tons de azul e branco (Fig. 134). Todavia, com policromia, foi seguramente executado pela Fábrica Viúva Lamego, como podemos constatar pela imagem (Fig. 135) onde se observam padrões colocados no interior da fábrica, semi-caiados, e onde é visível uma variante do módulo de padrão enxaquetado, em tons de azul e amarelo sobre fundo branco, na parede do lado direito, em baixo.

Fig. 134 - Lisboa | Pormenor de uma fachada na Calçada do Cardeal | padrão enxaquetado em tons de azul e branco (esta imagem é a repetição da Fig. 109 – a propósito do friso com o motivo de fita enrolada sobre um eixo)]

---

<sup>235</sup> Vide J. M. dos Santos SIMÕES *Azulejaria em Portugal no século XVII*, Tomo I – Tipologia, 2.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997 [1971], p. 155.

<sup>236</sup> João Manuel MIMOSO, *Sobre a degradação física dos azulejos em Lisboa*, Lisboa, LNEC, Departamento de Materiais – Núcleo de Materiais Pétreos e Cerâmicos, Relatório 303/ 2011, p. 8.

[Fig. 135 - Fábrica Viúva Lamego | azulejos no interior da fábrica onde surgem alguns modelos aqui referidos]

#### 4.2.1.2 Padrão com motivos geométricos e vegetalistas

Ainda na mesma imagem referida anteriormente, na parede situada em frente e do lado esquerdo, podemos observar outro módulo de padrão formado por quadrado sobre o vértice verde, ao qual se sobrepõem quatro folhas lanceoladas pretas, dispostas na diagonal e, sobre estas, um motivo floral recortado, delineado a preto com núcleo em forma de conta, no mesmo tom. As folhas pretas unem-se a outro motivo floral, de oito pontas lanceoladas azuis, que constitui o elemento de ligação. Este e o elemento central dispõem-se alternadamente e em diagonais cruzadas que, à semelhança do chamado padrão da “*Pena*”, conferem grande dinâmica, em termos visuais, à superfície a revestir.

Este tipo de padrão, catalogado como **P-19-00009** (Fig.136, 137) reveste um edifício na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 141 [**BA\_B\_CJAA\_0141**], inscrevendo-se na tipologia 1, com rés-do-chão e andar nobre. Desenvolve, todavia, fachada ligeiramente mais larga que o habitual nesta categoria de imóvel (Fig.138) apresentando os vãos em arco quebrado com pedra de fecho, cujo recorte é acompanhado pelo friso das “*esferas*” (Fig. 139) já abordado no sub-capítulo [4.1.1]. Os azulejos de padrão de acordo com o exemplo apresentado na figura 135 (anexo fotográfico, p. 281) poderão ter sido produzidos pela Fábrica Viúva Lamego, mas tendo em conta, que o friso das “*esferas*” já mencionado, foi certamente produzido pela Fábrica Roseira, os azulejos que revestem a fachada deste imóvel poderão, igualmente, ser produção desta unidade fabril.

O edifício é rematado por uma variante da barra de arquitrave, com motivos vegetalistas, catalogada como **B-19-00019**, em tons de azul e branco, patente no imóvel situado Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 119. Este exemplar **B-19-00004** é policromo e composto por enrolamentos vegetalistas e folhagem mais exuberante, tornando a “*alcachofra*” quase imperceptível.

[Fig. 136, 137 – Módulo de padrão [P- 19-00009] | aplicação do módulo de padrão]

[Fig. 138 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0141\_01\_01] sito na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 141]

[Fig. 139 – Pormenor dos vãos delimitados pelo friso das “esferas” | barra de arquitrave policroma (B-19-00004)]

#### 4.2.1.3 Padrão com motivos vegetalistas

Outro padrão que terá sido seguramente produzido pela Fábrica Viúva Lamego, e que podemos encontrar na mesma imagem supracitada (Fig. 135 - anexo fotográfico, p. 281) onde se observam padrões colocados no interior da fábrica, semi-caiados, é o padrão de motivos vegetalistas, **P-19-00033** colocado na parede do lado direito, em baixo.

Este tipo de padrão surge num edifício na Rua Marquês de Pombal n.º 99 [**BA\_B\_MPb\_0099**], que se enquadra na tipologia 2 de casa térrea, destinada a habitação e actualmente devoluto (Fig.140). Como a documentação subsistente no Arquivo Municipal do Barreiro deixa perceber, este edifício foi avaliado no sentido de ser requalificado denotando preocupações de conservação e restauro do património integrado, em relação ao imóvel em causa<sup>237</sup> (Fig.141).

[Fig. 140 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0099\_01\_01] na Rua Marquês de Pombal n.º 99]

[Fig. 141 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0099\_01\_01] na Rua Marquês de Pombal n.º 99 | directivas para as obras de conservação e restauro]

A fachada azulejada na sua totalidade com este padrão policromo de módulo 2x2/1, com motivos vegetalistas, delimitado por friso **F-19-00004** composto por faixa ondulada, em tons de azul e branco, já referido a propósito do imóvel [**BA\_B\_CJAA\_0065**] (Fig.126 – anexo fotográfico, p. 278) sito na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 65, e com o

---

<sup>237</sup> A.M.B., G.T.L. *Dossier* 12/20, 1997, directivas para as obras de conservação e restauro reproduzidas na figura 141 [anexo fotográfico, p. 283], onde foram contabilizados os azulejos em falta e onde se refere: “*que os frisos das cornijas e os restantes elementos decorativos deverão ser recuperados através da utilização de moldes feitos a partir dos existentes*”. Ao fundo da folha, na vertical, foi manuscrito: “*Azulejo quase todo em bom estado – faltam alguns*”.

mesmo género de canto (Fig.131 – anexo fotográfico, p. 279). Encontra-se também presente em outro edifício, já acima mencionado, na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 119 **[BA\_B\_CJAA\_0119]** (Fig.132 – anexo fotográfico, p. 279).

[Fig. 142, 143 – Aplicação do módulo de padrão [P- 19-00033] | friso e canto (F-19-00004)]

A fachada é rematada por barra de arquitrave **B-19-00017** em tons de azul e branco, ostentando ao centro, sobre cartela oval, a data de 1876 e monograma com as iniciais “MM”, em maiúsculas, pintadas a azul. Foi efectuado segundo a técnica de pintura à mão livre, perceptível pela ausência de rigor no traço (Fig. 144).

[Fig. 144– Pormenor da barra [B-19-00017] com cartela oval exibindo datação e monograma]

#### **4.2.1.4 Padrão de “*ananases*”<sup>238</sup>**

Este padrão, designado como padrão de “*ananases*” **P-19-00022**, bastante exótico, surge num imóvel da tipologia 1 na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 285 **[BA\_B\_CJAA\_0285]** (Fig.145). A fachada é revestida por estes azulejos de padrão estampilhados, de módulo 2x2/1, de cerca de 1870 – 1890, em tons de amarelo, azul, castanho, vermelho e dois tons de verde, sobre fundo branco. A contornar os vãos em cantaria, e a delimitar o revestimento azulejar, é visível um friso **F-19-00004** já anteriormente abordado, composto por faixa branca ondulada sobre fundo azul que, nos flancos laterais do segundo piso, é duplo, adoptando a forma de entrançado. O friso que ladeia exteriormente cada uma das portas laterais, ao nível do primeiro registo, é diferente sendo constituído por um cordão perlado branco, sobre fundo azul **F-19-00022** (Fig. 146, 147, 148). A encimar o revestimento azulejar é visível uma original barra de arquitrave, com motivos antropomórficos e geométricos, em tons de azul e branco sobre fundo amarelo **B-19-00012** (Fig.149), mas que nada tem a ver com o padrão a não ser o seu carácter exótico.

---

<sup>238</sup> Vide Luísa ARRUDA, “Azulejaria nos Séculos XIX e XX”, (...), 1995, p. 407.

Porventura poderíamos associar este padrão e barra aos “*brasileiros de torna-viagem*”, todavia, não se encontrou qualquer evidência de ligação entre uma coisa e outra.

[Fig. 145 - Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0285\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 285]

[Fig. 146, 147, 148 – Aplicação do padrão [P-19-00022] | friso [F-19-00004] compondo um motivo entrançado, ao nível do segundo registo | friso [F-20-00022] de cordão perlado, no primeiro piso]

[Fig. 149 – Pormenor da barra de arquitrave (B-19-00012)]

#### 4.2.1.5 Padrão de “*cubos*”<sup>239</sup>

O designado padrão de “*cubos*” de módulo único e com motivos geométricos ilusórios, foi largamente produzido pela Fábrica Viúva Lamego, com variantes de cor, especialmente no último quartel do século XIX. Este tipo de motivos simulando tridimensionalidade e volume, que recorda os mosaicos romanos, encontra-se aplicado num edifício na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 71 [BA\_B\_CJAA\_0071], que se inscreve na tipologia 1 com rés-do-chão e andar nobre. A fachada é revestida por azulejos estampilhados com o padrão de “*cubos*” **P-19-00005** em tons de azul, amarelo, rosa e branco, de contornos castanhos (Fig. 150 e 151).

Este tipo de padrão denota alguma influência de modelos franceses, como podemos constatar num catálogo com esse tipo de exemplares<sup>240</sup> do século XIX, elencando uma série de azulejos aplicados no Uruguai, Argentina e Brasil, onde surge um modelo idêntico, com outros tons (branco, azul e preto) (Fig. 152).

Observa-se, ainda neste edifício, um friso nos mesmos tons do padrão **F-19-00005**, possivelmente concebido para acompanhá-lo, contornando e delimitando os vãos e acentuando os limites dos flancos, pela aplicação de duplo friso. Este friso é uma variante de cor do friso **F-19-**

---

<sup>239</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal (...)*, 2009, vol. I, p. 412.

<sup>240</sup> Vide Alejandro ARTUCIO URIOSTE, *Catálogo de azulejos franceses del siglo XIX, Hallados en Uruguay, Argentina y Brasil*, s.l., 1998, p. 75 - Des 1176.

**00004** que surge no catálogo J. Lino, Lisboa, 1889, p. 104, com o n.º 557, já referido (Fig. 97 – anexo fotográfico, p. 269). A fachada é encimada por uma barra de arquitrave catalogada com o n.º **B-19-00009**, com contornos castanhos, formada por elementos vegetalistas, em tons de amarelo, verde e roxo. Esta mesma barra surge em outros três edifícios com idêntica tipologia arquitectónica. Foi executada segundo a técnica mista, ou seja, estampilha nos traços mais escuros e largos, sendo o restante pintado à mão livre (Fig.153).

[Fig. 150, 151 - Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0071\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 71 | módulo de padrão [P-19-00005] | friso [F-19-00005] variante de cor do friso com o n.º 557 catálogo J. Lino  
[Fig. 152, 153 - Modelo idêntico com cores diferentes, no catálogo sobre azulejos franceses | Pormenor da barra de arquitrave [B-19-00009]]

#### 4.2.1.6 Padrão “*ponta de diamante*”<sup>241</sup>

Outro padrão de carácter ilusório, simulando tridimensionalidade e volume através de jogos de luz, com alternância entre claro/escuro e cheio/vazio, é o designado padrão “*ponta de diamante*”. O azulejo apresenta um motivo de configuração prismática, marcado por zonas de luz e sombra criando a ilusão de volume. Foi, muito provavelmente, originário de Talavera de la Reina, tendo sido inicialmente, no século XVI, designado por padrão dos “*Clavos*” ou “*padron del Arzobispo*”<sup>242</sup> por ter sido produzido

---

<sup>241</sup> Vide J. M. dos Santos SIMÕES *Azulejaria em Portugal no século XVII*, Tomo I – Tipologia, 2.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997 [1971], p. 25, em que o autor refere tratar-se de “*um dos padrões de origem espanhola, que mais se popularizou em Portugal desde os primeiros anos do século XVII*” abordado pelo autor na obra sobre *Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI*, 2.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990 [1969], p. 89.

<sup>242</sup> Vide Paulo HENRIQUES (coord.), *Museu Nacional do Azulejo - Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Edições Asa, 2003, p. 60, sobre a designação deste padrão: “*Este padrão designado assim pelo seu motivo central em pirâmide, dando ilusão de volume pela marcação das zonas de luz e sombra orientadas a 45º. (...) O módulo é composto por um prisma saliente ou reentrante conforme a posição (...)*”.

para satisfazer uma encomenda do arcebispo de Toledo, denotando a influência dos caixotões romanos<sup>243</sup> (Fig.154, 155, 156, 157).

Este padrão **P-19-00010** surge apenas numa das fachadas de um imóvel da tipologia 3, revelador de grande imponência nas suas grandes dimensões e três frentes, situadas na Praça Gago Coutinho e Sacadura Cabral, formando gaveto com a Rua Almirante Reis n.º 111 e com a Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 150, onde se localizada o alçado azulejado (Fig.158).

[Fig. 154, 155 - Aplicação do módulo padrão [P-19-00010] sugerindo os tectos de caixotões romanos]

[Fig. 156, 157 – Exemplos de tectos de caixotões | interior do Panteão Romano - século XVIII – destaque para a cúpula [pintura de Giovanni Panini] | pormenor do interior da cúpula da Sé Velha de Coimbra]

[Fig. 158 - Imóvel [BA\_B\_GCSC\_0004\_01\_01] na Praça Gago Coutinho e Sacadura Cabral n.º 4]

[Fig. 159, 160 – Alçado voltado para a Rua Almirante Reis n.º 111 [BA\_B\_AR\_0111\_01\_01] | fachada principal na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 150 [BA\_B\_AR\_0150\_01\_01]]

Este edifício da segunda metade do século XVIII, residência da família de Francisco Alvarez Casal e de seu filho Francisco Alves Casal, era primitivamente de um só andar, o que facilmente se observa pelo andar superior, muito diferente do piso térreo<sup>244</sup>. A propriedade tinha horta e jardim, ocupando quase todo o quarteirão entre o Largo e a actual Travessa da Figueira [antigamente chamado o Beco do Bolacha]. Foi, como mencionado, residência da família *Casal*<sup>245</sup> que deu nome à praça denominada Largo Casal, actualmente Praça Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Como já referimos no Capítulo III, este Largo era, em meados do século XIX, o mini-Rossio local<sup>246</sup>, tendo “do lado ocidental o prédio de 1º

---

<sup>243</sup> Vide Ana de Jesus Rui L. ALMEIDA, *O Azulejo: Técnicas e Padrões*, 1ª edição, Viseu, 2006, p. 35

<sup>244</sup> Vide Armando da Silva PAIS, *O Barreiro Antigo e Moderno – As outras Terras do Concelho*, (...) 1963, p. 130.

<sup>245</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 151.

<sup>246</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 132, o autor descreve do seguinte modo a zona envolvente ao Largo Casal: “ tendo do lado lado sul a sede dos “Penicheiros”, com os ensaios da

*andar construído em 1876, por João Gonçalves de Assunção*”, o que podemos comprovar pelo facto de este imóvel apresentar uma cartela datada com o ano de 1876 pintado, que se refere, neste caso, ao ano da construção do edifício, pois verifica-se a existência da mesma data e as iniciais *JGA*, sobre a bandeira da porta de entrada, em ferro fundido (Fig. 161, 162). A cartela integra a barra de arquitrave **B-19-00005** estampilhada e formada por motivos geométricos e florais.

[Fig. 161 - Barra de arquitrave [B-19-00005] com a datação a azul]

[Fig. 162 - A data 1876 e as iniciais *JGA* na bandeira da porta]

Este género de edifício poderia apresentar uma cartela, geralmente formada por um número reduzido de azulejos ou por uma peça cerâmica única, com ou sem moldura, onde surgia a data pintada, ou as iniciais do proprietário, ou do construtor, ou ainda a designação do edifício. Normalmente a data referia-se ao ano de aplicação da azulejaria na fachada, que nem sempre é coincidente com o ano da construção do edifício<sup>247</sup>. Durante o período da azulejaria semi-industrial foram produzidos poucos exemplares de cartelas datadas, podendo até ser consideradas como raridades<sup>248</sup>. Neste imóvel o revestimento azulejar e os vãos são delimitados e contornados por um friso de “galão” **F-19-00001** também já referido anteriormente. Neste primeiro andar do n.º 150 funcionou, durante vários anos, a sede do Futebol Clube Barreirense<sup>249</sup>.

---

*sua filarmónica, do lado norte a concorrida e cinquentenária “Leitaria Chic”, do lado ocidental o prédio de 1º andar construído em 1876, por João Gonçalves de Assunção, que foi depois pertença do industrial, Joaquim Lopes Quintino, e hoje é propriedade dos herdeiros do fotógrafo João Resende”.*

<sup>247</sup> Vide Sandra Araújo de AMORIM, *Azulejaria de fachada na Póvoa de Varzim (1850-1950)*, Póvoa de Varzim, 1996, p. 114.

<sup>248</sup> IDEM, *Ibidem* 1996, p. 39.

<sup>249</sup> Vide Armando da Silva PAIS, *O Barreiro Contemporâneo. A Grande e progressiva Vila Industrial*, Vol. II, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1968, pp. 230-232.

#### 4.2.1.7 Padrão estrelado e vegetalista com dois centros

Na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 270 [BA\_B\_CJAA\_0270] um imóvel da tipologia 1 apresenta este padrão estrelado e vegetalista **P-19-00020**, estampilhado, de módulo 2x2/1, em tons de amarelo, azul e preto sobre fundo branco. É formado por dois centros cujos contornos, a azul, determinam uma malha de linhas diagonais. Um centro é formado por uma estrela de oito pontas azul e branca, inscrevendo florão recortado, amarelo, sombreado a preto, sobre fundo azul. Alterna com outro centro idêntico, de menores dimensões, cujo florão apresenta núcleo circular azul. O elemento de ligação é constituído por quadrado sobre o vértice azul, delineado a azul e branco. A contornar os vãos em cantaria e a delimitar o revestimento azulejar surge um friso em tons de azul e amarelo **F-19-00020** com enrolamentos e motivos florais (Fig. 163, 164).

[Fig. 163, 164 - Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0270\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 270 | módulo de padrão com dois centros [P-19-00020] | friso [F-19-00020]]

Este tipo de azulejos de padrão é, possivelmente, produção da Fábrica Viúva Lamego, tendo sido executado um modelo semelhante, pela Fábrica de Sacavém<sup>250</sup> este possivelmente, também, estampilhado. Igualmente a Fábrica Cerâmica das Devesas<sup>251</sup> produziu um exemplar análogo. As diferenças perceptíveis, nestes dois modelos, em relação ao módulo de padrão do imóvel em questão, é em termos de desenho e cores, sendo estas mais claras e o desenho dos florões mais pormenorizados, assemelhando-se mais a flores. A estrela é melhor definida, mais recortada e, no modelo das Devesas, o elemento de ligação, não é em quadrado sobre o vértice, mas fusiforme, em forma de losango (Fig. 165,166).

---

<sup>250</sup> Vide *Catálogo da Real Fabrica de Louça de Sacavem – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910 – modelo n.º 224 – A.

<sup>251</sup> Vide *Catálogo da Fabrica Ceramica e de Fundição das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.ª - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910, n.º 5.

[Fig.165, 166 - Modelo semelhante da Fábrica de Louça de Sacavém [provavelmente segundo a técnica de estampilhagem | outro modelo da Fábrica Cerâmica das Devesas]

Ao nível do segundo registo observa-se, no avental das janelas e sobre o lintel das mesmas, um padrão policromo diferente e mais recente, dos anos 70/80 do século XX, prolongando-se até à cornija. Foi produzido, muito possivelmente, pela fábrica Aleluia – Aveiro, ideia corroborada pelas semelhanças estilísticas e formais com padrões mais recentes aí produzidos, imitando os antigos.

Sobre a cornija é visível uma cercadura Arte Nova **C-20-00008** de influência valenciana<sup>252</sup>, da fábrica Valldecabres<sup>253</sup>, com motivos florais, apresentando uma sucessão de flores, recordando túlipas em tons de rosa, branco e azul sobre fundo castanho. Estas flores têm o pé amarelo, enleado ao longo de um caule verde, envoltas por enrolamentos de folhagem esguia, em vários tons de verde (Fig. 167, 168, 169). Foi executada com recurso à técnica mista, possivelmente com os contornos estampados e o preenchimento com estampilha manual. O edifício é rematado por balaustrada, com balaústres decorados por caneluras e folhas de acanto, coroada ao centro, por duas pinhas.

[Fig.167, 168 - Pormenor da cercadura [C-20-00008] | modelo semelhante]  
[Fig. 169– Modelo idêntico [referido como sendo de origem valenciana, da fábrica Valldecabres]]

---

<sup>252</sup> Vide Alejandro ARTUCIO URIOSTE, *El Azulejo en La Arquitectura Uruguaya, siglos XVIII, XIX y XX*, Montevideo, 2004, p. 231- Lâmina 89 - n.º 18-19.

<sup>253</sup> Segundo o catálogo *A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, Coleção Feliciano David e Graciete Rodrigues, Aveiro, 2011, pp. 150-151, este tipo de cercadura é referido como sendo um modelo de importação espanhola da fábrica Valldecabres. *Cores para a Arquitectura - Azulejaria Valenciana - século XIII ao século XX*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, 2005, p. 181, referindo-se a esta fábrica de Manises, como propriedade de Francisco Valldecabres Muñoz e depois da sua filha adoptiva, produzindo segundo a técnica de estampilha, mas tinha também produção de azulejos com a decoração em relevo ou pelo sistema de tubagem à mão livre. Desde o início da sua laboração, especializou-se no fabrico de “*azulejos finos segundo o sistema belga*” assumindo, desde logo, esse tipo de influência.

#### 4.2.1.8 Padrão vegetalista com dois centros

Este padrão de temática vegetalista **P-19-00003** foi certamente produzido pela Fábrica Viúva Lamego, o que se justifica pelas cores utilizadas e pelo desenho, sendo datável de cerca de 1875-1900. Encontrase aplicado num imóvel da tipologia 1 situado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 24 **[BA\_B\_CJAA\_0024]**, cuja fachada está totalmente revestida por este tipo de azulejo policromo, em tons de azul, amarelo e verde, sobre fundo branco. O padrão é constituído por dois centros, um com motivo quadrilobulado pontilhado, inscrevendo folhagem verde, disposta em cruz, e outro centro composto por florão recortado amarelo, delineado a azul, circunscrevendo flor de oito pétalas recortadas, branca. Tem como elemento de ligação uma estrela de oito pontas azul (Fig.170, 171, 172).

A separação dos registos da fachada, através de uma guia de pedra horizontal, é acentuada por meio de um friso **F-19-00002** que também delimita e contorna os vãos, constituído por uma sucessão de aros elípticos, encadeados, em tons de azul e branco. Este tipo de friso surge em outro imóvel de tipologia 1 no Largo Nossa Senhora do Rosário n.º 2 **[BA\_B\_NSR\_0002]** já referido.

O edifício é encimado por uma barra de arquitrave **B-19-00002** com motivos vegetalistas, em tons de branco e azul sobre fundo amarelo (Fig.173), de temática similar a outra barra de arquitrave, policroma, aplicada num imóvel da tipologia 3 situado na Rua Marquês de Pombal n.º 109 **[BA\_B\_MPb\_0109]**, já tratado no sub-capítulo [4.1.4].

A frontaria é rematada por uma balaustrada bastante invulgar, formada por elementos cerâmicos, simulando laços, dispostos na vertical, com o nó central, em forma de flor, pintado a vermelho / rosa, vidrados a branco. Esta balaustrada será objecto de análise no capítulo específico sobre Ornamentação Cerâmica Complementar [4.3].

[Fig. 170, 171, 172 - Imóvel **[BA\_B\_CJAA\_0024\_01\_01]** na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 24 | módulo de padrão com dois centros **[P-19-00003]**]

[Fig. 173 – Aplicação do padrão | friso [F-19-00002] | barra de arquitrave [B-19-00002]]

#### 4.2.1.9 Padrão geométrico e padrão vegetalista e floral

Quanto ao padrão geométrico catalogado com o n.º **P-19-00023** foi identificado num imóvel da tipologia 1, de grandes dimensões, com três pisos, e implantação vertical, devoluto, aplicado apenas, ao nível do primeiro piso. As cores escuras utilizadas poderão situá-lo num período tardio<sup>254</sup> dentro do contexto do Romantismo<sup>255</sup>, mas é certamente de cerca de 1875-1900. Este imóvel situado na Rua Miguel Pais n.º 128 **[BA\_B\_MP\_0128]** com três pisos, apresenta este padrão no primeiro piso, encontrando-se os restantes dois pisos revestidos, por outro módulo de padrão bastante diferente, em termos de paleta cromática e motivos.

Aquele módulo de padrão é constituído por formas geométricas simples, ou seja, quadrados sobre o vértice e rectângulos, sobrepostos, em tons de verde, preto e azul, sobre fundo branco. É delimitado por friso **F-19-00023** de bordos pretos, com quadrados sobre o vértice, verdes, certamente concebido, para serem aplicados em conjunto (Fig. 174, 175, 176).

[Fig. 174, 175, 176 - Imóvel [BA\_B\_MP\_0128\_01\_01] na Rua Miguel Pais n.º 128 | módulo de [P-19-00023] | aplicação do friso [F-19-00023]]

Ao nível dos outros dois registos foi utilizado um módulo de padrão **P-19-00024** de tons mais claros, amarelo, vermelho, verde e azul, sobre fundo branco, e com motivos vegetalistas e florais, constituído por circunferência amarela e vermelha com florão recortado branco, e núcleo estrelado vermelho e amarelo. Em aplicação origina uma malha de linhas azuis determinando um motivo octogonal de lados curvos, inscrevendo um

---

<sup>254</sup> Vide Luísa ARRUDA, *Caminho do Oriente: Guia do Azulejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 73, referindo-se a este tipo de padrão, afirma ser de recorte *Arte Déco* pela geometria das formas e cores e como tal enquadrando-se, numa tipologia decorativa, mais tardia.

<sup>255</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, vol. I, p. 19, propondo a data de 1834 como início do Romantismo em Portugal, no que diz respeito à azulejaria.

elemento vegetalista verde, que funciona como elemento de ligação. É guarnecido por friso **F-19-00005** de tons idênticos ao padrão (Fig. 177, 178, 179) com aplicação dupla nos flancos do edifício, e já abordado no sub-capítulo dedicado ao padrão dos “*cubos*” [4.2.1.5].

[Fig. 177, 178 - Imóvel [BA\_B\_MP\_0128\_01\_02] na Rua Miguel Pais n.º 128 | módulo de [P-19-00024] | aplicação do friso [F-19-00005]]

Sobre a cornija surge uma cercadura formada por azulejos de padrão, policromos, **P-19-00025**, de influência valenciana<sup>256</sup> de cerca de 1880-1890, com elementos geométricos, constituída por uma sucessão de quadrados semelhantes a tesselas, de diferentes dimensões, em tons de azul, castanho, branco, preto e verde. A cercadura é envolta por friso **F-20-00007** vegetalista em tons de verde e branco, estampilhado e com pintura a pincel ou aerógrafo. Sobre a frontaria podemos observar os vestígios de uma balaustrada, actualmente inexistente, com balaústres de recorte quadrangular (Fig. 180, 181).

[Fig. 179, 180 - Aplicação do friso [F-19-00005] | módulo padrão [P-20-00025] de influência valenciana]

[Fig.181- Aplicação do módulo de padrão [P-20-00025] como cercadura | friso [F-20-00007]]

#### 4.2.1.10 Padrão “*Minton*”

Este modelo de padrão de influência claramente inglesa e assim designado por surgir num catálogo da Fábrica Minton publicado cerca de 1876<sup>257</sup>, foi também foi produzido pela Fábrica Maw & Co., numa variante de cor mais escura. O padrão foi bastante imitado em Portugal por algumas

---

<sup>256</sup> Alejandro ARTUCIO URIOSTE, *El Azulejo en La Arquitectura Uruguaya, siglos XVIII, XIX y XX*, Montevideo, 2004, p. 249 – Lâmina 107 - n.º 68. Vide Vicent Joan ESTALL i POLES, *Catálogo de la colección de azulejos de seri del siglo XIX*, Museo del Azulejo, Onda, Faenza editrice ibérica, s.l., Des n.º 1457 [Fabrica La Campana. Onda].

<sup>257</sup> Ana Margarida Portela DOMINGUES, “Influência de modelos internacionais na azulejaria portuguesa de finais do século XIX”, (...), 2012. [2009], p. 83

fábricas como a Fábrica Roseira<sup>258</sup> e a Fábrica Cerâmica das Devesas, surgindo aplicado na casa do proprietário desta segunda fábrica, em finais da década de 1880. Esta unidade fabril produziu-o em grande quantidade, com variantes de cor e friso idêntico ao padrão, idealizados para serem aplicados conjuntamente. De grande simplicidade e rigor geométrico, este padrão foi produzido em dois tons de verde, em tons de vermelho, verde e amarelo-torrado, em dois tons de azul e em tons de amarelo-torrado e castanho. Muito embora os modelos da azulejaria inglesa tenham sido concebidos essencialmente para o interior – uma vez que, no exterior, o seu traço fino e cores baças resultavam, por vezes, em manchas indefinidas – em Portugal este padrão foi essencialmente estampilhado e aplicado em fachadas.

No núcleo urbano do Barreiro surge num imóvel da tipologia 1, situado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 233 **[BA\_B\_CJAA\_0233]** cuja frontaria foi revestida com estes azulejos de padrão estampilhados, em tons de amarelo e castanho sobre fundo branco **P-19-00016** (Fig. 182, 183). A delimitar o revestimento azulejar e contornando os vãos surge um friso com cores e temática idêntica, certamente para serem aplicados conjuntamente **F-19-00017**. A encimar o revestimento azulejar é visível uma barra, policroma, com motivos geométricos e vegetalistas **B-19-00009** já referida a propósito do imóvel revestido com o padrão de “cubos” **[BA\_B\_CJAA\_0071]** (Fig. 184). A rematar a frontaria surge uma balaustrada “gótica”, bastante incomum, dividida em quatro secções, apresentando num dos extremos uma urna, e que serão abordadas no sub-capítulo sobre Ornamentação Cerâmica Complementar.

[Fig. 182, 183- Imóvel **[BA\_B\_CJAA\_0233\_01\_01]** na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 233 | módulo de padrão **[P-19-00016]**]

---

<sup>258</sup> Vide Luísa ARRUDA, *Caminho do Oriente: Guia do Azulejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 29, a autora atribui a produção inicial do padrão “Minton” à Fábrica Roseira: “Não é improvável que os Roseira naturalizados portugueses mas originários de Praga ou Saint-Gäll (Boémia) tenham sido os primeiros a importar e fabricar estes dois padrões [este e o padrão das “Rendas”] de gosto internacional e os tenham introduzido com sucesso no gosto nacional e no revestimento integral de fachadas (...)”.

[Fig. 184 – Pormenor do friso [F-19-00017] | barra de arquitrave [B-19-00009]]

#### 4.2.1.11 Padrão verde com fundo verde-claro

Os padrões em verde sobre vidro verde-claro **P-19-00030** foram produzidos em Lisboa pela Fábrica Viúva Lamego, como podemos verificar na imagem (Fig. 185 – anexo fotográfico, p. 294), onde surge uma variante do modelo, e no Porto pela Fábrica de Cerâmica das Devesas. É provável que outras também os tenham produzido. Seguramente datados de finais do século XIX (c. 1880-1900), estes padrões encontram-se aplicados em quatro imóveis do centro urbano do Barreiro, três da tipologia 1 e outro da tipologia 2.

Os imóveis situados na Rua Marquês de Pombal n.º 126 e 128 **[BA\_B\_MPb\_0126]; [BA\_B\_MPb\_0128]**, contíguos, apresentam tipologia e decoração idêntica. A frontaria é revestida por azulejos de padrão estampilhados de módulo 2x2/1 em dois tons de verde, com motivos vegetalistas **P-19-00030** (Fig. 186,187). A contornar os vãos em cantaria e a delimitar o revestimento azulejar surge um friso **F-19-00029** nos mesmos tons, com motivos geométricos e vegetalistas, apresentando-se duplo nos flancos (Fig. 188, 189). A encimar o revestimento azulejar é visível uma barra de arquitrave composta por azulejos de padrão **P-20-00033** semelhantes, em termos cromáticos, aos modelos produzidos no século XVII, em tons de azul e amarelo sobre fundo branco. Foram elaborados segundo a técnica mista, utilizando a estampilhagem nas zonas a cheio a azul e amarelo e os contornos à mão livre em azul (Fig. 190). Situam-se no período de c. 1910-1930, retomando a azulejaria seiscentista, e enquadrando-se no espírito de reviver a “*Casa Portuguesa*”<sup>259</sup>.

---

<sup>259</sup> Vide Irene RIBEIRO, *Raul Lino revisitado: Memórias de uma Arquitectura “Arte Nova” Portuguesa*, Lisboa, [s.d.], pp. 1-18, referindo-se ao fenómeno da designada “*casa portuguesa*” como uma manifestação arquitectónica anti-moderna de cariz conservador, arraigada no nacionalismo e conotada com o arquitecto Raul Lino. Este preconizava o respeito pela tradição histórica e a preocupação de integração orgânica dos edifícios, numa total sintonia com a cultura e a natureza do país. Neste sentido apontava os valores de um habitar nacional, hospitalidade, simplicidade, privacidade, decoro, modéstia, sugerindo a utilização de elementos

O revestimento azulejar destes dois imóveis, foi completamente destruído em finais do ano passado [Outubro de 2011] e o edifício rebocado e pintado de verde (Fig. 191).

[Fig. 186, 187 - Imóveis [BA\_B\_MPb\_0126\_01\_01] e BA\_B\_MPb\_0128\_01\_01] na Rua Marquês de Pombal n.º 126-128 [da direita para a esquerda] | módulo de padrão [P-19-00030]]

[Fig. 188, 189 - Friso [F-19-00029] e canto | friso aplicado em dupla fiada nos flancos]

[Fig. 190 - Pormenor da barra de arquitrave formada por azulejos de padrão [P-20-00033]]

[Fig. 191- Imóveis [BA\_B\_MPb\_0126\_01\_01] e BA\_B\_MPb\_0128\_01\_01] na Rua Marquês de Pombal n.º 126-128 [da direita para a esquerda], sem revestimento azulejar ou pinha [Agosto 2012]]

Outro imóvel tipologicamente idêntico, situado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 169 [**BA\_B\_CJAA\_0169**] apresentava este tipo de padrão, como é ainda perceptível sob a pintura (Fig. 192,193). Exibe decoração mais elaborada apresentando, sobre o lintel das janelas do andar nobre, folhagem cerâmica caiada e a frontaria rematada por balaustrada dividida em quatro secções. A fachada seria azulejada como é perceptível na foto a preto e branco, de finais do século XIX inícios do XX (Fig. 194), com a balaustrada rematada por urnas e uma estátua, ao centro, presumivelmente cerâmicos. Em outra fotografia existente no Arquivo Municipal do Barreiro<sup>260</sup>, é evidente que já não existia revestimento azulejar ao nível do primeiro registo, mas apenas no segundo, e em tons de verde (Fig. 195), ainda que a fachada estivesse originalmente revestida por este tipo de padrão **P-19-00030** ou variante **P-19-00029**. Ao centro ainda conservava a estátua.

---

arquitectónicos e decorativos, que entendia como tipicamente portugueses, beirais, alpendres, azulejos, cantarias, caiação. Raul Lino entendia que a estética era um elemento essencial, mesmo nas casas mais modestas e de construção mais económica. O resultado seria o equilíbrio harmonioso entre a estética e a funcionalidade; a criatividade e a atenção dada aos pormenores e a utilidade; os materiais tradicionais e as comodidades actuais.

<sup>260</sup> A.M.B., G.T.L., *Dossier* 9/20, 1997.

Fig. 192, 193 - Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0169\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 169 | revestimento azulejar perceptível sob a pintura]

[Fig. 194 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0169\_01\_01], destacando-se ao fundo do Largo Casal o edifício totalmente azulejado rematado por urnas e uma estátua ao centro [início do século XX]]

[Fig. 195 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0169\_01\_01] visível apenas o segundo piso azulejado e ainda com a estátua ao centro]

Este último padrão **P-19-00029** surge num imóvel da tipologia 2 na Rua Dr. Eusébio Leão n.º 10, [BA\_B\_DEL\_0010\_01] (Fig. 196, 197) com a fachada revestida pelos mencionados azulejos de padrão estampilhados de módulo 2x2/1 em dois tons de verde, com motivos vegetalistas, apresentando ligeiras diferenças a nível do desenho, em relação ao **P-19-00030** e como tal inventariado como uma variante. As diferenças residem, sobretudo, no formato mais arredondado e recortado das folhas que compõem o elemento central, bem como o elemento de ligação, cujo núcleo é circular [o outro é em quadrado sobre o vértice]. A contornar os vãos, em cantaria, e a delimitar o revestimento azulejar, surge um friso nos mesmos tons, com motivos vegetalistas **F-19-00030** (Fig. 198) e que podemos observar na imagem (Fig. 185 – anexo fotográfico, p. 294) com azulejos junto a uma janela no corpo norte da Fábrica Viúva Lamego, na parede da direita, onde é visível, uma variante do modelo, em tons de azul.

A encimar o revestimento azulejar é visível uma barra de arquitrave, truncada inferiormente, em tons de castanho e dois tons de verde, sobre fundo branco **B-20-00018** (Fig. 199), recordando motivos egípcios, como flor de lótus ou papiro, como podemos constatar ao observar o desenho, legendado “*Decorative designs from Denderah*”<sup>261</sup> (Fig. 200).

Na Vila da Moita, na Rua 5 de Outubro n.º 20, em edifício da tipologia 1 observamos uma barra idêntica (Fig. 201) completa, com as duas fiadas de azulejos, e utilizando uma paleta cromática mais diversificada, em tons de castanho, azul, amarelo, vermelho, verde, e preto sobre fundo branco, e mais próxima do modelo, referido no catálogo sobre

---

<sup>261</sup> Vide W. James FURNIVAL, *Leadless Decorative Tiles*, (...), Stone, Staffordshire, 1904, p. 794. Vide catálogo *A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, p. 131, com o n.º 77, onde está representado um modelo idêntico com variantes de cor e desenho mais pormenorizado.

azulejaria Arte Nova com o n.º 77, reveladora da influência da Arte Nova inglesa<sup>262</sup> (Fig. 202). Este edifício apresenta a fachada revestida com azulejos de padrão estampilhados, designado de padrão “*Minton*” também de influência inglesa, com grande aceitação entre nós e já analisado, em tons de verde e um friso **F-19-00013** com motivos geométricos e vegetalistas, castanho e azul sobre fundo branco (Fig. 203, 204). Este friso que pouco combina, em termos estéticos, com o revestimento, surge na imagem (Fig. 185 – anexo fotográfico, p. 294) onde estão representados azulejos da Fábrica Viúva Lamego, no canto inferior direito, em tons de azul.

[Fig. 196, 197 - Imóvel [BA\_B\_DEL\_0010\_01\_01] na Rua Dr. Eusébio Leão n.º 10 | pormenor do padrão [P-19-00029]]

[Fig.198 – Aplicação do padrão | friso e cantos | barra de arquitrave [B-20-00018]]

[Fig. 199 – Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00018]]

[Fig. 200 – Desenhos semelhantes simulando flor de lótus ou papiro]

[Fig. 201 – Moita | Imóvel na Rua 5 de Outubro n.º 20 | pormenor da barra de arquitrave análogo ao anterior]

[Fig. 202 – Modelo idêntico patente no catálogo sobre azulejaria Arte Nova em Portugal]

[Fig. 203, 204 – Moita | Imóvel na Rua 5 de Outubro n.º 20 | padrão “*Minton*” | friso [F-19-00013]]

No Barreiro este friso **F-19-00013** também aparece a delimitar o revestimento azulejar num imóvel da tipologia 1 na Rua Almirante Reis n.º 85 [BA\_B\_AR\_0085]. A fachada, cujo revestimento se encontra bastante danificado persistindo apenas ao nível do primeiro registo, é decorada por azulejos de padrão estampilhados, de módulo único **P-19-00012**, em tons de azul sobre fundo branco (Fig. 205, 206) rematada por cercadura policroma, utilizada como barra de arquitrave, formada por um torçal de corda verde, com contornos pretos, de onde pende um par de rosas, com folhas verdes e dois botões **C-19-00002** (Fig. 207). Também foi produzida

---

<sup>262</sup> Vide A. J. Barros VELOSO, Isabel ALMASQUÉ, *O azulejo português e a Arte Nova*, Lisboa, Coleções História da Arte, Edições Inapa, 2000, p. 72.

pela Real Fábrica de Louça de Sacavém, na técnica de estampagem<sup>263</sup> (Fig. 208).

[Fig. 205, 206 – Imóvel [BA\_B\_AR\_0085\_01\_01] na Rua Almirante Reis n.º 85 | padrão [P-19-00012]]

[Fig. 207 – Pormenor da cercadura [C-19-00001]]

[Fig. 208 - Existem outras variantes de cor no catálogo, assinaladas com diferentes letras]

#### 4.2.1.12 Exemplo de padrão produzido pelas fábricas Roseira, Viúva Lamego e Sacavém

O padrão catalogado como **P-19-00011** terá sido produzido pelas fábricas Roseira, Viúva Lamego e Sacavém, ainda que com variantes de cor e, sobretudo, de técnica.

Este padrão surge no núcleo urbano do Barreiro em dois imóveis da tipologia 1, sendo que os azulejos certamente produzidos pela Fábrica Viúva Lamego encontram-se num edifício devoluto na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 200 [**BA\_B\_CJAA\_0200**]. A frontaria é revestida apenas ao nível do segundo registo, por azulejos de padrão estampilhados, de módulo único em tons de castanho sobre fundo branco (Fig. 209, 210). A contornar os vãos em cantaria e a delimitar o revestimento azulejar, surge um friso **F-19-00011** com motivos geométricos nos mesmos tons (Fig. 211), e que podemos observar na imagem (Fig. 185 – anexo fotográfico, p. 294), com azulejos da fábrica, em baixo, numa variante de cor azul. A encimar o revestimento azulejar é visível uma barra de arquitrave designada por “*Flor de Liz*” em tons de azul, verde e laranja sobre fundo branco **B-19-00007** e que será analisada mais à frente.

[Fig. 209, 210 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0200\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 200 | Módulo de padrão [P-19-00011]]

[Fig. 211 – Aplicação do padrão | friso [F-19-00011]]

---

<sup>263</sup> Vide *Catálogo da Real Fabrica de Louça de Sacavem – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910 – modelo de cercadura com o n.º 103 – D, existindo outras variantes de cor no catálogo.

Padrão análogo inventariado com o número **P-19-00019** surge em outro edifício tipologicamente idêntico, com a fachada ligeiramente mais larga, localizado na mesma artéria no n.º 263 [**BA\_B\_CJAA\_0263**], aqui numa variante de cor, verde sobre fundo branco, com uma estampilha utilizada, diferente do módulo de padrão anterior. Nesta variante, o elemento central, constituído pela forma circular em tons de verde-claro, é totalmente fechada [no modelo anterior é aberta, por pequenos segmentos brancos, em cruz, que se unem ao núcleo] e os elementos vegetalistas que a envolvem, com disposição cruciforme, são mais volumosos. Por sua vez, o elemento de ligação formado por um quadrado sobre o vértice, verde-claro vazado, é decorado apenas por segmentos verdes, sem contas (Fig. 212, 213). Este modelo terá sido produzido pela Fábrica Roseira, segundo padrão idêntico, formando um painel de azulejos existente no Museu Nacional do Azulejo<sup>264</sup>. Também foi executado pela Real Fábrica de Louça de Sacavém, muito provavelmente segundo a técnica de estampilhagem<sup>265</sup>, cujo desenho apresenta diferenças, em relação às duas variantes já enunciadas. No elemento central a forma circular é fendida, na diagonal, por dois pares de segmentos brancos, e o núcleo com motivo floral une-se à sua moldura branca, através de pequenos segmentos brancos. O elemento de ligação, formado pelo quadrado sobre o vértice, também não tem contas (Fig. 214). Actualmente aplicado apenas, ao nível do segundo registo, o padrão é delimitado por um friso **F-19-00019**, nos mesmos tons, com motivos geométricos e vegetalistas (Fig. 215) que, contornando lateralmente as janelas, não continua sobre a verga das mesmas, pois existiram acrescentos e alterações posteriores. Sobre a cornija surge a balaustrada, modelo habitualmente muito usado, com balaustres periformes, e que em inícios do século XX, era coroada por vários ornatos, talvez cerâmicos, de grandes dimensões, que podemos observar na figura

---

<sup>264</sup> Em <http://www.matriznet.ipmuseus.pt>, painel de azulejos de 5 x 3 azulejos [57,5 cm x 57,8 cm] existente no Museu Nacional do Azulejo [n.º inv. 7323 Az], acedido em 11 de Abril de 2012.

<sup>265</sup> Vide *Catálogo da Real Fabrica de Louça de Sacavem – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910 – modelo de padrão com o n.º 201 – A; B; C; E; existindo outras variantes de cor no catálogo.

48b (anexo fotográfico, p. 251), reprodução em bilhete-postal de 1910, da “Rua do Conselheiro Aguiar – Barreiro”.

Este imóvel apresenta duas frentes, uma situada na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 263 e a outra na Avenida Bento Gonçalves n.º 124-129 e eram ambas azulejadas, mas com o revestimento bastante degradado (Fig. 216, 217) tendo sofrido obras de requalificação e reabilitação<sup>266</sup> (Fig. 218, 219).

Actualmente a frontaria está revestida por azulejos de padrão de módulo único, apenas ao nível do segundo registo, como já mencionamos, segundo a técnica de estampilha, o que nos permite concluir que foram reaproveitados os azulejos que estariam em melhor estado de conservação e colocados no segundo piso da fachada, aberta para a Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 263.

[Fig. 212, 213 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0263\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 263 | Módulo de padrão [P-19-00019]]

[Fig. 214, 215 – Variante de cor, produzido talvez, segundo, a técnica de estampilha | aplicação do padrão no segundo registo [P-19-00019 e friso [F-19-00019]]

[Fig. 216, 217 – Fachada do imóvel [BA\_B\_CJAA\_0263\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 263 | fachada na Avenida de Bento Gonçalves n.º 124-126 [BA\_B\_BG\_0126\_01\_02] antes do restauro]

[Fig. 218, 219 – Fachada do imóvel [BA\_B\_CJAA\_0263\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 263 | fachada na Avenida de Bento Gonçalves n.º 124-126 [BA\_B\_BG\_0126\_01\_02] após o restauro]

#### 4.2.1.13 Barra “*Flor de Liz*” e “*Papoulas*”

A barra de arquitrave **B-19-00007** designada por “*Flor de Liz*” de utilização tardia<sup>267</sup>, coincidindo com o período Arte Nova, em alguns casos, patente no imóvel na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 200 **[BA\_B\_CJAA\_0200]** é constituída por festões de flores policromas e folhas de videira, alternando com flores-de-lis estilizadas em tons de azul, verde e

<sup>266</sup> A.M.B., G.T.L., *Dossier* 4/20 de Maio de 2000.

<sup>267</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, vol. I, pp. 349-350, situando-a cronologicamente e referindo o desenho avulso, existente no Museu Nacional do Azulejo atribuindo, a sua execução, também, à Fábrica Viúva Lamego.

laranja sobre fundo branco (Fig. 220). Encontra-se atribuída à Fábrica Viúva Lamego, apesar de alguns investigadores afirmarem que esta unidade fabril, nunca terá produzido qualquer tipo de barra Arte Nova<sup>268</sup>. No entanto, podemos comprovar existirem três desenhos avulsos de barras para arquitrave no Museu Nacional do Azulejo<sup>269</sup>, sendo a terceira designada de “Jarros” com a representação destas flores. Em relação à barra com o motivo “Flor-de-lis” foi aplicado neste edifício, ao contrário daquilo que o desenho indica (Fig. 221) com o festão a formar arcos não sabemos se intencionalmente ou se por ingenuidade ou ignorância.

A Fábrica Cerâmica das Devesas também produziu este tipo de barra, mas com diferenças cromáticas, utilizando mais cores nas flores que compõem o festão, como o amarelo e o rosa. Por sua vez, as parras verdes são mais largas e não tão recortadas, e o núcleo da flor de pétalas lanceoladas usa o vermelho, como é possível verificar no desenho reproduzido no catálogo com o n.º 67<sup>270</sup> (Fig. 222).

Uma variante desta barra surge num imóvel da tipologia 1 na Vila da Moita na Rua Machado Santos, n.º 39. Este edifício de gosto eclético apresenta a fachada revestida por azulejos de padrão, com motivos geométricos e vegetalistas em tons de amarelo, castanho e azul-claro sobre fundo branco, possivelmente da Fábrica Roseira<sup>271</sup> (Fig. 223, 224).

---

<sup>268</sup> Vide Catálogo *A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, Coleção Feliciano David e Graciete Rodrigues, Câmara Municipal de Aveiro, Museu da Cidade de Aveiro, 16 de Julho a 2 de Setembro de 2011, p. 31, em que é referido: “*Como curiosidade, note-se que a Fábrica Viúva Lamego, grande fornecedora de azulejos para as fachadas de Lisboa, na transição do século XIX para o XX, nunca produziu que se saiba, qualquer exemplar Arte Nova*”. Vide A. J. Barros VELOSO, Isabel ALMASQUÉ, *O azulejo português e a Arte Nova*, Lisboa, Coleções História da Arte, Edições Inapa, 2000, p. 63, os autores referem que a Fábrica Viúva Lamego “*em nada contribuiu para a produção de azulejaria Arte Nova*”.

<sup>269</sup> Vide Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.], em que os três desenhos referidos foram arquivados juntamente com o catálogo de Ornamentação Cerâmica referente à Fábrica, e como tal deduzimos que foram identificados, como fazendo parte da produção daquela unidade fabril.

<sup>270</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Cerâmica e de Fundação das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.ª - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910.

<sup>271</sup> Vide Paulo HENRIQUES (coord.), *Museu Nacional do Azulejo - Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Edições Asa, 2003, p. 152, proveniente do depósito da Fábrica [MNAz inv. n.º 7266-az]

A barra foi aplicada formando uma composição completamente diferente da do desenho proposto pela Fábrica Viúva Lamego e diferente da do imóvel, localizado no Barreiro. Foram utilizados os mesmos tons e motivos, mas agrupados de modo diverso, ou seja, os festões de flores e folhagem que pendiam formam, agora, uma grinalda colocada ao centro, enquanto outros, formam grupos de coroas intercaladas por folhas de videira. As coroas alternam com elementos lanceolados, sobrepostos por grade, azuis, em vez das flores-de-lis (Fig. 225, 226). São ainda ladeadas por formas geométricas azuis, enlaçadas por folhas de videira, alternando, com pares de flores azuis e amarelas que, no desenho original, surgem sobre o festão e no imóvel do Barreiro, sob este. A barra é rematada por elementos elípticos vazados, intercalados por outros alongados e arredondados, azuis (Fig. 227).

Possui uma balaustrada bastante invulgar, formada por uma série de arabescos, certamente produzida pela Fábrica Cerâmica das Devesas, como consta no catálogo com o n.º 609<sup>272</sup>. As duas urnas que rematam a balaustrada são produção da Fábrica Viúva Lamego, como podemos ver no catálogo com o n.º 571<sup>273</sup>, e, ao centro, é visível uma estátua alegórica, em terracota, posteriormente caiada, possivelmente produção desta fábrica.

[Fig. 220 – Pormenor da barra de arquitrave aplicada ao contrário com o festão a formar arcos [B-19-00007] | Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0200\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 200]

[Fig. 221 – Desenho para barra de arquitrave da Fábrica Viúva Lamego]

[Fig. 222 – Desenho para barra de arquitrave da Fábrica Cerâmica das Devesas]

[Fig. 223, 224 – Moita | Imóvel na Rua Machado Santos n.º 39 | módulo de padrão]

[Fig. 225 – Moita | aplicação da barra com o motivo “Flor-de-Lis”]

[Fig. 226 – Moita | pormenor da aplicação da barra com o motivo “Flor-de-Lis”]

[Fig. 227– Moita | pormenor do remate da barra com o motivo “Flor-de-Lis”]

---

<sup>272</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Cerâmica e de Fundição das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.ª - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910, p. 42, Secção de Olarias – Arabescos para Platibandas.

<sup>273</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.]

Outro modelo de barra **B-20-00005** atribuído a Fábrica Viúva Lamego, seguindo a estética Arte Nova, surge num imóvel da tipologia 1 situada na Rua da Amoreira n.º 91 **[BA\_B\_A\_0091\_01]** (Fig. 228, 229). Normalmente, neste tipo de barra os elementos florais são dos mais representados, como as túlipas, malmequeres, papoilas, amores-perfeitos, lírios, jarros, girassóis, entre outros, dispostos habitualmente ao longo de linhas ondulantes e contracurvadas. As flores surgem, por vezes, vistas por detrás, de modo a que a ligação entre o caule e o cálice fique *virada* para o observador<sup>274</sup>, o que é visível nesta barra, formada por uma sequência de flores *viradas*, umas abertas alternando com outras de perfil e botões pendendo, ao longo de um caule contracurvado, onde é notória essa ligação do caule ao cálice. Este modelo é muito semelhante ao desenho publicitário do Museu Nacional do Azulejo<sup>275</sup> (Fig. 230, 231). Existem outros exemplares no Barreiro, de barras e cercaduras Arte Nova, com motivos florais e com as flores *viradas*, que abordaremos a seguir, porque, na sua maioria, são produção da Fábrica de Sacavém, havendo no entanto, também, algumas da Fábrica do Desterro.

[Fig. 228– Imóvel [BA\_B\_A\_0091\_01\_01] na Rua da Amoreira n.º 91]

[Fig. 229– Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00005]]

[Fig. 230 – Desenho para barra de arquitrave da Fábrica Viúva Lamego]

[Fig. 231 – Modelo idêntico patente no catálogo de azulejaria sobre Arte Nova]

#### **4.2.2 Fábrica de Sacavém | padrões estampados e semi-relevados**

Ao contrário da maioria das fábricas que ainda utilizavam processos artesanais (prensagem manual do barro vermelho, por vezes, ocre claro,

---

<sup>274</sup> Vide Manuel RIO-CARVALHO, “Arte Nova”, *História da Arte em Portugal: Do romantismo ao fim do século*, vol. 11, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp.154-155, o autor designa-a de *flor virada* considerando-a típica da Arte Nova portuguesa. Vide A. J. Barros VELOSO, Isabel ALMASQUÉ, *O azulejo português e a Arte Nova*, Lisboa, Coleções História da Arte, Edições Inapa, 2000, pp. 54 e 70.

<sup>275</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.], desenho avulso, e ainda *A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, Coleção Feliciano David e Graciete Rodrigues, Aveiro, 2011, p. 64

vidrados estaníferos, pintura manual ou por estampilha) que tornavam moroso o fabrico de azulejos, a Fábrica de Sacavém produzia azulejos de pó-de-pedra (mistura de quartzo moído com barro branco) prensados mecanicamente e decorados com técnicas de estampagem mecanizada. Este domínio de meios de produção e decoração mecanizados permitia-lhe responder com rapidez às necessidades do mercado, ainda que fossem produzidos sobretudo a pensar nos revestimentos de interior.

Iniciamos a análise dos azulejos produzidos por esta fábrica com alguns padrões estampados, seguindo-se os semi-relevados, normalmente associados ao estilo Arte Nova, incluindo ainda nesta abordagem os frisos, cercaduras e barras. É de salientar que, no entanto, alguns exemplares foram também produzidos pela Fábrica do Desterro, que utilizava as mesmas técnicas de produção e decoração, o que dificulta a distinção entre os azulejos produzidos por cada uma delas.

#### 4.2.2.1 Padrão com florões de acanto

Este tipo de padrão **P-20-00002** de módulo 2x2/1, em dois tons de verde sobre fundo branco, surge num edifício da tipologia 2 localizado numa das principais Avenidas do Barreiro actual, ou seja, na Avenida Alfredo da Silva n.º 44 [**BA\_B\_AS\_0044**] aplicado a formar uma barra de arquitrave (Fig. 232, 233).

Foi produzido pela Fábrica de Sacavém com algumas variantes de cor e técnica<sup>276</sup> (Fig. 234), de influência inglesa, tendo sido o mesmo modelo executado também, em relevo, com vidrado de uma só cor, em tons de verde, castanho, azul, bege<sup>277</sup> (Fig. 235). Mediante a consulta de antigos livros da Real Fábrica de Louça de Sacavém<sup>278</sup>, pudemos apurar

---

<sup>276</sup> Vide *Catálogo da Real Fábrica de Louça de Sacavem – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910 – este modelo com o fundo branco apresenta os n.ºs 404 A; B; C; E; D; H; com o fundo policromo tem os n.ºs 417 – B; E; e ainda o mesmo modelo de padrão semi-relevado, surge com o n.ºs 17-A; D; F; G; os números correspondem ao modelo e a letra às diferentes cores.

<sup>277</sup> Vide *A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, Colecção Feliciano David e Graciete Rodrigues, Aveiro, 2011, pp. 56-57.

<sup>278</sup> Vide M. A. RACINET (dir.), *L'Ornement Polychrome*, (...), Deuxième série, Paris, Librairie de Firmin-Didot et C.<sup>ie</sup>, [s.d], Livro 19-20 da Real Fábrica de Louça

que a representação do motivo florão de acanto, entre outros, já era utilizada na Idade Média, durante o século XI, ilustrando Iluminuras. Esse tipo de ornato foi certamente, adoptado para a criação deste módulo de padrão estampado.

[Fig. 232– Imóvel [BA\_B\_AS\_0044\_01\_01] sito na Avenida Alfredo da Silva n.º 44

[Fig. 233– Azulejos de padrão utilizados como barra de arquitrave [P- 20-00002]

[Fig. 234 – Modelo idêntico ao anterior | (variante de cor)]

[Fig. 235 - Modelos idênticos – variante de cor e técnica (semi-relevado)]

A fachada é revestida por azulejos de padrão rectangulares, biselados, monocromáticos verdes **P-20-00001**. Nesta época, dominada pelo estilo Arte Nova [inícios do século XX e duas primeiras décadas] era comum a utilização no revestimento da fachada de azulejos rectangulares, lisos, de bordos facetados. Foram produzidos em grandes quantidades por várias fábricas, incluindo a Fabrica Viúva Lamego, Sacavém<sup>279</sup>, Desterro e Fábrica Cerâmica das Devesas<sup>280</sup>, sendo na sua maioria verdes, ou castanhos, embora existam também azuis, amarelos e brancos. Retomaremos a análise de alguns imóveis com azulejos Arte Nova, mais adiante, bem como outros edifícios, com azulejos rectangulares biselados.

#### 4.2.2.2 Padrão com motivos vegetalistas e perlados

Outro padrão produzido pela mesma fábrica<sup>281</sup>, segundo a técnica de estampagem, de módulo único, foi catalogado como o n.º **P-20-00022**. É constituído por cinco quadrados sobre o vértice, verdes, desenvolvendo um

---

de Sacavém, Estampa n.º 1, com representação do florão de acanto, impressa por Didot et C.<sup>ie</sup>, inserida no capítulo sobre o estilo Românico - século XI.

<sup>279</sup> Vide *Catálogo da Real Fabrica de Louça de Sacavem – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910 – modelo de padrão com o n.º 21 – D; F existindo outras variantes de cor no catálogo.

<sup>280</sup> Vide *Catálogo da Fabrica Ceramica e de Fundição das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.<sup>a</sup> - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910, n.º 63.

<sup>281</sup> Vide *Catálogo da Real Fabrica de Louça de Sacavem – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910 – este exemplar surge no catálogo da Fábrica, com o n.ºs 420 – E; H.

reticulado diagonal, perlado branco, com motivo rendilhado, no mesmo tom. Encontra-se aplicado num imóvel da tipologia 1 situado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 136 [BA\_B\_CJAA\_0136], na fachada recordando um tecido estendido sobre a superfície (Fig. 236, 237). Todos os vãos, bastante altos, são delimitados a cantaria, o que acentua a verticalidade do edifício. Este é encimado por barra Arte Nova **B-20-00010** (Fig. 238) policroma e rematado por balaustrada dividida em três secções, composta por balaustres cerâmicos vidrados a branco e decorados por folhas de acanto, que serão analisados no sub-capítulo próprio.

A barra Arte Nova de contornos pretos é formada por um caule curvo e gavinhas em tons de castanho, de onde pende uma flor semelhante a uma ervilha-de-cheiro, em tons de vermelho, rosa, amarelo e roxo, intercalada por folha trifoliada, em tons de verde e azul. Este modelo de flor de cálice, lembrando uma ervilha-de-cheiro, também fez parte da ilustração de algumas Iluminuras da Idade Média, assim como a rosa e a rosa brava, nomeadamente no período Gótico e no Renascimento<sup>282</sup>.

[Fig. 236, 237 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0136\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 136 | módulo de padrão [P-20-00022]]  
[Fig.238 – Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00010]]

#### 4.2.2.3 Padrão de “*ferradura*”

Este tipo de padrão de módulo único e estampado, designado por “*ferradura*” e catalogado com o n.º **P-20-00025**, em tons de verde e branco consta do catálogo da fábrica com variantes de cor<sup>283</sup> (Fig. 239). Com motivos vegetalistas e geométricos, dispõe um elemento central, formado por quadrado perlado, cujos cantos são interrompidos por volutas perladas,

---

<sup>282</sup> Vide M. A. RACINET (dir.), *L’Ornement Polychrome*, (...), Deuxième série, Paris, Librairie de Firmin-Didot et C.<sup>ie</sup>, [s.d], Livro 19-20 da Real Fábrica de Louça de Sacavém, Estampa n.º 2, impressa por Didot et C.<sup>ie</sup>, com exemplos das flores supracitadas, inserida no capítulo *Gótico e Ferroneries* e novamente no capítulo *Renascença e séculos XVI e XVII*.

<sup>283</sup> Vide *Catálogo da Real Fabrica de Louça de Sacavem – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910 – este modelo surge no catálogo da Fábrica com o n.º 401 – A; B; C; E; H.

recordando “*ferraduras*”, inscrevendo trifólio, em tons de branco, com duas folhas verdes. Muito utilizado um pouco por todo o país, aparece em dois imóveis no Barreiro, com tipologias arquitectónicas distintas. Um deles, da tipologia 1, situa-se na Rua Marquês de Pombal, n.º 140 **[BA\_B\_MPb\_0140]** e outro, da tipologia 2, na Rua Dr. António José de Almeida, n.º 05-07-09-11 **[BA\_B\_DAJA\_0005]**.

O edifício da tipologia 1 apresenta a fachada revestida por estes azulejos, com o remate superior do edifício, iniciando-se um pouco acima das janelas do segundo piso, adoptando recorte idêntico ao das janelas - em arco de volta perfeita - interrompido pela cornija, sobre a qual assenta uma platibanda rectangular com frontão central, coroada por quatro urnas presumivelmente em cimento (Fig. 240).

O outro imóvel, situado numa artéria periférica ao núcleo urbano do Barreiro, na Rua Dr. António José de Almeida n.º 05-07-09-11, encontra-se actualmente devoluto e bastante degradado. É ladeado por edifícios habitacionais recentes, dos quais, se distingue pela horizontalidade da sua fachada e pelo revestimento azulejar (Fig. 241, 242). A fachada é revestida por azulejos de padrão idênticos aos anteriores, com variante de cor, em tons de azul e branco **P-20-00026** (Fig. 243) encontrando-se no meio destes quatro azulejos em tons de azul-claro **P-20-00027** (Fig. 244). A encimar a frontaria encontra-se aplicada uma barra de arquitrave, Arte Nova, **B-20-00016**, com elementos vegetalistas e florais em tons de verde, vermelho e castanho sobre fundo branco, já muito danificada, apresentando, ao centro, a data de 1911 (Fig. 245, 246). A barra com motivos vegetalistas e florais foi executada numa técnica mista, com o recurso à estampilhagem com aerógrafo, em que a estampilha foi usada nos tons cheios a verde e vermelho.

[Fig. 239 - Surgem no catálogo da Real Fabrica de Louça de Sacavém, 1910]

[Fig. 240 – Imóvel **[BA\_B\_MPb\_0140\_01\_01]** Rua Marquês de Pombal n.º 140 | módulo de padrão **[P-20-00025]**]

[Fig. 241 – Imóvel **[BA\_B\_DAJA\_0005\_01\_01]** Rua Dr. António José de Almeida n.º 05-07-09-11 (vista geral do edifício, da esquerda para a direita)]

[Fig. 242– Imóvel **[BA\_B\_DAJA\_0005\_01\_02]** Rua Dr. António José de Almeida n.º 05-07-09-11 (vista geral do edifício da direita para a esquerda)]

[Fig. 243– Módulo de padrão [P-20-00026]]

[Fig. 244- Módulo de padrão [P-20-00027]]

[Fig. 245 - Pormenor dos motivos da barra [montagem]]

[Fig. 246 - Data colocada no centro da barra]

#### 4.2.2.4 Padrão com motivos florais e circulares

Este padrão catalogado como **P-20-00006** de módulo 2x2/1, em tons de verde sobre fundo branco, é facilmente associado à produção da Fábrica de Sacavém, pelo facto de se identificarem alguns exemplares, com variante de cor no catálogo<sup>284</sup>. O módulo é constituído por três circunferências de diferentes dimensões, que se intersectam, e finas ramagens entrecruzadas. As circunferências apresentam molduras, decoradas por elementos geométricos e enrolamentos vegetalistas, inscrevendo florão de pétalas brancas e verdes. A circunferência de menores dimensões inscreve um motivo floral, nos mesmos tons (Fig. 247, 248). Produzido e utilizado durante longo período de tempo, até cerca de 1980, este padrão surge no Barreiro em locais distintos e distantes entre si, em edifícios tipologicamente diferentes. Um deles devoluto e bastante degradado, enquadra-se na tipologia 1 situando-se na Avenida Bento Gonçalves n.º 96 [**BA\_B\_BG\_0096**], formando gaveto com a Travessa do Loureiro n.º 2. Outro imóvel, da tipologia 2, localiza-se na Rua Combatentes da Grande Guerra n.º 63 [**BA\_B\_CGG\_0063**] formando gaveto com a Avenida Alfredo da Silva n.º 64 [antiga Avenida da Bélgica].

Começamos por analisar este último edifício, actualmente com duas entradas distintas, o que não se verificava no início do século XX. Nesta data apresentava as duas frentes totalmente azulejadas, como podemos comprovar pela foto a preto e branco, demonstrando ser um edifício com algum impacto na imagem urbana (Fig. 249). Em 5 de Abril de 1955 o proprietário, Sr. José Coelho, requereu uma licença à Câmara Municipal do Barreiro, no sentido de o Sr. José Tiago Rodrigues, comerciante e

---

<sup>284</sup> Vide *Catálogo da Real Fabrica de Louça de Sacavem – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910 – este modelo surge no catálogo da Fábrica com o n.º 407 – A; B; C; D; E; H.

residente nesta cidade do Barreiro<sup>285</sup>, poder efectuar modificações no prédio que tinha arrendado. É possível que remonte a esta época a intervenção na fachada voltada para a Avenida Alfredo da Silva [antiga Avenida da Bélgica] perdendo-se então o revestimento azulejar. A montra foi substituída, na mesma intervenção, por uma porta de entrada, colocada ao centro e ladeada por duas montras, em vez das anteriores portas. O alçado voltado para a Rua dos Combatentes da Grande Guerra manteve a mesma estrutura arquitectónica, embora a grande maioria do seu revestimento azulejar tenha desaparecido. Actualmente conserva apenas parte do revestimento, colocado na zona superior do alçado, por debaixo da platibanda (Fig. 250). É encimado por dois frisos similares **F-20-00001**, nos mesmos tons do padrão e de temática idêntica, possivelmente concebido para serem aplicados em conjunto. Intercala ainda uma cercadura com motivos florais semelhantes a tulpas, em tons de azul sobre fundo branco, simulando uma barra de arquitrave **C-20-00002** (Fig. 251).

O outro imóvel da tipologia 1, situado na Avenida Bento Gonçalves n.º 96 e formando gaveto com a Travessa do Loureiro n.º 2, apresenta apenas a fachada principal azulejada (Fig. 252, 253). O alçado principal foi revestido com este tipo de padrão **P-20-00023**, estampado, em tons de azul sobre fundo branco (Fig. 254, 255) apenas ao nível do segundo registo e nas laterais do primeiro, apresentando sob a varanda do primeiro piso, azulejos de padrão mais tardios, certamente dos anos 70/80 do século XX, em tons de cinza, sem grande interesse patrimonial. Entre as mísulas da varanda surge um par de ornatos cerâmicos, duas gárgulas **Gg-20-00002**, em forma de pássaro, pouco comuns. Nos edifícios inventariados neste aglomerado urbano são as únicas deste género, encontrando-se, no entanto, bastante danificadas, ambas sem a cabeça, não permitindo como tal, identificar positivamente a ave (Fig. 256, 257).

---

<sup>285</sup> A.M.B., CS 9/55, o proprietário requereu autorização para fazer modificações no seu prédio arrendado,“(…) *pretendendo mandar concluir a alteração da fachada do prédio situado na Avenida da Bélgica nº 64 e 66 tornejando para a rua dos Combatentes da Grande Guerra. A obra que pretende consta da remodelação de toda a frente da Avenida da Bélgica e parte da rua dos Combatentes da Grande Guerra e destina-se a um estabelecimento de fanqueiro. Procurou-se dar ao prédio existente o melhor arranjo possível às fachadas. As cores a aplicar nas fachadas serão de acordo com a repartição técnica da Câmara Municipal*”.

[Fig. 247, 248 – Módulo de padrão [P-20-00006] | aplicação do módulo de padrão]]

[Fig. 249 – Imóvel [BA\_B\_CGG\_0063\_01\_01] na Rua Combatentes da Grande Guerra n.º 63 formando gaveto com a Avenida Alfredo da Silva n.º 64 [antiga Avenida da Bélgica] | vista geral do edifício totalmente azulejado com platibanda ornamentada por pinhas]

[Fig. 250 – Imóvel [BA\_B\_CGG\_0063\_01\_01] na Rua Combatentes da Grande Guerra n.º 63 formando gaveto com a Avenida Alfredo da Silva n.º 64 [aspecto actual – Agosto 2012]]

[Fig. 251 – Pormenor do friso [F-20-00001] intercalando a cercadura com túlipas [C-20-00002] a azul e branco]

[Fig. 252, 253 – Imóvel [BA\_B\_BG\_0096\_01\_01] na Avenida Bento Gonçalves n.º 96 formando gaveto com a Travessa do Loureiro n.º 2 | vista da fachada principal]

[Fig. 254, 255 – Módulo de padrão [P-20-00023] | aplicação do módulo de padrão]

[Fig. 256, 257 – Par de gárgulas cerâmicas em forma de ave [Gg-20-00002]]

#### **4.2.2.5 Padrão com motivos geométricos e florais estilizados – exemplo de um padrão reaproveitado**

O padrão **P-20-00024** estampilhado com aerógrafo, em tons de verde, laranja e preto, constituído por motivo floral estilizado, formado por quatro pétalas fusiformes, sobreposto a um quadrado sobre o vértice, determina um reticulado diagonal sobre a superfície onde é aplicado (Fig. 258, 259). Está presente num imóvel da tipologia 3, com um só piso e águas-furtadas, no início de uma das principais artérias do Barreiro, a Rua Miguel Bombarda n.º 1 [**BA\_B\_MB\_0001**], que se desenvolveu com o crescimento da população para vias periféricas ao antigo núcleo urbano. É um edifício devoluto, de fachada larga com implantação horizontal face à via pública, que possuía a fachada totalmente revestida com azulejos de padrão, de módulo único, perceptível pelas marcas do tardez dos azulejos, ainda visíveis no reboco, subsistindo apenas actualmente, na parte superior do frontão curvo (Fig. 260, 261). Sobre a cornija observa-se parte de uma barra com motivos florais Arte Nova **B-20-00014**, executada pela Fábrica de Sacavém<sup>286</sup> e uma balaustrada dividida em quatro secções,

---

<sup>286</sup> Vide Ana Paula ASSUNÇÃO, *Fábrica de Louça de Sacavém. Contribuições para o estudo da indústria cerâmica em Portugal – 1856-1974*, Lisboa, Edições Inapa, 1997, surge na contracapa uma barra similar, identificada como “Modelo n.º

com balaústres periformes, ladeando as águas-furtadas, rematadas em frontão curvo (Fig. 262, 263, 264).

Outros artefactos cerâmicos, tais como um vaso e globo, existiram, em tempos, aplicados nas pilastras que dividem a balaustrada, ainda aí se encontrando, em Janeiro / Fevereiro de 2000<sup>287</sup>.

Segundo informação recolhida no Arquivo Municipal do Barreiro, uma parte dos azulejos foi reaproveitada e aplicada num edifício de construção recente, na Rua Dr. Eusébio Leão, n.º 22 [BA\_B\_DEL\_0022] (Fig. 265, 266). É um prédio de rendimento de quatro pisos, destinado a habitação, em que os azulejos foram dispostos em dois painéis verticais, a ladear a porta de entrada, em composições meramente decorativas, e passando quase despercebidas, perante a volumetria do edifício, e pelo facto de a entrada ser recuada, formando um alpendre.

Este tipo de azulejos foi produzido entre cerca de 1905-1940 pela fábrica de Sacavém<sup>288</sup>. Existe um modelo idêntico no catálogo da Fábrica Aleluia - Aveiro<sup>289</sup>, com o n.º 44, estampilhado e com cercadura concebida para ser aplicada em conjunto, com cores e motivos semelhantes (Fig. 267, 268).

[Fig.258, 259 – Módulo de padrão [P-20-00024] | aplicação do padrão]

[Fig. 260 – Imóvel [BA\_B\_MB\_0001\_01\_01] sito na Rua Miguel Bombarda n.º 01]

[Fig.261 - Pormenor das águas-furtadas com a aplicação dos azulejos de padrão [P-20-00024]]

[Fig.262 – Barra de arquitrave [B-20-00014] e balaustrada [BI-20-00003]]

[Fig. 263, 264 - Modelos de barra semelhantes]

[Fig. 265, 266 – Imóvel [BA\_B\_MB\_0001\_01\_01] na Rua Dr. Eusébio Leão n.º 22 | aplicação dos painéis a emoldurar a porta de entrada, com azulejos provenientes do imóvel [BA\_B\_MB\_0001\_01\_01] sito na Rua Miguel Bombarda n.º 01]

---

1”. Vide *A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, Coleção Feliciano David e Graciete Rodrigues, Aveiro, 2011, p. 95, n.º 41, tem representado um modelo idêntico.

<sup>287</sup> A.M.B., G.T.L., *Dossier* 12/20, 1997.

<sup>288</sup> Vide Ana Paula ASSUNÇÃO, *Fábrica de Louça de Sacavém. Contribuições para o estudo da indústria cerâmica em Portugal – 1856-1974*, Lisboa, Edições Inapa, 1997, p. 73, “Modelo n.º 521”.

<sup>289</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Aleluia de João Pinho das Neves Aleluia*, Aveiro, [s.d].

[Fig.267, 268 - Desenho do padrão da Fábrica de Sacavém e modelo idêntico da Fábrica Aleluia – Aveiro]]

#### 4.2.2.6 Padrão “Lagarto”<sup>290</sup>

As influências inglesas estão bem patentes no padrão em tons de verde e branco, estampado **P-20-00003** aplicado num imóvel na Avenida Alfredo da Silva, n.º 48 **[BA\_B\_AS\_0048]** (Fig. 269, 270), largamente produzido e aplicado no nosso país. O padrão é constituído por formas octogonais perladas inscrevendo cada uma, um motivo vegetalista, um mais estilizado que o outro, intercaladas por quadrados com flor em aspa. É um edifício da tipologia 1 cuja fachada foi revestida com este tipo de padrão, largamente produzido pela Real Fábrica de Louça de Sacavém<sup>291</sup> com diferentes variantes de cor (Fig. 271, 272) e segundo a técnica de estampagem. O mesmo padrão surge num catálogo holandês<sup>292</sup>, com os motivos em tons de azul, e referenciado como fazendo parte do catálogo *Minton*, de 1887 (Fig. 273). Este modelo também foi produzido pela fábrica Cerâmica das Devesas<sup>293</sup>, segundo a técnica de estampilha.

A fachada do prédio em que se encontra aplicado, no Barreiro, é encimada por uma barra de arquitrave, denotando influências da Arte Nova inglesa<sup>294</sup>, constituída por uma sucessão de flores de cálice, lembrando túlipas, em tons de rosa assentes sobre o caule verde, intercaladas por

---

<sup>290</sup> Vide Cláudia Emanuel Franco dos SANTOS, *Artes Decorativas nas Fachadas da Arquitectura Bairradina*. (...), 2007, vol. II, p. 328, referindo que esta designação lhe foi atribuída pelos operários da Fábrica de Sacavém, aquando da sua produção.

<sup>291</sup> Vide *Catálogo da Real Fabrica de Louça de Sacavem – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910 – este modelo surge no catálogo da Fábrica com o n.º 410 – A; B; C; D; E; H.

<sup>292</sup> Vide Jan PLUIS, *Nederlandse Tegels, 1900-2000*, Primavera Pers, Leiden, 2008, p. 245 Des. n.º 58, como fazendo parte catálogo *Minton* de 1887 [Cat. Minton Tiles, folha 23].

<sup>293</sup> Vide *Catalogo da Fabrica Ceramica e de Fundição das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.<sup>a</sup> - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910, n.º 10.

<sup>294</sup> Vide A. J. Barros VELOSO, Isabel ALMASQUÉ, *O azulejo português e a Arte Nova* Lisboa, Edições Inapa, 2000, p. 72.

flores abertas, roxas e amarelas. Foi produzida pela mesma unidade fabril<sup>295</sup> (Fig. 274, 275).

[Fig. 269, 270 – Imóvel [BA\_B\_AS\_0048\_01\_01] na Avenida Alfredo da Silva n.º 48 | módulo padrão [P-20-00003]]

[Fig.271, 272, 273 – Modelos semelhantes com variante de cor e técnica da estampagem | modelo semelhante reproduzido em catálogo holandês]

[Fig. 274 – Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00001]]

[Fig. 275- Modelo idêntico produzido pela Fábrica de Sacavém]

#### 4.2.2.7 Exemplo de outro padrão inspirado em modelos ingleses

Outro tipo de padrão inspirado em modelos ingleses<sup>296</sup> e executado segundo a técnica de estampagem<sup>297</sup> foi produzido pela Fábrica de Sacavém, catalogado com o número **P-20-00017** e identificado no revestimento da fachada do edifício de tipologia 3 na Rua Miguel Pais, n.º 78 **[BA\_B\_MP\_0078]** (Fig. 276, 277). Este género de padrão já havia sido referenciado a propósito do imóvel situado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 65 **[BA\_B\_CJAA\_0065]** (Fig. 126, 128 – anexo fotográfico, p. 278) tendo sido utilizado para revestir a platibanda, certamente, um acrescento posterior do edifício.

Este módulo de padrão em tons de castanho e branco é constituído por um elemento central circular inscrevendo motivo vegetalista envolto por folhagem, contas e pequenas flores. O elemento de ligação é composto por flor de oito pétalas com núcleo circular castanho, envolta por flores em forma de cálice, de menores dimensões, em tons de castanho-claro. A partir do elemento central projecta-se uma faixa, disposta vertical e horizontalmente, definindo uma trama reticulada, funcionando como elemento de ligação.

---

<sup>295</sup> Vide Ana Paula ASSUNÇÃO *Fábrica de Louça de Sacavém. Contribuições para o estudo da indústria cerâmica em Portugal – 1856-1974*, Lisboa, Edições Inapa, 1997 – “Modelo n.º 4”, reproduzido na contracapa.

<sup>296</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, “Influência de modelos internacionais na azulejaria portuguesa de finais do século XIX”, (...) [2009], p. 84.

<sup>297</sup> Vide *Catálogo da Real Fabrica de Louça de Sacavem – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910 – este modelo surge no catálogo da Fábrica com o n.º 400 – A; B; C; D; E; H.

Para além do revestimento de padrão já mencionado, a fachada do edifício na Rua Miguel Pais n.º 78 é rematada por uma barra de arquitrave Arte Nova, denotando influência inglesa<sup>298</sup>, com motivos florais em tons de rosa, dispostos ao longo de um caule contracurvado, intercalando flores abertas e flores *viradas*, sendo visível o lado posterior da flor e a ligação do caule ao cálice<sup>299</sup> (Fig. 278, 279). Este género de flores abertas, análogas às reproduzidas na barra, surge reproduzido num catálogo alemão<sup>300</sup>. No centro da barra aparece o nome do proprietário, intercalando a data, “*Manuel ~1912~ Marinho*”, em maiúsculas a preto (Fig. 280, 281). Este tipo de padrão foi executado e divulgado, segundo a técnica de estampilha pela Fábrica das Devesas, encontrando-se ilustrado no respectivo catálogo<sup>301</sup>. Foi um modelo, que conheceu grande aceitação em Portugal, também produzido pela Fábrica Roseira<sup>302</sup>.

[Fig.276 – Imóvel [BA\_B\_MP\_0078\_01\_01] na Rua Miguel Pais n.º 78 | módulo padrão [P-20-00003]]

[Fig. 277– Módulo padrão [P-20-00017]]

[Fig. 278– Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00012]]

[Fig. 279 – Modelo idêntico com variante de cor

[Nota: a *flor virada* e a folha de maiores dimensões estão dispostas em sentido inverso, ao modelo anterior

[Fig. 280, 281 – Nome do proprietário e data | modelo com flores abertas semelhante às da barra de arquitrave]

---

<sup>298</sup> Vide A. J. Barros VELOSO, Isabel ALMASQUÉ, *O azulejo português e a Arte Nova* Lisboa, Edições Inapa, 2000, p. 108.

<sup>299</sup> Vide *A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, Coleção Feliciano David e Graciete Rodrigues, Aveiro, 2011, p. 50, n.º 4, surge representado um modelo idêntico.

<sup>300</sup> CDMJA-Museu da Fábrica de Sacavém, Vide J. BERGEON, *Jubiläums – Katalog, Dekorationsstempelkatalog VI*, Der Ersten unter Ältesten Spezialfabrik für Dekorstempel unter Gravieranstalt, Gelnhausen / Hessen, 1878-1953, p. 25 – Des. 2578 D - [modelo com flores abertas semelhante às da barra de arquitrave].

<sup>301</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Cerâmica e de Fundição das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.ª - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910, Des n.º 23.

<sup>302</sup> Vide Paulo HENRIQUES (coord.), *Museu Nacional do Azulejo - Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Edições Asa, 2003, p. 152, como proveniente do depósito da Fábrica Roseira - [MNAz inv. 7266a-z].

#### 4.2.2.8 Padrões, friso e cercadura semi-relevados Arte Nova

Este tipo de azulejos surge com frequência a revestir fachadas um pouco por todo o país, constituindo por vezes a única decoração do edifício valorizando-o quando não possuía outro motivo de interesse decorativo ou arquitectónico, ou integrando, por vezes, outros painéis Arte Nova.

Algumas fábricas como a de Sacavém e do Desterro utilizaram sobretudo as técnicas de estampagem, aerografagem e a aplicação de vidro colorido sobre a superfície relevada do azulejo, obtida pela prensagem de um molde e coberta com vidrados de várias cores, com motivos decorativos de carácter naturalista, embora também, tenham recorrido a modelos estrangeiros, como temos vindo a notar, mais estilizados e de tendência geometrizante.

Merece especial referência pelo impacto visual, variedade de elementos cerâmicos e sua conjugação estilística, o imóvel na Rua Miguel Pais n.º 66 [BA\_B\_MP\_0066] que integra a tipologia 3 com desenvolvimento horizontal, apresentando a data de 1906 na bandeira da porta de entrada, em ferro fundido (Fig. 282, 283). De gosto eclético, é revestido com exemplares semi-relevados Arte Nova, produção de Sacavém, de temática vegetalista e floral, em tons de castanho-mel, cujo padrão é constituído por flores de cálice relevadas **P-20-00011** aplicado na totalidade da fachada (Fig. 284, 285). Ao nível das águas-furtadas, este mesmo edifício apresenta um padrão semi-relevado **P-20-00012** (Fig. 286, 287) mas com cor e motivos distintos, também da Fábrica de Sacavém, que produziu algumas variantes deste modelo, com vidro de uma só cor<sup>303</sup> - verde, bege ou branco, entre outras (Fig. 288, 289).

Um padrão semelhante ao que se encontra a revestir as águas-furtadas, aparece em outro catálogo sobre o azulejo aplicado na

---

<sup>303</sup> Vide Catálogo *A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, Coleção Feliciano David e Graciete Rodrigues, Aveiro, 2011, pp. 54-57 surgem representados alguns modelos idênticos. Vide *Catálogo da Real Fábrica de Louça de Sacavém – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910 – este modelo surge no catálogo da Fábrica com o n.º 6 – A; B; C; D; F; G.

arquitetura uruguaia dos séculos XVIII, XIX e XX<sup>304</sup>, denotando algumas influências estrangeiras, neste caso belgas. Foi possível encontrar um padrão semelhante num catálogo belga<sup>305</sup> cujo motivo floral castanho é, no referido catálogo, em tons de vermelho, apresentando-se menos estilizado (Fig. 290, 291). A rematar a frontaria é visível uma balaustrada cerâmica, com balaústres periformes decorados por folhas de acanto, dividida em sete secções. A fachada é ainda complementada por originais mísulas cerâmicas em terracota **Ms-20-00001** e outras vidradas a branco **Ms-20-00002** com semblantes femininos, que sustentam as varandas, intercaladas por gárgulas vidradas a branco, representando rostos masculinos **Gg-20-00001** (Fig. 292, 293, 294). Sobre o lintel das janelas observam-se remates cerâmicos vegetalistas.

[Fig. 282, 283 – Imóvel [BA\_B\_MP\_00669\_01\_01] na Rua Miguel Pais n.º 66 | data na bandeira da porta

[Fig. 284 – Pormenor do padrão [P-20-00011] | friso [F-20-00002] e canto]

[Fig. 285 - Pormenor da cercadura [C-20-00011] e friso]

[Fig. 286, 287 - Vista geral das águas-furtadas | módulo de padrão [P-20-00012]]

[Fig. 288, 289 – Modelos semelhantes com variante de cor]

[Fig. 290, 291 – Dois modelos idênticos ao das águas-furtadas da Rua Miguel Pais n.º 66 | o segundo modelo surge, num catálogo belga, em que o motivo floral vermelho é mais estilizado (“Manufactures Céramiques D’Hemixem – Gilliot & Co. – Hemixem-lez-Anvers (Belgique)”, Planche 89)]

[Fig. 292 - Mísula em terracota [Ms-20-00001]]

[Fig. 293 - Mísula vidrada a branco [Ms-20-00002]]

[Fig. 294- Gárgula vidrada a branco [Gg-20-00001]]

#### 4.2.2.9 Padrões semi-relevados e barra com “*amores-perfeitos*”

Outro exemplo deste tipo de padrão semi-relevado complementado com uma barra de arquitrave Arte Nova surge em outro imóvel da tipologia 1 situado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 48

<sup>304</sup> Vide Alejandro ARTUCIO URIOSTE, *El Azulejo en La Arquitectura Uruguaya, siglos XVIII, XIX y XX*, Montevideo, 2004, p. 224, Des n.º 125.

<sup>305</sup> Vide Hans Van LEMMEN, Bart VERBRUGGE, *Art Nouveau Tiles*, London, 1999, p. 56, em que um modelo idêntico ao das águas-furtadas foi reproduzido num catálogo belga “Manufactures Céramiques D’Hemixem – Gilliot & Co. – Hemixem-lez-Anvers (Belgique)”, Planche 89.

**[BA\_B\_CJAA\_0048]**. O padrão **P-20-00015** é formado por dois centros, um com motivo quadrilobulado inscrevendo elemento floral e o outro constituído por uma flor de oito pétalas recortadas, verdes, com núcleo circular castanho, ornado por contas, em tons de castanho-mel e verde (Fig. 295, 296). Sobre a cornija é visível uma cercadura, também policroma, bastante danificada, formada por azulejos de padrão **P-20-00016** (Fig. 297, 298) semi-relevados, em tons de verde, azul e branco, existindo outras variantes de cor, no catálogo da Fábrica de Sacavém<sup>306</sup> (Fig. 299, 300, 301). A rematar a frontaria observa-se uma barra de arquitrave Arte Nova **B-20-00009** com motivos florais policromos, constituída por uma sucessão de flores, semelhantes a amores-perfeitos, em tons alternados de amarelo, azul-claro, roxo e cor de vinho, com folhas e caule contracurvado, disposto sobre um eixo. Foi executado com o recurso a técnica mista, com a estampagem de alguns contornos, seguindo-se provavelmente a pintura com aerógrafo sobre estampilha e, eventualmente, a pintura a pincel sobre estampilha executada pela Fábrica de Sacavém<sup>307</sup> (Fig. 302, 303).

Este modelo de barra com amores-perfeitos aparece, também, num imóvel na Vila da Moita, na Avenida Teófilo Braga n.º 31, formando gaveto com a Rua São João de Deus, em que a barra foi aplicada nos dois alçados (Fig. 304). É um imóvel de um só piso, com fachada larga, propriedade da Câmara Municipal da Moita, onde funcionou, em tempos, a central eléctrica, como se percebe pelo painel de azulejos lisos brancos, colocado sob o frontão curvo, em que se inserem três cartelas rectangulares, sobrepostas e onde se lê: “*C.M.M. / CENTRAL ELECTRICA / 1928*”, em maiúsculas a verde (Fig. 305).

---

<sup>306</sup> Vide *Catálogo da Real Fabrica de Louça de Sacavem – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910 – este modelo surge no catálogo da Fábrica com o n.º 15 – E; F; G; entre outros. Vide *A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, Coleção Feliciano David e Graciete Rodrigues, Aveiro, 2011, pp. 55-58, n.º 11 e n.º 14, reproduzidos modelos idênticos.

<sup>307</sup> Vide Ana Paula ASSUNÇÃO *Fábrica de Louça de Sacavém. Contribuições para o estudo da indústria cerâmica em Portugal – 1856-1974*, Lisboa, Edições Inapa, 1997 – “Modelo n.º 5”, reproduzido na contracapa.

[Fig. 295, 296 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0048\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 48 | módulo de padrão [P-20-00015]]

[Fig. 297, 298 - Módulo de padrão [P-20-00016] utilizado como cercadura [bastante danificado]]

[Fig. 299, 300, 301 – Modelos semelhantes com variante de cor | modelos policromos cat. 11 e cat. 14]

[Fig. 302 – Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00009]]

[Fig. 303– Modelo semelhante com variante de cor da Fábrica de Sacavém]

[Fig. 304 – Moita | Imóvel na Avenida Teófilo Braga n.º 31 | pormenor da barra de arquitrave]

[Fig. 305 – Moita | pormenor do painel com azulejos brancos lisos e cartelas com inscrições, ladeado pela barra de arquitrave]

#### 4.2.2.10 Exemplo de painel Arte Nova com figura feminina

Neste conjunto habitacional, por nós inventariado e estudado, identificamos apenas um imóvel da tipologia 1 exibindo barra, frontão e painéis com a representação da figura feminina, aplicados em zonas bem definidas da fachada localizado na Rua Marquês de Pombal n.º 13 [BA\_B\_MPb\_0013].

Um dos painéis surge aplicado ao nível do primeiro registo, sobre uma janela central, exibindo uma figura feminina envolta por ramagens e flores, delimitado pelas mísulas da varanda do piso superior **Pf-20-00005** (Fig. 306, 307). No segundo piso, sobre as janelas, é visível uma barra policroma **B-20-00015** de bordos azuis e fundo amarelo, com folhas altas e esguias, verdes, ligeiramente inclinadas para o lado esquerdo, rematadas por flor vermelha e branca, de pétalas pontiagudas, pendendo. Ao centro observa-se um botão vermelho e, do lado direito, um trifólio, no mesmo tom.

Foi executada certamente pela Fábrica de Sacavém<sup>308</sup>, com recurso à técnica mista, com uso da estampilhagem e aerógrafo (Fig. 308, 309). A barra ladeia outro painel colocado ao centro, de temática idêntica ao anterior **Pf-20-00006**, acompanhando o recorte do edifício, simulando frontão curvo (Fig. 310). Ambos os painéis exibem composições de carácter ingênuo, com desenho pouco rigoroso, delineado a preto sobre

---

<sup>308</sup> Vide Catálogo *A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, Coleção Feliciano David e Graciete Rodrigues, Aveiro, 2011, p. 33, com o n.º F-17, modelo idêntico cuja produção é atribuída à Fábrica de Louça de Sacavém.

fundo amarelo. Têm representada uma figura feminina de perfil, voltada para o lado esquerdo, com os cabelos presos por fita e flor, envolta por folhagem alta e esguia, verde, segurando parte dela com as duas mãos. A folhagem, unindo-se e prolongando-se na base da composição, é rematada, em cada extremo, por trifólio vermelho. No painel sob o frontão são visíveis botões, flores vermelhas e brancas, pendendo, semelhantes às da barra.

Os proprietários dos edifícios procuraram sempre adaptar a decoração das fachadas, os desenhos e ornatos às superfícies arquitetónicas, segundo o gosto e hábitos de cada época, sendo que, no caso da corrente estética Arte Nova, as composições ocupavam, em geral, áreas delimitadas nas fachadas, através de frisos, cercaduras, barras, frontões, entre outros. Podiam ainda ser aplicados no interior de determinados estabelecimentos comerciais, como leitarias, farmácias ou padarias. Os azulejos com motivos coloridos, ao gosto do espírito cosmopolita e mundano da época, representam elementos da fauna e flora, bem como a sensualidade da figura feminina, através de linhas sinuosas e formas curvas. A figura feminina foi bastante representada, identificando-se, sobretudo, cabeças de mulher de desenhos simples, pouco elaborados, de carácter “*nair*”, nos quais se destacam as longas cabeleiras entrelaçadas por elementos vegetalistas e florais, inspirados na Arte Nova Franco-belga<sup>309</sup>.

[Fig. 306, 307 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0013\_01\_01] sito na Rua Marquês de Pombal n.º 13 | painel com a representação da figura feminina

[Pf-20-00005]]

[Fig. 308 – Pormenor da barra [B-20-00015]]

[Fig. 309 – Modelo idêntico atribuído à Fábrica de Sacavém]

[Fig. 310 – Painel aplicado no segundo piso com cores e temática idêntica [Pf-20-00006]]

#### **4.2.2.11 Dois exemplos de azulejos rectangulares biselados**

Como já foi referido anteriormente, os azulejos rectangulares biselados, lisos, de uma só cor, foram largamente utilizados para revestir

---

<sup>309</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 20.

fachadas de inúmeros imóveis em todo o território nacional e o Barreiro não foi exceção. Eram aplicados como revestimento total ou parcial da fachada, constituindo o único elemento decorativo das mesmas mas, em muitos casos, foram associados a frisos, cercaduras, barras e frontões Arte Nova.

Contudo, no conjunto habitacional em estudo, pudemos constatar que a maioria dos imóveis revestidos por este tipo de azulejos de padrão localiza-se, sobretudo, em torno do actual Parque Catarina Eufémia [antigo parque Dr. Oliveira Salazar, inaugurado em 1939] dispostos em três ruas envolventes, a Avenida Alfredo da Silva, a Avenida Henrique Galvão e a Rua Dr. Câmara Pestana, sendo que, na artéria a nascente, Rua Eça de Queirós, se situa o edifício do Mercado Municipal (Fig. 311).

No centro do Barreiro antigo este tipo de revestimento surge pontualmente. No entanto, não podemos deixar de destacar um imóvel que se enquadra na tipologia 3, de fachada larga e implantação horizontal, localizado na Rua Marquês de Pombal n.º 29-31-33 formando gaveto com a Travessa do Leão n.º 9, em que apenas o alçado voltado para a Rua Marquês de Pombal, e a esquina do edifício, são revestidos com azulejos biselados, monocromáticos verdes **P-20-00001** (Fig. 312, 313, 314). Este tipo de revestimento e ornatos cerâmicos terão sido aplicados após 1927<sup>310</sup> (Fig. 315, 316) tal como a barra de arquitrave Arte Nova **B-20-00004** com motivos vegetalistas e zoomórficos, de influência inglesa<sup>311</sup>, aplicada sobre a cornija e prolongando-se, também, ao alçado lateral. Como motivo central surge representada uma ave, possivelmente uma andorinha-do-mar, em voo, por entre nuvens e ondulação, rasando a água, ladeada por conjuntos de jarros amarelos, de contornos castanhos, com folhas e caules verdes e outros elementos florais vermelhos (Fig. 317). Este tipo de barra foi

---

<sup>310</sup> A.M.B., CT 380/27, em que o proprietário Maria Carolina dos Santos Rolão Cruz, “*desejando ampliar com um primeiro andar o seu prédio sito na Rua Marquez de Pombal n.º 29, 31, 33 e Travessa do Leão n.º 9, em conformidade com a planta que junta em duplicado, vem solicitar de V. Ex.as a concessão da necessária licença*”.

<sup>311</sup> Vide A. J. Barros VELOSO, Isabel ALMASQUÉ, *O azulejo português e a Arte Nova*, Lisboa, Coleções História da Arte, Edições Inapa, 2000, pp. 114-115.

aplicado em outro imóvel da tipologia 1, na Rua Vasco da Gama n.º 40, e que trataremos no sub-capítulo seguinte.

A rematar a frontaria observa-se um frontão triangular recortado, coroado por estátua alegórica representando a “*Primavera*” e três pinhas sobre pedestais. No extremo direito é visível a base, muito possivelmente de outra pinha. O alçado lateral é rematado por um par de frontões curvos, unidos, coroados ao centro, por menino urinando e duas pinhas, sobre pedestais, em cada extremo, certamente produzidos pela Fábrica Cerâmicas das Devesas, peças às quais regressaremos no capítulo dedicado à Ornamentação Cerâmica Complementar.

[Fig. 311 – Localização do parque Catarina Eufémia | principais ruas do antigo centro urbano | Avenidas e ruas periféricas]

[Fig. 312, 313 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0031\_01\_01] sito na Rua Marquês de Pombal n.º 31 gaveto com Travessa do Leão n.º 9| fachada principal voltada para a Rua Marquês de Pombal]

[Fig. 314 – Módulo de padrão [P-20-00001]]

[Fig. 315 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0031\_01\_01] sito na Rua Marquês de Pombal n.º 31 gaveto com Travessa do Leão n.º 9|edifício da tipologia 2, segundo alçado do projecto, anterior a 1927]

[Fig. 316 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0031\_01\_01] sito na Rua Marquês de Pombal n.º 31 gaveto com Travessa do Leão n.º 9|edifício da tipologia 1, segundo alçado do projecto, para ampliação do edifício]

[Fig. 317 – Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00004]]

Outro imóvel revestido com azulejos de padrão rectangulares monocromáticos, biselados, azuis **P-20-000004** surge na Avenida Alfredo da Silva n.º 56 [**BA\_B\_AS\_0056**] integrando-se na tipologia 1, com dois pisos e águas-furtadas (Fig. 318, 319). A fachada é encimada por uma barra de arquitrave em tons de azul e branco, formada por azulejos de padrão **P-20-00005** com motivo quadrilobulado, sombreado a azul-escuro, determinando uma reserva vazada, do qual se projectam, lateralmente e na diagonal, elementos vegetalistas.

Terá sido produzido pela Fábrica Sant’Anna<sup>312</sup> pois o modelo que surge na página inicial do *site* desta fábrica é análogo, ao aplicado neste

---

<sup>312</sup> Em <http://www.santanna.com.pt/> este modelo, surge a ilustrar a página de abertura do *site*, acedido em 10 de Abril de 2012.

imóvel. Contudo, também a Fábrica Viúva Lamego<sup>313</sup> produziu um exemplar idêntico, imitando os motivos dos padrões do século XVII, mas mais estilizado, com as flores que se projectam lateralmente mais recortadas, sem a ilusão de volume (Fig. 320, 321).

As águas-furtadas, revestidas também, com azulejo monocromático, azul, apresentam uma cercadura **C-20-00001** com enrolamentos de folhas de acanto, em tons de azul e branco, que pode ter sido produzida pela Fábrica Viúva Lamego, embora exista um modelo muito semelhante no catálogo da Fábrica Aleluia-Aveiro<sup>314</sup> (Fig. 322, 323, 324). A cercadura antecede o frontão triangular, interrompido, exibindo um painel de azulejos figurativo **Pf-20-00001** envolto por cercadura com enrolamentos de folhas de acanto, que acompanham os recortes do frontão, com o bordo interior azul. A cercadura ladeia um prato com frutas, colocado inferiormente, ao centro, onde são visíveis uvas e romãs, uma delas aberta. No meio da composição observa-se uma cesta alta, com um grande laço na asa e, no interior, um *bouquet* de flores, prolongando-se lateralmente, em enrolamentos de hastes e folhas pendendo. As sombras são em tons de azul mais claro, dando a ilusão de luz e sombra (Fig. 325).

[Fig. 318, 319 – Imóvel [BA\_B\_AS\_0056\_01\_01] sito na Avenida Alfredo da Silva n.º 56 | módulo de padrão [P-20-00004]]

[Fig. 320, 321 – Módulo de padrão [P-20-00005] utilizado como barra | modelo produzido pela Fábrica Viúva Lamego – imitação do padrão do séc. XVII]]

[Fig. 322- Pormenor da cercadura [C-20-00001]]

[Fig. 323 – Modelo idêntico - Fábrica Viúva Lamego]

[Fig. 324 – Modelo idêntico - Fábrica Aleluia – Aveiro]

[Fig. 325 - Vista geral do frontão, com a cercadura [C-20-00001] e painel de azulejos figurativo [Pf-20-00001]]

Um outro imóvel da tipologia 2, com piso térreo e águas-furtadas, apresenta a fachada totalmente revestida com o mesmo tipo de padrão **P-20-00029**, rectangular monocromático, de bordos facetados, em tons de

---

<sup>313</sup> Em <http://www.viuvalamego.com> podemos encontrar um modelo semelhante no site da Fábrica acedido em 10 de Abril de 2012.

<sup>314</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Aleluia de João Pinho das Neves Aleluia, Aveiro*, [s.d], surge um modelo semelhante com a designação de “*Imitações dos azulejos antigos – Cercaduras (Pintura Manual)*” [n.º 113].

castanho. O edifício situado na Rua Heliodoro Salgado n.º 50 [BA\_B\_HS\_0050] gaveto com Rua do Instituto Ferroviário localiza-se numa rua periférica, ao antigo centro urbano do Barreiro e à zona envolvente, do Parque Catarina Eufémia (Fig. 326, 327). Sobre a cornija, é visível uma barra de arquitrave com motivos vegetalistas e florais, em tons de verde e rosa sobre fundo branco **B-20-00017** (Fig. 328), sendo este modelo uma variante da barra designada de “*Papoulas*”, já abordada anteriormente (Fig. 230 – anexo fotográfico, p. 305).

As diferenças residem na orientação das flores, com sentido contrário ao do desenho proposto pela Fábrica Viúva Lamego<sup>315</sup>; na utilização de maior número de cores contrastantes, claras e escuras; nos botões que intercalam as flores que não pendem e a flor de perfil em forma de cálice, apresenta parte do núcleo visível, pontilhado a preto. A fachada, encimada por balaustrada com balaústres periformes decorados por folhas de acanto, ladeando as águas-furtadas, é alteada e recortada, simulando frontão, exibindo em cada extremo um vaso e, sobre o frontão, uma urna, possivelmente produção da mesma unidade fabril.

[Fig. 326, 327 – Imóvel [BA\_B\_HS\_0050\_01\_01] sito na Rua Heliodoro Salgado n.º 50 | módulo de padrão [P-20-00029]]

[Fig. 328 - Pormenor da barra de arquitrave, variante do modelo, designado de “*Papoulas*” [as flores estão orientadas de modo diferente ao desenho proposto pela Fábrica Viúva Lamego]]

#### 4.2.3 Outras fábricas

Para além da azulejaria de fachada produzida, sobretudo, pelas duas unidades fabris supracitadas, Fábrica Viúva Lamego e Fábrica de Louça de Sacavém, foi possível identificar outras fábricas que, certamente, produziram alguns azulejos de fachada para este núcleo urbano do Barreiro.

Começaremos por analisar um imóvel da tipologia 2, de gosto eclético, constituído por um piso com fachada larga, actualmente devoluto

---

<sup>315</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.], desenho avulso, com este motivo representado.

mas que foi estabelecimento comercial, situado na Travessa do Loureiro n.º 3 formando gaveto com a Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar **[BA\_B\_L\_0003]**. A frontaria surge dividida em cinco secções, através de molduras em argamassa, rectangulares, lembrando pilastras, rematadas por duas almofadas, de material idêntico, com diferentes dimensões, de configuração prismática, simulando o motivo “*ponta de diamante*”. Cada moldura rectangular integra um pequeno painel de azulejos com motivo de torçal, sugerindo uma coluna torsa **F-20-00003** (Fig. 329, 330). No alçado lateral duas outras colunas torsas ladeiam uma janela, com o respectivo friso.

A fachada principal e o alçado lateral são totalmente revestidos por azulejos de padrão imitando modelos hispano-mouriscos, formados pelo motivo de laçarias geométricas, executado originalmente, no século XVI, nas técnicas de aresta e corda seca. O módulo de padrão policromo, catalogado como **P-20-00020**, é constituído por uma malha em tons de branco, com motivo estrelado de doze pontas, como elemento central e outros de menores dimensões, como elementos de ligação. Trata-se de uma produção da Fábrica Cerâmica Lusitânia<sup>316</sup>, certamente através da prensagem mecânica da chacota, com base em molde semi-relevado, com posterior pintura à mão livre. Consta do catálogo desta unidade fabril, onde surge acompanhado do friso **F-20-00006**, que aqui também foi utilizado sob os parapeitos das janelas, formado por duas linhas brancas entrecruzadas sobre um eixo, no mesmo tom, determinando quadrados sobre o vértice, de núcleo azul sobre fundo amarelo. Superiormente apresenta um bordo azul independente. Foi concebido para ser aplicado juntamente com este padrão, conforme podemos confirmar através do referido catálogo (Fig. 331, 332, 333). Um exemplar idêntico a este módulo de padrão, com laçarias geométricas, foi produzido no início do século XX pela Fábrica Viúva Lamego (Fig. 334), segundo a técnica de lastra<sup>317</sup>, e pela Fábrica

---

<sup>316</sup> Vide Catálogo da Comp.<sup>a</sup> das Fabricas Cerâmica Lusitânia, Lisboa, [s.d.] onde surge um modelo idêntico de padrão [Série E – fundo n.º 213] e friso designado como “*faixa*”, com o n.º 213.

<sup>317</sup> Vide Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.] onde a própria unidade fabril define em que consiste esta técnica: “*azulejos de fabrico manual por via húmida, segundo os*

Sant'Anna. A Fábrica Cerâmica das Devesas produziu igualmente este género de padrão como consta no seu catálogo<sup>318</sup>. Também foi possível identificar um modelo análogo no catálogo, já anteriormente referido, referente ao azulejo na arquitectura Uruguaia<sup>319</sup> (Fig. 335).

A encimar o revestimento observa-se uma barra de arquitrave, policroma, catalogada como **B-20-00013**, seccionada de acordo com a largura de cada um dos panos murários azulejados, representando um par de golfinhos afrontados, de boca aberta, por entre folhagem em tons de verde e contas castanhas. Os golfinhos são em tons de amarelo, sombreados a castanho, unidos por duplo anel, azul, que dispõe caule com folhas verdes e conta castanha. Também a barra é produção da mesma unidade fabril, como consta do respectivo catálogo<sup>320</sup> (Fig. 336, 337).

A rematar o edifício observam-se quatro frontões curvos, cada um, com um painel de azulejos figurativo, três dos quais, na fachada principal inventariados com o número **Pf-20-00003**. Têm representado um par de anjos-meninos sentados sobre volutas, ladeados por dois vasos, e segurando nas mãos um festão, de folhas verdes, que se une a um vaso central, de maiores dimensões, decorado com flores coloridas (Fig. 338). O outro painel **Pf-20-00004** aplicado apenas, sobre o alçado voltado para a Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar é de menores dimensões e ligeiramente diferente dos restantes, pois apresenta apenas o vaso florido, com maior número de flores, ramos e folhas, pendendo lateralmente (Fig. 339).

[Fig. 329, 330 – Imóvel [BA\_B\_L\_0003\_01\_01] sito na Travessa do Loureiro n.º 3 gaveto com a Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar | aplicação dos painéis de azulejos com colunas torsas [F-20-00003]]

---

*mesmos processos utilizados em séculos passados, e consequentemente com superfície irregular, contorno quase regular, e dimensões relativamente pouco rigorosas”.*

<sup>318</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Cerâmica e de Fundação das Devesas - António Almeida da Costa e C.ª - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910, n.º 7.

<sup>319</sup> Vide Alejandro ARTUCIO URIOSTE, *El Azulejo en La Arquitectura Uruguaya, siglos XVIII, XIX y XX*, Montevideo, 2004, pp. 239-263, nesta página com o n.º 5.

<sup>320</sup> Vide *Catálogo da Comp.ª das Fabricas Cerâmica Lusitânia*, Lisboa, [s.d] onde surge um modelo idêntico de barra [Série E – fundo n.º 214].

[Fig. 331, 332, 333- Módulo de padrão e friso idênticos produzidos pela Fábrica Lusitânia [Série E- n.º 213] | módulo de padrão aplicado no imóvel [P-20-00020]]

[Fig. 334, 335 - Módulos de padrão idêntico]

[Fig. 336- Pormenor da barra de arquitrave]

[Fig. 337- Modelo idêntico de barra de arquitrave]

[Fig. 338- Pormenor do painel figurativo [Pf-20-00003]]

[Fig. 339- Pormenor do painel figurativo [Pf-20-00004]]

#### 4.2.3.1 Exemplo de mais dois padrões da Fábrica Lusitânia

O padrão que iremos seguidamente analisar, talvez de cerca de 1927-30, surge em dois imóveis de tipologia arquitectónica idêntica, a tipologia 1, situados em duas ruas paralelas mas periféricas em relação ao núcleo urbano do Barreiro antigo, perpendiculares à Avenida Alfredo da Silva.

Um dos imóveis situa-se na Rua Dr. António José de Almeida n.º 40 (Fig. 340, 341) **[BA\_B\_DAJA\_0040]** com dois pisos e águas-furtadas, alto e estreito, apresentando a fachada totalmente revestida por azulejos de padrão com motivos geométricos em tons de azul e branco, catalogados como **P-20-00007**. Ao nível do primeiro registo, sob a varanda, foram aplicados dois pequenos painéis quadrangulares inventariados com o número **Pf-20-00002** formados a partir da cercadura que delimita os dois painéis rectangulares, dispostos a ladear as águas-furtadas (Fig. 342, 343).

No segundo registo as janelas de sacada, com varanda em ferro forjado, são ladeadas por dois painéis de azulejo rectangulares, biselados, monocromáticos brancos, catalogados como **P-20-00008**, que servem de avental às duas janelas colocadas nos flancos (Fig. 344, 345) [este género de azulejos foram já abordados em exemplos anteriores]. O alçado é encimado por uma barra tipicamente Arte Nova catalogada como **B-20-00003**, com motivos vegetalistas e florais, semelhante a outras deste género, também já abordadas anteriormente (Fig. 346).

Sobre a barra foram aplicados outros painéis monocromáticos brancos, idênticos aos anteriormente descritos, sendo que o do lado direito já não existe, e o do lado esquerdo, apresenta lacunas azulejares na fiada superior. Sobre estes foram aplicados mais dois painéis rectangulares,

formados pelo azulejo de padrão da fachada, delimitados pela cercadura **C-20-00003** nos mesmos tons do padrão, com motivos vegetalistas e que foi utilizada para executar os painéis quadrangulares, dispostos sob a varanda (Fig. 347). Nos extremos a frontaria é coroada por um globo de nervuras ondulantes e, na empena, por um pináculo cónico, profusamente decorado, ambos vidrados a branco, e produção da Fábrica Viúva Lamego. Em relação aos azulejos de padrão de alegada influência valenciana<sup>321</sup>, foram seguramente imitados e copiados por outras unidades fabris (nomeadamente no Porto / Vila Nova de Gaia). Podemos observar um exemplar semelhante no catálogo da Fábrica Lusitânia<sup>322</sup> (Fig. 348, 349, 350), sendo que este tipo de padrão, apesar de aplicado no exterior, era mais apropriado para interiores, nomeadamente cozinhas.

O outro imóvel com dois pisos, localizado na Rua Vasco da Gama, n.º 40 **[BA\_B\_VG\_0040]**, apresenta a fachada revestida por azulejos de padrão **P-20-00009** de módulo idêntico, com variante de cor, em tons e verde (Fig. 351, 352). A encimar a frontaria observa-se uma barra de arquitrave **B-20-00004** com a representação de uma ave em voo, sobre a água, e rodeada de elementos vegetalista e florais, já referida anteriormente no sub-capítulo [4.2.2.11].

[Fig. 340, 341 – Imóvel [BA\_B\_DAJA\_0040\_01\_01] sito na Rua Dr. António José de Almeida n.º 40 |alçado constante do projecto de construção do edifício – fachada principal]

[Fig. 342, 343 - Módulo de padrão [P-20-00007] |painel sob a varanda [Pf-20-00002]]

[Fig. 344, 345 - Segundo registo [BA\_B\_DAJA\_0040\_01\_03] |módulo de padrão [P-20-00008]]

[Fig. 346 - Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00003]]

[Fig. 347 - Aspecto geral de um dos painéis rectangulares com cercadura]

[Fig. 348, 349, 350 – Modelo de alegada influência valenciana | modelo produzido pela Fábrica Lusitânia | modelo aplicado no imóvel]

[Fig. 351, 352 – Imóvel [BA\_B\_VG\_0040\_01\_01] sito na Rua Vasco da Gama n.º 40 | módulo padrão [P-20-00009]]

---

<sup>321</sup> Vide Alejandro ARTUCIO URIOSTE, *El Azulejo en La Arquitectura Uruguaya, siglos XVIII, XIX y XX*, Montevideo, 2004, p. 248 – Lamina 106 – n.º 47.

<sup>322</sup> Vide Catálogo da Comp.<sup>a</sup> das Fabricas Cerâmica Lusitânia [Série A – fundo n.º 140]

#### 4.2.3.2. Exemplo de barra e cercadura da Fábrica Lusitânia

Neste conjunto habitacional inventariámos uma barra e uma cercadura, possivelmente produzidas pela Fábrica Lusitânia. São bastante diferentes em termos temáticos e cromáticos, uma estilizada a outra mais naturalista, e aplicadas em edifícios de tipologias e localizações distintas.

A barra surge num imóvel da tipologia 1, ou seja, um edifício com dois pisos e águas-furtadas<sup>323</sup>, implantado na Rua Almirante Reis n.º 123 [BA\_B\_AR\_0123], apresentando a fachada revestida por azulejos de padrão catalogados como **P-20-00014**, excepto do lado esquerdo, ao nível do primeiro registo. O módulo de padrão é constituído por uma malha de motivos fusiformes, amarelos, com interior delineado a azul, inscrevendo alternadamente uma flor de pétalas amarelas e azul-claro e amarelas e azul-escuro (Fig. 353, 354, 355).

Sobre a cornija surge uma barra de arquitrave **B-20-00008** com os mesmos tons do padrão, formada por enrolamentos de folhagem em dois tons de azul, unida por quatro anéis amarelos, determinando um elemento cruciforme de braços recortados, no mesmo tom. A partir dos dois anéis colocados lateralmente projecta-se, para o interior da forma, um motivo trifoliado amarelo. Da união do elemento central resulta uma cruz em aspa, ornada superior e inferiormente por festão amarelo. Este exemplar de barra para arquitrave consta do catálogo<sup>324</sup> da fábrica, designado como “*friso ou arquitrave*” (Fig. 356, 357). A frontaria é rematada por platibanda rectangular seccionada em almofadas, rematada por cinco urnas com tampa. As águas-furtadas são recortadas em arco de volta perfeita, simulando frontão curvo, assente sobre um par de pilastras, ornado por cordão perlado, em cantaria.

A cercadura **C-20-00009** surge num imóvel da tipologia 2, isto é, uma casa térrea destinada a habitação<sup>325</sup>, localizada no Largo Luís de

---

<sup>323</sup> A.M.B., CS 672/32, as águas-furtadas foram ampliadas em 17 de Maio de 1932, pelo seu proprietário Manuel Duarte.

<sup>324</sup> Vide Catálogo da Comp.<sup>a</sup> das Fabricas Cerâmica Lusitânia [Série C – fundo n.º 168 - friso ou arquitrave de 0,30 de alto].

<sup>325</sup> A.M.B., CT 598/30 de 2 de Dezembro de 1930, em que o proprietário Sr. Daciano dos Santos apresenta à Câmara do Barreiro, “*projecto para construção de*

Camões n.º 45 [BA\_B\_LC\_0045] (Fig. 358, 359). Apresenta a fachada decorada por cercadura Arte Nova simulando uma barra de arquitrave, constituída por uma sucessão de flores castanhas, erguidas ou pendendo, dispostas alternadamente ao longo de caule contracurvado, com folhas e bagas (Fig. 360). Este exemplar de barra para arquitrave consta do catálogo<sup>326</sup> da fábrica, designado como “*friso artístico*” (Fig. 361).

O edifício é rematado por três frontões, um triangular e alto, ao centro, ladeado por outros dois, de menores dimensões, curvos e escalonados. Toda a fachada, seccionada em três panos, por meio de pilastras fingidas, ornadas por flores e festões pendendo, apresenta outros elementos decorativos Arte Nova. Sobre as janelas exhibe remates pontiagudos. Os dois frontões menores ostentam mascarões envoltos em grinaldas e, o central, um mascarão com festões, pendendo lateralmente.

Fig. 353, 354, 355 – Imóvel [BA\_B\_AR\_0123\_01\_01] sito na Rua Almirante Reis n.º 123 |alçado constante do projecto de ampliação das águas-furtadas |módulo padrão [P-20-00014]]

[Fig. 356, 357 - Barra [B-20-00008] | modelo idêntico produzido pela Fábrica Lusitânia]

[Fig. 358, 359 – Imóvel [BA\_B\_LC\_0045\_01\_01] sito no Largo Luís de Camões n.º 45 |alçado constante do projecto de construção do edifício | fachada principal]

[Fig. 360 - Cercadura [C-20-00009]]

[Fig. 361 – Modelo idêntico produzido pela Fábrica Lusitânia]

#### 4.2.3.3 Painel figurativo da Fábrica do Desterro

Este painel figurativo **Pf-20-00007** foi aplicado num imóvel da tipologia 2, na Rua Vasco da Gama n.º 17 [BA\_B\_VG\_0017] (Fig. 362, 363). O edifício apresenta a fachada totalmente revestida por azulejos de padrão catalogados com o número **P-20-00021**, estampados, de módulo único, em tons de verde sobre fundo branco. Estes azulejos são, no

---

*um prédio urbano para habitação no largo Luiz de Camões, freguesia de Santa Cruz, conforme planta junta*”. Na memória descritiva pode ler-se: “(...) A cobertura forma três águas ligadas entre si por telhões de espigão. (...) Os vãos das portas e janelas guarnecidos, soleiras, socos e vergas em cantaria”.

<sup>326</sup> Vide Catálogo da Comp.<sup>a</sup> das Fabricas Cerâmica Lusitânia [Série H – fundo n.º 215 - friso artístico de 0,20 de alto].

entanto, recentes, constituindo possivelmente uma réplica dos azulejos primitivos. Este tipo de azulejos de padrão terá sido produzido pela Fábrica do Desterro e pela Fábrica de Sacavém<sup>327</sup>, pois ambas produziram modelos muito semelhantes. Sobre a cornija observa-se uma barra de arquitrave, com elementos florais e vegetalistas, delineados a preto, em tons de roxo e branco, dois tons de verde, sobre fundo amarelo-torrado, que foi executada pela Fábrica de Sacavém<sup>328</sup> (Fig. 364, 365).

A rematar o edifício é visível uma balaustrada dividida em duas secções, ladeando um frontão recortado onde foi integrado um painel figurativo, em tons de azul e branco, assinado, datado e com a identificação do centro de fabrico, no canto inferior direito: “J. (?) Luiz Cardozo / 1927 (?) / Fabrica Desterro”. É possível que o apelido do proprietário do imóvel se encontre, ao centro, sobre cartela oval, em maiúsculas, a azul: “VIVENDA / MIRANDA” (Fig. 366, 367). Este painel foi efectuado segundo a técnica de pintura à mão livre, e a composição recorda uma fotografia. Tem representado ao centro três crianças de tenra idade, sentadas, com fatos domingueiros, em ambiente campestre, com pequenos ramos de flores brancas, nas mãos. A menina, com grande laço branco na cabeça, tem uma bola a seus pés, olhando o espectador e o menino, um pouco mais velho encontra-se também, sentado num pequeno muro lateral. A outra criança, ao meio, mais pequena observa as flores (Fig. 368).

A coroar cada um dos extremos da balaustrada, surgem quatro estátuas alegóricas, executadas pela Fábrica Cerâmica das Devesas e que serão objecto de análise mais adiante, no capítulo sobre Ornamentação Cerâmica Complementar.

[Fig. 362, 363 – Imóvel [BA\_B\_VG\_0017\_01\_01] sito na Rua Vasco da Gama n.º 17 | módulo de padrão [P-20-00021]]

[Fig. 364 -Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00006]]

---

<sup>327</sup> Vide *Catálogo da Real Fabrica de Louça de Sacavem – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910 – modelo de padrão com o n.º 421 – E.

<sup>328</sup> Vide Ana Paula ASSUNÇÃO, *Fábrica de Louça de Sacavém. Contribuições para o estudo da indústria cerâmica em Portugal – 1856-1974*, Lisboa, Edições Inapa, 1997, apresentando um modelo idêntico com variante de cor na contracapa “Modelo n.º 3”.

[Fig. 365 – Modelo idêntico produzido pela Fábrica de Sacavém  
[variante de cor]]

[Fig. 366, 367- Pormenor da assinatura, data e fábrica | identificação do  
possível proprietário do imóvel]

[Fig. 368 - Painel figurativo [Pf-20-00007]]

#### 4.2.3.4 Exemplo de um padrão das Devesas e outro da Fábrica Aleluia – Aveiro

Para além da presença inquestionável das fábricas lisboetas encontram-se no Barreiro, ainda que pontualmente, alguns exemplares possivelmente produzidos por outras fábricas do norte e centro do país.

Um padrão certamente de fabrico portuense encontra-se aplicado num imóvel da tipologia 2, com um só piso, situado na Rua D. Manuel de Melo n.º 15, **[BA\_B\_DMM\_0015]**, ou seja, uma das ruas adjacentes ao Largo Luís de Camões. É um edifício de pequenas dimensões em banda, destinado a habitação, com a fachada totalmente revestida por azulejos de padrão, encimada por cercadura e rematada por platibanda rectangular. Os azulejos de padrão, policromos, de módulo único, catalogados como **P-19-00031**, apresentam um motivo octogonal delineado a preto e fundo lilás, inscrevendo outras formas geométricas e vegetalistas, em tons de castanho, rosa e verde. Como elemento de ligação observam-se florões, recortados e vazados, de contorno azul, verde e castanho (Fig. 369, 370). A fachada é rematada por cercadura com o número **C-19-00002**, nos mesmos tons, idealizada, certamente, para ser aplicada em articulação com o padrão.

Um módulo de padrão idêntico surge no catálogo da Fábrica Cerâmica das Devesas<sup>329</sup> bem como a respectiva cercadura. Esta, de bordos azuis, brancos e castanhos, desenvolve uma sucessão de motivos em simetria, com um elemento central e um elemento de ligação sobre fundo lilás. Ambos são constituídos por uma sequência de arcos em ogiva, castanhos, com as extremidades voltadas para o interior, inscrevendo elementos vegetalistas, brancos, castanhos e trifólio rosa. O elemento

---

<sup>329</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Cerâmica e de Fundição das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.ª - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910, onde surge um módulo de padrão e cercadura idênticos, n.º 14.

central e o elemento de ligação alternam nas tonalidades do fundo, ora verde ora rosa. São intercalados por pequenos elementos vegetalistas, trifoliados, brancos e verdes (Fig. 371, 372).

A meio da fachada é visível um conjunto de azulejos monocromáticos, biselados castanhos, seguramente utilizados para colmatar uma lacuna azulejar.

Um módulo de padrão, possivelmente produzido pela Fábrica Aleluia – Aveiro, cerca de 1905, constando do seu catálogo<sup>330</sup> (Fig. 378) e talvez também produzido pela Fábrica Viúva Lamego, surge aplicado num edifício da tipologia 1 situado na Travessa Luís de Camões n.º 1 formando gaveto com a Rua Serpa Pinto **[BA\_B\_LC\_0001]**. O alçado voltado para esta via, encontra-se revestido por azulejos de padrão, policromo, com o número de catálogo **P-20-00035**. No primeiro registo observam-se duas janelas, a do lado esquerdo foi, em tempos, uma porta [ainda visível na foto] (Fig. 373, 374, 375, 376). O módulo de padrão evoca os modelos do século XVII, tanto pela paleta cromática, como pelo desenho, sendo constituído por dois centros. Um dos centros apresenta um quadrado amarelo, de dupla linha amarelo-torrada e núcleo quadrangular vazado, com motivo floral, sobreposto, com quatro pétalas lanceoladas, definidas a branco. O outro centro é constituído por um florão de quatro folhas recortadas, brancas, dispostas em cruz, intercalando quatro trifólios brancos. Sobreposto surge um motivo estrelado amarelo, com núcleo circular amarelo e azul (Fig. 377).

A delimitar o revestimento, contornando os vãos, é visível o friso **F-19-00026**, nos mesmos tons do padrão com elementos vegetalistas, constituído por uma flor de quatro pétalas lanceoladas amarelas, delineadas a azul, dispostas em cruz, das quais se projectam dois pares de

---

<sup>330</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Aleluia de João Pinho das Neves Aleluia*, Aveiro, [s.d]. A fundação da Fábrica Aleluia ocorreu em 1905, instalada num armazém no Largo dos Santos Mártires, onde se manteve até 1917, dedicando-se ao fabrico de louças para uso doméstico e azulejos em pequena escala. João Aleluia foi o grande mentor do projecto, juntamente com quatro amigos, acabando mais tarde por assumir sozinho a liderança da fábrica. Em <http://www.aleluia.pt> acedido em 25 de Agosto de 2012.

Modelo idêntico da série designada por “*Imitações dos azulejos antigos (Pintura Manual)*” com o n.º 76.

enrolamentos azuis, convergentes. A encimar o alçado observa-se uma barra de arquitrave policroma, com motivos vegetalistas e geométricos, catalogada como **B-19-00009**, já referida anteriormente [4.2.1.5 e 4.2.1.10]. Ao nível do segundo piso, sob as janelas altas com varandim em ferro fundido, existiram duas gárgulas, das quais ainda se notam vestígios<sup>331</sup>. Eram muito semelhantes às do imóvel sito na Rua Miguel Pais n.º 66, já referido e representando rostos masculinos, produzidas pela Fábrica Viúva Lamego (Fig. 379, 380).

[Fig. 369, 370 – Imóvel [BA\_B\_DMM\_0015\_01\_01] sito na Rua D. Manuel de Melo n.º 15 | módulo de padrão [P-19-00031]]

[Fig. 371 - Cercadura [C-19-00002]]

[Fig. 372 - Cercadura [montagem]]

[Fig. 373, 374, 375, 376 – Imóvel [BA\_B\_LC\_0001\_01\_01] sito na Travessa Luís de Camões n.º 1 formando gaveto com a Rua Serpa Pinto | módulo de padrão [P-20-00035] com dois centros]

[Fig. 377, 378 – Aplicação do padrão | modelo idêntico da Fábrica Aleluia – Aveiro]

[Fig. 379, 380 – Friso [F-19-00026] delimitando o revestimento azulejar e barra de arquitrave [B- 19-00009]]

#### 4.3 Ornamentação Cerâmica Complementar

A organização das fachadas, em termos estéticos e decorativos, integra, por vezes, peças cerâmicas de maiores ou menores dimensões, que complementam quer os revestimentos parietais totais, quer os alçados apenas com alvenaria pintada ou cantaria, tratando-se, nestes casos, de aplicações cerâmicas articuladas com a estrutura arquitectónica.

Constatámos que, dos noventa e seis imóveis inventariados, apenas catorze, não têm qualquer tipo de remate ou ornato cerâmico (volume II - quadro IV, p. 28). As simples platibandas rectangulares e frontões são, muitas vezes, substituídas por balaustradas constituídas por balaústres cerâmicos moldados, de repetição, de produção semi-industrial ou industrial. São geralmente em terracota ou faiança branca. Outras formas, mais invulgares, como arabescos, acantos<sup>332</sup>, formas geométricas, ou

---

<sup>331</sup> A.M.B., G.T.L., *Dossier* 11/20, 1997.

<sup>332</sup> Um exemplar deste tipo surge na Vila da Moita, em imóvel da tipologia 3, de grandes dimensões, situado na Rua Silva Evaristo n.º 14. O edifício é rematado por

laços, foram também identificadas, desenvolvendo-se em sequência e/ou interrompidas por pilares de cerâmica, argamassa ou pedra. Os pilares surgem, por vezes, decorados por florões de acanto cerâmicos, mais ou menos estilizados, em terracota ou vidrados a branco.

Sobre estas platibandas, frontões e balaustradas observam-se outros artefactos cerâmicos, também moldados e vidrados a branco ou em terracota, figurando pinhas, urnas com tampa e vasos. Este género de artefacto raramente aparece em policromia e, no Barreiro, não identificámos nenhum exemplar. As estátuas cerâmicas, de vulto, representam, na maioria dos casos, personagens alegóricas ligadas às Estações do Ano, Virtudes, ou ao Comércio e Indústria. Por vezes representam também figuras populares. Todas elas surgem assentes em bases ou plintos que, quando não existem as formas de remate superior enunciadas, aparecem colocadas sobre a cimalha ou empena dos edifícios. Também encontramos animais, mas de pequenas dimensões, utilizados como gárgulas, mascarões com rostos de figuras masculinas, com a mesma função, e semblantes femininos aplicados como mísulas, sustentando varandas. Sobre o lintel das janelas do andar nobre de alguns edifícios, pudemos observar a existência de folhagem cerâmica, executada segundo modelos muito similares e quase sempre em terracota, por vezes, caiada.

[Fig. 381– Moita | Rua Silva Evaristo n.º 14 | vista geral do edifício | pormenor da balaustrada com acantos estilizados

#### 4.3.1 Balaústres periformes

A utilização de balaústres como remate superior é muito frequente no núcleo urbano do Barreiro, sendo os balaústres periformes **BI-20-00007** os mais utilizados. Caracterizam-se por apresentarem o corpo periforme

---

uma balaustrada em faiança branca, constituída por pares de acantos estilizados, cruzados, determinando uma reserva circular, alternando com outro par, disposto na vertical unido, por faixa rectangular. Referimos este exemplo bastante interessante e invulgar, já que inicialmente também se pretendia que a Vila da Moita, integrasse este estudo, e como tal foi efectuado o levantamento fotográfico.

em terracota, ainda que por vezes se encontrem caiados de branco, seguramente devido a obras de conservação do imóvel, efectuadas por parte dos seus proprietários. Também existem em faiança branca, igualmente utilizados com frequência, e que abordaremos a seguir.

Este ornato cerâmico de base quadrangular e pé cilíndrico, estrangulado por anel, apresenta o corpo periforme encimado por outro anel rematado por sua vez, por capitel quadrangular. Surge em imóveis da tipologia 1, como é o caso de dois imóveis localizados na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 141 [BA\_B\_CJAA\_0141] e 249 [BA\_B\_CJAA\_0249] (Fig. 382, 383), de outro na Rua Marquês de Pombal n.º 35 [BA\_B\_MPb\_0035] e um último na Travessa do Prior n.º 2 [BA\_B\_P\_0002] formando gaveto com Rua da Amoreira e Rua José Relvas (Fig. 384, 385).

Estes balaústres foram aplicados, ainda em outro imóvel, da tipologia 3, na Avenida Bento Gonçalves formando gaveto com o Largo Alexandre Herculano [BA\_B\_BG\_0003] (Fig. 386, 387).

Num edifício da tipologia 2, situado na Avenida Alfredo da Silva n.º 37 [BA\_B\_AS\_0037], seriam em terracota, posteriormente caiados de branco (Fig. 388, 389). Este tipo de balaústres terá sido produzido pela Fábrica Viúva Lamego<sup>333</sup> e também pela Fábrica Cerâmica das Devesas<sup>334</sup>, entre cerca de 1890-1920 (Fig. 390).

Nos pilares que separam as diversas secções das balaustradas observam-se florões de acanto em terracota, catalogados como **FI-20-00001** e constituídos por quatro folhas recortadas e nervuradas, com disposição cruciforme e núcleo elíptico relevado, certamente produzidos pela Fábrica Viúva Lamego<sup>335</sup> (Fig. 391, 392).

Encontram-se aplicados nos imóveis na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 249, [neste edifício o alçado voltado para a Travessa

---

<sup>333</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.] modelo com o n.º 488 [vidrado a branco]*.

<sup>334</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Cerâmica e de Fundição das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.ª - Villa Nova de Gaya – Portugal, Porto, 1910, p. 38, onde surge um modelo idêntico, com o n.º 537 designado de “balaústre redondo liso” [vidrado a branco]*.

<sup>335</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.] modelo com o n.º 515 [vidrado a branco]*.

do Loureiro n.º 9, apresenta o mesmo motivo, de maiores dimensões, disposto radialmente, no interior de uma forma circular] (Fig. 393, 394), na Avenida Bento Gonçalves n.º 3, em outro edifício da tipologia 3, na Praça Gago Coutinho e Sacadura Cabral n.º 4, formando gaveto com a Rua Almirante Reis n.º 111 e na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 150 **[BA\_B\_CJAA\_0150]**. A balaustrada apresenta o mesmo tipo de balaústres, possivelmente em terracota com engobe, sendo mais tarde caiados e aplicados apenas, nos alçados, voltados para a Rua Almirante Reis e Praça (Fig. 395).

[Fig. 382, 383 – Imóveis **[BA\_B\_CJAA\_0141\_01\_01]** e **[BA\_B\_CJAA\_0249\_01\_01]** na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 141 e n.º 249]

[Fig. 384, 385 – Imóveis **[BA\_B\_MPb\_00351\_01\_01]** e **[BA\_B\_P\_0002\_01\_01]** na Rua Marquês de Pombal n.º 35 e Travessa do Prior n.º 2 formando gaveto com a Rua da Amoreira e Rua José Relvas]

[Fig. 386, 387 – Imóvel **[BA\_B\_BG\_0003\_01\_01]** na Avenida Bento Gonçalves formando gaveto com o Largo Alexandre Herculano | pormenor da balaustrada **[BI-20-00007]** e florão cerâmico **[FI-20-00001]**]

[Fig. 388, 389 – Imóvel **[BA\_B\_AS\_0037\_01\_01]** na Avenida Alfredo da Silva n.º 37 | balaústres em terracota caiada de branco]

[Fig. 390 – Modelo idêntico produzido pela Fábrica Viúva Lamego]

[Fig. 391, 392 - Pormenor dos florões cerâmicos **[FI-20-00001]** | modelo idêntica produção da Fábrica Viúva Lamego [modelo vidrado a branco]

[Fig. 393, 394 - Pormenor dos florões cerâmicos **[FI-20-00001]** | florão cerâmico **[FI-20-00002]** a rematar a balaustrada do lado direito no imóvel **[BA\_B\_BG\_0249\_01\_04]**]

[Fig. 395 - Balaustrada do imóvel **[BA\_B\_GCSC\_0004\_01\_01]**, sobre o alçado lateral voltado para a Rua Almirante Reis n.º 111, possivelmente terracota com engobe, posteriormente caiada, intercalada pelos florões cerâmicos **[FI-20-00001]** e rematada por vaso]

Os balaústres em faiança vidrados a branco, catalogados como **BI-20-00003**, foram executados de acordo com o mesmo modelo, e surgem em cinco imóveis, dois da tipologia 3, um dos quais, acima referido. Os balaústres encontram-se aplicados sobre a fachada principal, azulejada, situada na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 150 **[BA\_B\_CJAA\_0150]** (Fig. 396). O outro edifício com balaustrada similar e tipologia idêntica situa-se na Rua Almirante Reis n.º 62 **[BA\_B\_AR\_0062]**. Os outros dois imóveis possuindo balaustrada com este tipo de balaústres

integram-se na tipologia 1, localizando-se na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 263 [BA\_B\_CJAA\_0263], na Avenida Bento Gonçalves n.º 124-129, este com duas frentes, e na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, com o n.º 214 [BA\_B\_CJAA\_0214]. O imóvel situado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 263, é perceptível na figura 48b (anexo fotográfico, p. 251), com a balaustrada rematada por uma sucessão de ornatos, talvez cerâmicos, de grandes dimensões, que se destacam em termos estéticos e visuais, em relação aos elementos decorativos dos outros imóveis e à volumetria do próprio edifício. Actualmente não apresenta qualquer tipo de artefacto cerâmico sobre a balaustrada. Foram também aplicados num edifício da tipologia 2, ou seja, casa térrea com fachada larga, na Rua Miguel Bombarda n.º 1 [BA\_B\_MB\_0001], analisado a propósito da produção da Fábrica de Sacavém e dado como exemplo de azulejos reaproveitados (Fig. 397).

[Fig. 396 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0150\_01\_04 na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 150 | balaustrada [BI-20-00003]]

[Fig. 397– Imóvel [BA\_B\_MB\_0001\_01\_01] sito na Rua Miguel Bombarda n.º 01 | balaustrada [BI-20-00003]]

#### 4.3.2 Balaústres quadrangulares

Este tipo de balaustrada, com balaústres quadrangulares catalogados como **BI-20-00011**, surge em três imóveis da tipologia 1 situados na Rua Miguel Pais n.º 128 [BA\_B\_MP\_0128], da qual existem apenas fragmentos, em outro edifício na Rua Marquês de Pombal n.º 108 [BA\_B\_MPb\_0108] e ainda em outro imóvel da Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 169 [BA\_B\_CJAA\_0169], apresentando a balaustrada dividida em quatro secções (Fig. 398). O balaústre apresenta a base, o corpo e o remate quadrangulares, com faixas, vidrados a branco, tendo sido possivelmente produzidos pela Fábrica Cerâmica das Devesas<sup>336</sup> (Fig. 399, 400). Este último imóvel tem colocado sobre o lintel

---

<sup>336</sup> Vide *Catalogo da Fabrica Ceramica e de Fundição das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.ª - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910, p. 38,

das janelas do segundo piso outro tipo de ornato, inventariado com o n.º **Fol-20-00003**, seguramente em terracota, posteriormente caiado, constituído por folha larga e recortada, apoiado sobre motivo elíptico, ladeada por um par de folhagem enrolada, prolongando-se, lateralmente, em outros enrolamentos de folhagem (Fig. 398).

[Fig. 398 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0169\_01\_04] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 169 | balaustrada e folhagem cerâmica sobre o lintel das janelas [Fol-20-00003]]

[Fig. 399, 400 - Pormenor da balaustrada [BI-20-00011] do imóvel [BA\_B\_CJAA\_0169\_01\_04] | pormenor dos balaústres do imóvel [BA\_B\_MPb\_0108\_01\_04]]

#### 4.3.3 Balaústres decorados por folhas de acanto

Os balaústres com folhas de acanto surgem em vários edifícios de tipologias arquitectónicas distintas. Por vezes são em terracota, mas podem também ser caiados de branco. Outras vezes surgem vidrados a branco ou em fosco. Outros mais elaborados apresentam a zona superior do corpo estriada, sendo rematados por elemento semelhante a um capitel jónico.

Os mais simples, em terracota, com o corpo envolto por folhas de acanto relevadas e catalogados como **BI-20-00010**, surgem em um imóvel da tipologia 1, situado no Largo Nossa Senhora do Rosário n.º 2 **[BA\_B\_NSR\_0002]** (Fig. 401, 402) tendo sido produzidos pela Fábrica Viúva Lamego<sup>337</sup>. Exemplares idênticos, mas caiados de branco, surgem em dois imóveis da tipologia 2, na Rua Heliodoro Salgado n.º 50 **[BA\_B\_HS\_0050]** (Fig. 403) flanqueando as águas-furtadas de recorte curvo, simulando frontão, com dois vasos e uma urna. Estão presentes em outro imóvel tipologicamente idêntico, na Rua Vasco da Gama n.º 17 **[BA\_B\_VG\_0017]** a ladear um frontão, onde se integra um painel de azulejos figurativo - catalogado como **Pf-20-00007**, e já abordado a

---

semelhanças com o modelo existente no catálogo com o n.º 536 designado de “*balaústre quadrado com faixa*”.

<sup>337</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.] modelo com o n.º 486 [vidrado a branco]

propósito da presença de outras fábricas, pois é produção da Fábrica do Desterro - e quatro estátuas alegóricas. Quer o imóvel anterior como este serão novamente objecto de análise, quando referirmos as urnas e vasos, bem como as estátuas cerâmicas.

Balaústres similares vidrados a branco, com o número **BI-20-00006**, observam-se em dois imóveis da tipologia 1 localizados na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 136 [**BA\_B\_CJAA\_0136**], com a balaustrada dividida em três secções, e na Rua Miguel Pais n.º 66 [**BA\_B\_MP\_0066**] (Fig. 404, 405), de maiores dimensões e balaustrada dividida em sete secções. Ambos foram já anteriormente analisados. Os balaústres terão sido produzidos pela Fábrica Viúva Lamego<sup>338</sup>, existindo um modelo idêntico no catálogo da Fábrica Cerâmica das Devesas com o n.º 537. Em relação a este último imóvel, de gosto bastante eclético e profusamente decorado observam-se, ao nível do segundo registo, sobre o lintel das janelas, ornatos cerâmicos vegetalistas catalogados com o n.º **Fol-20-00001**, em terracota (fig. 407). Estes ornatos são constituídos por folha larga, recortada, assente sobre base triangular, estrangulada por anel elíptico, ladeada por um par de enrolamentos de folhagem com as pontas reviradas, junto à base e nas extremidades. São de menores dimensões, sem prolongamento dos enrolamentos laterais, ao contrário da folhagem cerâmica **Fol-20-00003**, já descrita acima (Fig. 406). Neste edifício aplicado sob as varandas, observam-se algumas mísulas bastante invulgares, em terracota inventariadas com o número **Ms-20-00001** e outras vidradas a branco, com o número de inventário **Ms-20-00002**, representando um rosto feminino (?) envolto numa cabeleira ondulada, com chapéu de aba recortada, preso com duas fitas, por debaixo do queixo. A figura apresenta, de cada lado, duas cornucópias com bagas e espigas, que ladeiam uma concha pendendo (Fig. 408, 409). Estes ornatos cerâmicos intercalam duas gárgulas, catalogadas como **Gg-20-00001**, vidradas a branco, que se encontram bastante danificadas. Existiram, certamente, em maior número,

---

<sup>338</sup> IDEM, *Ibidem*, modelo com o n.º 486 [vidrado a branco].

em forma de mascarão, representando um rosto masculino (Fig. 410, 411), possivelmente executadas pela Fábrica Viúva Lamego<sup>339</sup>.

Neste aglomerado habitacional apenas outro imóvel possui duas gárgulas, uma bastante danificada, em forma de ave catalogada como **Gg-20-00002**, colocada sob a varanda, e já mencionada anteriormente. Situa-se no edifício da Avenida Bento Gonçalves n.º 96 [**BA\_B\_BG\_0096**] formando gaveto com a Travessa do Loureiro n.º 2. Estes artefactos cerâmicos recordam uma ave, possivelmente de rapina, com os membros inferiores apoiados no revestimento e joelhos flectidos. As asas estão abertas sustentando, juntamente com o dorso, a base da varanda. A cabeça já não existe e, como tal, é impossível identificar correctamente o tipo de ave (Fig. 412, 413).

Fig. 401 – Imóvel [BA\_B\_NSR\_0002\_01\_01] no Largo Nossa Senhora do Rosário n.º 2 | balaustrada | vasos e pinhas

[Fig. 402, 403 - Pormenor da balaustrada em terracota [BI-20-00010] do imóvel [BA\_B\_NSR\_0002\_01\_03] | pormenor dos balaústres caiados no imóvel [BA\_B\_HS\_0050\_01\_03]]

[Fig. 404, 405 – Pormenor de balaústres [BI-20-00006] com folhas de acanto, vidrados a branco no imóvel [BA\_B\_CJAA\_0136\_01\_01] e no imóvel [BA\_B\_MP\_0066\_01\_01]]

[Fig. 406, 407, 408, 409 – Imóvel [BA\_B\_MP\_0066\_01\_01] florão cerâmico em terracota [FI-20-00003] | Folhagem cerâmica sobre as janelas [Fol-20-00001] | mísula em terracota [Ms-20-00001] | mísula vidrada a branco [Ms-20-00002]]

[Fig. 410, 411 - Gárgula vidrada a branco [Gg-20-00001] | modelo idêntico produzido pela Fábrica Viúva Lamego]

[Fig. 412, 413 – Imóvel [BA\_B\_BG\_0096\_01\_01] par de gárgulas cerâmicas em forma de ave [Gg-20-00002]]

Outro modelo de balaústre, vidrado a branco, com folhas de acanto mais estilizadas menos relevadas e nervuradas, o **BI-20-00001**, foi aplicado

---

<sup>339</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.] modelo com o n.º 563 [vidrado a branco]. Vide Luísa ARRUDA, *Caminho do Oriente: Guia do Azulejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 21, mencionando que a Fábrica Roseira, também produziu peças moldadas, tanto pinhas e balaústres, como peças decorativas avulsas, caso das carrancas, moldadas ou coladas, sobre o azulejo. Refere ainda: “As gárgulas poderão representar caricaturas de galegos ou saloios, figuras típicas chegadas a este local de Lisboa, trazidas pelo Caminho-de-ferro”.

num edifício da tipologia 1 situado na Rua Heliodoro Salgado n.º 41 **[BA\_B\_HS\_0041]** (Fig. 414, 415). Sobre a cornija vê-se uma platibanda, com frontão curvo, sobre as águas-furtadas, abrindo para uma janela de sacada, com varandim em ferro forjado. A platibanda é decorada em cada extremo por uma secção com oito balaústres.

Foram ainda identificados outros dois modelos de balaustrada, com balaústres mais elaborados, apresentando o corpo decorado por folhas de acanto relevadas, a zona superior estriada e capitel com enrolamentos laterais, simulando um capitel jónico. Um modelo é vidrado a branco e inventariado com o número **BI-20-00009** e surge num imóvel da tipologia 1, na Rua Conselheiro Joaquim António Augusto de Aguiar n.º 270 **[BA\_B\_CJAA\_0270]**. O outro modelo é vidrado a fosco com o número **BI-20-00002** e foi aplicado em outro imóvel da mesma categoria, no Largo Alexandre Herculano n.º 83 **[BA\_B\_AH\_0083]** (Fig. 417, 418).

[Fig. 414, 415 – Imóvel **[BA\_B\_HS\_0041\_01\_01]** | Balaústres **[BI-20-00001]** com folhas de acanto mais estilizadas]

[Fig. 416 – Imóvel **[BA\_B\_CJAA\_0270\_01]** e balaustrada **[BI-20-00009]** com duas pinhas de formato cónico]

[Fig. 417 – Pormenor dos balaústres mais decorados]

[Fig. 418 - Pormenor dos balaústres **[BI-20-00002]** vidrados a fosco no imóvel **[BA\_B\_AH\_0083\_01]**]

#### **4.3.4 Exemplo de três balaústres pouco comuns**

O núcleo histórico do Barreiro conta com três tipos de balaústres bastante invulgares, possivelmente produzidos pela Fábrica Viúva Lamego. Esta possibilidade resulta da atribuição à mesma unidade fabril dos azulejos de padrão, frisos e barras, utilizados nas fachadas dos edifícios onde se localizam os respectivos balaústres. Dois modelos desse género de balaustrada mais invulgar foram aplicados em edifícios da tipologia 1 situados na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 24 **[BA\_B\_CJAA\_0024]** e n.º 233 **[BA\_B\_CJAA\_0233]** e num imóvel da tipologia 3 na Rua Marquês de Pombal n.º 109 gaveto com Travessa da Praia **[BA\_B\_MPb\_0109]**. A balaustrada do primeiro edifício, que corresponde ao número de catálogo **BI-20-00005**, foi dividida em três

secções, ornada por elementos semelhantes a laços, dispostos na vertical, vidrados a branco, com o nó central, em forma de flor, pintado a vermelho / rosa. Cada um dos motivos em forma de laço é constituído por dois enrolamentos<sup>340</sup> nervados, ladeando folhagem, decorados por um par de contas, unindo-se a outra de maiores dimensões, colocada ao centro, superior e inferiormente. Os enrolamentos e a folhagem são cingidos por faixa quadrangular relevada (Fig. 419, 420, 421).

O outro tipo de balaustrada inventariada com o n.º **BI-20-00008** aplicada no edifício na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 233 **[BA\_B\_CJAA\_0233]**, com quatro divisões, é constituída por balaústres cerâmicos de base rectangular, corpo formado por secção com o mesmo formato, bifurcada, semelhante a um Y, unidos na base e no topo, criando ao centro uma área vazada, simulando uma arcaria “gótica” (Fig. 422, 423).

[Fig. 419, 420 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0024\_01\_04] balaustrada formada por elementos simulando laços | pormenor do balaústre [BI-20-00005]

[Fig. 421 - Remate em granito lavrado, formado por dois enrolamentos verticais, semelhantes ao anterior (Palacete Matos Graça- Braga)]

[Fig. 422 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0233\_01] balaustrada “gótica” [BI-20-00008] e urna [Ur-20-02]]

[Fig. 423 – Pormenor da balaustrada]

No imóvel na Rua Marquês de Pombal n.º 109 gaveto com Travessa da Praia **[BA\_B\_MPb\_0109]** é visível uma balaustrada, a **BI-20-00004**, dividida em quatro secções na fachada principal, e em duas nos alçados laterais. É formada pela alternância de elementos elípticos, relevados e vazados, com elementos circulares, também relevados e vazados, simulando o encadear de linhas ondulantes, sobrepostas. As pilastras são ornamentadas por florões cerâmicos, com o número de inventário **FI-20-00004**, vidrados a branco, semelhantes a um girassol (?) (Fig. 424). Este é constituído por várias pétalas lanceoladas e nervuradas, com núcleo elíptico relevado e alveolado, ladeado por folhagem recortada, com dois

---

<sup>340</sup>Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, vol., p. 251, aponta um modelo de remate em granito lavrado formado, por dois enrolamentos verticais, semelhantes aos mencionados recordando, laços (Palacete Matos Graça-Braga).

elementos de cada lado, em forma de pinha. Na fachada, ao nível do segundo registo, sobre todas as janelas, foi aplicada folhagem cerâmica em terracota com engobe, catalogada com o número **Fol-20-00002**. Este ornato cerâmico é constituído por folha larga, recortada, apoiada sobre motivo elíptico, ladeada por um par de folhagem enrolada na base e nas extremidades (Fig. 425, 426).

[Fig. 424 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0109\_01\_04] | pormenor da balaustrada [Bl-20-00004] | florão cerâmico [Fl-20-00004]]

[Fig. 425, 426 – Pormenor do florão cerâmico [Fl-20-00004] | folhagem cerâmica [Fol-20-00002] sobre o lintel das janelas]

#### **4.3.5 Pinhas | modelos variados**

A presença de pinhas é, também, muito frequente no remate das fachadas deste aglomerado urbano, colocadas sobre platibandas, balaustradas, frontões ou directamente aplicadas sobre o telhado. Por vezes em terracota ou vidradas a branco, apresentam diferentes formatos.

Um dos modelos de pinha identificado e catalogado como **Pn-20-00001** apresenta formato cónico, vidrada a branco, e surge aplicado em edifícios, na sua maioria, da tipologia 1, dispersos pelas ruas do núcleo urbano em estudo. Inventariaram-se duas pinhas com este formato na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 270 **[BA\_B\_CJAA\_0270]**, e quatro pinhas num imóvel situado na Rua Marquês de Pombal n.º 22 **[BA\_B\_MPb\_0022]** este de construção recente. As pinhas terão sido reaproveitadas, ou por já pertencerem ao primitivo edifício, ou trazidas de outro local, e foram dispostas a rematar os alçados e mais dois exemplares na Rua Miguel Pais n.º 78 **[BA\_B\_MP\_0078]** (Fig. 427, 428).

Um outro modelo de pinha, catalogado como **Pn-20-00002** similar aos anteriores de formato cónico, foi aplicado sobre a balaustrada de um imóvel da tipologia 1, localizado no Largo Alexandre Herculano n.º 83 **[BA\_B\_AH\_0083]**. Estas duas pinhas são vidradas a castanho / vermelho, embora possa parecer, à primeira vista, que são em terracota (Fig. 429, 430).

Existe ainda outro exemplar, seguramente, executado em terracota e posteriormente caiado, o **Pn-20-00012**, num imóvel da tipologia 1, situado na Avenida Alfredo da Silva n.º 116 **[BA\_B\_AS\_0116]**. Este edifício é rematado por platibanda rectangular e frontão curvo, sendo coroado por este género de pinha (Fig. 431, 432), constituída por plinto de base quadrangular, e pé cilíndrico decorado por caneluras e estrangulado por anel. O corpo de formato cónico é, inferiormente, decorado por gomos e superiormente seccionado por linhas diagonais que se entrecruzam, originando saliências idênticas às de uma pinha. Possivelmente produzida pela Fábrica Viúva Lamego<sup>341</sup>, todavia, importa notar, que a Fábrica Roseira<sup>342</sup> também produziu alguns modelos de pinhas.

[Fig. 427, 428 - Pinha vidrada a branco [Pn-20-00001] no imóvel [BA\_B\_MP\_0078\_01] | modelo idêntico produzido pela Fábrica Viúva Lamego]

[Fig. 429, 430 – Imóvel [BA\_B\_AH\_0083\_01\_01] balaustrada rematada por duas pinhas [Pn-20-00002]]

[Fig. 431, 432 – Imóvel [BA\_B\_AS\_0116\_01\_01] com frontão rematado por pinha [Pn-20-00012]]

Para além deste exemplar muito utilizado surge um outro, catalogado como **Pn-20-00005**, com bastante aceitação local pois, tal como o anterior, remata vários edifícios, tipologicamente idênticos aos acima referidos, localizados nas ruas deste centro urbano, como por exemplo na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 24 **[BA\_B\_CJAA\_0024]** onde foi possível inventariar duas pinhas. Outro exemplar surge a rematar a platibanda do edifício localizado na Rua Marquês de Pombal n.º 126 **[BA\_B\_MPb\_0126]** (Fig. 433, 434). É uma pinha de menores dimensões, com calote esférica ou ligeiramente apontada, seccionada por elementos em forma de escama sobrepostos, originando saliências idênticas às de uma pinha, embora este ornato cerâmico se assemelhe mais a uma

---

<sup>341</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.] modelo com o n.º 365/2 [vidrado a branco].

<sup>342</sup> Vide Luísa ARRUDA, *Caminho do Oriente: Guia do Azulejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 21, mencionado que também, a Fábrica Roseira produziu peças moldadas, tanto pinhas como balaústres.

alcachofra. Inferiormente é envolta por folhas de acanto, mais ou menos estilizadas.

Este modelo também foi produzido em terracota, catalogado como **Pn-20-00008**, aplicado em dois imóveis do Barreiro, integrados na tipologia 1, no Largo Nossa Senhora do Rosário n.º 2 [**BA\_B\_NSR\_0002**] e na Travessa Padre Abílio Mendes, n.º 7 formando gaveto com Rua Marquês de Pombal [**BA\_B\_PAM\_0007**]. O primeiro edifício com balaustrada, também em terracota, com balaústres decorados por folhas de acanto já analisados, é rematado por duas pinhas, e o último edifício por uma pinha colocada na empena (Fig. 435, 436).

Existe ainda outro exemplar, o **Pn-20-00007**, muito semelhante ao anterior, mas com ligeiras diferenças em relação às folhas dispostas inferiormente, em torno do corpo que, neste espécime são relevadas, com as nervuras incisadas (Fig. 437). Foram aplicadas a rematar a balaustrada do imóvel da categoria 1, situado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 249 [**BA\_B\_CJAA\_0249**], também já analisado sob vários aspectos.

Outro modelo muito semelhante, inventariado com o número **Pn-20-00006**, surge num imóvel da Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 214 [**BA\_B\_CJAA\_0214**], cujas diferenças residem no formato do corpo, ligeiramente apontado e constituído por alvéolos sobrepostos, originando saliências idênticas às de uma pinha. As folhas que a envolvem são de menores dimensões, mas mais largas. Terá sido produzida pela Fábrica Viúva Lamego<sup>343</sup> (Fig. 438, 439).

[Fig. 433, 434 – Imóvel [**BA\_B\_CJAA\_0024\_01\_01**] com duas pinhas e [**BA\_B\_MPb\_0126\_01\_01**] com uma pinha catalogadas como [**Pn-20-00005**]]

[Fig. 435, 436, 437 – Imóvel [**BA\_B\_NSR\_0002\_01\_01**] decorado com duas pinhas [**Pn-20-00008**] e o imóvel [**BA\_B\_PAM\_0007\_01\_01**] com uma. O imóvel [**BA\_B\_CJAA\_0249\_01\_01**] decorado com duas pinhas [**Pn-20-00007**] com ligeiras diferenças nas folhas]

---

<sup>343</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.] modelo com o n.º 365/5 [vidrado a branco]

[Fig. 438, 439 – Pinha [Pn-20-00006] a rematar o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0214\_01] | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego]

Outro modelo de pinha em terracota, mas totalmente distinto dos anteriores, foi inventariado com o número **Pn-20-00003**. Apresenta base circular e pé cilíndrico, rematado por anel. O corpo é inferiormente decorado por folhagem relevada e recortada, encimada por coroa, desenvolvendo-se em espiral e rematado por motivo cilíndrico. Foi aplicada uma peça a coroar a platibanda do edifício da tipologia 3, na Rua Almirante Reis n.º 64 [BA\_B\_AH\_0064] formando gaveto com a Rua Dr. Eusébio Leão e outra num imóvel da tipologia 2, na Rua Marquês de Pombal n.º 130 [BA\_B\_MPb\_0130]. Este último teve certamente origem noutra proveniência, pois é perceptível que nada tem a ver com o edifício, e que terá sido aí colocada, posteriormente, à data da sua construção (Fig. 440, 441, 442).

[Fig. 440 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0130\_01\_01] com este modelo colocado do lado esquerdo]

[Fig. 441, 442 – Imóvel [BA\_B\_AR\_0064\_01] e imóveis [BA\_B\_MPb\_0130\_01] rematados por pinha [Pn-20-00003]]

Outro modelo de pinha em terracota, o **Pn-20-00009**, muito diferente dos anteriores, surge num imóvel da tipologia 3, na Rua Marquês de Pombal, n.º 29-31-33 gaveto com Travessa do Leão n.º 9 [BA\_B\_MPb\_0031] decorado por cinco destes exemplares (Fig. 443, 444). A pinha apresenta o pé cilíndrico, decorado por elementos vegetalistas, estrangulado por anel de torçal. O corpo ovóide é envolto, inferiormente, por folhas largas nervuradas, algumas delas com as extremidades reviradas. Superiormente é seccionado por linhas incisas determinando saliências prismáticas, sugerindo uma pinha. Este modelo terá sido produzido pela Fábrica Cerâmica das Devesas<sup>344</sup> cerca de 1880-1910.

---

<sup>344</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Cerâmica e de Fundição das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.ª - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910, p. 36, foram produzidos dois modelos semelhantes, estes mais pontiagudos, pela Fábrica das Devesas como consta do catálogo com o n.ºs 449 e 451.

[Fig. 443, 444 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0031\_01\_01] sito na Rua Marquês de Pombal n.º 31 gaveto com Travessa do Leão n.º 9| fachada principal voltada para a Rua Marquês de Pombal | pinha [Pn-20-00009]]

#### 4.3.6 Vasos | exemplares atribuídos à Fábrica Viúva Lamego

Os vasos foram também utilizados muito frequentemente para decorar empenas, platibandas, balaustradas e frontões dos edifícios que constituem este aglomerado populacional. Produzidos na sua maioria pela Fábrica Viúva Lamego, foram executados em terracota ou vidrados a branco.

Quatro vasos em terracota, catalogados como **Vs-20-00001**, foram identificados no imóvel da tipologia 3, já anteriormente referido, situado na Rua Almirante Reis n.º 64 **[BA\_B\_AR\_0064]** formando gaveto com a Rua Dr. Eusébio Leão (Fig. 445, 446). O vaso com plinto quadrangular apresenta o pé cilíndrico encimado por anel. O corpo campanular com a base gomada é ornado por faixas rectangulares de remate triangular, intercaladas por flores de quatro pétalas e núcleo circular. O bordo é ornado por cordão perlado.

[Fig. 445, 446 – Imóvel [BA\_B\_AR\_0064\_01\_01] rematado por três vasos [Vs-20-00001]]

Outros vasos cerâmicos, distintos do anterior e entre si, possivelmente executados Fábrica Viúva Lamego, o **Vs-20-00003** e o **Vs-20-00004**, surgem a rematar a balaustrada de um imóvel de tipologia 1, já analisado, situado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 141 **[BA\_B\_CJAA\_0141]**. O primeiro vaso identificado apresenta o corpo campanular com a base gomada, decorado lateralmente por uma sucessão de folhas cruzadas, dispostas aos pares, unidas por anel, com uma flor aberta, junto de cada pé. O bordo é ornado por motivos incisos ondulantes. Na fachada podemos observar dois destes vasos, colocados ao centro, surgindo do lado direito um outro, com o número de inventário **Vs-20-**

---

**00004**, tendo existido, provavelmente, um vaso similar, do lado esquerdo da balaustrada, o que já não se verifica. O corpo é também de formato campanular, com a base decorada por folhas de acanto e o bordo ornado por motivos relevados, simulando folhagem de menores dimensões (Fig. 447, 448, 449).

A complementar o remate superior de um imóvel de tipologia 1 surge um outro modelo de vaso, o **Vs-20-00005**, em terracota, mais simples que os anteriores em termos de decoração e, provavelmente, produção da Fábrica Viúva Lamego<sup>345</sup>. O edifício, já amplamente analisado, localiza-se na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 249 **[BA\_B\_CJAA\_0249]** (Fig. 450, 451, 452) também visível na figura 48b (anexo fotográfico, p. 251) onde é observável a balaustrada em terracota, rematada por dois vasos e duas pinhas. O vaso que subsiste colocado do lado esquerdo apresenta o pé cilíndrico estrangulado por anel, corpo campanular e base gomada, decorado lateralmente por motivo vegetalista relevado, estilizado. O bordo é ornado por elementos côncavos. Um exemplar semelhante deste modelo de vaso, executado com material diferente, mais nobre em pedra lioz, surge aplicado em cada um dos extremos da fachada da antiga estação, do Caminho-de-ferro do Barreiro, actuais oficinas (Fig. 453, 454), no extremo da Rua Miguel Pais.

[Fig. 447, 448, 449 – Imóvel **[BA\_B\_CJAA\_0141\_01]** com balaustrada encimada por dois vasos **[Vs-20-00003]** e vaso **[Vs-20-00004]** do lado direito, será possivelmente uma urna faltando-lhe a tampa, similar ao modelo catalogado como **[Ur- 20-00004]**]

[Fig. 450, 451, 452 – Imóvel **[BA\_B\_CJAA\_0249\_01]** com um vaso **[Vs-20-00005]** do lado esquerdo | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego]

[Fig. 453, 454 – Edifício da primitiva estação do Caminho-de-ferro do Barreiro | exemplares em pedra lioz]

Em outro imóvel da tipologia 3 surge um vaso idêntico, o **Vs-20-00002**, possivelmente em terracota com engobe e mais tarde caiado,

---

<sup>345</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.] modelo com o n.º 615 [vidrado a branco].

produção da mesma unidade fabril<sup>346</sup>. Este edifício situa-se na Praça Gago Coutinho e Sacadura Cabral n.º 4 formando gaveto com duas ruas paralelas, a Almirante Reis n.º 111 e Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 150 [BA\_B\_CJAA\_0150]. O vaso foi aplicado no alçado voltado para a Rua Almirante Reis n.º 111 (Fig. 395). Este vaso apresenta o mesmo tipo de corpo campanular e base gomada, dispondo uma pega lateral, formada por argola circular, que pende da boca de um leão. O bordo é ornado por motivos circulares, simulando um cordão perlado (Fig. 455, 456). Um exemplar mais elaborado, em termos de técnica e decoração, mas formalmente semelhante, foi aplicado na fachada da Fábrica Viúva Lamego<sup>347</sup>, vidrado a branco. Um outro igualmente idêntico, em termos formais, mas com técnica e decoração diferentes, com policromia, surge na Vila da Moita<sup>348</sup> (Fig. 457, 458, 458a).

[Fig. 455, 456 - Vaso [Vs-20-00002] no imóvel [BA\_B\_GCSC\_0004\_01] no alçado voltado para a Rua Almirante Reis n.º 111 | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego]

[Fig. 457, 458, 458a - Vaso na fachada da Fábrica Viúva Lamego | vaso com policromia na Vila da Moita [modelos idênticos em termos formais e diferentes na técnica e decoração]

---

<sup>346</sup> IDEM, *Ibidem*, modelo com o n.º 128/6 [vidrado a branco].

<sup>347</sup> Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, vol II, p. 310, apresenta um modelo idêntico, vidrado a branco, aplicado na fachada da Fábrica Viúva Lamego.

<sup>348</sup> Foi possível encontrar um exemplo de vaso, semelhante em termos formais, mas distinto, em termos estilísticos e técnicos, ao [Vs-20-00002] e [Vs-20-00009] policromo, em faiança, com fundo branco e dois tons de azul, em imóvel da tipologia 1 no Largo do Trabalhador Rural n.º 5 formando gaveto com a Rua Miguel Bombarda, na Vila da Moita. Neste edifício foram colocados dois vasos, sobre os pilares que ladeiam o frontão curvo das águas-furtadas, e rematando a platibanda rectangular, disposta sobre o alçado lateral. Encontram-se bastante danificados, sobretudo o vaso colocado do lado esquerdo, do frontão. Este tipo de vaso apresenta a base circular azul, com pé cilíndrico branco, estrangulado por anel azul. A semelhança dos vasos anteriores exhibe corpo campanular com a base pintada, decorada por haste com baga, intercalando folhas largas recortadas, azuis, e nervuradas a branco, que normalmente seriam relevadas. A zona superior do corpo é pintada em tons de azul mais claro, ostentando pequenas reservas rectangulares de fundo branco, delimitadas por enrolamentos de folhagem e volutas, inscrevendo flor, folhas e finas ramagens, a azul-escuro. Apresenta uma pega lateral formada por argola circular, azul, pendendo da boca de um leão, relevado a branco. O bordo é pintado a azul-escuro.

Um outro modelo de vaso em terracota caiado, catalogado como **Vs-20-00009** e muito possivelmente executado pela mesma unidade fabril<sup>349</sup> anteriormente referida, surge aplicado em cada um dos extremos da balaustrada, num imóvel da tipologia 2, na Rua Heliodoro Salgado n.º 50 **[BA\_B\_HS\_0050]**. Apresenta pé cilíndrico estrangulado, corpo campanular, de base gomada envolta por folhas recortadas e relevadas. Tem pega lateral, formada por argola circular, que pende da boca de um leão, intercalando com mascarão, sugerindo a figura de um índio. O bordo é ornado por motivos circulares simulando um cordão perlado (Fig.459, 460).

[Fig. 459, 460 – Imóvel [BA\_B\_HS\_0050\_01\_01] sito na Rua Heliodoro Salgado n.º 50 decorado por dois vasos [Vs-20-00009] | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego]

Num imóvel da tipologia 1 foram aplicados, a rematar a balaustrada, quatro vasos, três dos quais vidrados a branco, catalogados com o número de inventário **Vs-20-00007** e outro idêntico, em terracota, com o número **Vs-20-00008**, todos certamente produzidos pela Fábrica Viúva Lamego<sup>350</sup> como consta do catálogo. Este edifício situa-se no Largo Nossa Senhora do Rosário n.º 2 **[BA\_B\_NSR\_0002]** formando gaveto com a Conselheiro Joaquim António de Aguiar, podendo observar-se na figura 48 (anexo fotográfico, p. 251), parte da fachada principal, revestida com azulejos, barra de arquitrave, e balaustrada rematada por vaso em faiança branca e uma pinha, em terracota. Actualmente no alçado lateral do edifício observam-se dois vasos vidrados e, sobre a fachada principal, do lado esquerdo, outro vaso similar, surgindo do lado direito, o vaso em terracota (Fig. 461, 462, 463, 464). Como este imóvel sofreu obras de requalificação no final dos anos 90<sup>351</sup> do século XX, é provável que os vasos vidrados tenham sido colocados nessa altura, possivelmente originários de outro imóvel ou encomendados, visto a Fábrica Viúva Lamego ainda produzir os

---

<sup>349</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.] modelo com o n.º 32 [vidrado a branco].

<sup>350</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.] modelo com o n.º 174 [vidrado a branco].

<sup>351</sup> A.M.B., G.T.L., *Dossier 5/20*, 1997.

mesmos vasos que produzia em finais do século XIX. Isto porque toda a ornamentação do remate superior é em terracota [balaustrada e pinhas] e por uma questão de coerência formal e estilística, os vasos seriam também, em terracota, tal como o exemplar que ainda subsiste. São exemplares com pé estrangulado por anel, corpo campanular e a base gomada e relevada. Superiormente é decorado por cabeças masculinas que seguram, entre os dentes, um panejamento enrolado e pendendo, semelhante a um festão. O bordo é gomado e relevado.

[Fig. 461 - Fachada principal [BA\_B\_NSR\_0002\_01] com um vaso vidrado a branco [VS-20-00007] e vaso em terracota [Vs-20-00008]]

[Fig. 462, 463, 464 – Pormenor de cada um dos vasos | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego]

Identificamos ainda um outro exemplar de vaso totalmente distinto em termos estéticos, muito mais elaborado, vidrado a fosco, inventariado com o número **Vs-20-00006** e, com toda a certeza, produção da Fábrica Viúva Lamego<sup>352</sup>. Foi aplicado num imóvel da tipologia 2, destinado a comércio<sup>353</sup>, localizado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 255 [BA\_B\_CJAA\_0255] (Fig. 465, 466, 467). Através da figura 48b (anexo fotográfico, p. 251) reprodução de um bilhete-postal de 1910, verificamos que este imóvel era destinado, certamente, a habitação e que a fachada terá sido, posteriormente alterada colocando-se, a porta de entrada, que existia do lado direito, ao centro, ladeada por duas montras. Foi também construído o frontão curvo que decora, a platibanda rectangular e colocado um vaso do lado esquerdo existindo, certamente outro, do lado direito, do qual subsiste apenas o pé. É um vaso com pé cilíndrico estrangulado por anel decorado, por círculos, com corpo campanular de base gomada. É superiormente decorado, com coroa de rosas e folhas. Apresenta um par de asas laterais formadas por duas cabeças masculinas sugerindo, uma figura oriental, com barba e chapéu

---

<sup>352</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.] modelo com o n.º 65 [vidrado a branco].

<sup>353</sup> A.M.B., segundo informação fornecida pelo Dr. Fernando Mota, foi chapelaria no século XX, a localmente famosa “*Chapelaria Gaspar*”, e posteriormente café.

cónico unido pelo topo. O bordo é ornado por círculos e ranhuras incisadas (Fig.468).

[Fig. 465, 466 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0255\_01\_01] decorado com vaso [Vs-20-00006] vista lateral]

[Fig. 467, 468 - Modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego | vaso visto de frente]

#### **4.3.7 Urnas | exemplares atribuídos à Fábrica Viúva Lamego**

Catalogaram-se quatro modelos diferentes de urnas, aplicadas em edifícios do Barreiro.

O modelo inventariado com o número **Ur-20-00001** foi identificado em quatro imóveis da tipologia 1, localizados dois deles no Largo Alexandre Herculano, n.º 81 **[BA\_B\_AH\_0081]** (Fig. 469, 470, 471) e n.º 83 **[BA\_B\_AH\_0083]**, contíguos, em que o primeiro edifício apresenta duas urnas com tampa, sobre a empena, e o outro uma urna, colocada sobre a balaustrada, esta com o remate superior da tampa partido.

[Fig. 469, 470, 471 - Imóvel [BA\_B\_AH\_0081\_01\_01] com duas urnas [Ur-20-00001] sobre o remate do edifício | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego]

Outro exemplar foi aplicado no imóvel situado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 71 **[BA\_B\_CJAA\_0071]** sobre a platibanda do lado esquerdo, existindo certamente outra, do lado direito, da qual resta apenas, o pé. E outras três, decerto quatro, colocadas na platibanda lateral do edifício na Travessa Padre Abílio Mendes, n.º 7 formando gaveto com Rua Marquês de Pombal. É um modelo de urna vidrada a branco, de base circular, com o pé estriado e estrangulado por anel perlado. Apresenta o corpo em forma de sino invertido, decorado, na base, por folhas de acanto e no topo, rodeado por festões, pendendo. A tampa é ornada por elementos perlados e folhagem com remate cónico. Foi certamente

produzido pela Fábrica Viúva Lamego<sup>354</sup> tal como o modelo seguinte<sup>355</sup>, o **Ur-20-00002**, aplicado do lado esquerdo, sobre a balaustrada “gótica” do imóvel da tipologia 1 na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 233 **[BA\_B\_CJAA\_0233]**, já anteriormente analisado. Decerto existiria outra urna do lado direito, subsistindo, apenas, o plinto quadrangular, como comprova a figura 48b (anexo fotográfico, p. 251) onde é visível a referida, urna, sobre a balaustrada. Podemos observar também, um artefacto talvez cerâmico, colocado do lado esquerdo, mas assemelhando-se mais a uma pinha ou globo. Este modelo de urna com tampa, vidrada a branco, é mais elaborada, em termos decorativos, do que a anterior. Apresenta a base circular, pé estriado e estrangulado por anel perlado. O corpo em forma de sino invertido é estriado decorado, inferiormente, por folhas de acanto. O bordo perlado exhibe, mascarões, que seguram na boca festões com rosa, pendendo. A tampa é ornada por folhagem e flores, com pega cilíndrica estriada decorada, por anel de trifólios e rematada, por pequena pinha (Fig. 472, 473).

[Fig. 472, 473 - Urna [Ur-20-00002] aplicada sobre o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0233\_01\_01] | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego]

Outro género de urna com tampa, vidrada a branco, catalogada como **Ur-20-00003**, aparece a decorar a platibanda de um imóvel da tipologia 3, com dois pisos, de fachada larga marcada pela horizontalidade, na Rua Miguel Pais n.º 78 **[BA\_B\_MP\_0078]**. É um exemplar de urna de base circular, pé decorado por contas, estriado e estrangulado por anel perlado. Apresenta o corpo em forma de sino invertido, com base gomada e o bordo ornado por enrolamentos de folhagem recortada, pendendo, intercalando palmeta. O bordo da tampa apresenta o mesmo tipo de decoração que, ao sobreporem-se, simula uma coroa. A meio a tampa exhibe uma grinalda de flores, com seis pétalas lanceoladas e núcleo circular e, no topo uma pequena coroa com aletas afrontadas, unidas por

---

<sup>354</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.] modelo com o n.º 572 [vidrado a branco].

<sup>355</sup> IDEM, *Ibidem*, modelo com o n.º 574 [vidrado a branco].

anel, rematada por botão (Fig. 474, 475). Terá sido produzida pela Fábrica Viúva Lamego<sup>356</sup>, assim como o exemplar **Ur-20-00005**<sup>357</sup>, colocado sobre a cimalha do frontão curvo, nas águas-furtadas do imóvel da tipologia 2 situado na Rua Heliodoro Salgado n.º 50 **[BA\_B\_HS\_0050]** e já anteriormente referido. Foi executada, possivelmente, em terracota, e depois caiada de branco. Apresenta base circular e pé estrangulado por anel perlado. O corpo é em forma de sino invertido, com base gomada e o bordo é decorado, por folhagem recortada, pendendo, encimado por motivo de “grega”. A tampa cónica é decorada, por folhagem idêntica e “grega” rematada, por pequena pinha (Fig. 476, 477).

[Fig. 474, 475 - Urna [Ur-20-00003] aplicada sobre o imóvel [BA\_B\_HS\_0078\_01\_01 | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego]

[Fig. 476, 477 - Urna [Ur-20-00005] aplicada sobre o imóvel [BA\_B\_HS\_0050\_01\_01] | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego]

Outro tipo de urna com tampa, em terracota, foi inventariado com o número **Ur-20-00004**, num imóvel do Barreiro da tipologia 3 de fachada larga marcada pela horizontalidade, implantado na Avenida Bento Gonçalves, n.º 3-5-7-9-11 formando gaveto com o Largo Alexandre Herculano **[BA\_B\_BG\_0003]**. Sobre a balaustrada, em cada um dos extremos, registamos a presença de quatro urnas deste tipo. É uma urna de corpo campanular e base decorada, por folhas de acanto, com bordo ornado por motivos relevados, simulando folhagem. A tampa cónica tem a pega decorada, por coroa de rosas e folhas rematada, por pequena pinha. Este imóvel e toda a ornamentação cerâmica foram objecto de obras de restauro<sup>358</sup> (Fig. 478, 479).

Ao analisar a morfologia desta urna verificamos, que a forma e decoração do corpo, com a base ornada por folhas de acanto e o bordo com motivos relevados, simulando folhagem, são idênticas à do vaso **Vs-**

---

<sup>356</sup> IDEM, *Ibidem*, modelo com o n.º 571 [vidrado a branco].

<sup>357</sup> IDEM, *Ibidem*, modelo com o n.º 573 [vidrado a branco].

<sup>358</sup> A.M.B.,G.T.L., *Dossier* 4/20, 1997, este edifício sofreu obras de restauro, intervenção que se iniciou em Agosto de 1998 e ainda persistia em Fevereiro de 1999.

**20-00004**, (Fig. 449) que decora a balaustrada do imóvel situado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 141 **[BA\_B\_CJAA\_0141]**, o que nos permitiu concluir que aquele exemplar seria, possivelmente, uma urna análoga a esta, e não um vaso. Tal facto é corroborado pela imagem da figura 480 (anexo fotográfico, p. 358), tirada na década de 30 do século XX que, apesar da pouca qualidade, permite perceber a existência de um vaso, colocado do lado direito da balaustrada, precedido de uma urna com tampa.

[Fig. 478, 479 - Urna [Ur-20-00004] aplicada sobre a imóvel [BA\_B\_BG\_0003\_01\_01] | urna após o restauro]

[Fig. 480 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0141\_01\_01] vaso, colocado do lado direito da balaustrada, precedido de uma urna com tampa e possivelmente outro vaso]

#### **4.3.8 Globos e pináculos | exemplares atribuídos à Fábrica Viúva Lamego**

Muito embora este tipo de artefactos cerâmicos tenha sido pouco utilizado nos imóveis do Barreiro, inventariamos dois globos, com o número de catálogo **GI-20-00001** e um pináculo com o número **Pnc-20-00001**, colocados no imóvel situado na Rua Dr. António José de Almeida n.º 40 **[BA\_B\_DAJA\_0040]** (Fig. 481). Os globos encontram-se a rematar os extremos da fachada e o pináculo foi aplicado na empena do edifício. Foram certamente executados pela Fábrica Viúva Lamego<sup>359</sup>, como consta do catálogo. O globo vidrado a branco tem a base circular, parecendo estar marcado de lado, mas de forma ilegível. Apresenta o pé cilíndrico estrangulado a meio, por anel, e o corpo decorado por nervuras ondulantes, terminando em pináculo (Fig. 482, 483).

Na empena do edifício surge um pináculo cónico, vidrado a branco, com base circular e marca lateral, também ilegível. Apresenta o pé estrangulado a meio, por anel, e o corpo em forma de fuste seccionado, em dois registos, que se vão estreitando. O primeiro registo, envolto por folhagem de acanto, é estriado, rematado por anel. O segundo registo, com

---

<sup>359</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Viúva Lamego, Dossier n.º 9 – Fábricas*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.] o globo é o modelo com o n.º 352/1-2 e o pináculo é o modelo com o n.º 359 [vidrados a branco].

folhagem idêntica mais estreita e unida, apresenta nervuras ondulantes encimadas, por anel coroado por folhagem e pequeno bolbo nervado (Fig. 484).

Este tipo de globos está também patente em outro imóvel da tipologia 1, com três pisos, situado na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 105 [BA\_B\_CJAA\_0105]. A fachada é totalmente revestida por azulejos de padrão inventariados com o n.º P-20-00021, estampados, de módulo único em tons de verde sobre fundo branco, já anteriormente referidos. O remate da fachada é em arco de volta perfeita, simulando frontão curvo e, em cada um dos extremos, sobre uma mísula simulada no cunhal, observa-se um exemplar deste género de globo (Fig.485).

[Fig. 481 – Imóvel [BA\_B\_DAJA\_0040\_01\_05] vista das águas-furtadas, com remate triangular, simulando frontão, ladeadas por globos e pináculo]

[Fig. 482, 483, 484 – Globo [GI-20-00001] e pináculo [Pnc-20-00001] | modelos semelhantes produzidos pela Fábrica Viúva Lamego]

[Fig. 485 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0105\_01\_02] aspecto geral do remate do edifício e dos globos]

Um pináculo idêntico ao referido em cima, catalogado como **Pnc-20-00002**, surge num imóvel desta Vila do Barreiro, já analisado, de tipologia 1 e situado na Rua Marquês de Pombal n.º 108 [BA\_B\_MPb\_0108], colocado ao centro sobre a balaustrada (Fig. 486, 487). O edifício encontra-se devoluto e bastante degradado, mas é notória a existência de outros ornatos cerâmicos, observando-se, ainda, vestígios do lado esquerdo, facto que podemos comprovar pelo registo fotográfico patente no Arquivo Municipal do Barreiro<sup>360</sup>, e pela cópia da fotografia colocada na ficha de inventário do imóvel<sup>361</sup>, onde são visíveis duas pinhas a ladear o pináculo, ao centro, observando-se, nos extremos, os plintos de outros dois artefactos cerâmicos, desaparecidos. Este modelo, de formato cónico, vidrado a branco, e base circular, é muito semelhante ao anterior tendo sido, certamente produzido, pela mesma unidade fabril. Apresenta o pé estrangulado a meio, por anel, e o corpo em forma de fuste seccionado, em

---

<sup>360</sup> A.M.B., G.T.L., *Dossier* 12/20, 1997.

<sup>361</sup> *Vide* Volume II – Fichas de inventário, ficha do imóvel [BA\_B\_MPb\_0108], pp. 329-332.

dois registos, que se vão estreitando. O primeiro registo, envolto por folhagem de acanto, é estriado e rematado por anel. O segundo registo, com folhagem idêntica mais estreita e unida apresenta, nervuras ondulantes encimadas, por anel, coroado por folhagem e pequena pinha.

[Fig. 486, 487 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0108\_01\_02] decorada ao centro por pináculo [Pnc-20-00002]]

#### 4.3.9 Estátuas alegóricas | exemplares atribuídos à Fábrica Viúva Lamego

As estátuas alegóricas foram utilizadas com menos frequência, certamente por serem mais onerosas. Em todo o caso, foi possível inventariar alguns exemplares no Barreiro. Normalmente eram aplicados aos pares ou em número de quatro, como é o caso das quatro esculturas de vulto em faiança, vidrada a branco, aplicadas em um imóvel da tipologia 3 localizado na Rua Dr. Eusébio Leão, n.º 11 a 19A, [BA\_B\_DEL\_0019] onde se situa a sede da *Sociedade Cooperativa Operária Barreirense*<sup>362</sup>, fundada em 1911 (Fig. 488). As estátuas alegóricas foram colocadas sobre a platibanda rectangular e, da esquerda para a direita, identificamos um “Caçador”<sup>363</sup> com o número de inventário **Es-20-00003**, representado por uma figura masculina em pé, de cabeça erguida, com chapéu de aba larga, vestindo casaco e calção, voltado para a esquerda. Está encostado a um muro, com o braço direito apoiado nele e uma arma de fogo, ao lado, amparando-a com a mão. A mão esquerda agarra um cinto que traz a tiracolo. A perna direita, com o joelho direito ligeiramente flectido, descansa sobre a outra, com uma ave pousada junto ao calcanhar (Fig. 489). A

---

<sup>362</sup> Uma das tipologias arquitetónicas em que mais se usou as estátuas de cerâmica, em fachadas foi a dos clubes e a dos teatros.

<sup>363</sup> Vide *Catalogo da Fabrica Ceramica e de Fundição das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.ª - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910, p. 21, modelo n.º 120, foi produzido um modelo semelhante, com algumas diferenças na indumentária e posição, designado de “Salteador”.

Fábrica Viúva Lamego terá produzido um modelo muito semelhante em terracota<sup>364</sup> (Fig. 490).

A escultura alegórica seguinte representa a “*República*” com o n.º de catálogo **Es-20-00004**, através de uma figura feminina, em pé, com a cabeça e o braço direito erguidos, olhando em frente. Enverga barrete frísio, túnica longa presa sobre o ombro direito, deixando-os a descoberto, e o joelho direito ligeiramente flectido. Na mão esquerda segura um estandarte (Fig. 491, 492). Por vezes a túnica é presa na cintura e provavelmente, seguraria na outra mão, uma espada ou correntes com grilhões rebentados.

A terceira estátua cerâmica representa, possivelmente, a figura do “*Zé Povinho*” com o número **Es-20-00005**, em pé com o joelho direito ligeiramente flectido, o braço direito apoiado, num tronco e com a mão segura, a cabeça. Olha para o lado esquerdo enverga, chapéu de aba larga, jaqueta e calça segurando, com a mão esquerda, a lapela. Foi produzido um modelo semelhante, com algumas diferenças na indumentária e posição, pela Fábrica das Devesas<sup>365</sup> (Fig. 493,494).

A quarta e última estátua representa um “*Mendigo*” inventariado com o n.º **Es-20-00006** (Fig. 495). É uma figura masculina, idosa, meio calva, em pé, com barbas longas envergando, vestes esburacadas. Sobre o ombro direito pende, uma capa, tendo o braço erguido com a mão semi-aberta e o joelho direito, ligeiramente flectido, encostado a uma pedra, com algumas inscrições. Foi executado, também, um modelo semelhante, com algumas diferenças na indumentária e posição, pela Fábrica das Devesas<sup>366</sup>.

[Fig. 488 – Imóvel [BA\_B\_DEL\_0019\_01\_01] rematado por quatro estátuas alegóricas]

[Fig. 489, 490 - Estátua [Es-20-00003] representando um “Caçador” | modelo idêntico produzido pela Fábrica Viúva Lamego]

---

<sup>364</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, vol. II, p. 310.

<sup>365</sup> Vide *Catálogo da Fabrica Ceramica e de Fundição das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.ª - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910, p. 30, modelo com o n.º 270.

<sup>366</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 20, modelo com o n.º 118.

[Fig. 491, 492 - Estátua alegórica referente à “República” [Es-20-00004] | quadro alusivo à Revolução]

#### 4.3.10 Estátuas alegóricas | exemplares atribuídos à Fábrica Cerâmica das Devesas

Para além de exemplares oriundos de centros de produção da capital, também identificamos, nestes imóveis do Barreiro, peças executadas pela Fábrica Cerâmica das Devesas, como é o caso de algumas estátuas que foram produzidas desde praticamente o início da laboração da fábrica (finais da década de 1870) até já algum tempo depois da morte de António Almeida da Costa (1915), seu proprietário, e aplicadas tardiamente nestes imóveis, entre 1890-1930.

Um destes exemplares representando a “*Primavera*”<sup>367</sup> inventariado com o n.º **Es-20-00001**, possivelmente em terracota caiada de branco, surge aplicado, sobre a fachada principal de um imóvel da tipologia 3, na Rua Marquês de Pombal, n.º 29-31-33 gaveto com Travessa do Leão n.º 9 **[BA\_B\_MPB\_0031]**. É encimada por frontão triangular recortado, coroado pela estátua alegórica e três pinhas, já anteriormente abordadas, também atribuídas, a esta unidade fabril (Fig.496). A escultura representa uma figura feminina, em pé, com a cabeça erguida, olhando para a direita, exibindo, coroa de louros e flores. Enverga túnica presa na cintura e manto caído sobre o braço esquerdo, deixando transparecer, sob as vestes, o joelho ligeiramente flectido. Na mão esquerda segura uma flor, que ergue em direcção ao rosto. Com a mão direita apoiada nas pregas da túnica segura, outras flores (Fig. 497, 498). O alçado lateral do mesmo edifício é rematado por um par de frontões curvos, unidos, com outra estátua ao centro, em terracota caiada de branco, representando um “*petiz ourinando*”<sup>368</sup> com o número de inventário **Es-20-00002** (Fig. 499). A estátua representa um menino em pé, urinando, em tronco nu e

---

<sup>367</sup> Vide *Catalogo da Fabrica Ceramica e de Fundição das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.ª - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910, p. 14, modelo com o n.º 34 [vidrado a branco]. Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, vol. II, p. 287.

<sup>368</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 22, modelo com o n.º 141 [vidrado a branco].

envergando calções, que segura com uma das mãos. É ladeado por duas pinhas, em cada extremo, já referidas. Este imóvel integrava-se, antes de 1927<sup>369</sup>, na tipologia 2, ou seja, casa térrea. Todavia, e conforme documentação existente no Arquivo Municipal do Barreiro, o proprietário requereu, a ampliação do mesmo, com a construção de um primeiro andar. Não sabemos, no entanto, se as estátuas e pinhas já existiriam nessa casa térrea, ou se foram aplicadas após essa ampliação.

[Fig. 493, 494, 495 - Estátua alegórica com representação da figura do “Zé Povinho” [Es-20-00005] | estátua figurando um “Mendigo” [Es-20-00006]]

[Fig. 496 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0031\_01\_01] sito na Rua Marquês de Pombal n.º 31 gaveto com Travessa do Leão n.º 9]

[Fig. 497 - Estátuas da Fábrica Cerâmica das Devesas, entre elas, a que representa a “Primavera” [vidrada a branco]]

[Fig. 498, 499 - Figura alegórica alusiva à “Primavera”

[Es-20-00001] | estátua com “Petiz ourinando” [Es-20-00002]

Outras quatro estátuas alegóricas, possivelmente em terracota caiada de branco, foram identificadas num imóvel da tipologia 2, situado na Rua Vasco da Gama n.º 17 [BA\_B\_VG\_0017]. O edifício exhibe uma balaustrada dividida em duas secções, ladeando um frontão recortado onde se integra, um painel figurativo, com crianças, em tons de azul e branco, já analisado (Fig. 500). A rematar cada um dos extremos da balaustrada observa-se, uma estátua alegórica que, da esquerda para a direita, representa a África catalogada como **Es-20-00007**. Esta estátua foi produzida pela Fábrica Cerâmica das Devesas pois no catálogo<sup>370</sup> constam, pelo menos, dois modelos semelhantes a este, com ligeiras diferenças nos atributos (Fig. 501, 503). É uma figura feminina, em pé, seminua. A cabeça surge voltada para o lado direito, com os cabelos

---

<sup>369</sup> A.M.B., CT 380/27, o proprietário Maria Carolina dos Santos Rolão Cruz, “desejando ampliar com um primeiro andar o seu prédio sito na Rua Marquez de Pombal n.º 29, 31, 33 e Travessa do Leão n.º 9, em conformidade com a planta que junta em duplicado, vem solicitar de V. Ex.as a concessão da necessária licença”.

<sup>370</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Cerâmica e de Fundação das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.ª - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910, p. 13, modelos com o n.ºs 15 e 20 [vidrados a branco]. Também referidos por Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, vol. II, pp. 287-295.

frisados, apanhados e usando um género de tiara<sup>371</sup>. Enverga uma saia, feita de penas. O braço direito junto ao corpo segura, com a mão, uma cornucópia. Está encostada a um leão (Fig. 502, 504).

Outra estátua alegórica foi aplicada do lado esquerdo, ladeando o frontão central, com a representação da Saúde com o número **Es-20-00008**, como consta do catálogo<sup>372</sup> da mesma unidade fabril. É uma figura feminina, jovem, em pé, usando vestes longas, amarradas na cintura, e um lenço disposto sobre os cabelos apanhados, caindo pelas costas. O braço direito ampara junto ao corpo um galo<sup>373</sup> que segura, com a mão direita. Na outra tem um bastão com uma cobra enrolada (Fig. 505, 506).

A representação da “Amizade”, catalogada como **Es-20-00009**, aplicada do lado direito do frontão foi também executada pela Fábrica Cerâmica das Devesas, como podemos observar no catálogo<sup>374</sup>. É uma figura feminina em pé, com os cabelos apanhados. Despojada de adornos enverga vestes longas, presas por fíbula sobre o ombro direito, deixando o outro a descoberto. O braço direito surge flectido e a mão pousada junto ao peito. Com a mão esquerda segura um bastão, com uma videira seca enrolada<sup>375</sup> (Fig. 507, 508, 509, 510). Por fim, do lado esquerdo, a rematar

---

<sup>371</sup> <http://iconologia.archivi.info/> e ainda [emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/rip](http://emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/rip) acedido em 26 de Agosto de 2012. Na obra de Cesare RIPA, *Iconologia: or Moral Emblems*, London, 1709, p. 53, fig. 209, a figura de África seria uma jovem negra, apresentando uma cabeça de elefante, um colar de coral, pingentes nas orelhas, um escorpião na mão direita e na esquerda, uma cornucópia com espigas de milho, um leão feroz de um lado, e do outro, uma víbora e uma serpente.

<sup>372</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 16, modelo com o n.º 61 [vidrado a branco].

<sup>373</sup> <http://iconologia.archivi.info/> e ainda [emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/rip](http://emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/rip) acedido em 26 de Agosto de 2012. Segundo a obra de Cesare RIPA, *Iconologia: or Moral Emblems*, London, 1709, p. 66, fig. 265, o galo chama a atenção da Vigilância e Cuidados de um Médico. A cobra representa também a Saúde renovando as suas forças através da mudança de pele. Vide Jean CHEVALIER, Alain GHEERBRANT, *Dicionário dos Símbolos. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*, Lisboa, Teorema, 1994 [1982], p. 599, onde é referido: “A serpente não é médico é medicina (...)”.

<sup>374</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 16, modelo com o n.º 60 [vidrado a branco]. Também referido por Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, vol. II, p. 289.

<sup>375</sup> <http://iconologia.archivi.info/> e ainda [emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/rip](http://emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/rip) acedido em 26 de Agosto de 2012. Conforme a obra de Cesare RIPA, *Iconologia: or Moral Emblems*, London, 1709, p. 3, fig. 12, a figura deveria ter um coração na mão direita, ou a mão sobre o peito, apontando para ele. O seu Despojamento

a balaustrada foi aplicada outra estátua, representando o “*Inverno*” inventariada com o número, **Es-20-00010** e também constando do catálogo<sup>376</sup> da Fábrica Cerâmica das Devesas. Tal como as anteriores é uma figura feminina em pé, trajando vestes longas, com manto sobre a cabeça, segurando-o com ambas as mãos, cruzadas, sobre o peito. As vestes deixam transparecer o joelho direito ligeiramente flectido tendo, do lado esquerdo, uma pira acesa<sup>377</sup> (Fig. 511, 512).

[Fig. 500 – Imóvel [BA\_B\_VG\_0017\_01\_02] aspecto da balaustrada e coroamento da fachada principal com quatro estátuas alegóricas e painel figurativo [Pf-20-00007]]

[Fig. 501 - Estátuas da Fábrica Cerâmica das Devesas, entre elas, a que representa a “*África*” [vidrada a branco]

[Fig. 502, 503 - Figura alegórica representando a “*África*” [Es-20-00007] | modelos da Fábrica das Devesas [catálogo com o n.º 15 e num edifício em Ovar]]

[Fig. 504 – “*Affrica*” - Cesare Ripa]

[Fig. 505, 506 - Figura alegórica alusiva à “*Saúde*” [Es-20-00008] | Sanità – Cesare Ripa]

Fig. 507, 508, 509 - Estátua representando a “*Amizade*” [Es-20-00009] | modelo idêntico da Fábrica Cerâmica das Devesas | Amity – Cesare Ripa]

[Fig. 510 – Amicizia – Cesare Ripa]

[Fig. 511, 512 - Figura alegórica alusiva ao “*Inverno*” [Es-20-00010] | - estátuas da Fábrica Cerâmica das Devesas, entre elas, a que representa o “*Inverno*” [vidrada a branco]]

---

representa a Gratidão sem artifício e as dificuldades ultrapassadas para servir um Amigo. A videira enrolada, e algumas folhas murchas, relembram que a Amizade, tanto deve existir na Adversidade como na Prosperidade.

<sup>376</sup> Vide *Catálogo da Fábrica Cerâmica e de Fundição das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.ª - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910, p. 14, modelo com o n.º 37 [vidrado a branco]. Também referido por Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, vol. II, p. 314.

<sup>377</sup> <http://iconologia.archivi.info/> e ainda [emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/ripa](http://emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/ripa) acedido em 26 de Agosto de 2012. De acordo com a obra de Cesare RIPA, *Iconologia: or Moral Emblems*, London, 1709, p. 47, fig. 187, o Inverno seria representado por uma mulher idosa, coberta com um manto segurando-o, junto da face, com lágrimas. Junto dela um javali e uma pira acesa.

## Conclusão

No século XIX, o azulejo revestiu inúmeras superfícies, definindo, ou contribuindo para definir, em muitos casos, a fisionomia de determinadas cidades. De formato uniforme e com um desenho específico, compondo um padrão que se repetia em toda a superfície da fachada, geralmente com desenhos geométricos geradores de ritmos visuais que privilegiavam as diagonais, ou as linhas horizontais e verticais, o azulejo criava ainda sugestões de volumes e a ilusão dos jogos de luz, animando os alçados que revestia.

A partir de meados de Oitocentos e até aos inícios do século XX, o azulejo foi usado sobretudo nas fachadas dos edifícios, relegando para segundo plano a sua aplicação em interiores. Conservou, todavia, as preocupações de integração na arquitectura, com o uso das guarnições, reinventando os esquemas de padronagem dos séculos anteriores, para o qual também contribuiu o desenvolvimento tecnológico e as alterações no modo de produção.

O desenvolvimento da actividade industrial, com o surgir de novas fábricas como, por exemplo, a Fábrica Roseira, fundada em 1834 e especificamente destinada à produção de azulejos, a par da evolução das técnicas de fabrico, que passaram da pintura manual para processos de reprodução mecânica, caracterizaram a azulejaria desta época.

Por sua vez, o desenvolvimento das cidades e das vias de comunicação permitiram o crescimento populacional, a circulação de matérias-primas, o afluxo de pessoas de várias localidades, detentoras de ideias e gostos, muitas das vezes evidenciados nas fachadas das suas habitações, decoradas com azulejos multicolores e outros artefactos cerâmicos. É a burguesia em ascensão que procura, sobretudo, demonstrar esse poderio e riqueza, e não apenas os “*brasileiros de torna-viagem*”, como já foi referido e contestado pela investigação científica mais recente, que preocupados em ser socialmente aceites, tendiam a copiar as elites locais. A generalização destes elementos decorativos, a par do facto de se terem tornado acessíveis e utilizados em grande número, conferiu-

lhes uma conotação negativa, pois quanto maior a necessidade de afirmação social, maior o exagero.

Em última análise, estes factores conduziram à sua rejeição por parte das elites. Como pudemos constatar, o uso do azulejo tanto pode valorizar a arquitectura, individualizando-a, se for correctamente aplicado ou desvirtuando-a, se for mal utilizado e desadequado.

Em Portugal, o azulejo nunca deixou de ser aplicado durante a primeira metade do século XIX, embora possa ter sido no Brasil que se acentuou essa utilização, no decurso do que era prática no século anterior, de revestir alguns edifícios religiosos, nomeadamente frontarias e torres de igrejas, com azulejos brancos. Mas esta moda ou gosto dependeu muito da utilização do azulejo de fabrico português e foi prática sobretudo em regiões com maior número de imigrantes portugueses. Deste modo, seria possível que as fábricas nacionais já produzissem o mesmo tipo de produto para consumo interno e que a influência se registasse no sentido oposto. Todavia, é praticamente simultâneo o surgimento do uso da azulejaria de fachada em Portugal e no Brasil.

Em relação aos artefactos cerâmicos aplicados a par do azulejo, ou isoladamente, a rematar platibandas, balaustradas, frontões ou sobre a empena dos edifícios, representavam a possibilidade de reproduzir modelos executados pelos melhores artistas, em materiais novos e menos nobres, anteriormente acessíveis apenas a uma minoria. Também a classe burguesa enriquecida vai utilizar este tipo de artefactos na decoração dos seus edifícios. Contudo, a disseminação do seu uso nas periferias poderá relacionar-se mais com os “*brasileiros de torna-viagem*” ao contrário do uso do azulejo empregue no revestimento de fachadas.

Os ornatos cerâmicos aplicados no remate superior das fachadas principais surgiram posteriormente ao uso do azulejo, mas com a mesma intenção, a de nobilitar o edifício, conferindo-lhe também algum carácter cenográfico.

Em relação à cidade em estudo nesta investigação - o Barreiro - em meados do século XIX e inícios do XX, pela sua proximidade com Lisboa e pela instalação do Caminho-de-ferro, tornou-se no eixo central de comunicações ferroviárias entre o Norte e o Sul, o que lhe possibilitou um

maior desenvolvimento a todos os níveis. O centro histórico expandiu-se preferencialmente ao longo de quatro ruas paralelas adjacentes à praia fluvial e outra rua, perpendicular a estas, correspondendo a um crescimento urbano no sentido nascente / poente, numa faixa junto ao rio, em que a Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar tornar-se-ia na principal rua deste centro histórico. Nesta zona, foram edificados vários estabelecimentos comerciais e edifícios de habitação, de cariz vernacular e gosto eclético, em grande medida caracterizados pelas fachadas azulejadas ornamentadas com outros artefactos cerâmicos, evidenciando-se pela diversidade de padrões aplicados e pela riqueza cromática dos mesmos. Foi ao longo destas ruas, que pudemos inventariar os noventa e seis imóveis objecto deste estudo. As tipologias arquitectónicas estudadas oscilam entre três categorias: (1) a casa com rés-do-chão e andar (um ou dois), (2) a casa térrea e, muito esporadicamente, (3) a casa de fachada larga, rés-do-chão e andar nobre, semelhante ao solar rural. Predominam as duas primeiras, sendo os proprietários destes imóveis aqueles cujos chefes de família exerciam cargos de direcção no Caminho-de-ferro, na administração pública e nas várias indústrias - os maiores proprietários, os empresários industriais, os comerciantes e armazenistas.

Anúncios publicitários na imprensa local, postais antigos de inícios do século XX e documentação escrita [apesar de não subsistirem projectos anteriores à década de 20 do século XX] e fotográfica, existente no Arquivo Municipal do Barreiro, permitiram corroborar este facto. Porém, não encontramos, nos projectos consultados, menção ao tipo de revestimento exterior dos edifícios - se é azulejado ou de outro tipo.

Destes noventa e seis edifícios inventariados, uma grande parte apresenta o revestimento azulejar bastante degradado, situação que reflecte ou se encontra em relação directa com o estado de conservação do próprio imóvel, geralmente devoluto. Os revestimentos azulejares e ornatos cerâmicos, em geral, estão sujeitos a inúmeras agressões, decorrentes do meio envolvente, ou seja, das condições ambientais, mas também estruturais, responsáveis pela deterioração dos materiais, tais como a humidade, os sais, a temperatura, a poluição ou a acção do homem. Também as patologias próprias de cada uma das categorias,

como defeitos de fabrico, lacunas, fissuras, fracturas, manchas, desenvolvimento de microorganismos, destacamentos de vidrado, entre outras, com o passar do tempo acabam por manifestar-se. Trata-se, sem dúvida, de uma situação que importa combater, chamando a atenção das autoridades competentes para a necessidade de uma urgente intervenção em determinados casos.

A maioria destas aplicações cerâmicas situa-se, cronologicamente, entre os séculos XIX e XX. Muito embora o revestimento azulejar possa enquadrar-se, por vezes, no século XIX, as fachadas apresentam outros elementos complementares de decoração próprios de inícios e/ou meados do século XX. A complementaridade entre azulejo e outra ornamentação cerâmica fica bem expressa no facto, de apenas, catorze dos imóveis inventariados não possuírem qualquer tipo de remate superior, ou ornato cerâmico. Na verdade, é muito frequente a existência de uma platibanda ou balaustrada e, por vezes, também um frontão sobre a cornija, rematando o último piso.

No que ao revestimento azulejar diz respeito, a investigação efectuada permitiu identificar a presença de três tipos de padrão considerados uma *referência* neste gosto da azulejaria de fachada. São modelos mais antigos ou de referente histórico, e que foram produzidos pela Fábrica Roseira, mas também por outras unidades fabris, como a Fábrica Viúva Lamego. Na verdade, e como ficou expresso ao longo do trabalho, torna-se particularmente difícil saber quem é o autor da cópia ou do modelo.

Como já foi referido anteriormente, a tentativa de identificação dos azulejos e da cerâmica ornamental em geral, relacionando-a com a respectiva fábrica, é uma tarefa complexa, uma vez que muitas peças não se encontram visivelmente, ou de todo, marcadas. Não sendo possível, por vezes, observar o tardo do azulejo, onde cada fábrica podia imprimir a sua própria marca, restam alguns catálogos que certas fábricas elaboravam para os seus clientes. Nos casos em que não foi possível recorrer a nenhuma das hipóteses referidas, a tentativa de identificação baseou-se na comparação de elementos decorativos, assim como em questões relacionadas com a técnica utilizada.

Neste conjunto de fachadas azulejadas, constatámos que a produção de azulejos é proveniente, maioritariamente, de dois centros de fabrico da capital, a Fábrica Viúva Lamego e a Fábrica de Louça de Sacavém, verificando-se, no entanto, o predomínio da primeira. Tal não significa que a produção dos azulejos identificados tenham sido exclusivos desta unidade fabril pois, como referimos, nesta época da azulejaria de fachada é muito difícil distinguir o fabrico original, uma vez que os diversos modelos colocados no mercado eram copiados pelas várias unidades fabris a laborar, entre elas a Fábrica da Calçada do Monte e a Fábrica Viúva Lamego, que conjuntamente, com a Fábrica Roseira adoptaram idênticas opções estéticas.

Tendo por base, sobretudo, a técnica, mas também os registos fotográficos de azulejos aplicados no interior da Fábrica Viúva Lamego, servindo-nos de mostruário, e ainda recorrendo ao catálogo J. Lino [era um distribuidor e, entre outras fábricas, distribuía produtos da Fábrica Viúva Lamego] identificámos vários padrões estampilhados, com frisos [solução frequentemente adoptada por esta unidade fabril] na maior parte das vezes com cores análogas às do padrão, provavelmente idealizados para serem aplicados em conjunto e, ainda, algumas barras de arquitrave. Também concluímos que os padrões são muito variados e quase não se repetem verificando-se que neste conjunto habitacional, mais de metade dos padrões são distintos, existindo sensivelmente o mesmo número de padrões do século XIX e do século XX, o mesmo sucedendo com as barras. Contudo, pudemos identificar um padrão **P-19-00014** que foi o mais utilizado e uma barra **B-19-00011** (volume II, ficha respeitante ao padrão, pp. 405-406 e ficha referente à barra pp. 618-619).

Também a Fábrica de Sacavém e, muito possivelmente, a Fábrica do Desterro, estão presentes nas fachadas azulejadas deste núcleo urbano, com alguns exemplos estampados e semi-relevados, estes segundo a estética Arte Nova. Em relação à Fábrica de Sacavém, referenciámos sempre os modelos idênticos existentes no seu catálogo. Muito esporadicamente encontram-se azulejos da fábrica Constância, Lusitânia, Sant'Anna e Fábrica Cerâmica das Devesas.

Na azulejaria do século XIX e inícios do século XX, as influências internacionais, de cariz histórico ou contemporâneo, chegaram-nos um pouco de toda a Europa, mas, em particular, de Espanha, cujos padrões radicam em modelos difundidos pelas fábricas da região de Valência e de Inglaterra, ou ainda da França e Bélgica. Na produção azulejar da Fábrica de Sacavém, destaca-se o cunho marcadamente inglês, recorrendo com frequência a modelos de fábricas estrangeiras - inglesas e alemãs. As influências holandesas e alemãs também se fizeram sentir, mas não se conhecem, ou não se identificaram, para já, exemplares deste género nos edifícios inventariados e estudados existentes no Barreiro. Todavia, e apesar das influências estrangeiras que se registam, estes revestimentos denotam um cariz português, patente quer nas cores utilizadas, quer em pequenas alterações do desenho mas, principalmente, ao nível da aplicação.

Quanto à ornamentação cerâmica é de assinalar a presença da Fábrica Cerâmicas da Devesas, sobretudo na estatuária, inicialmente destinada a jardins e só mais tarde para coroamento de fachadas, dominada por temas alegóricos. Para além da presença deste tipo de artefactos, nos imóveis do Barreiro, encontrámos uma grande variedade de outros ornatos cerâmicos que foram inventariados e analisados, tais como balaustradas, com balaústres de diversos formatos, em alguns casos bastante invulgares. Os pilares que as dividem surgem, por vezes, decorados por florões de acanto cerâmicos, mais ou menos estilizados. São rematados por pinhas com diferentes formatos, vasos, urnas, globos e pináculos, em terracota, por vezes caiados de branco, ou em faiança. Também encontrámos animais, mas de pequenas dimensões, utilizados como gárgulas, mascarões com rostos de figuras masculinas, com a mesma função, e semblantes femininos aplicados como mísulas, sustentando varandas. Sobre o lintel das janelas dos segundos pisos de alguns edifícios, pudemos observar a existência de folhagem cerâmica, executada segundo modelos muito similares e quase sempre em terracota, por vezes, caiada.

Com a presente dissertação pretendemos, também, contribuir para a valorização e salvaguarda do património cerâmico desta cidade, bem como

para a preservação da memória do que, entretanto, desapareceu, esperando que, futuramente, as entidades competentes - sobretudo o poder local - possam despertar para este fenómeno, atribuindo-lhe o valor que lhe é intrínseco, e apostando, porventura, na sua classificação e salvaguarda.

No decurso deste trabalho, verificámos que alguns imóveis eram azulejados aquando do levantamento fotográfico em 2011, mas que actualmente já não o são, tendo aquele revestimento sido retirado e a fachada rebocada.

Deste modo, muitos e variados exemplares se perderam e continuarão a perder-se, fruto de variadas acções como, por exemplo, remodelações decorrentes de novas obras arquitectónicas [caso dos imóveis na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 164, 172 e 174], em que parte do primitivo revestimento azulejar foi substituído por réplicas, sempre de inferior valor histórico.

Muitos dos edifícios estudados apresentam um avançado estado de degradação e, com eles, os revestimentos azulejares. A sua grande maioria está ao abandono, outros foram demolidos, para dar lugar a novas edificações, assim desaparecendo os revestimentos azulejares e a ornamentação cerâmica.

Ao longo destas cinco ruas principais do centro histórico do Barreiro, para além dos noventa e seis imóveis inventariados com revestimento azulejar e outra ornamentação cerâmica, existiram, seguramente, muitos mais, facto corroborado pelo registo fotográfico existente no Arquivo Municipal do Barreiro, efectuado pelo Gabinete Técnico Local entre 1997 e 2000, em que se verifica que, naquelas datas, havia mais edifícios com revestimento azulejar e /ou outros ornatos cerâmicos. Podemos afirmar [em alguns casos, com base na historiografia local<sup>378</sup> e no dito registo

---

<sup>378</sup> Vide Glória BASTOS, Carlos de MATOS (colab.), “Azulejos do Barreiro”, *Um olhar sobre o Barreiro*, II Série, n.º 3, Junho de 1990, pp. 9-13 e ainda Vide Augusto Pereira VALEGAS, *Um Olhar sobre o Barreiro – Final do século XIX – Princípios do século XX – 2.ª Edição*, n.º 2, Câmara Municipal do Barreiro, Dezembro de 1987, onde são visíveis alguns imóveis azulejados que entretanto desapareceram.

fotográfico do Gabinete Técnico Local] que também nas ruas e avenidas adjacentes a este núcleo urbano terão sido edificados, em meados do século XIX e inícios do XX, outros edifícios azulejados, que, entretanto desapareceram, dando lugar a actuais prédios de rendimento. É o caso do designado “*Chalet Rebello*”, que existiu na Rua Dr. António José de Almeida n.º 25, onde foi erigido um edifício de habitação com vários andares. Apresentava a fachada revestida por azulejos de padrão com estrelas de cinco pontas, em tons de azul e branco e em tons de verde e vermelho, com data e a inscrição do nome do proprietário, em cartela azulejada. Ainda segundo a historiografia local<sup>379</sup>, as datas que figuravam no imóvel - 1909 e 1912 - foram associadas a cada uma das cores das estrelas do padrão, e conotadas respectivamente com a Monarquia [1909 – azul/branco] e República [1912 – verde/vermelho]. Este tipo de padrão de grande simplicidade, com motivo de estrelas, e com estas cores, recorda o revestimento azulejar da abóbada e paredes da sala de jantar do Palácio da Pena, produzidos pela Fábrica Roseira em 1867, e aplicados também no pavimento da casa de banho. A aplicação de azulejos com estrelas, em tons de azul e branco, era mais rara nas fachadas em Lisboa e o modelo muito diferente dos usados no Porto<sup>380</sup>. Pela sua simplicidade, era possível que tivesse sido concebido apenas para interiores, acabando no entanto por ser usado também no exterior dos edifícios, tal como o padrão da “*Pena*”, por nós abordado.

Em relação ao conjunto de fachadas azulejadas inventariadas e estudadas no Barreiro, todo ele merece ser cuidado e valorizado, pois é o “*todo*” que confere unidade formal e estética e define a fisionomia do núcleo urbano, apesar da diversidade decorativa. Não descurando a importância e relevância patrimonial do conjunto, destacamos alguns edifícios mais imponentes, para os quais chamamos a atenção, alguns marcando a sua presença pelo impacto visual, ou porque possuem elementos únicos, e outros, porque correm o risco de serem demolidos.

---

<sup>379</sup> Vide Glória BASTOS, Carlos de MATOS (colab.), “Azulejos do Barreiro”, *Um olhar sobre o Barreiro*, II Série, n.º 3, Junho de 1990, pp. 9-13.

<sup>380</sup> Vide Ana Margarida Portela DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. (...), 2009, p. 287.

Assim o edifício de implantação horizontal, situado na Rua Almirante Reis n.º 80, formando gaveto com Travessa do Loureiro n.º 30, devoluto, e bastante degradado, apresenta a fachada principal revestida por azulejos de padrão, recordando os modelos enxaquetados dos séculos XVI e XVII. Todos os vãos do edifício são habilmente contornados por um friso de “galão” azul e branco muito simples. Encontra-se em vias de demolição.

Naquela que foi considerada a rua principal da época em estudo, a Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, poderíamos destacar vários edifícios, de maiores ou menores dimensões, como podemos constatar pelas fichas de inventário, em anexo, quase todos, sem exceção, dignos de serem referidos e destacados. Mencionaremos, no entanto, alguns como o edifício com o n.º 24, tendo a fachada revestida por azulejos de padrão com dois centros e um friso, simulando aros encadeados, rematada por uma balaustrada bastante diferente do que é habitual, recordando laços. Um outro imóvel de grandes dimensões, com três frentes, com a fachada principal na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 99, formando gaveto com a Travessa do Teatro n.º 12 – 16, e a fachada posterior na Rua Marquês de Pombal, n.º 78, é revestido pelo padrão de “rendas”, em tons de verde-claro, porventura fazendo parte dos padrões mais *antigos* e bastante utilizado entre nós, produzido pela Fábrica Roseira. Ainda nesta rua, podemos destacar os três edifícios contíguos nos n.ºs 164, 172 e 174, que apresentam o mesmo género de padrão em tons de verde-escuro [apesar de partes do revestimento cerâmico já não serem originais] produzido pela Fábrica Viúva Lamego.

O imóvel, localizado nesta via no n.º 150, é de grandes dimensões, com três frentes, apresentando apenas a fachada principal, voltada para a Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, azulejada. É revestida por azulejos de padrão com o motivo “*ponta de diamante*”, com a data de 1876 inscrita numa cartela azulejada. Foi edificado no século XVIII, encontrando-se implantado no antigo *Largo Casal*, formando gaveto com a Rua Almirante Reis n.º 111 e com a rua acima referida.

Outro imóvel que é, de entre todos os que foram inventariados, certamente o de maiores dimensões, apresenta três frentes azulejadas revestidas pelo padrão **P-19-00014**, que podemos identificar como o que se

repete mais vezes [cinco] e friso, com tons e motivos idênticos ao padrão. Situa-se neste artéria no n.º 213, formando gaveto com a Travessa da Figueira n.º 1-3-5-7-9 e alçado posterior voltado para a Avenida Bento Gonçalves n.º 94. Apesar das dimensões o módulo de padrão, com elementos geométricos e cores escuras, permite que se enquadre habilmente na malha urbana.

Destacamos outro imóvel no n.º 233 que, apesar de menores dimensões, tem a fachada revestida pelo designado padrão “*Minton*” com friso de motivos e cores similares, muito copiado e aplicado entre nós. Este imóvel, pela articulação do conjunto, tipologia arquitectónica, fachada e ornamentação cerâmica, exibindo uma balaustrada “*gótica*” bastante interessante e invulgar, rematada por urna [decerto seriam duas] profusamente decorada, resulta num edifício bastante harmonioso. Outro edifício na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, formando gaveto com a Travessa do Loureiro n.º 3, foi revestido por azulejos de padrão, imitando os modelos hispano-mouriscos, com frisos simulando colunas torsas apresentando outros, sob as janelas, com motivos geométricos. É encimado por barra de arquitrave com golfinhos afrontados e quatro painéis figurativos, de recorte curvo, três com anjos-meninos e vasos floridos e o quarto só com o vaso. Todo o conjunto cerâmico é bastante diversificado permitindo que este imóvel, apesar de ser de piso térreo, não passe despercebido tornando-o muito expressivo, em termos estilísticos e estéticos. Na Rua Marquês de Pombal, destacamos dois edifícios de grandes dimensões, um com os nºs 29-31-33, formando gaveto com a Travessa do Leão n.º 9, apresentando apenas a fachada principal revestida com azulejos biselados monocromáticos verdes e uma barra Arte Nova, disposta ao longo de todo o edifício. Este é rematado por cinco urnas e duas estátuas, atribuídas à produção da Fábrica Cerâmica das Devesas, resultando numa combinação de elementos cerâmicos, algo invulgar. O outro imóvel situa-se na mesma rua, no n.º 109, formando gaveto com a Travessa da Praia, com os dois alçados revestidos pelo padrão **P-19-00014**, o mais aplicado neste conjunto habitacional, com um friso recordando o motivo da fita enrolada sobre um eixo, muito utilizado na capital e também de alegada influência valenciana, encimado por barra de

arquitrave. Este imóvel é rematado por uma balaustrada pouco comum, e os pilares que a dividem exibem elementos cerâmicos, em forma de girassol, vidrados a branco. Todo o conjunto arquitectónico e cerâmico resulta bastante equilibrado e harmonioso.

Na Rua Miguel Pais, no n.º 66, o edifício com azulejos, friso e barra Arte Nova, semi-relevados, é decorado por mísulas em terracota e outras vidradas a branco, sob as varandas, intercaladas por gárgulas. É rematado por balaustrada com balaústres vidrados a branco, ornados por folhas de acanto e, nos pilares, por florões estilizados, em terracota. É um imóvel bastante eclético, decorado por diversos elementos cerâmicos, únicos, neste conjunto habitacional valorizando-o.

Na Avenida Bento Gonçalves n.º 3-5-7-9-11, formando gaveto com o Largo Alexandre Herculano, destacamos um imóvel de grandes dimensões, com a fachada encimada por balaustrada coroada por seis pinhas e quatro urnas, tudo em terracota. Este tipo de urnas não aparece em mais nenhum imóvel, existindo, em tempos, muito provavelmente, num edifício na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 141.

Na Rua Dr. António José de Almeida n.º 40, destacamos um edifício que, pela diversidade de aplicações cerâmicas, resulta bastante original, apresentando a fachada revestida por azulejos de alegada influência valenciana, utilizados sobretudo para revestir cozinhas. Sob a varanda, apresenta dois pequenos painéis. Exibe uma barra de arquitrave, painéis rectangulares de azulejos brancos, encimados por outros painéis formados pelos azulejos de padrão e delimitados pela tal cercadura e ainda dois globos e pináculo. Por fim, um outro imóvel na Rua Vasco da Gama n.º 17, de construção vernacular com a fachada revestida por azulejos, réplicas, certamente, de outros que possuiria, encimada por barra de arquitrave Arte Nova da Fábrica de Sacavém, rematada por balaustrada, com balaústres decorados com folhas de acanto, ladeando um painel figurativo, produção da Fábrica do Desterro, assinado e datado com a data de 1927. Sobre a balaustrada e frontão, onde surge aplicado o painel, observam-se quatro estátuas alegóricas, produção do Norte, da Fábrica Cerâmica das Devesas. Todo o conjunto é bastante curioso, com relevância patrimonial, sobretudo as estátuas alegóricas, cujos modelos primitivos foram produzidos desde

praticamente o início da Fábrica de Cerâmica das Devesas [finais da década de 1870] até algum tempo depois da morte de António Almeida da Costa (1915), surgindo aqui numa aplicação tardia.

Perante o que foi inventariado e analisado, podemos concluir que muito do património azulejar integrado da cidade do Barreiro corre o risco de, num futuro próximo, desaparecer. Assim, torna-se evidente a necessidade de desenvolver medidas no sentido da sua defesa e salvaguarda, alertando e sensibilizando as autarquias bem como a comunidade em geral, para a inventariação e protecção dos seus patrimónios azulejares, à semelhança do que já foi efectuado em outras cidades do nosso país, como Póvoa de Varzim, Espinho, e Montijo a nível da catalogação, mas também, ao nível da preservação, como tem vindo a ser efectuado em Aveiro, Ovar, Porto e que está a ser desenvolvido em Lisboa pelo PISAL – Programa de Investigação e Salvaguarda do Azulejo de Lisboa. No caso concreto do Barreiro, este nosso estudo poderá vir a servir de base a um plano de salvaguarda, uma vez que o primeiro trabalho de inventariação e catalogação já foi por nós elaborado.

Uma das medidas que poderia ser tida em conta, por parte da autarquia, seria a da criação de um Banco de Azulejos, como acontece em Aveiro e Porto, destinado a recolher elementos cerâmicos de edifícios em vias de demolição ou alteração. Em última análise, caso tal não fosse viável, formar-se-ia uma colecção com os vários exemplares recolhidos, que permitisse a criação de um núcleo expositivo representativo da azulejaria de fachada e ornamentação cerâmica local.

Esperamos que este nosso estudo possa alertar a autarquia para os benefícios da implementação de um *Plano de Preservação do Azulejo*<sup>381</sup>, como acontece em Aveiro, tendo como principal objectivo a criação de uma *Carta de Risco*, em que o Banco estaria em permanente contacto com os habitantes, proprietários de edifícios com fachadas azulejadas, prestando aconselhamento técnico nas formas de salvaguarda das fachadas e a

---

<sup>381</sup> Em <http://www.sosazulejo.com>, Câmara Municipal de Aveiro - Plano de Preservação e Salvaguarda do Azulejo de Aveiro - Banco do Azulejo, permitindo neste âmbito, o acesso à Câmara Municipal de Ovar e do Porto, acedido em 7 de Setembro de 2012.

doação (em casos de pequenas falhas) de azulejos com a mesma tipologia, e que existiriam se essa recolha fosse efectuada. Segundo informação prestada pelo Arquivo Municipal, encontram-se aí depositados, por exemplo, alguns azulejos do referido “*Chalet Rebello*”.

Por fim, poder-se-ia considerar a organização de um percurso cultural, estabelecendo protocolos com as autarquias limítrofes, que possuem nos seus centros urbanos edifícios com revestimento azulejar e ornatos cerâmicos, no sentido de proporcionarem aos seus habitantes e visitantes um maior conhecimento desta herança cultural, criando uma “*Rota do Azulejo*”, de âmbito mais alargado, na margem sul, não só ao Barreiro, mas também Moita, Montijo e Alcochete.

Recordamos que os edifícios civis são manifestações culturais, contempladas em Cartas Internacionais, como é o caso, da Carta de Veneza de 1964, que no seu art.º 1º, refere:

*“ (...) a noção de monumento histórico compreende a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular (...). Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.”*

Também a Carta de Cracóvia de 2000 no seu art.º 7º menciona:

*“ (...) A decoração arquitectónica, as esculturas e os elementos artísticos, que fazem parte integrante do património construído, devem ser preservados mediante um projecto específico (...)”*

e no art.º 8º declara:

*“As cidades e as aldeias históricas, no seu contexto territorial, representam uma parte essencial do nosso património universal. Cada um destes conjuntos patrimoniais deve ser considerado como um todo, com as suas estruturas, os seus espaços (...). Os edifícios que constituem as zonas históricas podendo não se destacar pelo seu valor arquitectónico especial, devem ser salvaguardados como elementos de continuidade urbana, devido às suas características dimensionais, técnicas, espaciais, decorativas e cromáticas, elementos de união insubstituíveis para a unidade orgânica da cidade”.*

Para além da diversidade e interesse de aplicações que o presente estudo procurou relevar, este nosso levantamento do património cerâmico do Barreiro teve também como objectivo a criação de um catálogo de

padrões, cercaduras, barras, frisos e ornamentação cerâmica, a ser integrado no projecto “*Catálogo de padrões da azulejaria portuguesa*”. Este projecto, em desenvolvimento na Rede Temática [RTEACJMSS], inscreve-se num sistema de inventário de azulejaria mais amplo intitulado *Az Infinitum – Sistema de Referência e Indexação de Azulejo*<sup>382</sup>. Este nosso trabalho monográfico pretende ser mais um contributo para o estudo da azulejaria de fachada de meados de Oitocentos e inícios do Século XX, sem descurar a ornamentação cerâmica complementar que remata e decora muitas dessas fachadas.

O azulejo, pela sua história e nobreza, adquirida ao longo dos séculos, possui características únicas para que seja considerado como riqueza patrimonial de um país, e, como tal, cuidado e preservado.

---

<sup>382</sup> Resultado de uma parceria institucional entre a Rede Temática e o Museu Nacional do Azulejo disponível *online* em <http://redeazulejo.fl.ul.pt>. ou <http://mnazulejo.imc-ip.pt>.

## **Fontes e Bibliografia**

### **Fontes documentais não publicadas**

#### **Arquivo Municipal do Barreiro**

CT 380/27 de 27 de Junho de 1927

CT 400/27 de 3 de Novembro de 1927

CT 552/30 de 20 de Maio de 1930

CT 598/30 de 2 de Dezembro de 1930

CT 1601/46 de 18 de Novembro de 1946

CRT 746/33 de 22 de Agosto de 1933

CS 20/23, de 14 de Maio de 1923

CS 672/32 de 17 de Maio de 1932

CS/776/34 de 8 de Janeiro de 1934

CS 88/54 de 13 de Setembro de 1954

CS 9/55 de 5 de Abril de 1955

CS 149/68 de 14 de Novembro de 1968

RCR /1/ 2003 e RCR /2/ 2003 de 21 de Julho de 2003

#### **Registos Fotográficos**

Espólio Olga Costa Mano

G.T.L., Dossier 1/20, 1997 [Largo Alexandre Herculano]

G.T.L., Dossier 2/20, 1997 [Rua Almirante Reis]

G.T.L., Dossier 4/20, 1997- 2000 [Avenida Bento Gonçalves]

G.T.L., Dossier 5/20, 1997 [Rua Camilo Castelo Branco – Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar até n.º 117]

G.T.L., Dossier 6/20, 1997 [Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 121 até 212]

G.T.L., Dossier 7/20, 1997 [Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 213 até 335]

G.T.L., Dossier 9/20, 1997 [Travessa Francisco de Oliveira e Travessa do Jardim]

G.T.L., Dossier 11/20, 1997 [Travessa do Leão; Travessa do Loureiro; Travessa Luís de Camões]

G.T.L., Dossier 12/20, 1997 [Rua Marquez de Pombal e Rua Miguel Bombarda]

G.T.L., Dossier 13/20, 1997 [Rua Miguel Pais e Travessa da Praia]

G.T.L., Dossier 14/20, 1997 [Travessa do Prior e Travessa de Santa Cruz]

### **Fontes impressas**

BAPTISTA, João Maria, OLIVEIRA, João Justino de,  
*Chorografia Moderna do Reino de Portugal*, 1876.

*Colecção dos tratados, convenções, contratos e actos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente*. Compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de Castro, Tomo VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, pp. 210-217.

CASTRO, João Bautista de, (padre),  
*Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 1763.

COSTA, António Carvalho da, (padre),  
*Corografia Portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, Tomo III, Lisboa, Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712, pp. 32-322.

LEÃO, Duarte Nunes do,  
*Descripção do Reino de Portugal...*, Lisboa, 1610.

MELO, Eugénio Freitas Bandeira de,  
*Monographia do Concelho do Barreiro*, Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, Boletim da Direcção-Geral da Agricultura, Sexto Anno, nº 12, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, pp. 1137-1153.

- PIMENTA, José Augusto,  
*Memória Histórica e Descritiva da Villa do Barreiro*, Lisboa, Typ. Do Dicionario Universal Portuguez, 1886.
- PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de,  
*Portugal Antigo e Moderno: Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de grande numero de Aldeias...*, Tomo I, Lisboa, Liv. Ed. de Mattos Moreira, 1873.
- RACINET, M. A. (dir.),  
*L'Ornement Polychrome, Art Ancien et Asiàtique, Moyen Age, Renaissance, XVII, XVIII et XIX siècles, Recueil historique et pratique, Deuxième sèrie*, Paris, Librairie de Firmin-Didot et C.<sup>ie</sup>, [s.d], pp. 25-105. [Livro 19-20 da Real Fábrica de Louça de Sacavém].
- RACZYNSKI, Atanazy, (conde),  
*Les arts en Portugal: lettres adressées a la société artistique et scientifique de Berlin et accompagnées de documents*, Paris, Jules Renouard, 1846.
- TELES, Liberato,  
*Duas palavras sobre pavimentos*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1896, p. 234.
- VASCONCELOS, Joaquim de,  
*Exposição de Cerâmica - Documentos coordenados pelo autor com uma série de marcas inéditas*, Porto, Sociedade de Instrução, 1883.

### **Bibliografia Genérica**

- ANDRADE, Amélia Aguiar,  
“Conhecer e Nomear – A Toponímia das Cidades Portuguesas”, Actas do Colóquio *A Cidade, Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, vol. I, Universidade Aberta, Lisboa, 1993.
- BUARCOS, João Brandão de,  
*Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, Org. por José Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1992.
- CALADO, Rafael Salinas,  
*Azulejo - 5 Séculos do Azulejo em Portugal*, Lisboa, Correios e Telecomunicações de Portugal, 1986.

- CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain,  
*Dicionário dos Símbolos. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*, Lisboa, Teorema, 1994 [1982].
- FRANÇA, José-Augusto,  
*A Arte em Portugal no Século XIX*, 2 vols., Lisboa, Bertrand Editora, 1966.
- FRANÇA, José-Augusto,  
*A Arte Portuguesa de Oitocentos*, vol. 28, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, Biblioteca Breve, 1979.
- FRANÇA, José-Augusto,  
*O Romantismo em Portugal - estudos e factos socioculturais*, 3ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1999. [1ª edição 1983].
- FRANÇA, José-Augusto,  
*História da Arte em Portugal – O Pombalismo e o Romantismo*, 1ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1994.
- FRANÇA, José-Augusto,  
“Arte e Vida Artística em Portugal no século XIX”, *Arte Portuguesa do século XIX*, Exposição realizada no Palácio da Ajuda de Março a Maio de 1998, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1998.
- GOITIA, Fernando Chueca,  
*Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- GRIMAL, Pierre,  
*Dicionário da Mitologia Grega e Romana*, 5ª edição, Lisboa Difel, 2009. [1ª edição de 1951].
- GUIMARÃES,  
Agostinho, *Azulejos do Porto*, Porto, [s. n.], 1989.
- HALL, James,  
*Subjects & Symbols in Art*, Londres, John Murray, 1974.
- HENRIQUES, Paulo (coord.),  
*Museu Nacional do Azulejo - Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Edições Asa, 2003.

- JANSON, H. W.,  
*História da Arte. Panorama das artes plásticas e da arquitectura da pré-história à actualidade*, 3ª edição. Tradução da 2ª edição original, de 1977, em inglês, por J. A. Ferreira de Almeida, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- LEMMEN, Hans Van,  
*Azulejos na arquitectura*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994.
- LOPES, Vítor Sousa,  
*Testemunhos nas paredes: ensaios de azulejaria*, Lisboa, A.C.D. Editores, 2001.
- MARTINS, Fausto Sanches,  
*Azulejaria portuense: história e iconografia*, Lisboa, Inapa, 2001.
- MECO, José,  
*Azulejaria Portuguesa*, Amadora, Coleção Património Português, Bertrand Editora, 1985.
- MECO, José,  
*O Azulejo em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.
- MEDINA, João (dir.),  
*História de Portugal. Portugal Liberal*, volume VIII, Alfragide, Ediclube, 1998.
- NERY, Eduardo,  
*Apreciação Estética do Azulejo*, Lisboa, Coleção História da Arte, Edições Inapa, 2007.
- NETO, Maria João Baptista, SOARES, Clara Moura,  
“Entre a incúria e a valorização: a salvaguarda da azulejaria ao tempo do restauro dos monumentos nacionais (1834-1974)”. Comunicação apresentada ao Congresso Internacional *A Herança de Santos Simões - Novas perspectivas para o estudo da Azulejaria e Cerâmica*, Lisboa, 15 de Novembro de 2010 (no prelo).
- PAIS, Alexandre Nobre, MONTEIRO, João Pedro, HENRIQUE, Paulo,  
*A Arte do Azulejo em Portugal*, Lisboa, Instituto Camões, 2002.
- PAIS DA SILVA, Jorge Henriques, CALADO, Margarida,  
*Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*, Lisboa, Editorial Presença, 2005.

- PEREIRA, João Castel-Branco,  
*As Coleções do Museu Nacional do Azulejo*, Londres, Scala Books, 1995.
- PEREIRA, Paulo (dir.),  
*História da Arte Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, FREITAS, António Pinto, DIAS, Francisco Silva,  
*Arquitectura Popular em Portugal*, 2ª edição, Lisboa, Edição da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, pp. 339-450. [1ª edição do Sindicato Nacional do Arquitectos, 1961].
- QUEIRÓS, José,  
*Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. Organização, apresentação, notas e adenda Iconográfica de José Manuel Garcia e Orlando da Rocha Pinto, 3ª edição, Lisboa, Presença, 1987. [1.ª edição de 1907].
- SANTOS, Reinaldo dos,  
*Oito Séculos de Arte Portuguesa*, História e Espírito, vol. 3, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, 1970.
- SANTOS, Reinaldo dos,  
*O azulejo em Portugal*, Lisboa, Editorial Sul Lda, 1957.
- SAPORITI, Teresa,  
*Azulejos de Lisboa do século XX*, Porto, Edições Afrontamento, 1992.
- SAPORITI, Teresa,  
*Azulejos Portugueses - Padrões do século XX*, Porto, Publímpressoras Artes Gráficas Lda., 1998.
- SMITH-LUCIE, Edward,  
*Dicionário de Termos de Arte*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990.
- STOOP, Anne de,  
*Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Lisboa, 1986.
- TEIXEIRA, Luís Manuel,  
*Dicionário Ilustrado de Belas-Artes*, Lisboa, Presença, 1985.

## **Bibliografia Específica**

*Acervos Museológicos do Barreiro - Percurso de uma identidade*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 2001.

ALMEIDA, Ana de Jesus Rui L.,

*O Azulejo: Técnicas e Padrões*, 1ª edição, Viseu, 2006.

ALVES, Horácio F.,

*A Vila do Barreiro – Ensaio para servir de subsídio à sua História*, ed. Autor, 1940.

AMORIM, Sandra Araújo de,

*Azulejaria de fachada na Póvoa de Varzim (1850-1950)*, Póvoa de Varzim, 1996.

ARRUDA, Luísa de Orey Capucho,

“Azulejaria nos Séculos XIX e XX”, *História da Arte Portuguesa*, 1ª edição, vol. 3, Barcelona, Círculo de Leitores, 1995, pp. 407-437.

ARRUDA, Luísa de Orey Capucho,

*Caminho do Oriente: Guia do Azulejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

ASSUNÇÃO, Ana Paula,

*Da Fábrica ao Museu*, Loures, Câmara Municipal de Loures, Edição do Museu de Cerâmica de Sacavém, 2000.

ASSUNÇÃO, Ana Paula, ANICETO, Jorge Vasconcelos,

*História da fábrica de Louça de Sacavém*, Loures, Câmara Municipal de Loures, Edição do Museu de Cerâmica de Sacavém, 2000.

ASSUNÇÃO, Ana Paula,

*Fábrica de Louça de Sacavém*, Loures, Câmara Municipal de Loures, Edição do Museu de Cerâmica de Sacavém, 2000.

ASSUNÇÃO, Ana Paula,

*Fábrica de Louça de Sacavém. Contribuições para o estudo da indústria cerâmica em Portugal – 1856-1974*, Lisboa, Edições Inapa, 1997.

ASSUNÇÃO, Ana Paula, PEREIRA, Carlos, PINA, Joana,

*Roteiro das reservas do Museu de Sacavém*, Loures, Câmara Municipal de Loures, Edição do Museu de Cerâmica de Sacavém, 2000.

ARTUCIO URIOSTE, Alejandro,  
*El Azulejo en La Arquitectura Uruguaya, siglos XVIII, XIX y XX*,  
Montevideo, 2004.

ARTUCIO URIOSTE, Alejandro,  
*Catálogo de azulejos franceses del siglo XIX, Hallados en Uruguay,  
Argentina y Brasil*, s.l., 1998.

BAECK Mario, VERBRUGGE,  
*De Belgische Art Nouveau en Art Deco Wandtegels (1880-1940)*,  
M&L, Cahier 3, Brussel, 1996.

*Barreiro Antigo. Uma visita pela História*, Barreiro, Câmara Municipal  
do Barreiro, 1998.

BERGEON, J.,  
*Jubiläums – Katalog, Dekorationsstempelkatalog VI, Der Ersten unter  
Ältesten Spezialfabrik für Dekorstempel unter Gravieranstalt*,  
Gelnhausen / Hessen, 1878-1953.

BRANCO, Camilo Castelo,  
*O Senhor do Paço de Ninães*, 8ª edição, Lisboa, 1966, pp. 23-24.

BRANCO, Camilo Castelo,  
*Eusébio Macário*, Sacavém, Polimpresso, 1987, p.64.

CABRITA, Augusto,  
*Na Outra Margem – O Barreiro Anos 40-60*, Lisboa, CUF –  
Companhia União Fabril, SGPS, S.A. – Grupo José de Mello, 1999.

CALADO, Rafael,  
“Características do Azulejo em Portugal”, *O revestimento cerâmico na  
arquitectura em Portugal*, Lisboa, Estar Editora, 1998, pp. 7-15.

CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da,  
*Azulejaria do século XVIII – Espaço Lúdico e Decoração na  
Arquitectura Civil de Lisboa*, Lisboa, Civilização Editora, 2007.

CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da,  
*A arte de bem viver: a encenação do quotidiano na azulejaria  
Portuguesa da segunda metade de setecentos*, Lisboa, Fundação  
Calouste Gulbenkian / FCT, 2005.

- CAMPOS, Teresa (coord.),  
*Normas de Inventário Cerâmica de Revestimento – Artes Plásticas e Artes Decorativas*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1999.
- CAMPOS, Teresa (coord.),  
*Normas de Inventário Artes Plásticas e Artes Decorativas – Cerâmica*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, 2007.
- CARMONA, Rosalina, BORRACHA, Alexandra,  
*Inventário do Património Imóvel do Concelho do Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal Barreiro, 1999.
- CARMONA, Rosalina,  
*...do Barreiro ao Alto do Seixalinho – Um Passado Rural e Operário*, 1ª edição, Barreiro, Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho, 2005.
- CARMONA, Rosalina,  
*Olaria da Mata da Machada – Cerâmicas dos séculos XV-XVI*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 2005.
- CHAUDUN, Laurence, CHAUDUN Nicolas,  
*Paris Céramique, Les couleurs de la rue*, Paris, 1998.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes,  
“As fábricas portuenses e a produção de azulejo de fachada (séculos XIX-XX) ”, *Azulejos no Porto*, Catálogo da exposição no Mercado Ferreira Borges, Porto, 1996-97.
- DINIS, Júlio,  
*A Morgadinha dos Canaviais*, 3.ª edição, s.l. Editora Ulisseia, 1992, pp. 163-164.
- DINIS, Júlio,  
*Uma Família Inglesa*, 2.ª edição, Porto Editora, 1981.
- DOMINGUES, Ana Margarida Portela, QUEIROZ, José Francisco Ferreira,  
*A Fábrica das Devesas e o Património Industrial Cerâmico de Vila Nova de Gaia*, Separata da revista de Arqueologia Industrial, Quarta série, Volume IV, Número 1-2, 2008.
- DOMINGUES, Ana Margarida Portela,  
“Influência de modelos internacionais na azulejaria portuguesa de finais do século XIX”, *Iconografia e Fontes de Inspiração – Imagem e*

*Memória da Gravura Europeia*, Actas do 3.º Colóquio de Artes Decorativas, Lisboa, ESAD, 2012. [2009], pp. 79-88.

ESTALL i POLES, Vicent Joan,  
*Catálogo de la colección de azulejos de seri del siglo XIX*, Museo del Azulejo, Onda, Faenza editrice ibérica, s.l.

FERREIRA, Maria Isabel Moura,  
*Azulejos tradicionais de fachada em Ovar – Contributos para uma Metodologia de Conservação e Restauo*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2009.

FITCH, Noël Riley, HARRISON, Lorraine,  
*A Arte do Azulejo: A História, As Técnicas, Os Artistas*. Tradução de Marisa Costa, Lisboa, Editorial Estampa, 2004.

FLOWER, Sandie, HARVEY Wendy,  
*Art Nouveau Tiles c. 1890-1914, USA*, 2002.

FURNIVAL, William James,  
*Leadless Decorative Tiles, Faience, and Mosaic*, Stone, Staffordshire, 1904, pp. 794-795.

GARRETT, Francisco de Lencastre de Almeida,  
*Faiança, Azulejo Pó de Pedra, Ladrilho de Mosaico Hidráulico*, Porto, 1930.

GOUVEIA, Margarida,  
*Paredes de louça: azulejos de fachada das Caldas da Rainha*, Caldas da Rainha, Património Histórico -Grupo de Estudos, 1993.

*Guia Urbano do Barreiro*, Lisboa, Editora Fórum Ibérica, S.A., 2002.

HENRIQUES, Paulo, BORGES, Jaime Simões (coord.),  
“Um século de azulejaria de fachada em Aveiro”, *Paredes Coloridas*, 1ª edição, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 2001, pp.9-19.

HENRIQUES, Paulo,  
*A Arte do Azulejo em Portugal*, Lisboa, Instituto Camões, 2002.

KREUTER, Joseph,  
*Jubiläums – Katalog über Dekorationen – Stempel*, Giessener Stempel- und Farben- Fabrik, Giessen / Hessen, 1903-1928.

- LEMMEN, Hans Van, VERBRUGGE, Bart,  
*Art Nouveau Tiles*, London, 1999.
- LIMA, João Baptista de,  
*Terras Portuguesas*, Póvoa de Varzim, 1932-1940.
- LOUREIRO, José Carlos,  
*O Azulejo. Possibilidades da sua reintegração na Arquitectura Portuguesa*, Porto, 1962.
- MANGUCCI, Celso,  
“A manufactura e a pintura de azulejos em Portugal – da produção das primeiras faianças à grande indústria oitocentista”, *O revestimento cerâmico na arquitectura em Portugal*, Lisboa, Estar Editora, 1998, pp. 19-60.
- MARTINS, Maria Manuela Goulão d’Oliveira, BORGES, José Pedro de Aboim,  
“La production des azulejos au XIXème siècle – de l’atelier à l’usine”, *Azulejos*, Europália 91, Bruxelles, Port de Hal, 1991, pp. 53-57.
- MATEUS, Dalila Maria dos Santos Cabrita, MARTINS, Maria Amélia Marreiros, “Contributo para o estudo da Fábrica Viúva Lamego”, *Dossier n.º 9 – Fábricas*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.].
- MECO, José,  
“Azulejos de Lisboa”, Catálogo da exposição *Azulejos de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1984.
- MIMOSO, João Manuel, ESTEVES Lurdes,  
*Vocabulário Ilustrado da Degradação dos Azulejos Históricos – Patologia e Reabilitação das Construções*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2011.
- MIMOSO, João Manuel,  
*Sobre a degradação física dos azulejos em Lisboa*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Departamento de Materiais – Núcleo de Materiais Pétreos e Cerâmicos, Relatório 303/ 2011.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando,  
*Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.

- PAIS, Armando da Silva,  
*O Barreiro Antigo e Moderno. As outras Terras do Concelho*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1963.
- PAIS, Armando da Silva,  
*O Barreiro Contemporâneo. A Grande e progressiva Vila Industrial*, Vol. I, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1965.
- PAIS, Armando da Silva,  
*O Barreiro Contemporâneo. A Grande e progressiva Vila Industrial*, Vol. II, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1968.
- PAIS, Armando da Silva,  
*O Barreiro Contemporâneo. A Grande e progressiva Vila Industrial E Miscelânea (Factos e Figuras do Barreiro de Várias Épocas)*, Vol. III, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1971.
- PEREIRA, Carlos, SIMAS, Filomena,  
*Azulejos de Sacavém*, Coleção de Feliciano David e Graciete Rodrigues, Loures, Museu de Cerâmica de Sacavém, 2001.
- PÉREZ GUILLÉN, Inocencio V.,  
*Ceràmica Arquitectònica – Azulejos Valencianos de serie. El siglo XIX*, Tomo I - II, Disputació de Castelló, Institut de Promoció Ceràmica, 2000.
- PINTO, Luís Fernandes,  
*Azulejo e arquitectura - Ensaio de um arquitecto*, Lisboa, Edição Getecno Lda., 1994.
- PINTO, Luís Fernandes,  
“O Azulejo dos Arquitectos”, *O revestimento cerâmico na arquitectura em Portugal*, Lisboa, Estar Editora, 1998, pp. 69-101.
- PIRES, Isabel, CARVALHO, Rosário Salema de, CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da (coord.),  
*O Património Azulejar do Concelho do Montijo*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo / Edições Colibri, 2008.
- PLUIS, Jan,  
*Nederlandse Tegels 1900-2000*, Primavera Pers, Leiden, 2008.

- REIS, Ana, GAUTIER, Rosa,  
*O Barreiro na transição do século XIX para o século XX*, Barreiro,  
Edição da Câmara Municipal do Barreiro, 2005.
- RIBEIRO, Irene,  
*Raul Lino revisitado: Memórias de uma Arquitectura “Arte Nova”  
Portuguesa*, Lisboa, [s.d.], pp. 1-18.
- RIO-CARVALHO, Manuel,  
“A Arte Nova: Modernidade Domesticada, Sentimentalidade  
Projectada”, *Estética do Romantismo em Portugal*, Primeiro Colóquio,  
Lisboa, Grémio Literário, 1974, pp. 241-247.
- RIO-CARVALHO, Manuel,  
“Revivalismos e ecletismos”, *História da Arte em Portugal: Do  
romantismo ao fim do século*, vol. 11, Lisboa, Publicações Alfa, 1986,  
pp. 11-27.
- RIO-CARVALHO, Manuel,  
“Arte Nova”, *História da Arte em Portugal: Do romantismo ao fim do  
século*, vol. 11, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp. 153-177.
- RODRIGUES, Margarida, “Rafael Bordalo Pinheiro e o Arts and Crafts de  
William Morris”, *Rafael Bordalo Pinheiro e a Fábrica de Faianças das  
Caldas da Rainha (1884-1905)*, 1ª edição, Caldas da Rainha, IPM/  
Museu de Cerâmica, 2005, pp. 79-87.
- SIMÕES, J. M. dos Santos,  
*Azulejaria Portuguesa no Brasil, 1500 – 1822*, Lisboa, Fundação  
Calouste Gulbenkian, 1965.
- SIMÕES, J. M. dos Santos,  
“Azulejo”, *Dicionário da Pintura Universal, Pintura Portuguesa*, vol. I,  
Lisboa, Ed. Estúdio Cor. 1965, p. 47
- SIMÕES, J. M. dos Santos,  
“Pintura Aplicada”, *Dicionário da Pintura Universal, Pintura  
Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Ed. Estúdio Cor. 1965, pp. 150-151.
- SIMÕES, J. M. dos Santos,  
*Azulejaria em Portugal no século XVII*, Tomo I – Tipologia, 2.ª edição,  
Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997 [1971].

- SIMÕES, J. M. dos Santos,  
*Azulejaria Portuguesa no Brasil (1500-1822)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.
- SIMÕES, J. M. dos Santos,  
*Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990 [1969].
- SIMÕES, J. M. dos Santos,  
“Azulejaria Romântica”, *Estética do Romantismo em Portugal*, Lisboa, Grémio Literário, 1974, pp. 229-234.
- SIMÕES, J. M. dos Santos,  
*Estudos de Azulejaria*, recolha de textos, organização, apresentação, notas e bibliografia de Vitor Sousa Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001.
- SOARES, Mário Armando Oliveira,  
*Técnicas de decoração em azulejo*, Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 1983.
- TEIXEIRA, Jorge,  
*O Barreiro que eu vi*. Prefácio, revisão e notas de Natalina Catarino, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1993.
- VASCONCELOS, Joaquim de, PROSTES, Pedro  
“A cerâmica portuguesa e a sua aplicação decorativa”, *Indústria de Cerâmica*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Biblioteca de Instrução e Educação Profissional, 1907, pp.3-37.
- VELOSO, A. J. Barros, ALMASQUÉ, Isabel,  
*Azulejos de Fachada em Lisboa*, Lisboa, Edição da Câmara Municipal de Lisboa, 1989.
- VELOSO, J. M. Barros, ALMASQUÉ, Isabel,  
*Azulejaria de exterior em Portugal*, Lisboa, Edições Inapa, 1991.
- VELOSO, A. J. Barros, ALMASQUÉ, Isabel,  
*O azulejo português e a Arte Nova*, Lisboa, Coleções História da Arte, Edições Inapa, 2000.

VIANA, Maria Alfreda Cruz Ribeiro,  
*A Margem Sul do Estuário do Tejo – Contribuições para um Projecto de Ordenamento do Território*, Tomo II, Lisboa, 1973.

VILA, Romero,  
*A Fábrica Cerâmica do Carvalhinho, Sua História e seu Fabrico*, Associação Cultural “Amigos de Gaia”, Porto, 1980.

### **Dissertações**

CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da,  
*A arte de bem viver: a encenação do quotidiano na azulejaria Portuguesa da segunda metade de setecentos*. Tese de Doutoramento em História da Arte Moderna Portuguesa, Universidade Aberta, Lisboa, 2000.

CASTRO, Tiago Manuel Gomes de,  
*A cerâmica ornamental na arquitectura da cidade de Espinho: o azulejo e a estatuária*. Tese de Mestrado em Museologia, orientada pelo Prof. Doutor Armando Coelho, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

DOMINGUES, Ana Margarida Portela,  
*António de Almeida Costa e a Fábrica Cerâmica das Devesas. Antecedentes, fundação e maturação de um complexo de artes industriais (1858-1888)*. Tese de Mestrado em História da Arte em Portugal, orientada pela Prof. Doutora Lúcia Rosas, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

DOMINGUES, Ana Margarida Portela,  
*A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. Tese de Doutoramento em História da Arte em Portugal, orientada pela Prof. Doutora Lúcia Rosas, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

FERREIRA, Luís Mariz de Matos,  
*O azulejo na arquitectura da cidade do Porto [1850-1920] - Caracterização e Intervenção*. Tese de Doutoramento orientada pela Prof. Doutora Miren Itxaso Maguregui Olabarria e co-orientada pelos Prof. Doutor João Paulo Pereira de Freitas Coroado e Prof. Doutor Vasco Manuel Araújo Peixoto de Freitas, Universidade do País Vasco, 2009.

FERREIRA, Maria Isabel Moura,  
*Revestimentos azulejares oitocentistas de fachada em Ovar. Contributos para uma metodologia de conservação e restauro.* Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 2008.

GUERRA, Alexandre Fernando Medeiros,  
*O azulejo de fachada na freguesia de Santo Ildefonso – séculos XIX e XX.* Tese de Mestrado em História da Arte Portuguesa orientada pelo Prof. Doutor Luís Alberto Esteves dos Santos Casimiro, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

PICCININI, Daniela,  
*O azulejo na arquitectura do século XX: Portugal – Brasil.* Tese de Mestrado em Design (Design de Produção industrial) orientada pela Prof. Doutora Maria Helena Souto, Escola Superior de Design, Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing, Lisboa, 2009.

SANTOS, Cláudia Emanuel Franco dos,  
*Artes Decorativas nas Fachadas da Arquitectura Bairradina.* Tese de Mestrado em Património Artístico e Conservação, orientada pelo Prof. Doutor José Aguiar, Porto, Universidade Portucalense, 2007.

SARRICO, Patrícia,  
*Percurso do azulejo de fachada de Aveiro: dinâmicas para a sua salvaguarda.* Tese de Mestrado em Museologia e Património Cultural, orientada pelo Prof. Doutor José d'Encarnação, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

### **Jornais e Revistas**

AMORIM, Sandra Araújo de,  
“Contributos para o estudo do azulejo publicitário”. *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Património*, I Serie, vol.2. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 783-801.

“Azulejo como expressão urbana”, *Revista da Câmara Municipal de Ovar*, Divisão de Cultura, Biblioteca e Património Histórico, Ovar, 2011.

“Azulejos: é preciso valorizar para preservar”, *Correio do Minho*, Braga, 16 de Dezembro de 2011, p. 12.

- BASTOS, Glória, MATOS Carlos de (colab.),  
 “Azulejos do Barreiro”, *Um olhar sobre o Barreiro*, II Série n.º 3,  
 Barreiro, Junho de 1990, pp. 9-13.
- CALADO, Rafael,  
 “Azulejos de Rua”, *Oceanos*, n.º 36-37, Lisboa, Comissão Nacional  
 para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses,  
 1998/1999, pp. 235-239.
- CALADO, Rafael,  
 “A Tradição do Azulejo como Revestimento”, *Boletim Municipal de  
 Cultura - Encontro Azulejaria de Fachada...de Aveiro*, Ano XIX, n.º 37,  
 Aveiro, 2001, pp. 31-33.
- “Câmaras desafiadas a classificarem o azulejo com valor patrimonial”,  
*Diário do Minho*, Braga, 14 de Dezembro de 2011, p. 9.
- “Dom Fafes”, *Revista Cultural*, Ano XIII, n.º 13/14, Câmara Municipal  
 de Fafe, 2007.
- HENRIQUES, Paulo,  
 “Hipótese de um sistema descritivo das fachadas com revestimentos  
 em cerâmica”, *Boletim Municipal de Cultura - Encontro Azulejaria de  
 Fachada...de Aveiro*, Ano XIX, n.º 37, Aveiro, 2001, pp. 39-46.
- MANGORRINHA, Jorge,  
 “A Cultura, o Turismo e o Património Azulejar”, *DN Opinião*, Lisboa, 6  
 de Dezembro de 2011.
- O Concelho do Barreiro*, n.º 1, 14 de Março de 1897, p. 4.
- O Concelho do Barreiro*, Número Único, 25 de Dezembro de 1931, pp.  
 2,6,12.
- O Eco do Barreiro*, 1 de Janeiro de 1922, p. 4.
- O Eco do Barreiro*, Ano I, n.º 7, 23 de Novembro de 1923, p. 4
- O Eco do Barreiro*, Ano I, n.º 8, 10 de Dezembro de 1923, p. 4.
- O Sul do Tejo*, n.º 1, 19 de Novembro de 1893, p. 4.

PAIS, Alexandre, CARVALHO, Rosário Salema de, ALMEIDA, Ana, AGUIAR, Inês, PIRES, Isabel, MARINHO, Lúcia, NÓBREGA, Patrícia,  
“Azulejos de padrão – uma proposta de catalogação”, *INVENIRE – Revista de Bens Culturais da Igreja*, n.º 3, 2011, pp. 16-19.

PINHEIRO, Nuno Santos,  
“O Azulejo”, *Boletim Municipal de Cultura - Encontro Azulejaria de Fachada...de Aveiro*, Ano XIX, n.º 37, Aveiro, 2001, pp. 121-124.

SIMÕES, João Miguel dos Santos,  
“Iconografia Lisboaeta em azulejos no Brasil – Vistas de Lisboa em painéis de azulejos na cidade de Salvador”, *Revista Oceanos, Azulejos Portugal e Brasil*, n.º 36/ 37, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, 1999.

VALEGAS, Augusto Pereira,  
*Um Olhar sobre o Barreiro*, I Série, n.º 4, Câmara Municipal do Barreiro, Outubro 1986.

VALEGAS, Augusto Pereira,  
*Um Olhar sobre o Barreiro – Final do século XIX – Princípios do século XX – I Série*, n.º 1, 2.ª Edição, Câmara Municipal do Barreiro, Dezembro de 1987.

VALEGAS, Augusto Pereira,  
*Um Olhar sobre o Barreiro - Século XVIII – Final do século XIX – Princípios do século XX – 2.ª Edição*, n.º 2, Câmara Municipal do Barreiro, Maio de 1989.

VALEGAS, Augusto Pereira,  
*Um Olhar sobre o Barreiro*, II Série, n.º 4, Câmara Municipal do Barreiro, 1992.

VALEGAS, Augusto Pereira,  
*Um Olhar sobre o Barreiro*, II Série, n.º 2, Câmara Municipal do Barreiro, Novembro 1993.

VEIGA, Francisco Motta,  
“ Património Azulejar – Uma Herança Única e Valiosa”, *Revista Turismo de Lisboa*, n.º 95, Lisboa, Novembro 2011, pp. 14-22.

## Catálogos

*A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, Colecção Feliciano David e Graciete Rodrigues, Câmara Municipal de Aveiro, Museu da Cidade de Aveiro, 16 de Julho a 2 de Setembro de 2011.

*Azulejos*, Europália 91, Bruxelas, Porte de Hal, 1991.

*Azulejos de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1984. [catálogo da exposição na Estufa Fria – Parque Eduardo VII]

*Azulejos Portugueses séculos XVII a XX*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Secretaria de Estado da Cultura, 1987.

*Azulejos de Sacavém*, Colecção de Feliciano David e Graciete Rodrigues, Loures, Museu de Cerâmica de Sacavém, 2001.

*Azulejo: 5 séculos do Azulejo em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

*Catálogo da Comp.<sup>a</sup> das Fabricas Ceramica Lusitania*, Porto, Coimbra, Lisboa, [s.d].

*Catálogo da Fábrica Aleluia de João Pinho das Neves Aleluia*, Aveiro, [s.d].

*Catálogo da Fabrica Ceramica e de Fundição das Devesas - Antonio Almeida da Costa e C.<sup>a</sup> - Villa Nova de Gaya – Portugal*, Porto, 1910.

*Catálogo da Fábrica Viúva Lamego*, Dossier n.º 9 – Fábricas, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, [s.d.]

*El arte del Azulejo en Portugal del siglo XVI al siglo XX -Tan vasta libertad en tan estrecha regla*, Exposição da XV Cimeira Ibero-Americana, Universidade Pontifícia de Salamanca, Museu Nacional do Azulejo, 2005.

*Catálogo da Real Fabrica de Louça de Sacavem – Azulejo*, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910.

*Cores para a Arquitectura - Azulejaria Valenciana - século XIII ao século XX*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, 2005.

*Fábrica Cerâmica do Carvalhinho (Corticeira), Catálogo de Azulejos / Faianças da Phantasia (A. N. Dias de Freitas & F.<sup>o</sup>)*, Porto, 1905.

*João Miguel dos Santos Simões 1907-1972*, Investigador, Museólogo, Historiador do Azulejo e da Cerâmica, IMC / Museu Nacional do Azulejo, 2007.

*Livros da Real Fábrica de Louça em Sacavém*, n.º 1 a 6, Stuttgart, [s.d]

*Nos Caminhos do Sal*, Itinerários Turístico-Culturais da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Lisboa, Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1998.

*O Azulejo em Portugal no século XX*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Edições Inapa, 2000.

*O Barreiro através do bilhete-postal ilustrado*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, Livros Horizonte, 2005.

*Rafael Bordalo Pinheiro e a Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha (1884-1905)*, 1ª edição, Caldas da Rainha, IPM/ Museu de Cerâmica, 2005.

*Un Eclat portugais: l'art de l'azulejo*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996.

*Villeroy & Boch, MUSTER-VORLAGEN für Wand-und Mobelfliesen aus unseren Fabriken*, Mettlach u. Dresden, Ausgegeben im März, 1910.

## Webgrafia

[www.icomos.org](http://www.icomos.org). acedido em 2 de Fevereiro 2012.

Carta de Veneza 1964. Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios.

[www.igespar.pt](http://www.igespar.pt) acedido em 2 de Fevereiro 2012. Carta de Cracóvia 2000. Carta com os princípios para a conservação e o restauro do património construído.

<http://www.viuvalamego.com> acedido em 10 de Abril de 2012.  
Site oficial da Fábrica Viúva Lamego.

<http://www.santanna.com.pt/> acedido em 10 de Abril de 2012.  
Site oficial da Fábrica Sant'Anna.

<http://www.matriznet.ipmuseus.pt> acedido em 11 de Abril de 2012.

O [MatrizNet](#) é um interface do Matriz / Inventário e Gestão de Coleções Museológicas que disponibiliza a informação contida nas fichas de inventário e a informação relativa a exposições, apresentada nos formatos texto, imagem, vídeo e som.

<http://www.matrizpix.imc-ip.pt> acedido em 11 de Abril de 2012.

O MatrizPix é o sistema de informação utilizado para inventário, gestão e publicação na internet das coleções fotográficas do IMC.

<http://pt.wikipedia.org> acedido em 14 de Julho de 2012.

Enciclopédia online, utilizada na recolha de algumas imagens.

<http://www.aleluia.pt> acedido em 25 de Agosto de 2012.

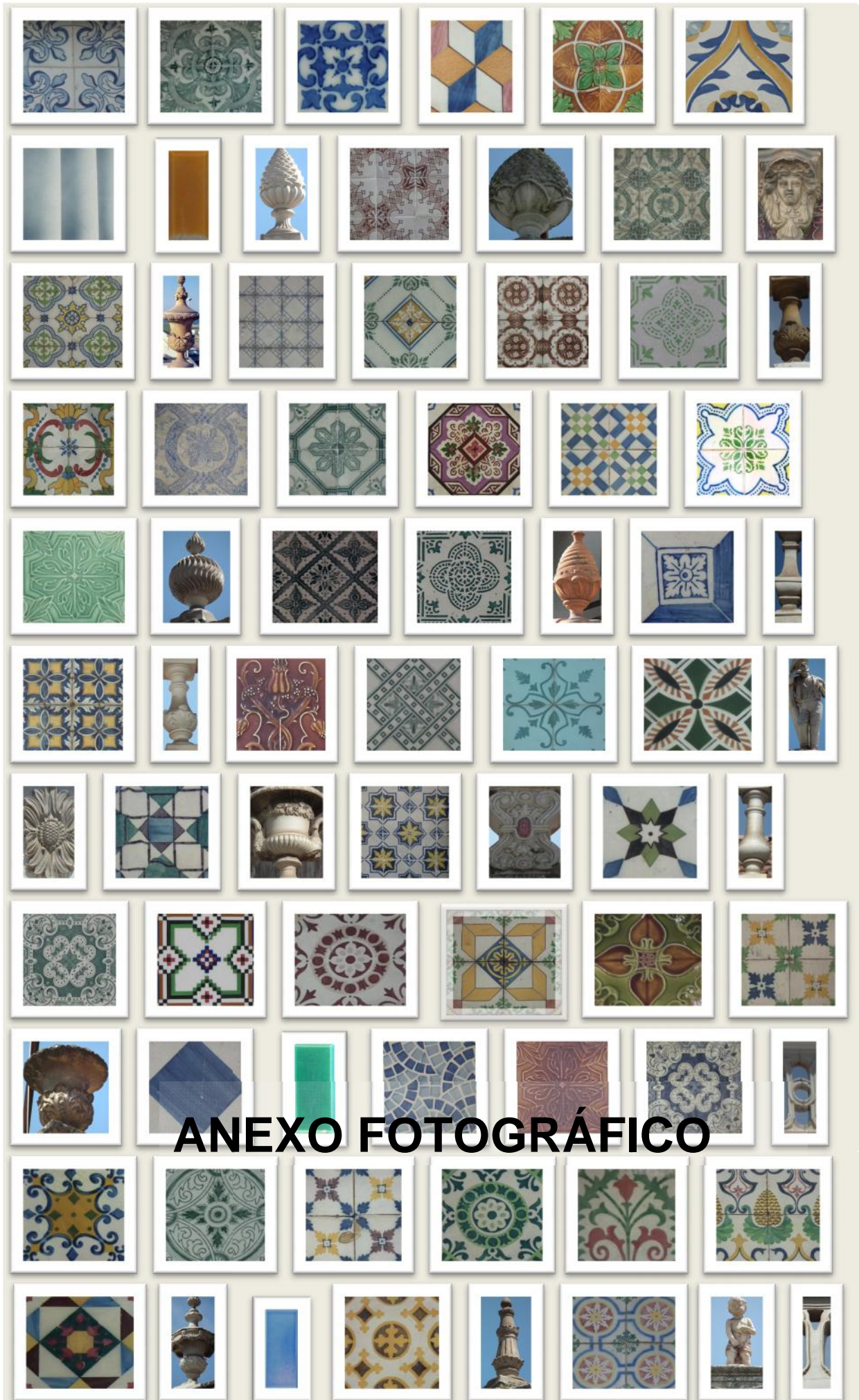
Site oficial da Fábrica Aleluia.

<http://iconologia.archivi.info/> e ainda

[emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/rip](http://emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/rip) acedido em 26 de Agosto de 2012. Obra de Cesare RIPA, *Iconologia: or Moral Emblems*, London, 1709.

<http://www.sosazulejo.com>, acedido em 7 de Setembro de 2012.

Plano de Preservação e Salvaguarda do Azulejo de Aveiro - Banco do Azulejo, Câmara Municipal de Aveiro em parceria com a Câmara Municipal de Ovar e Porto.



**ANEXO FOTOGRÁFICO**

## 2. Enquadramento teórico

### 2.1 Dicotomia Azulejaria e Arquitectura



[fotografia: Francisco Queiroz/IPC]

Fig. 1 – Arraiolos | Igreja do Convento dos Lóios | Nave (1699-1700) – Gabriel del Barco (assinado, capela-mor e portal [azulejo assinado e datado, descontextualizado, junto ao portal principal, apenas com parte da assinatura - briel del / arco 1699])



[fotografia: Francisco Queiroz/IPC]

Fig. 2 – Arraiolos | Igreja do Convento dos Lóios | Nave e sub-coro (1699-1700) – Gabriel del Barco



[fotografia: Patrícia Nóbrega / (CHLC)]

Fig. 3 – Lisboa | Palácio Mello | Escadaria (1725 - 1750) – Grande Produção Joanina | Cenas bélicas



[fotografia: [www.matrizpix.imc-ip.pt](http://www.matrizpix.imc-ip.pt) / José Pessoa - 2001/©IMC/MC]

Fig. 4 – Lisboa | MNAz inv. 6341 | Dama ao Toucador (1700-1730) | atribuído ao Mestre PMP



[fotografia: [www.matrizpix.imc-ip.pt](http://www.matrizpix.imc-ip.pt) / José Pessoa - 2007/©IMC/MC]

Fig. 5 – Lisboa | MNAz inv. 6344 | Lição de Música (1720-1730) | Mestre PMP



[fotografia: Patrícia Monteiro / Sílvia Mestre (IAPC)]

Fig. 6 - Estremoz | Capela da Ordem Terceira – Igreja de São Francisco | Acesso à Escadaria | padrão pombalino (1751 – 1800)



[fonte: João Manuel MIMOSO, *Sobre a degradação física dos azulejos em Lisboa*, Lisboa, 2011, p. 2]

Fig. 7 – Lisboa | Rua Diário de Notícias n.º 28 | padrão D. Maria I | finais do século XVIII



[fotografia: Paulo Moreira / Google Earth]

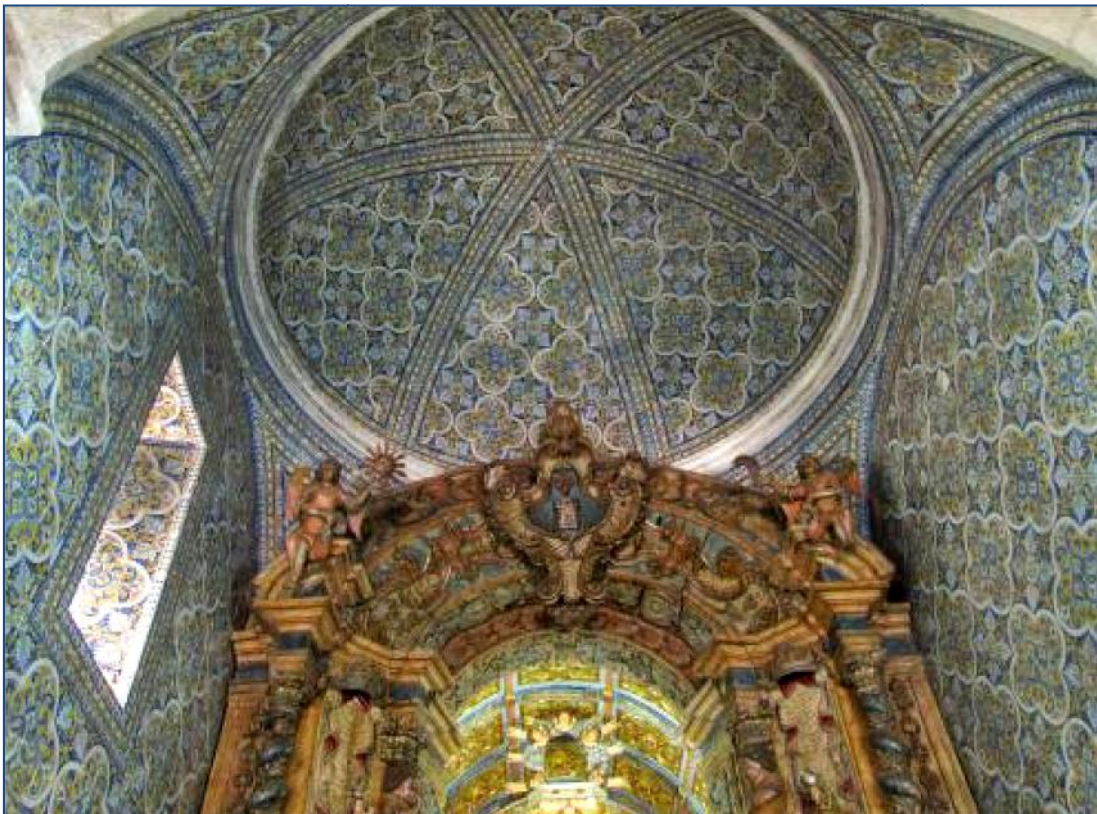
Fig. 8 – Lisboa – Santa Apolónia | Largo dos Caminhos-de Ferro | fachadas azulejadas



[fotografia: Paulo Moreira / Google Earth]

Fig. 9 – Lisboa – Rua do Cais de Santarém | fachadas azulejadas

## 2.2 Azulejaria de padrão “versus” Azulejaria de fachada



[fotografia: Francisco Queiroz/IPC]

Fig. 10 – Castelo de Vide | Igreja de Nossa Senhora da Alegria | abóbada da capela-mor



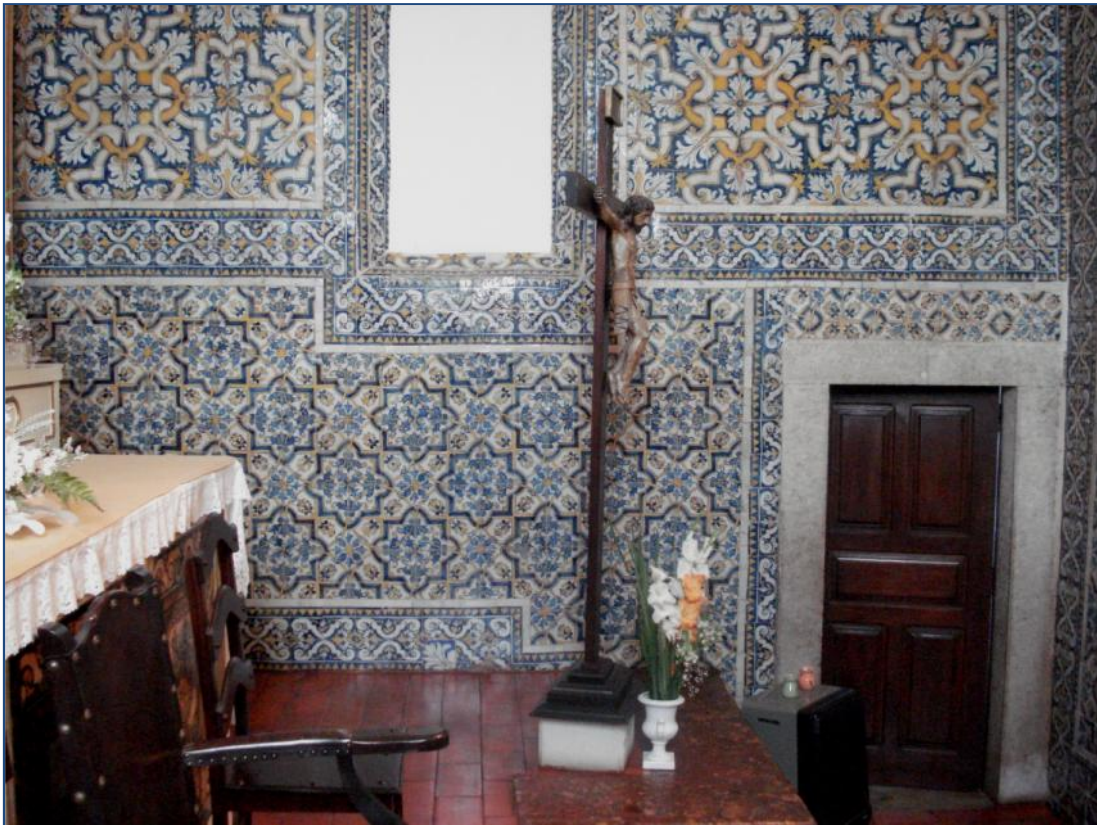
[fotografias: Rosário S. Carvalho]

Fig. 11, 12 – Castelo de Vide | Igreja de Nossa Senhora da Alegria | Igreja de São Tiago | fecho das abóbadas



[fotografia: Francisco Queiroz/IPC]

Fig. 13 – Caldas da Rainha | Igreja de Nossa Senhora do Pópulo | composição tipo “tapete”



[fotografia: Rosário S. Carvalho]

Fig. 14 – Canha - Montijo | Igreja de Nossa Senhora da Oliveira | lado da Epístola



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 15, 16 – Barreiro | Imóvel na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 233 | Imóvel na Travessa do Loureiro n.º 3 formando gaveto com Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar



[fotografia: <http://pt.wikipedia.org>]

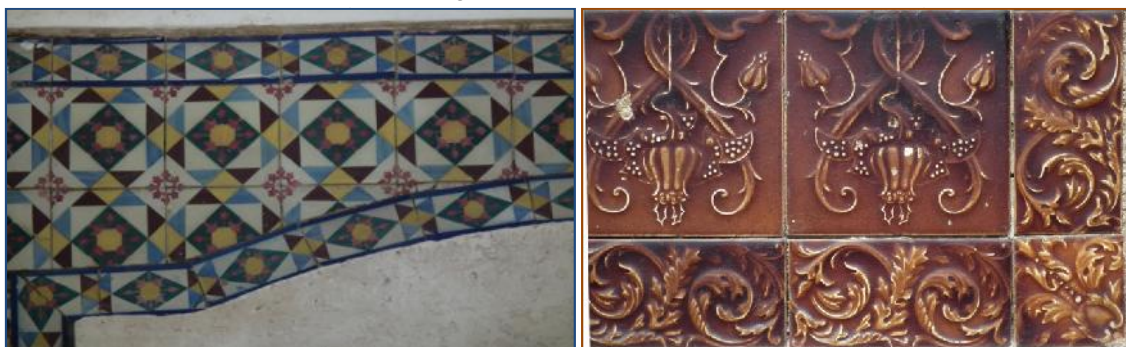
Fig. 17 - Brasil - São Salvador da Baía | Igreja da Ordem Terceira de São Francisco | vista parcial de uma das alas do claustro



[fotografia: Renato Wandeck]

Fig. 18 - Painel com a Torre de Belém

## 2.2.1 A utilização do azulejo de padrão nas fachadas oitocentistas – Breve caracterização

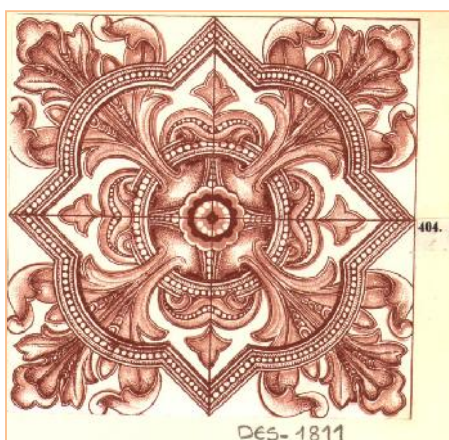


[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 19, 20 – Fábrica Viúva Lamego (?) | Fábrica de Louça de Sacavém | frisos contornando os vãos e delimitando o revestimento azulejar em consonância com o padrão



[fotografia: Isabel Pires]



[fotografia: CDMJA – Sacavém – Des. 1811]

Fig. 21 – Fábrica de Louça de Sacavém | módulo de padrão | técnica de estampagem e variante de cor



[fotografia: Catálogo A Arte Nova nos Azulejos em Portugal, pp.56-57, n.º 13]

Fig. 22 – Fábrica de Louça de Sacavém | idêntico módulo de padrão semi-relevado



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 23, 24, 25 – Padrões imitando os antigos | hispano-mouriscos | ponta de diamante | enxaquetados



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 26, 27, 28 – Padrões segundo a técnica de estampilhagem | estampagem mecânica | semi-relevado

### 2.3 Ornamentação cerâmica complementar à azulejaria de fachada



[fotografia: [www.matrizpix.imc-ip.pt](http://www.matrizpix.imc-ip.pt) /Carlos Monteiro/©IMC/MC]

Fig. 29 – Palácio Nacional de Queluz | vista panorâmica do Canal dos Azulejos | séc. XVIII



[fotografia: [www.matrizpix.imc-ip.pt](http://www.matrizpix.imc-ip.pt) /Carlos Monteiro/©IMC/MC]

Fig. 30 – Palácio Nacional de Queluz | fachada sul do Pavilhão Robillion | estátuas no coroamento do edifício | jardim com balaustradas, vasos e estátuas



[fotografia: [www.matrizpix.imc-ip.pt](http://www.matrizpix.imc-ip.pt) /Carlos Monteiro/©IMC/MC]

Fig. 31 – Palácio Nacional de Queluz | esfinge em pedra mármore | séc. XVIII



[fotografia: [www.matrizpix.imc-ip.pt](http://www.matrizpix.imc-ip.pt) /Carlos Monteiro/©IMC/MC]

Fig. 32 – Palácio Nacional de Queluz | aspecto geral do Jardim de Malta



[fotografia: [www.matrizpix.imc-ip.pt](http://www.matrizpix.imc-ip.pt) /Carlos Monteiro/©IMC/MC]

Fig. 33 – Palácio Nacional de Queluz | aspecto geral da Escadaria Robillion ou Escadaria dos Leões | vasos no remate do edifício na escadaria e jardim

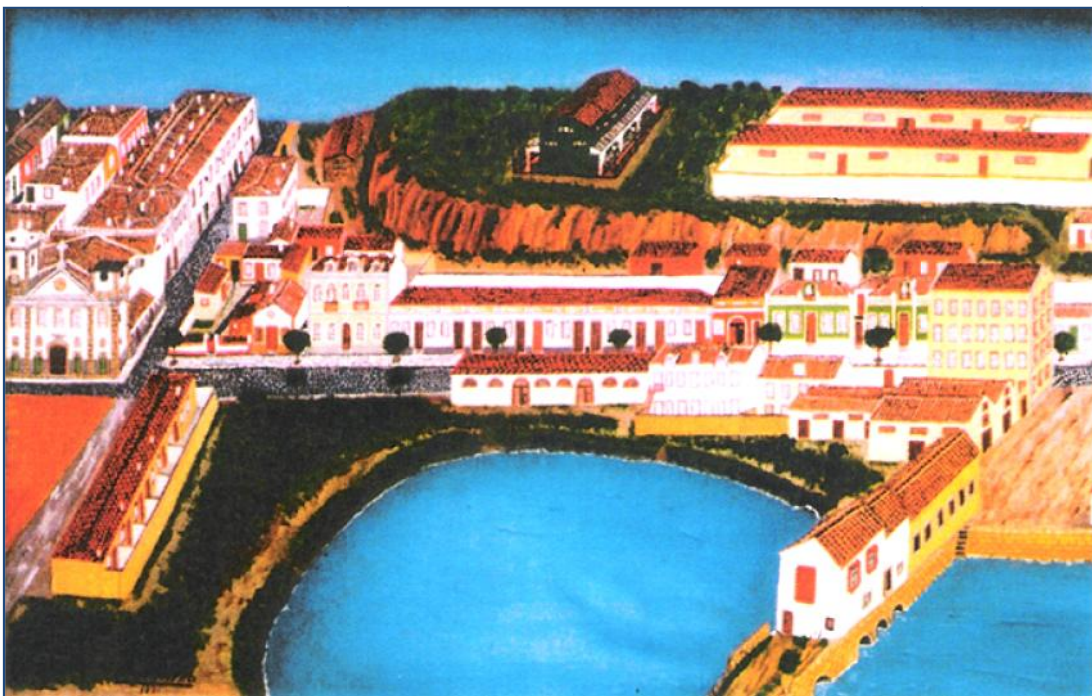


[fotografias: Francisco Queiroz]

Fig. 34, 35 – Lisboa – Paço do Lumiar | Quinta dos Azulejos | vista de alguns vasos cerâmicos policromos e estátuas

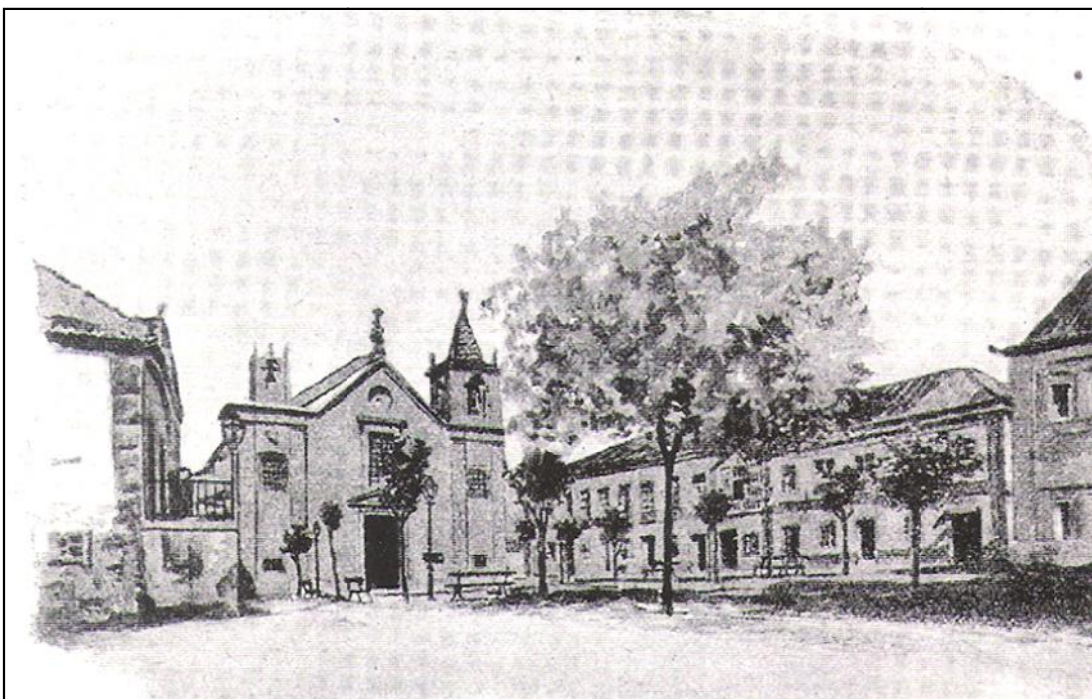
### 3. Barreiro (1850-1925) – Nota histórica

#### 3.1 A Vila do Barreiro



[fotografia: reprodução de pintura existente na Câmara Municipal do Barreiro / Rosalina CARMONA, *Olaria da Mata da Machada – Cerâmicas dos séculos XV-XVI*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 2005, p.11]

Fig. 36 – “Antigos *barreiros* no Barreiro” |Belmiro Ferreira



[fotografia: *Barreiro Antigo. Uma visita pela História*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1998, p. 7).

Fig. 37 – A Praça de Santa Cruz o centro cívico da Vila quinhentista, e a Casa da Câmara, do lado direito, no final do século XIX



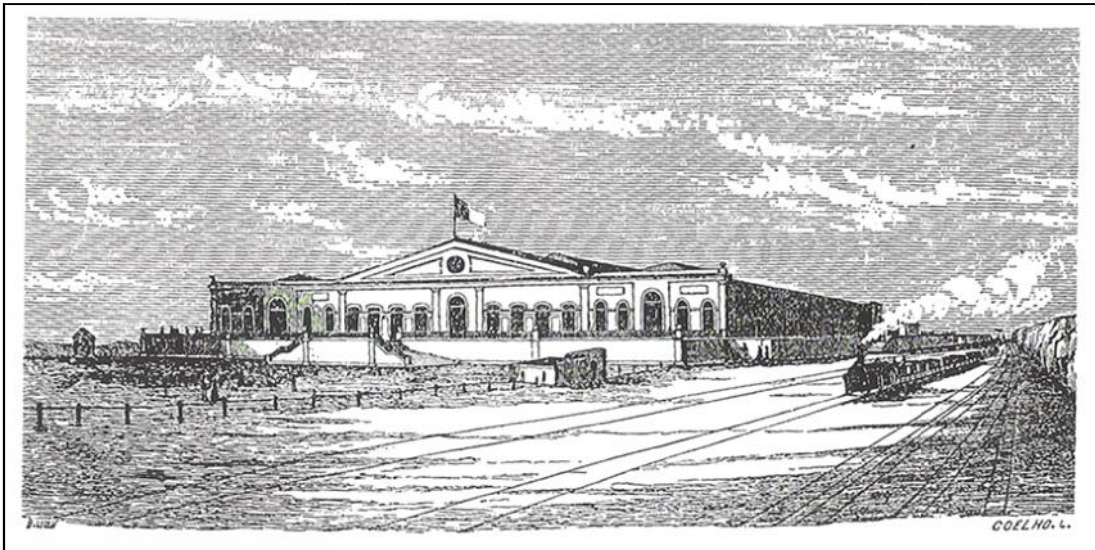
[fotografia: 1913 / O Barreiro através do bilhete-postal ilustrado, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, Livros Horizonte, 2005, p. 46]

Fig. 38 – Vista da antiga praia norte da Vila, observando-se ao fundo o porto do complexo fabril da CUF

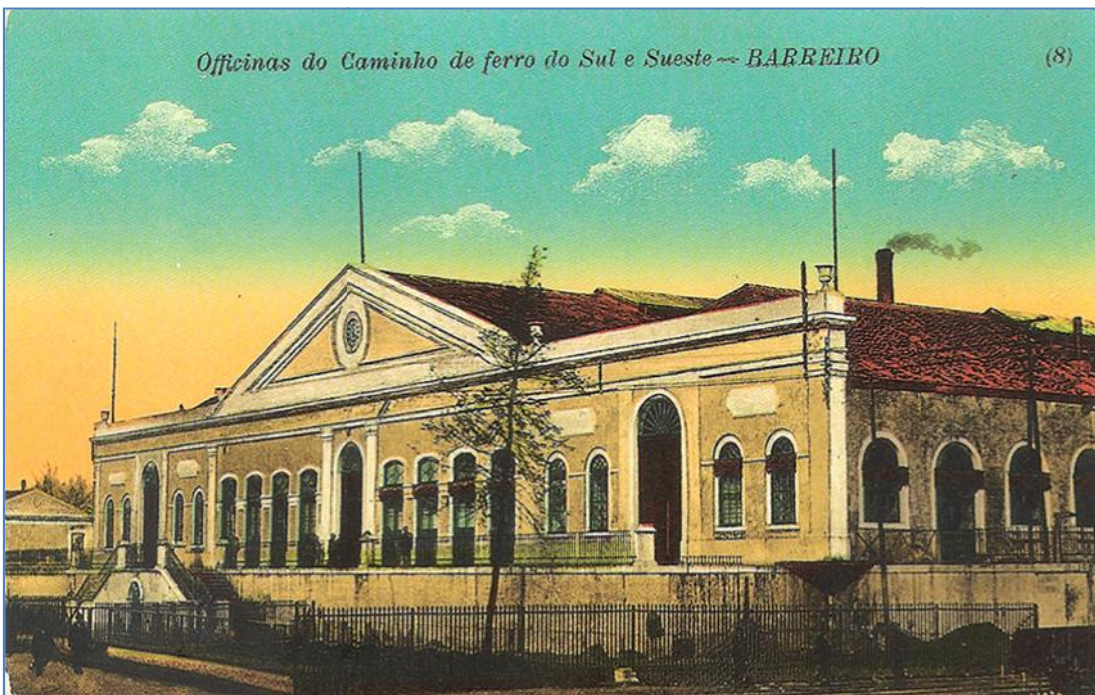


[fotografia: <http://pt.wikipedia.org>]

Fig. 39 – Conselheiro Joaquim António de Aguiar  
[Coimbra 1792-Lavradio 1884]



[fotografia: desenho de COELHO L. / *Um olhar sobre o Barreiro*, II Série n.º 3, Barreiro, Junho de 1990, p. 1]  
Fig. 40 – Edifício da estação do Caminho-de-ferro, este inaugurado a 1 de Fevereiro de 1861

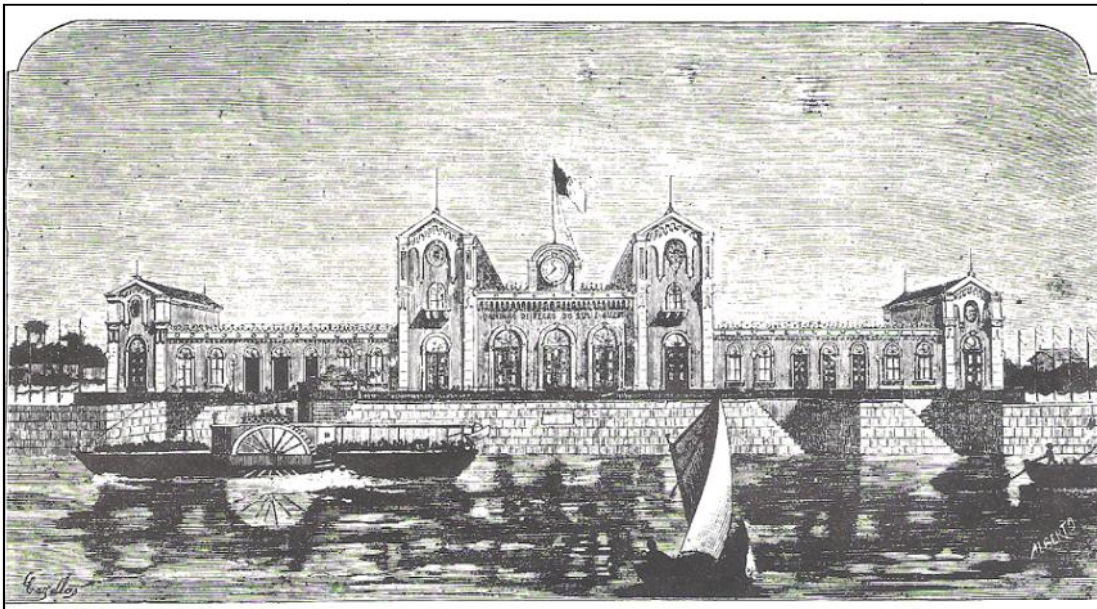


[fotografia: J. F. Alves e C.ª/ 1910 / *O Barreiro através do bilhete-postal ilustrado*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, Livros Horizonte, 2005, p. 29]  
Fig. 41– Primitivo edifício da estação do Caminho-de-ferro, funcionando como Oficinas



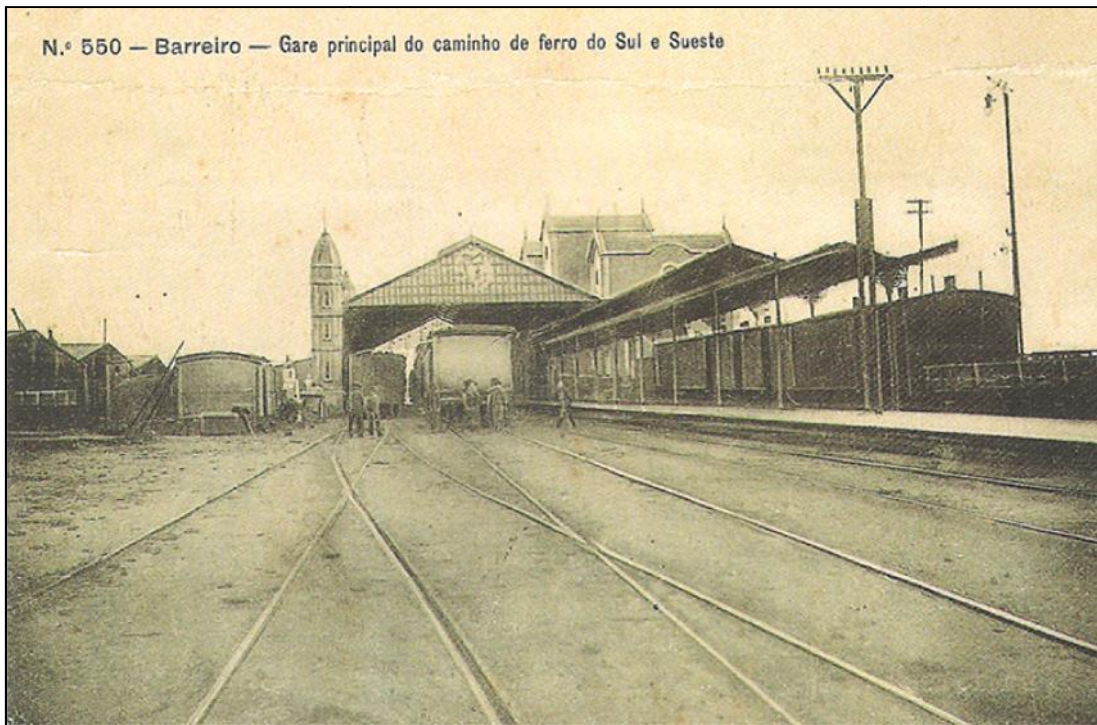
[fotografia: São Mamede em Revista – N.º 8, Março de 2010]

Fig. 42 – Engenheiro Miguel Pais [1825-1888]



[fotografia: desenho de ALBERTO / *Um olhar sobre o Barreiro*, I Série n.º 1, Barreiro, Dezembro de 1987, p. 16]

Fig. 43 – Edifício da Estação e Gare Marítima, inaugurado em 1884



[fotografia: Alberto Malva/ 1907/ *O Barreiro através do bilhete-postal ilustrado*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, Livros Horizonte, 2005, p. 29]

Fig. 44 – Perspectiva da estação vista de terra ladeada de armazéns e mercadorias

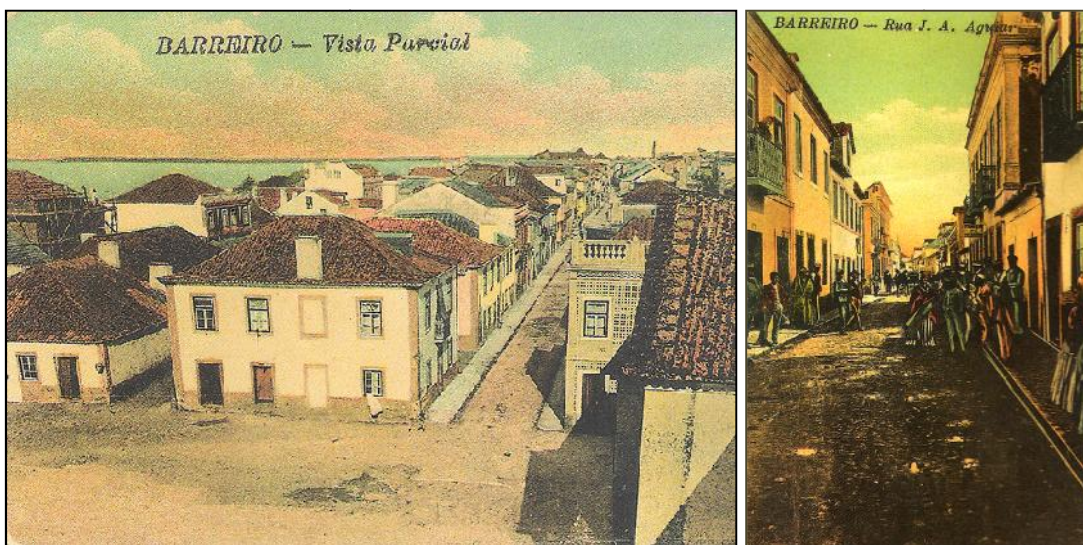


[fotografia: <http://pt.wikipedia.org>]

Fig. 45– Retrato de Alfredo da Silva [Lisboa 1871-Sintra 1942]



### 3.2. Localização dos imóveis na malha urbana



[fotografia: 1910 / *O Barreiro através do bilhete-postal ilustrado*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, Livros Horizonte, 2005, pp. 47-48]

Fig. 48, 48a – Vista da Rua Joaquim António de Aguiar principal artéria da Vila atravessando-a de nascente a poente | paralela a Rua Marquês de Pombal | pormenor da rua principal



[fotografia: 1910 / *O Barreiro através do bilhete-postal ilustrado*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, Livros Horizonte, 2005, p. 50]

Fig. 48b – Vista da Rua Joaquim António de Aguiar perspectiva do meio da rua, no sentido poente | do lado esquerdo é visível o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0233] seguindo-se o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0249] | o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0255 apenas de habitação] e o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0263 era rematado por diversos ornatos cerâmicos]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 48c – Vista da Rua Joaquim António de Aguiar perspectiva do meio da rua, no sentido poente | do lado esquerdo é visível o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0233] seguindo-se o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0249] | o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0255] e o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0263] – Agosto de 2012

<p><b>Leitaria Chave d'Ouro</b> (O LÁ VAI) Rua Aguiar, 210--BARREIRO</p> <hr/> <p><b>COMPLETO SORTIDO DE PASTEIS, VINHOS DO PORTO E DA MADEIRA GRANDE VARIEDADE DE AGUAS MINERAES</b></p> <p>Objectos proprios para brindes, etc., etc.</p> <hr/> <p>Nao deixem de visitar esta casa que é sem duvida no Barreiro a mais confortavel</p> <p><b>O Proprietario—Mario Rodrigues Solano</b></p>	<p><b>PROGRESSO COMERCIAL</b> <b>A. J. SILVA, L.<sup>DA</sup></b></p> <p>A Casa mais chic do Barreiro aonde o freguez encontra comodidade, amabilidade e bom gosto</p> <p><b>Fanqueiro e Refrozeiro</b> Com seções de Chapelaria sapataria e Perfumaria</p> <p>A mais bem montada e higienica</p> <p><b>MERCERIA</b> Genera alimenticios de 1.<sup>a</sup> qualidade e aos mesmos preços de Lisboa Louças e Vidros, Artigos de ménage, Seções de Tabacaria, Aguas, Bijouitarias e jercenes</p> <p><b>Sempre preços mais baratos</b></p> <p><b>A. J. Silva, L.<sup>da</sup></b></p> <p>Sede: 235, Rua Aguiar, 236-A (Estabelecimento) Rua Aguiar 224 a 226 - B Junto à Farmacia Pimenta (fronteiro) T. do Loureiro, 3 e 9</p> <p><b>BARREIRO</b></p>
--	---

[fonte: O Eco do Barreiro, 1 de Janeiro de 1922, p. 4]

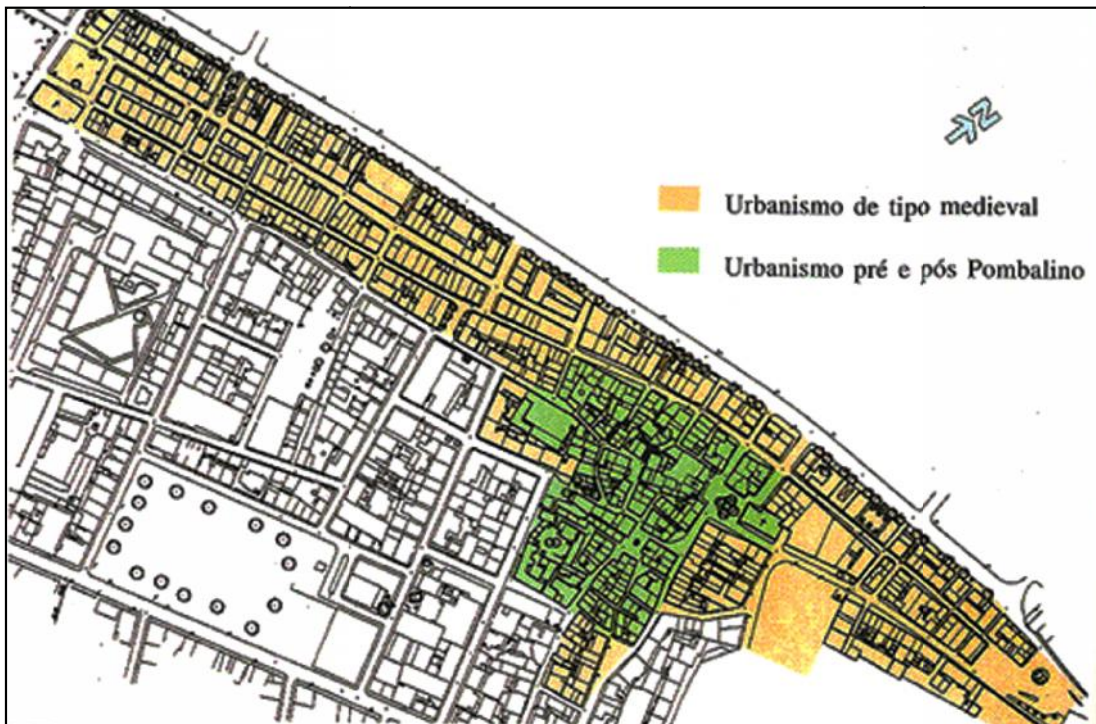
Fig. 49 – Anúncios publicitários na imprensa local de inícios do XX, oferecendo vários serviços aos moradores da Vila, localizados na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, popularmente conhecida por "Rua Aguiar".





[fotografia: J. F. Alves e C.ª/ 1910 / *O Barreiro através do bilhete-postal ilustrado*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, Livros Horizonte, 2005, p. 48]

Fig. 51 – Vista da Rua Marquês de Pombal, delineada na década de sessenta do século XIX, paralela à praia norte da Vila, não estava pavimentada e os despejos das casas corriam pela rua [c. 1875]



[fotografia: *Barreiro Antigo. Uma visita pela História*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1998, p. 6).

Fig. 52 – Características do traçado urbano da Vila do Barreiro



[fotografia: 1910 / *O Barreiro através do bilhete-postal ilustrado*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, Livros Horizonte, 2005, p. 49]

Fig. 53 – Vista da Rua Miguel Pais, avistando-se o prédio de José Pedro da Costa, na altura o mais alto da Vila, construído como celeiro do Moinho Pequeno, e posteriormente prédio de habitação. Ao fundo, em último plano, o edifício da estação e gare marítima

**ENXOFRE**  
E  
**SULPHATO DE COBRE**  
**14, Rua Miguel Paes, 18**  
**BARREIRO**

**Água-ardente**  
DE  
**1.ª E 2.ª QUALIDADE**  
*14, Rua Miguel Paes, 18*  
**BARREIRO**

**Fernandes & Lopes**  
**14, Rua Miguel Paes, 18**  
**BARREIRO**  
Deposito de farinhas, azeite, cereaes, legumes, forragens e outros generos. Venda por grosso e a retalho.

**MILHO**  
PARA  
**ENGORRIAS**  
**14, RUA MIGUE PAES, 18**  
**Barreiro**

[fonte: *O Concelho do Barreiro*, n.º 1, 14 de Março de 1897, p. 4]

Fig. 54 – Anúncios publicitários na imprensa local, de finais do século XIX e inícios do XX, oferecendo vários serviços aos moradores da Vila, localizados na Rua Miguel Pais, onde se localizavam a maioria dos armazéns, pela proximidade com o cais de embarque ferro-fluvial.



### 3.2.1 Tipologias arquitectónicas caracterizadoras da malha urbana



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 56 - Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0270\_01\_01] na Rua  
Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 270 |  
tipologia (1) casa com rés-do-chão e andar (um ou dois)



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 57 – Imóvel [BA\_B\_HS\_0050\_01\_01] na Rua Heliodoro Salgado  
n.º 50 | tipologia (2) casa térrea



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 58 – Imóvel [BA\_B\_MP\_0109\_01\_01] na Rua Marquês de Pombal n.º 109 formando gaveto com Travessa da Praia | tipologia (3) casa de fachada larga, rés-do-chão e andar nobre, semelhante ao solar rural



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 59– Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0248\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 248 formando gaveto com Rua da Amoreira | revela certa proporcionalidade entre altura e largura

#### 4. Azulejaria de fachada no Barreiro – Casos de Estudo

##### 4.1 Padrões, frisos e barras

##### 4.1.1 Padrão “Palácio da Pena” e Friso das “Esferas”



[fotografia: Isabel Pires]

[fotografia: Arquivo Municipal do Barreiro]

Fig. 60, 61 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0248\_01\_02] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 248 gaveto com Rua da Amoreira | pormenor do padrão [P-19-00017] e friso [F-19-00010]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 62 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0108\_01\_01] na Rua Marquês de Pombal n.º 108 | aplicação do padrão e friso idênticos ao do imóvel anterior



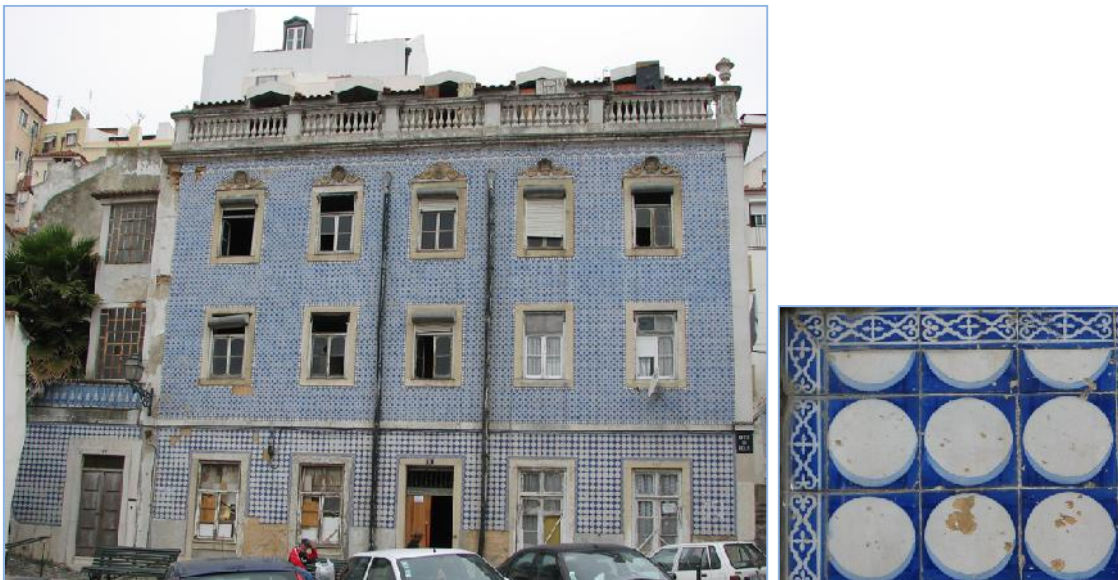
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 63 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0249\_01\_01] sito na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 249 | pormenor do padrão [P-19-00018] e friso [F-19-00018]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 64 – Lisboa – Benfica | Palácio Beau Séjour | aspecto geral da fachada | padrão e friso



[fotografias: Francisco Queiroz /IPC]

Fig. 65, 66 – Lisboa | Imóvel no Beco do Belo n.º 6 | padrão das “Esferas” no piso térreo - pormenor (datados 1872)



[fotografia: Francisco Queiroz em Domingues, *A ornamentação cerâmica (...)*, vol. II - pp. 162 e 246]

Fig. 67, 68 - Sintra: Palácio da Pena - escadaria de acesso à Torre do Relógio | Lisboa: Palácio Beau Séjour | aplicação dos módulos de padrão com variantes de cor



[fotografia: Francisco Queiroz]

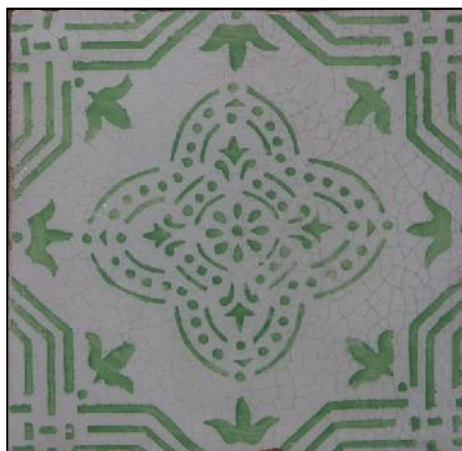
Fig. 69 – Lisboa – Santa Apolónia – Largo do Caminho – de – ferro | padrão da “Pena”

#### 4.1.2 Padrão de “Rendas” ou “Crochet”



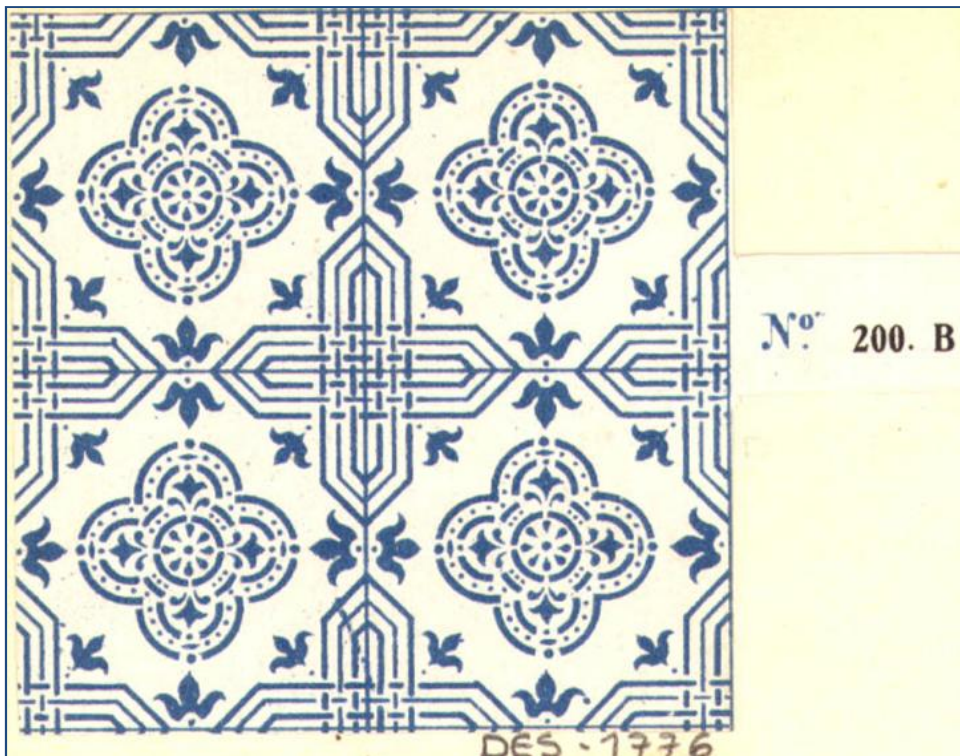
[fotografia: Foto do Arquivo Municipal do Barreiro (Dossier 12/20 do GTL)]

Fig. 70 - Imóvel com um alçado voltado para a Travessa do Teatro n.º 12-16 e fachada posterior na Rua Marquês de Pombal n.º 78-80



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 71, 72 - Vista da fachada principal [BA\_B\_CJAA\_0099\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 99 | módulo de padrão [P-19-00007]



[fotografia: CDMJA – Sacavém – Des. 1776]

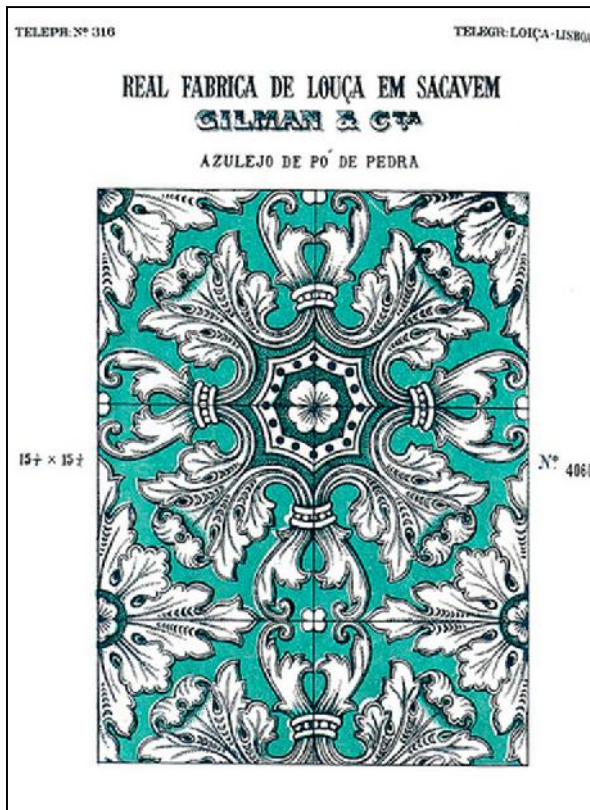
Fig. 73 - Modelo idêntico provavelmente segundo a técnica de estampagem

[A Fábrica de Sacavém produziu também alguns padrões estampilhados podendo ser este o caso]



[fonte: Jan, PLUIS, *Nederlandse Tegels 1900-2000*, Primavera Pers, Leiden, 2008, p. 76, Plaat n.º 9 do catálogo *HET TEGELHUIS ALFEN A/D RIJN* (Holland), c. 1914]

Fig. 74 - Padrão de “Rendas” idêntico ao modelo do Catálogo da Fábrica Cerâmica das Devesas com o n.º 84.



[fonte: C. da Real Fábrica de Louça de Sacavém -1910]

Fig. 75 - Módulo de padrão –n.º 406 – B  
(existem outras variantes de cor)



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 76 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0099\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 99 |  
módulo de padrão com variante de cor, utilizado como barra de arquitrave



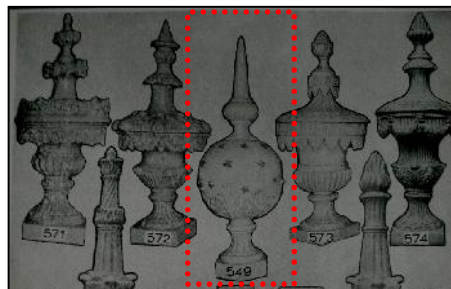
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 77, 78 – Imóvel [BA\_B\_SP\_0038\_01\_01] na rua Serpa Pinto, n.º 38 | módulo de padrão [P-19-00028]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 79 – Aplicação do módulo de padrão [P-19-00028] | friso [F-19-00025] e cantos | barra de arquitrave [B-19-00014]



[fotografias: Arquivo Municipal do Barreiro (Espólio Olga Costa Mano)]

Fig. 80, 81, 82 - Edifício totalmente azulejado e rematado por globos [início do século XX] |  
 Globo da Fábrica Viúva Lamego - Dossier n.º 9 – n.º 549 – canto superior direito



[fotografia: AMB (Dossier 6/20) do GTL- 1997]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 83, 84 – Vista dos três edifícios. No imóvel [BA\_B\_CJAA\_0164\_01\_01] são visíveis dois letreiros publicitando a actividade comercial [1997] actualmente inexistente



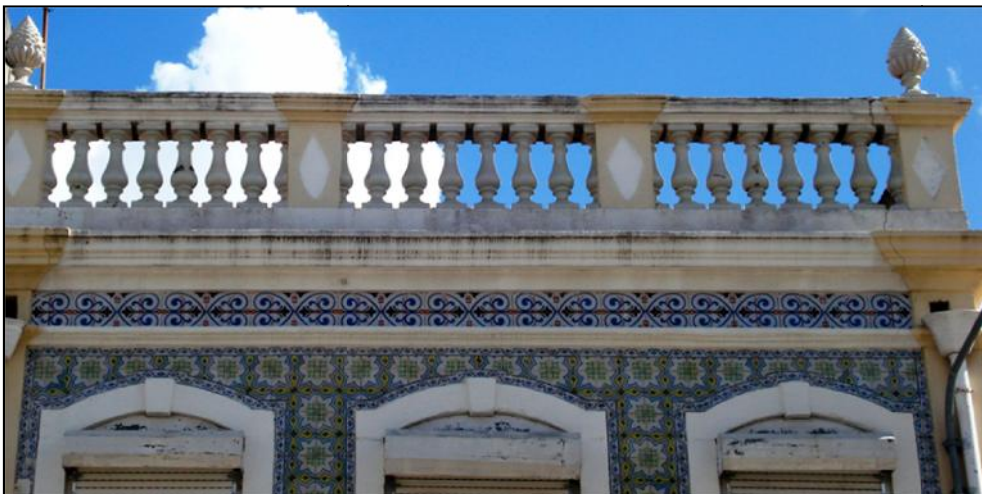
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 85 – Friso [F- 20-00005] e canto



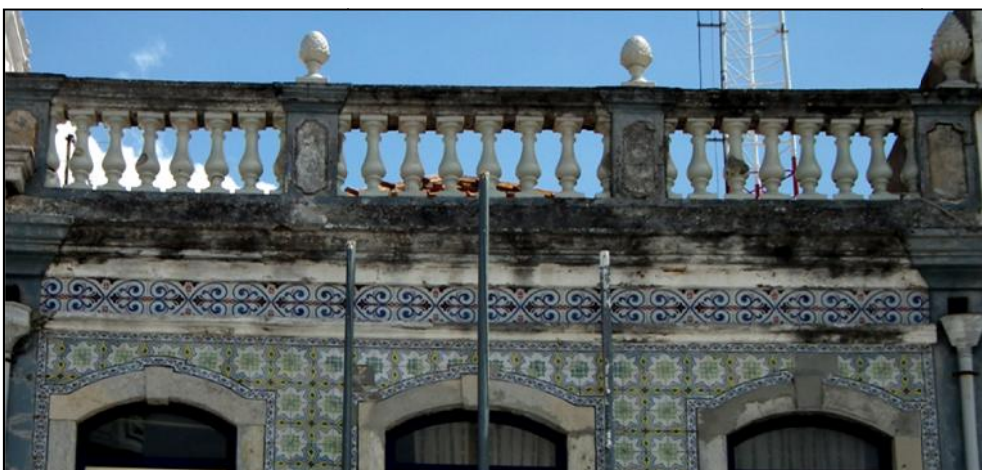
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 86 – Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00011]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 87 – Moita | Rua Miguel Bombarda n.º 85 | pormenor da barra de arquitrave (com variantes de cor)



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 88 – Moita | Rua Machado Santos n.º 31 | pormenor da barra de arquitrave

#### 4.1.3 Padrão de “Colchete” ou “Constância”



[fotografia: Isabel Pires]



[fotografia: Arquivo Municipal do Barreiro]

Fig. 89, 90 – Imóveis [BA\_B\_CJAA\_0081\_01\_01] e [BA\_B\_CJAA\_0210\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 81 e 210



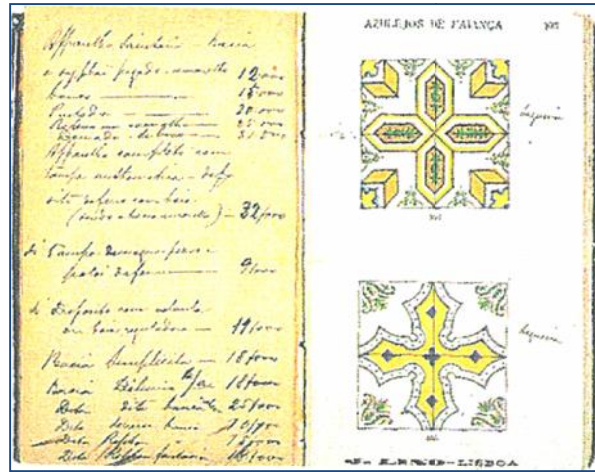
[fotografias: Isabel Pires]



Fig. 91, 92 – Imóveis [BA\_B\_CJAA\_0249\_01\_01] e [BA\_B\_MPb\_0066\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 249 gaveto com Travessa do Loureiro n.º 8, e Rua Marquês de Pombal n.º 66



[fotografia: Isabel Pires]



[foto: Francisco Queiroz]

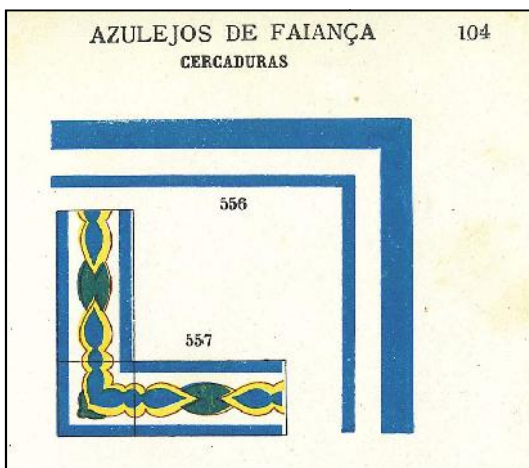
Fig. 93, 94 – Módulo de padrão [P-19-00006] | também produzido pela Fábrica Viúva Lamego - catálogo J. Lino (materiais de construção), Lisboa, 1889



[fotografias: Isabel Pires]



Fig. 95, 96 – Friso e cantos [F-19-00006] dos imóveis das figuras 78 e 81 | – friso do imóvel na Rua Marquês de Pombal n.º 87 [BA\_B\_MPb\_0087\_01\_01]



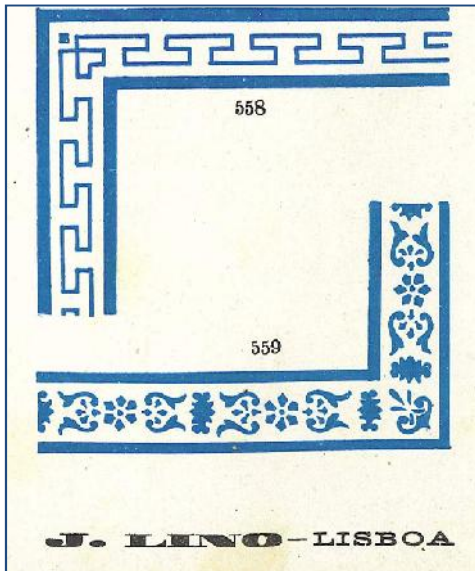
[foto: Francisco Queiroz]

Fig. 97 – Catálogo J. Lino (materiais de construção) Lisboa, 1889, p. 104 – Des 557



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 98 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0081\_01\_01] e imóvel [BA\_B\_MPb\_0066\_01\_01] | ambos com barra idêntica [B-19-00003]



[foto: Francisco Queiroz]

Fig. 99 – Catálogo J. Lino (materiais de construção), Lisboa, 1889, p. 104 – Des 559

#### 4.1.4 Padrão / Barra mais utilizados no Barreiro



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 100, 101 – Módulo de padrão [P-19-00014] | friso e canto [F-19-00015]



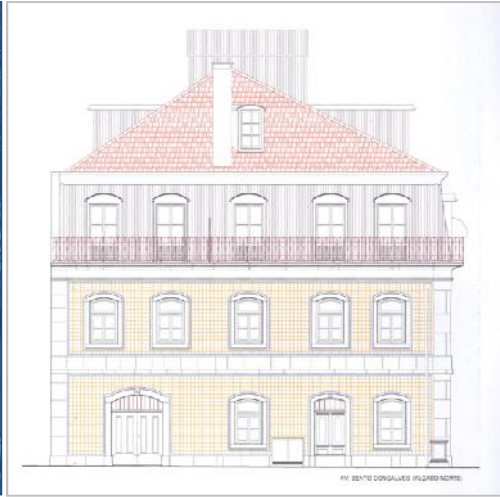
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 102 - Vista geral do edifício com a fachada principal na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 213 e alçado lateral voltado para a Travessa da Figueira n.º 1-3-5-7



[fotografia: Arquivo Municipal do Barreiro (RCR /1/ 2003 e RCR /2/ 2003)]

Fig. 103 – Travessa da Figueira (alçado poente)



[fotografia: Isabel Pires]

[fotografia: AMB (RCR /1/ 2003 e RCR /2/ 2003)]

Fig. 104 - Vista geral da outra fachada voltada para a Avenida Bento Gonçalves n.º 94 (alçado Norte)



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 105, 106 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0109\_01\_01] com alçado lateral esquerdo, voltado para a Travessa da Praia e o alçado lateral direito, sem qualquer revestimento azulejar



[fotografia: Isabel Pires]

[fonte: POLES, *Catálogo de la colección de azulejos de seri del siglo XIX*, Onda, p. 338, n.º 730]

Fig. 107, 108 - Friso e canto [F-19-00027] | Modelo apresentando solução idêntica com folhagem enrolada sobre um eixo



[fonte: João Manuel MIMOSO, *Sobre a degradação física dos azulejos em Lisboa*, Lisboa, 2011, p. 8]

Fig. 109 - Lisboa | Pormenor de uma fachada na Calçada do Cardeal | friso com o motivo de fita enrolada sobre um eixo



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 110 - Imóvel [BA\_B\_MPb\_0109\_01\_04] | pormenor da barra de arquitrave [B-19-00016]



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 111, 111a – Imóveis [BA\_B\_CJAA\_0319\_01\_04]; [BA\_B\_CJAA\_0321\_01\_04]; [BA\_B\_CJAA\_0325\_01\_04] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar | [imóvel n.º 323 é um prédio de construção recente, e o n.º 325 actualmente, sem revestimento azulejar [Agosto 2012]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 112 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0325\_01\_04] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 325



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 113 – Módulo de padrão [P-19-00021] aplicado no imóvel [BA\_B\_CJAA\_0325\_01\_01] | friso (F-19-00021)



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 114 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0087\_01\_05] | pormenor da barra de arquitrave [B-19-00015]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 115 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0192\_01\_03] | pormenor da barra de arquitrave [B-19-00006]



[fotografia: Francisco Queiroz / IPC]

Fig. 116- Lisboa | Imóvel no Beco do Belo n.º 6 | Barra em tons de azul e branco | Fábrica Roseira



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 117 – Pormenor da barra de arquitrave [B-19-00011]

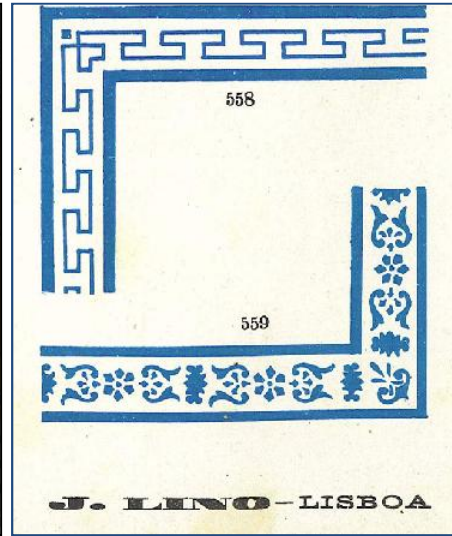


[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 118 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0035\_01\_02] | aplicação do padrão [P-19-00032] friso (F-19-00028) e barra de arquitrave [B-19-00011]



[fotografia: Isabel Pires]



[foto: Francisco Queiroz]

Fig. 119, 120- Pormenor do friso e canto | modelo idêntico - catálogo J. Lino, Lisboa, 1889, p. 104-Des 558 [azul]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 121 – Imóvel [BA\_B\_NSR\_0002\_01\_05] aplicação do padrão [P-19-00008] | friso [F-19-00002] | barra de arquitrave [B-19-00013]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 122 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0130\_01\_05] | pormenor dos frisos [F-19-00008] com mais cor e [F-19-00009] em tons de azul e branco

## 4.2 Centros de fabrico, técnicas decorativas e influências externas

### 4.2.1 Fábrica Viúva Lamego e padrões estampilhados

#### 4.2.1.1 Padrão com motivos enxaquetados



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 123 – Módulo de padrão [P- 19-00001]



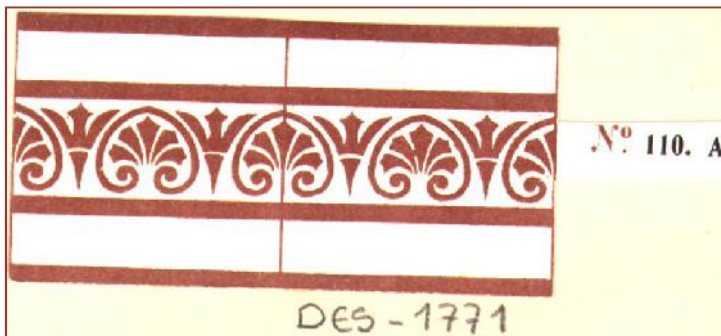
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 124, 125 – Imóvel [BA\_B\_AR\_0080\_01\_01] sito na Rua Almirante Reis n.º 80 | alçado lateral formando gaveto com Travessa do Loureiro n.º 30



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 126 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0065\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 65



[fotografia: CDMJA – Sacavém – Catálogo de formatos – Des. 1771]

Fig.127 – Modelo de friso idêntico produzido pela Fábrica de Sacavém



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 128- Vista parcial da platibanda com azulejos de padrão [P-20-00017] | friso [F-20-00004] | cercadura [C-20-00006]



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 129, 130 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0119\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 119 | módulo de padrão [P- 19-00002]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 131– Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0065\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 65| pormenor do padrão e friso contornando os vãos [F-19-00004]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 132 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0119\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 119| pormenor do padrão e friso, com o canto diferente do imóvel anterior



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 133 – Pormenor da barra de arquitrave [B-19-00019]



[fonte: João Manuel MIMOSO, *Sobre a degradação física dos azulejos em Lisboa*, Lisboa, 2011, p. 8]

Fig. 134 - Lisboa | Pormenor de uma fachada na Calçada do Cardeal | padrão enxaquetado em tons de azul e branco (esta imagem é a repetição da Fig. 109 – a propósito do friso com o motivo de fita enrolada sobre um eixo)

#### 4.2.1.2 Padrão com motivos geométricos e vegetalista



[fotografia: Francisco Queiroz in DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica (...)*, vol. II - p. 184 – Fig. 184.1]

Fig. 135 - Fábrica Viúva Lamego | azulejos no interior da fábrica onde surgem alguns modelos aqui referidos



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 136, 137 – Módulo de padrão [P- 19-00009] | aplicação do módulo de padrão



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 138 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0141\_01\_01] Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 141



[fotografia: Isabel Pires]

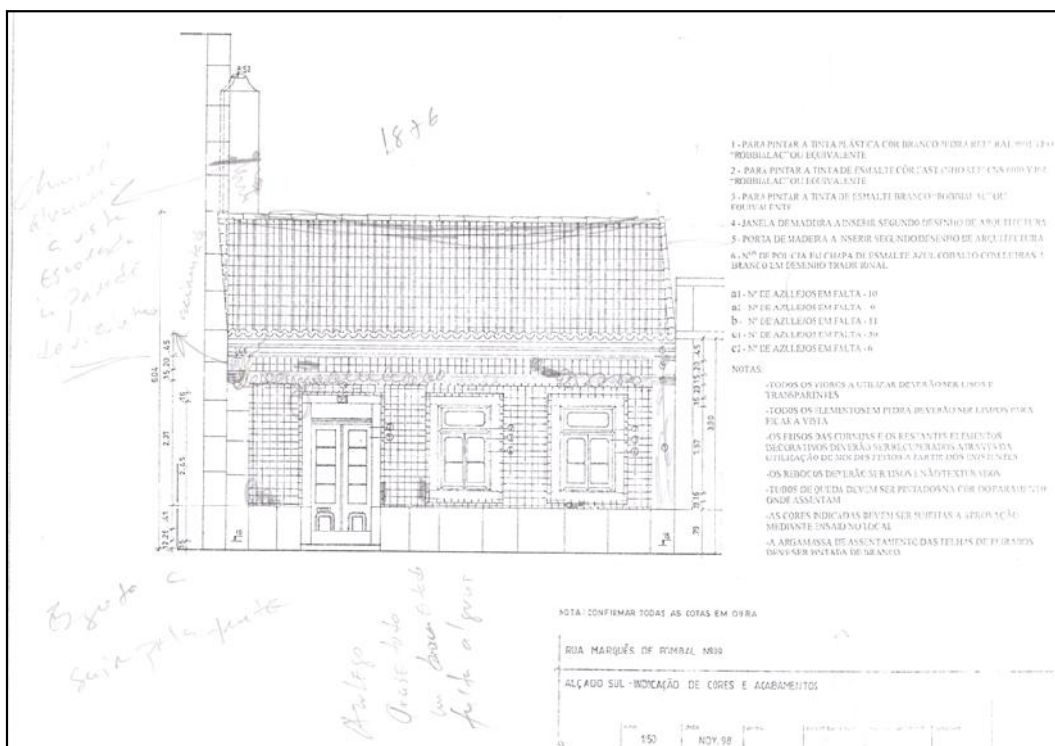
Fig. 139 – Pormenor dos vão delimitados pelo friso das “esferas” | barra de arquitrave policroma [B-19-00004]

### 4.2.1.3 Padrão com motivos vegetalistas



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 140 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0099\_01\_01] na Rua Marquês de Pombal n.º 99



[fotografia: Arquivo Municipal do Barreiro]

Fig. 141 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0099\_01\_01] na Rua Marquês de Pombal n.º 99 | directivas para as obras de conservação e restauro



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 142, 143 – Aplicação do módulo de padrão [P- 19-00033] | friso e canto [F-19-00004]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 144 – Pormenor da barra [B- 19-00017] com cartela oval exibindo datação e monograma

#### 4.2.1.4 Padrão de “ananases”



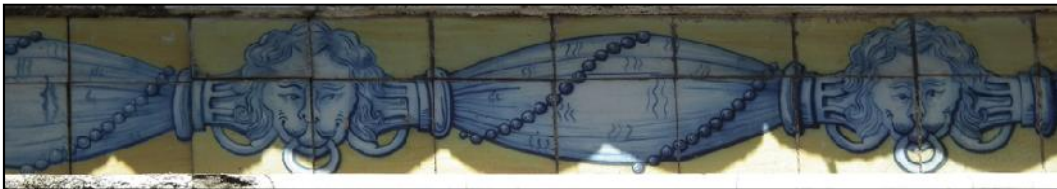
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 145- Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0285\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 285



[fotografia: Isabel Pires]

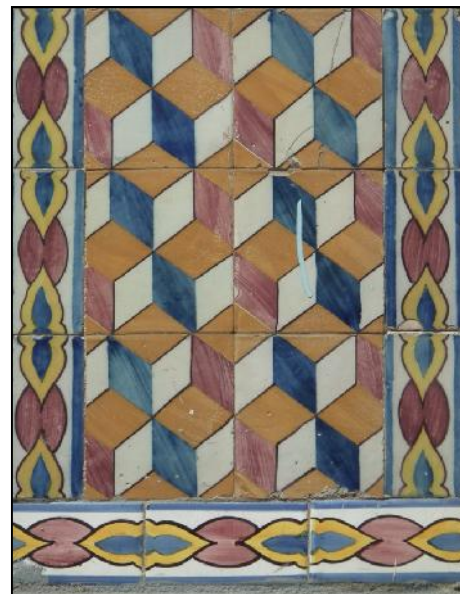
Fig. 146, 147, 148 – Aplicação do padrão [P-19-00022] | friso [F-19-00004] compondo um motivo entrançado, ao nível do segundo registo | friso [F-20-00022] de cordão perlado, no primeiro piso



[fotografia: Isabel Pires]

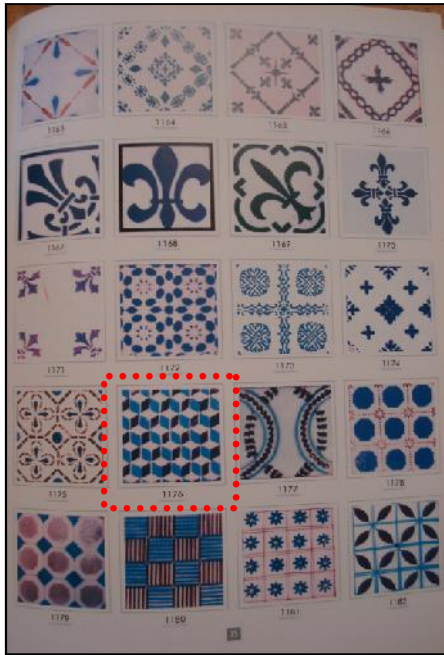
Fig. 149 – Pormenor da barra de arquitrave [B-19-00012]

#### 4.2.1.5 Padrão de “cubos”



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 150, 151- Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0071\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 71 | módulo de padrão [P-19-00005] | friso [F-19-00005] variante de cor do friso com o n.º 557 catálogo J. Lino

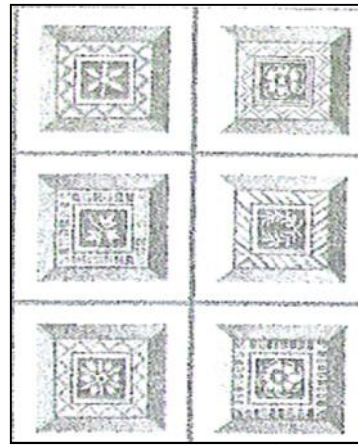


[fonte: Alejandro URIOSTE, *Catálogo de Azulejos franceses (...)*, p. 75, Des 1176]

[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 152, 153 - Modelo idêntico com cores diferentes, no catálogo sobre azulejos franceses | Pormenor da barra de arquitrave [B-19-00009]

#### 4.2.1.6 Padrão “*ponta de diamante*”



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 154, 155 - Aplicação do módulo padrão [P-19-00010] sugerindo os tectos de caixotões romanos



[fotografias: <http://pt.wikipedia.org>]

Fig. 156, 157 – Exemplos de tectos de caixotões | interior do Panteão Romano no século XVIII – destaque para a cúpula [pintura de Giovanni Panini] | pormenor do interior da cúpula da Sé Velha de Coimbra



[fotografia: Arquivo Municipal do Barreiro (*Dossier* 9/20 do GTL)]

Fig. 158 - Imóvel [BA\_B\_GCSC\_0004\_01\_01] na Praça Gago Coutinho e Sacadura Cabral n.º 4



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 159, 160 – Alçado voltado para a Rua Almirante Reis n.º 111 [BA\_B\_AR\_0111\_01\_01] | fachada principal na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 150 [BA\_B\_AR\_0150\_01\_01]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 161- Barra de arquitrave [B-19-00005] com a datação a azul



[fotografia: Isabel Pires]

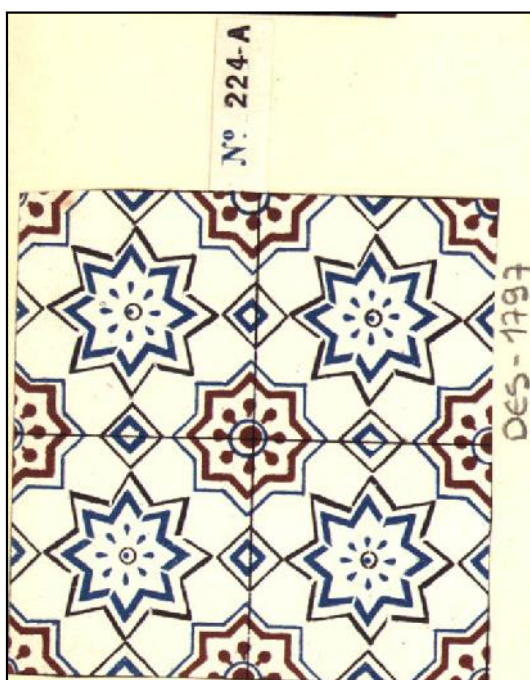
Fig. 162 - A data 1876 e as iniciais JGA na bandeira da porta

#### 4.2.1.7 Padrão estrelado e vegetalista com dois centros

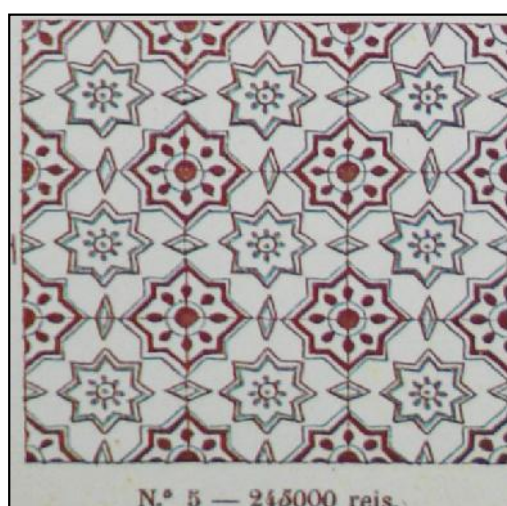


[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 163, 164 - Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0270\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 270 | módulo de padrão com dois centros [P-19-00020] | friso [F-19-00020]



[fonte: CDMJA – Sacavém – Des 1797]



[fonte: C. da Fábrica das Devesas, 1910 Des n.º 5]

Fig.165, 166 - Modelo semelhante da Fábrica de Louça de Sacavém [provavelmente segundo a técnica de estampilhagem] | outro modelo da Fábrica Cerâmica das Devesas



[fotografia: Isabel Pires]



[fonte: URIOSTE, Alejandro, *El Azulejo* (...), p. 231, Lâmina 89, n.º 18-19]

Fig.167, 168 - Pormenor da cercadura [C-20-00008] | modelo semelhante



[fonte: Catálogo *A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, pp. 150-151]

Fig. 169– Modelo idêntico [referido como sendo de origem valenciana, da fábrica Valdecabres]

#### 4.2.1.8 Padrão vegetalista com dois centros



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 170, 171, 172 - Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0024\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 24 | módulo de padrão com dois centros [P-19-00003]





[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 173– Aplicação do padrão | friso [F-19-00002] | barra de arquitrave [B-19-00002]

#### 4.2.1.9 Padrão geométrico e padrão vegetalista e floral



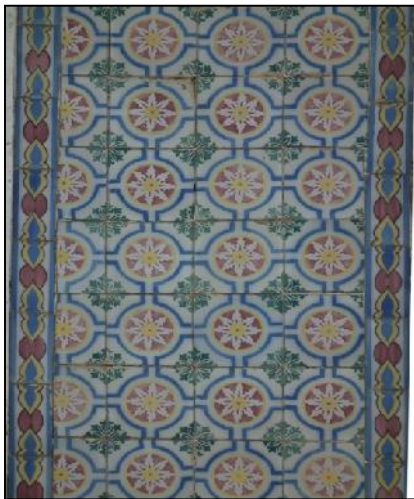
[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 174, 175, 176 - Imóvel [BA\_B\_MP\_0128\_01\_01] na Rua Miguel Pais n.º 128 | módulo de [P-19-00023] | aplicação do friso [F-19-00023]



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 177, 178 - Imóvel [BA\_B\_MP\_0128\_01\_02] na Rua Miguel Pais n.º 128 | módulo de padrão [P-19-00024]



[fotografia: Isabel Pires]



[fonte: Alejandro URIOSTE, *El Azulejo (...)*, p. 249, Lâmina 107, n.º 68]

Fig. 179, 180 - Aplicação do friso [F-19-00005] | módulo padrão [P-20-00025] de influência valenciana



[fotografia: Isabel Pires]

Fig.181- Aplicação do módulo de padrão [P-20-00025] como cercadura | friso [F-20-00007]

#### 4.2.1.10 Padrão “Minton”



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 182, 183- Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0233\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 233 | módulo de padrão [P-19-00016]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 184 – Pormenor do friso [F-19-00017] | barra de arquitrave [B-19-00009]

#### 4.2.1.11 Padrão verde com fundo verde-claro



[fotografia: Francisco Queiroz in DOMINGUES, *A ornamentação cerâmica (...)*, vol. II - p. 227 – Fig. 227.1]

Fig. 185- Fábrica Viúva Lamego | Azulejos junto a uma janela no corpo norte da fábrica  
[variante do modelo referido]



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 186, 187 - Imóveis [BA\_B\_MPb\_0126\_01\_01] e BA\_B\_MPb\_0128\_01\_01] na Rua Marquês de Pombal n.º 126-128 [da direita para a esquerda] | módulo de padrão [P-19-00030]



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 188, 189 - Friso [F-19-00029] e canto | friso aplicado em dupla fiada nos flancos



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 190 - Pormenor da barra de arquitrave formada por azulejos de padrão [P-20-00033]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 191 - Imóveis [BA\_B\_MPb\_0126\_01\_01] e BA\_B\_MPb\_0128\_01\_01] na Rua Marquês de Pombal n.º 126-128 [da direita para a esquerda], sem revestimento azulejar ou pinha [Agosto 2012]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 192, 193 - Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0169\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 169 | revestimento azulejar perceptível sob a pintura



[fotografia: Arquivo Municipal do Barreiro (Espólio Olga da Costa Mano)]

Fig. 194 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0169\_01\_01], destacando-se ao fundo do Largo Casal o edifício totalmente azulejado rematado por urnas e uma estátua ao centro [início do século XX]



[fotografia: Arquivo Municipal do Barreiro  
(Dossier 9/20 GTL - 1997)]

Fig. 195– Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0169\_01\_01] visível apenas o segundo piso azulejado e ainda com a estátua ao centro



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 196, 197 - Imóvel [BA\_B\_DEL\_0010\_01\_01] na Rua Dr. Eusébio Leão n.º 10 |pormenor do padrão [P-19-00029]



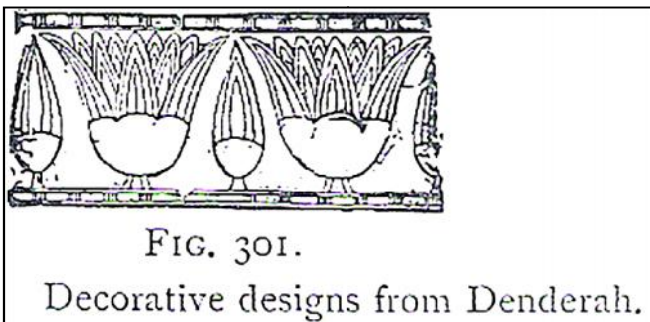
[fotografia: Isabel Pires]

Fig.198 – Aplicação do padrão |friso e cantos | barra de arquitrave [B-20-00018]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 199 – Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00018]



[fonte: W. James FURNIVAL, *Leadless Decorative Tiles, (...),* Stone, Staffordshire, 1904, p. 794]

Fig. 200 – Desenhos semelhantes simulando flor de lótus ou papiro



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 201 – Moita | Imóvel na Rua 5 de Outubro n.º 20 | pormenor da barra de arquitrave análoga ao modelo anterior



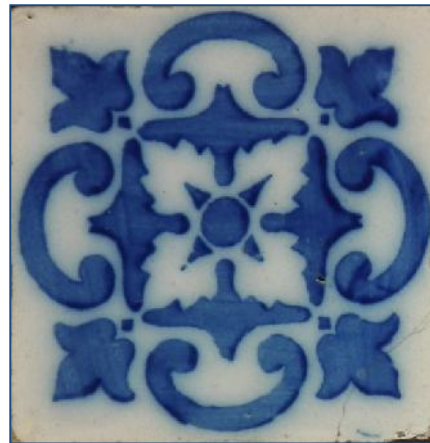
[fonte: catálogo *A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, p. 131, com o n.º 77]

Fig. 202 – Modelo idêntico patente no catálogo sobre azulejaria Arte Nova em Portugal



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 203, 204 – Moita | Imóvel na Rua 5 de Outubro n.º 20 | padrão “Minton” | friso [F-19-00013]



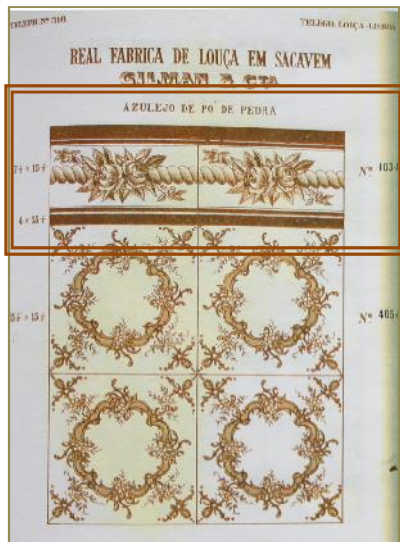
[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 205, 206 – Imóvel [BA\_B\_AR\_0085\_01\_01] na Rua Almirante Reis n.º 85 | padrão [P-19-00012]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 207 – Pormenor da cercadura [C-19-00001]



[fonte: Catálogo da Real Fábrica de Louça de Sacavém – 1910 – n.º 103 - A]

Fig. 208 - Existem outras variantes de cor no catálogo, assinaladas com diferentes letras

#### 4.2.1.12 Exemplo de padrão produzido pela fábrica Roseira, Viúva Lamego e Sacavém



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 209, 210 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0200\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 200 | Módulo de padrão [P-19-00011]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 211 – Aplicação do padrão | friso [F-19-00011]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 212, 213 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0263\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 263 | módulo de padrão [P-19-00019]



[fotografia: CDMJA – Sacavém – Des. 1777]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 214, 215 – Variante de cor, produzido talvez, segundo, a técnica de estampilha | aplicação do padrão no segundo registo [P-19-00019] e friso [F-19-00019]



[fotografias: Arquivo Municipal do Barreiro (*Dossier* 4/20 – GTL em Maio de 2000)]

Fig. 216, 217 – Fachada do imóvel [BA\_B\_CJAA\_0263\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 263 | e fachada na Avenida de Bento Gonçalves n.º 124-126 [BA\_B\_BG\_0126\_01\_02] antes do restauro



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 218, 219 – Fachada do imóvel [BA\_B\_CJAA\_0263\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 263 | e fachada na Avenida de Bento Gonçalves n.º 124-126 [BA\_B\_BG\_0126\_01\_02] após o restauro

#### 4.2.1.13 Barra “Flor de Liz” e “Papoilas”



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 220 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0200\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 200 | pormenor da barra de arquitrave aplicada ao contrário com o festão a formar arcos [B-19-00007]



[fonte: Dossier n.º 9 – Fábricas – Museu Nacional do Azulejo]

Fig. 221 – Desenho para barra de arquitrave da Fábrica Viúva Lamego



[fonte: Catálogo da Fábrica Cerâmica das Devesas – 1910

Des n.º 67]

Fig. 222 – Desenho para barra de arquitrave da Fábrica Cerâmica das Devesas



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 223, 224 – Moita | Imóvel na Rua Machado Santos n.º 39 | módulo de padrão



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 225 – Moita | aplicação da barra com o motivo “Flor-de-Lis”



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 226 – Moita | pormenor da aplicação da barra com o motivo “Flor-de-Lis”



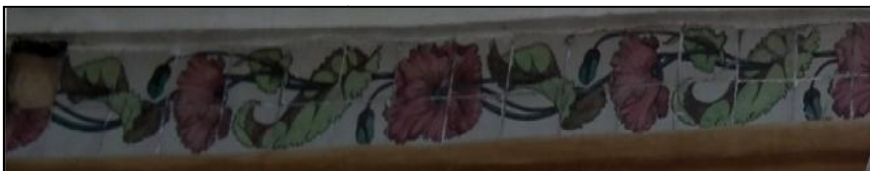
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 227– Moita | pormenor do remate da barra com o motivo “Flor-de-Lis”



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 228– Imóvel [BA\_B\_A\_0091\_01\_01]  
na Rua da Amoreira n.º 91



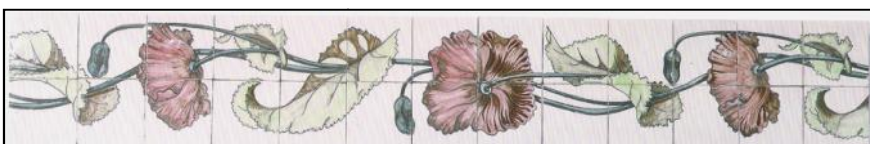
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 229– Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00005]



[fonte: Dossier n.º 9 – Fábricas – Museu Nacional do Azulejo]

Fig. 230 – Desenho para barra de arquitrave da Fábrica Viúva Lamego



[fonte: catálogo *A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, p. 64 (modelo idêntico)]

Fig. 231 – Modelo idêntico patente no catálogo de azulejaria *sobre Arte Nova*

## 4.2.2 Fábrica de Sacavém | padrões estampados e semi-relevados

### 4.2.2.1 Padrão com florões de acanto



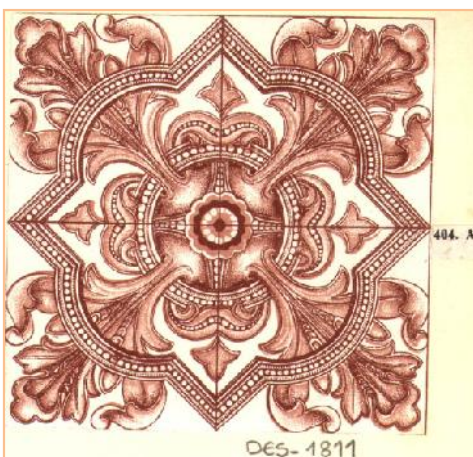
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 232– Imóvel [BA\_B\_AS\_0044\_01\_01] sito na Avenida Alfredo da Silva n.º 44



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 233– Azulejos de padrão utilizados como barra de arquitrave [P- 20-00002]



[fotografia: CDMJA – Sacavém – Des. 1881]

Fig. 234 – Modelo idêntico ao anterior  
(Variante de cor)



[fotografia: Catálogo *A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, n.º 13, pp. 56-57]  
 Fig. 235 - Modelos idênticos – variante de cor e técnica (semi-relevado)

#### 4.2.2.2 Padrão com motivos vegetalistas e perlados



[fotografias: Isabel Pires]  
 Fig. 236, 237 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0136\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 136 | módulo de padrão [P-20-00022]



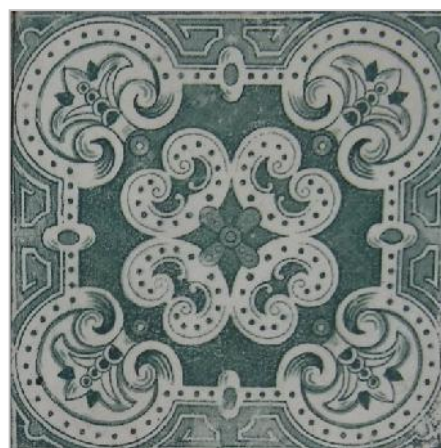
[fotografia: Isabel Pires]  
 Fig. 238 – Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00010]

#### 4.2.2.3 Padrão de “ferradura”



[fonte: Ana Paula Assunção, *Fábrica de Louça de Sacavém*, 1997, p. 76]

Fig. 239 - Surgem no Catalogo da Real Fabrica de Louça de Sacavém, 1910



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 240 – Imóvel [BA\_B\_MpB\_0140\_01\_01] Rua Marquês de Pombal n.º 140 | módulo de padrão [P-20-00025]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 241 – Imóvel [BA\_B\_DAJA\_0005\_01\_01] Rua Dr. António José de Almeida n.º 05-07-09-11 | (vista geral do edifício, da esquerda para a direita)



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 242– Imóvel [BA\_B\_DAJA\_0005\_01\_02] Rua Dr. António José de Almeida n.º 05-07-09-11 | (vista geral do edifício da direita para a esquerda)



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 243– Módulo de padrão [P-20-00026]



Fig. 244- Módulo de padrão [P-20-00027]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 245 - Pormenor dos motivos da barra [montagem]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 246 - Data colocada no centro da barra

#### 4.2.2.4 Padrão com motivos florais e circulares



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 247, 248 – Módulo de padrão [P-20-00006] | aplicação do módulo de padrão





[fonte: Augusto CABRITA, *Na Outra Margem – O Barreiro Anos 40-60*, Lisboa, CUF – Companhia União Fabril, SGPS, S.A. – Grupo José de Mello, 1999, p. 83]

Fig. 249 – Imóvel [BA\_B\_CGG\_0063\_01\_01] na Rua Combatentes da Grande Guerra n.º 63 formando gaveto com a Avenida Alfredo da Silva n.º 64 [antiga Avenida da Bélgica] | vista geral do edifício totalmente azulejado com platibanda ornamentada por pinhas



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 250 – Imóvel [BA\_B\_CGG\_0063\_01\_01] na Rua Combatentes da Grande Guerra n.º 63 formando gaveto com a Avenida Alfredo da Silva n.º 64 [aspecto actual – Agosto 2012]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 251 – Pormenor do friso [F-20-00001] intercalando a cercadura com tulpas [C-20-00002] a azul e branco



[fotografia: Isabel Pires]



[foto: AMB (Dossier 4/20 do GTL)]

Fig. 252, 253 – Imóvel [BA\_B\_BG\_0096\_01\_01] na Avenida Bento Gonçalves n.º 96 formando gaveto com a Travessa do Loureiro n.º 2 | vista da fachada principal



[fotografia: Isabel Pires]



Fig. 254, 255 – Módulo de padrão [P-20-00023] | aplicação do módulo de padrão



[fotografia: Isabel Pires]



Fig. 256, 257 – Par de gárgulas cerâmicas em forma de ave [Gg-20-00002]

#### 4.2.2.5 Padrão com motivos geométricos e florais estilizados – exemplo de um padrão reaproveitado



[fotografia: Isabel Pires]

Fig.258, 259 – Módulo de padrão [P-20-00024] | aplicação do padrão



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 260 – Imóvel [BA\_B\_MB\_0001\_01\_01] sito na Rua Miguel Bombarda n.º 01



[fotografia: Isabel Pires]

Fig.261 - Pormenor das águas-furtadas com a aplicação dos azulejos de padrão [P-20-00024]

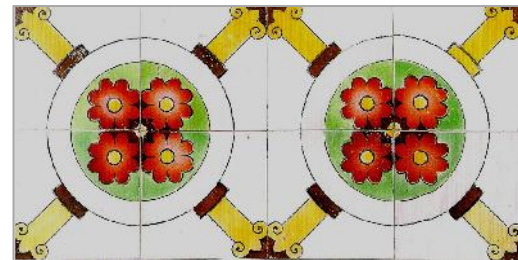


[fotografias: Isabel Pires]

Fig.262 – Barra de arquitrave [B-20-00014] e balaustrada [BI-20-00003]



[fonte: Ana Paula Assunção, Fábrica de Louça de Sacavém, 1997, Modelo n.º 1]



[fonte: Catálogo A Arte Nova nos Azulejos em Portugal, p. 95, cat.41]

Fig. 263, 264 - Modelos de barra semelhantes

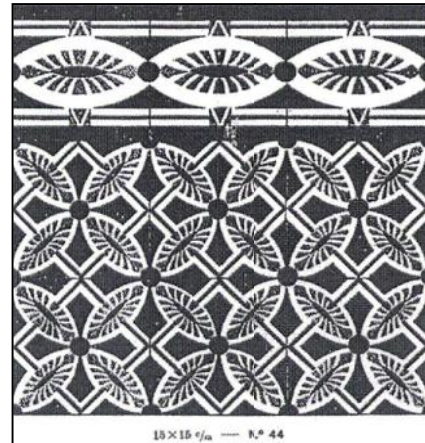


[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 265, 266 – Imóvel [BA\_B\_MB\_0001\_01\_01] na Rua Dr. Eusébio Leão n.º 22 | aplicação dos painéis a emoldurar a porta de entrada, com azulejos provenientes do imóvel [BA\_B\_MB\_0001\_01\_01] sito na Rua Miguel Bombarda n.º 01



[fonte: Ana Paula Assunção, Fábrica de Louça de Sacavém, 1997, p. 73]



[fonte: Catálogo da Fábrica Aleluia – Aveiro Des n.º 44]

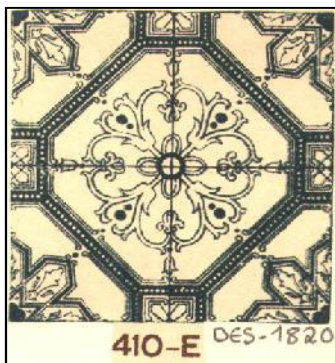
Fig.267, 268 - Desenho do padrão da Fábrica de Sacavém e modelo idêntico da Fábrica Aleluia - Aveiro

#### 4.2.2.6 Padrão “Lagarto”



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 269, 270 – Imóvel [BA\_B\_AS\_0048\_01\_01] na Avenida Alfredo da Silva n.º 48 | módulo padrão [P-20-00003]



[fonte: CDMJA – Sacavém – Des 1820/1821]



[fonte: Jan PLUIS,, *Nederlandse Tegels*, (...), 2008, p. 245, Desenho n.º 58]

Fig.271, 272, 273 – Modelos semelhantes com variante de cor e técnica da estampagem | modelo semelhante reproduzido em catálogo holandês



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 274 – Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00001]



[fonte: Ana Paula ASSUNÇÃO, *Fábrica de Louça de Sacavém, (...)*, 1997, Modelo n.º 4]

Fig. 275- Modelo idêntico produzido pela Fábrica de Sacavém

#### 4.2.2.7 Exemplo de outro padrão inspirado em modelos ingleses



[fotografia: Isabel Pires]

Fig.276 – Imóvel [BA\_B\_MP\_0078\_01\_01] na rua Miguel Pais n.º 78 | módulo padrão [P-20-00003]



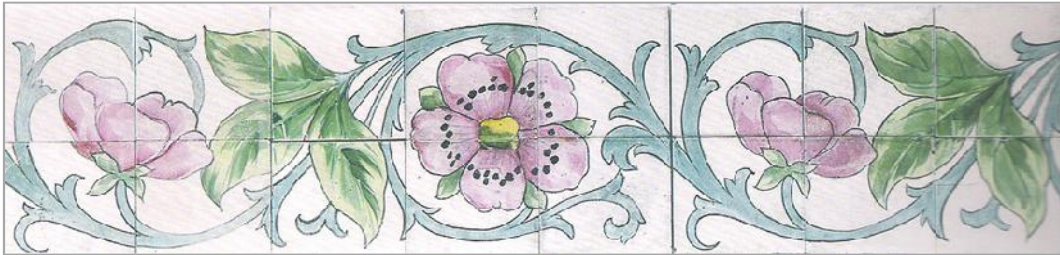
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 277– Módulo padrão [P-20-00017]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 278– Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00012]



[fonte: Catálogo *A Arte Nova nos Azulejos em Portugal*, p. 50, cat.4]

Fig. 279 – Modelo idêntico com variante de cor

[Nota: a *flor virada* e a folha de maiores dimensões estão dispostas em sentido inverso, ao modelo anterior]



[fotografia: Isabel Pires]



[fonte: J. BERGEON, *Jubiläums – Katalog* (...),Hessen, 1878-1953, p. 25 – Des. 2578 D]

Fig. 280, 281 – Nome do proprietário e data | modelo com flores abertas semelhante às da barra de arquitrave

#### 4.2.2.8 Padrões, friso e cercadura semi-relevados Arte Nova



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 282, 283 – Imóvel [BA\_B\_MP\_00669\_01\_01] na Rua Miguel Pais n.º 66 | data na bandeira da porta





[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 284 – Pormenor do padrão [P-20-00011] | friso [F-20-00002] e canto



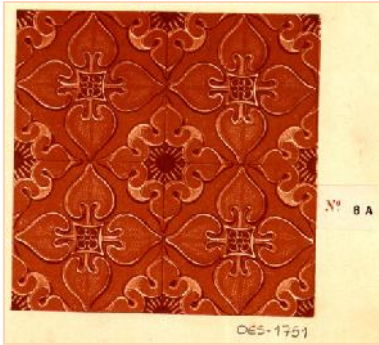
[fotografia: Isabel Pires]

Fig.285 - Pormenor da cercadura [C-20-00011] e friso



[fotografias: Isabel Pires]

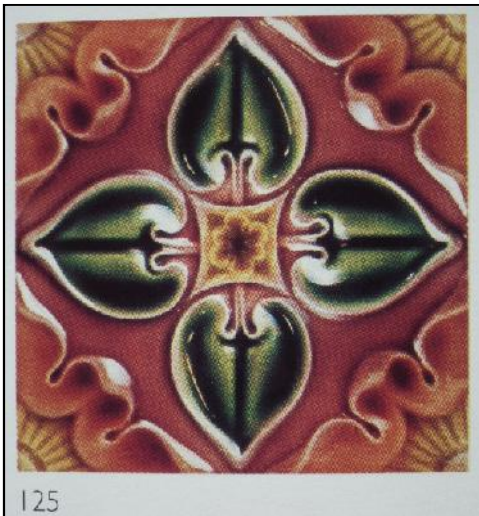
Fig. 286, 287 - Vista geral das águas-furtadas | módulo de padrão [P-20-00012]



[fonte: CDMJA – Sacavém – Des 1751]

[fonte: C. A Arte Nova nos Azulejos em Portugal, pp. 54-57]

Fig.288, 289 – Modelos semelhantes com variante de cor



[fonte: Alejandro URIOSTE, *El Azulejo (...)*, p. 224, n.º 125]

[fonte: Hans Van LEMMEN, Bart VERBRUGGE, *Art Nouveau Tiles (...)* 1999, p. 56.]

Fig. 290, 291 – Dois modelos idênticos ao das águas-furtadas da Rua Miguel Pais n.º 66 | O segundo modelo surge num catálogo belga em que o motivo floral vermelho é mais estilizado [“Manufactures Céramiques D’Hemixem – Gilliot & Co. – Hemixem-lez-Anvers (Belgique)”, Planche 89]



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 292 - Mísula em terracota [Ms-20-00001]



Fig.293 - Mísula vidrada a branco [Ms-20-00002]



Fig. 294- Gárgula vidrada a branco [Gg-20-00001]

#### 4.2.2.9 Padrões semi-relevados e barra com “*amores-perfeitos*”



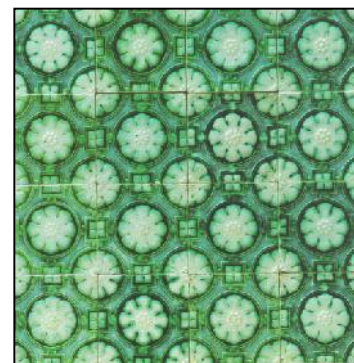
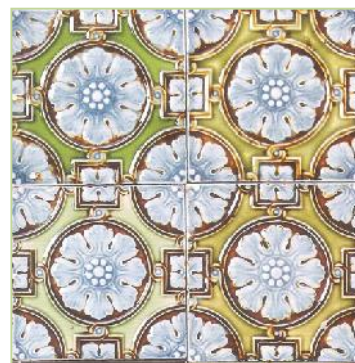
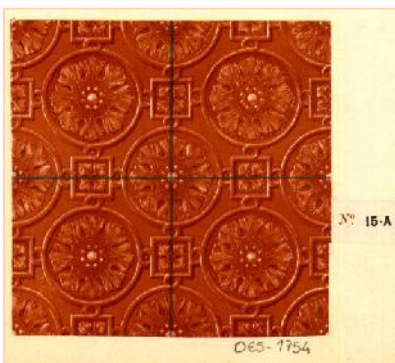
[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 295, 296 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0048\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 48 | módulo de padrão [P-20-00015]



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 297, 298 - Módulo de padrão [P-20-00016] utilizado como cercadura [bastante danificado]



[fonte: CDMJA – Sacavém – Des 1754]

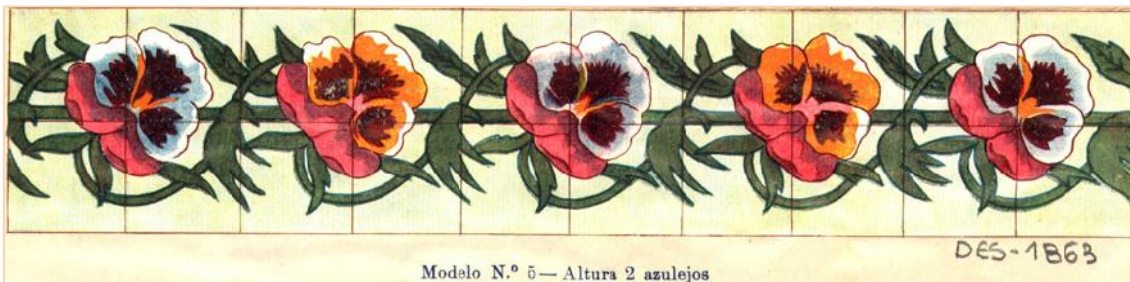
[fonte: C. A Arte Nova nos Azulejos em Portugal, pp. 55-58]

Fig. 299, 300, 301 – Modelos semelhantes com variante de cor | modelos policromos cat. 11 e cat. 14



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 302 – Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00009]



[fonte: CDMJA – Sacavém – Des. 1863 – Modelo n.º 5]

Fig. 303– Modelo semelhante com variante de cor da Fábrica de Sacavém



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 304 – Moita | Imóvel na Avenida Teófilo Braga n.º 31 | pormenor da barra de arquitrave



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 305 – Moita | pormenor do painel com azulejos brancos lisos e cartelas com inscrições, ladeado pela barra de arquitrave

#### 4.2.2.10 Exemplo de painel Arte Nova com figura feminina



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 306, 307 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0013\_01\_01] sito na Rua Marquês de Pombal n.º 13 | painel com a representação da figura feminina [Pf-20-00005]



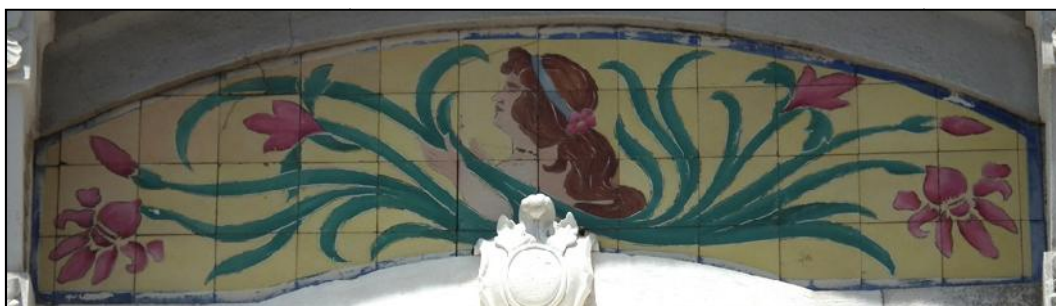
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 308 – Pormenor da barra [B-20-00015]



[fonte: C. A Arte Nova nos Azulejos em Portugal, p. 33 com o n.º F-17]

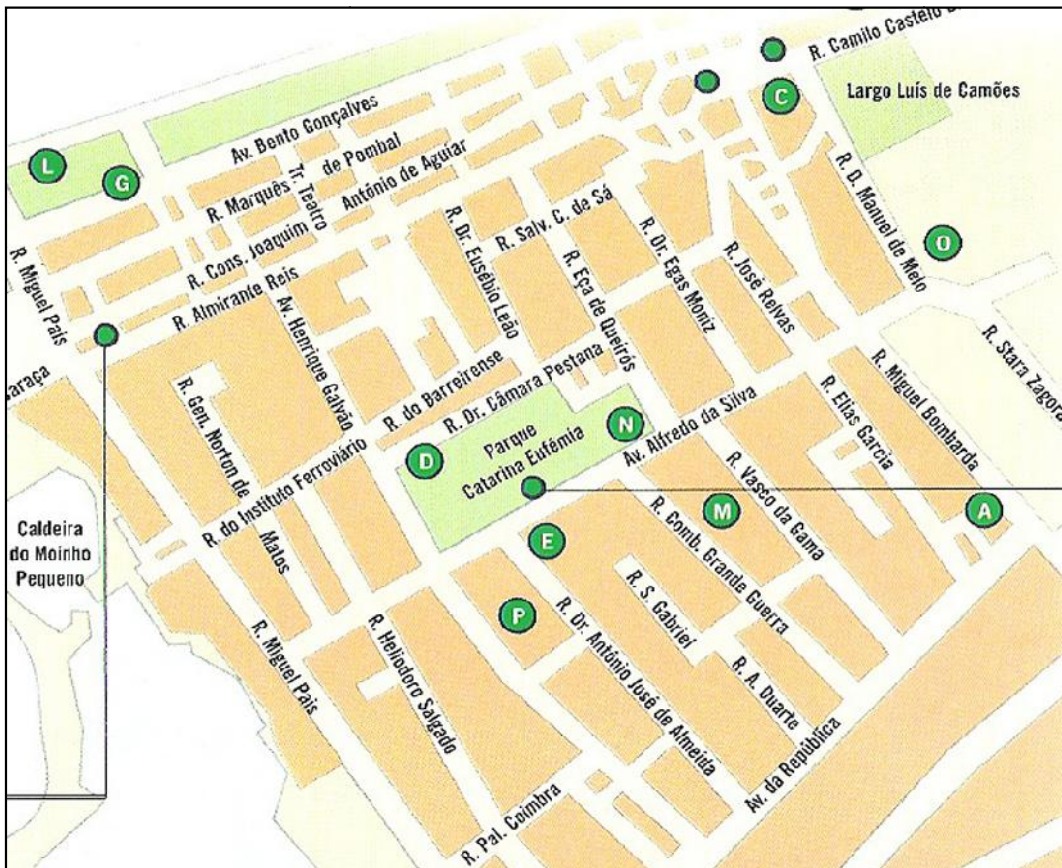
Fig. 309 – Modelo idêntico atribuído à Fábrica de Sacavém



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 310 – Painel aplicado no segundo piso com cores e temática idêntica [Pf-20-00006]

#### 4.2.2.11 Dois exemplos de azulejos rectangulares biselados



[fonte: *Guia Urbano do Barreiro*, Lisboa, Editora Fórum Ibérica, S.A., 2002]

Fig. 311 – Localização do parque Catarina Eufémia | principais ruas do antigo centro urbano | Avenidas e ruas periféricas



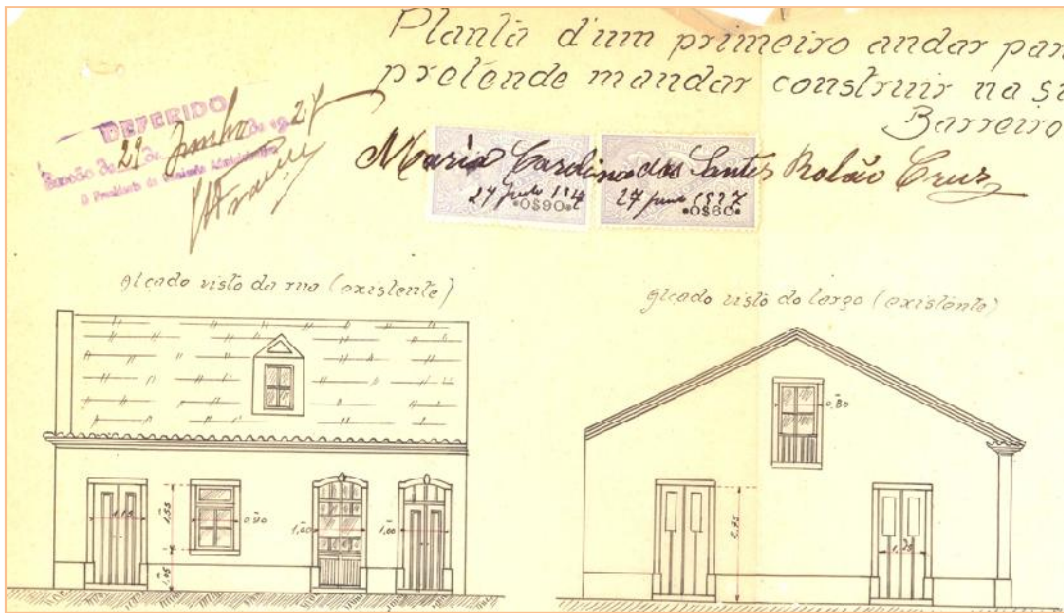
[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 312, 313 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0031\_01\_01] sito na Rua Marquês de Pombal n.º 31 gaveto com Travessa do Leão n.º 9 | fachada principal voltada para a Rua Marquês de Pombal



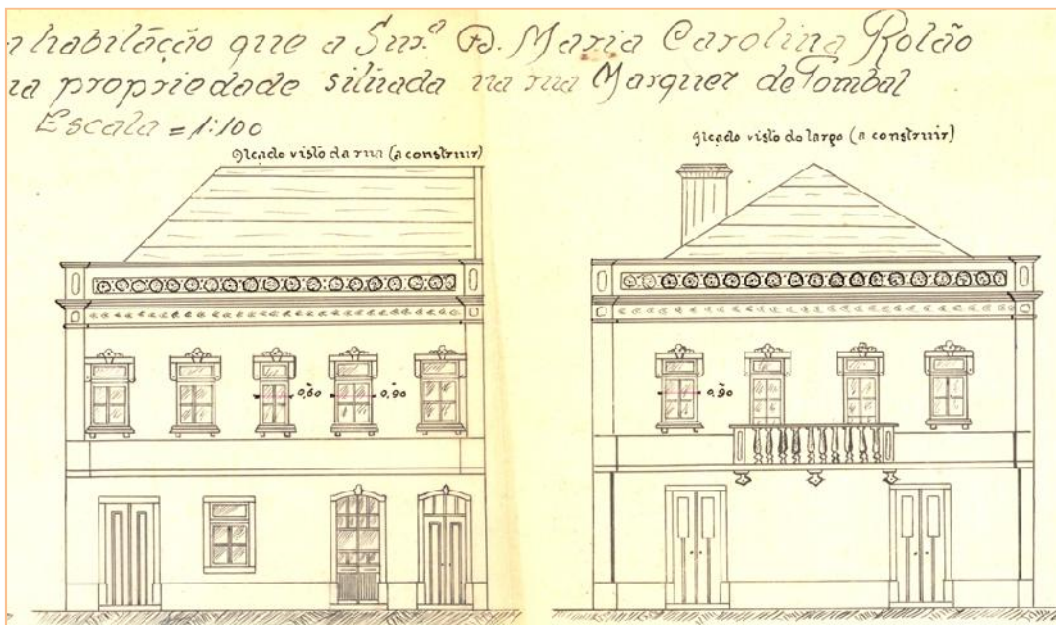
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 314 – Módulo de padrão [P-20-00001]



[fonte: Arquivo Municipal do Barreiro (CT 380/27)]

Fig. 315 – Imóvel [BA\_B\_MPB\_0031\_01\_01] sito na Rua Marquês de Pombal n.º 31 gaveto com Travessa do Leão n.º 9 |edifício da tipologia 2, segundo alçado do projecto, anterior a 1927



[fonte: Arquivo Municipal do Barreiro (CT 380/27)]

Fig. 316 – Imóvel [BA\_B\_MPB\_0031\_01\_01] sito na Rua Marquês de Pombal n.º 31 gaveto com Travessa do Leão n.º 9 |edifício da tipologia 1, segundo alçado do projecto, para ampliação do edifício



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 317 – Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00004]



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 318, 319 – Imóvel [BA\_B\_AS\_0056\_01\_01] sito na Avenida Alfredo da Silva n.º 56 | módulo de padrão [P-20-00004]



[fotografia: Isabel Pires]

[fonte: <http://www.viuvalamego.com>]

Fig. 320, 321 – Módulo de padrão [P-20-00005] utilizado como barra | modelo produzido pela FVL – imitação do padrão do séc. XVII



[fotografia: Isabel Pires]

[fonte: <http://www.viuvalamego.com>]

Fig. 322, 323 - Pormenor da cercadura [C-20-00001] | modelo idêntico - Fábrica Viúva Lamego



[fonte: C. da Fábrica Aleluia - Aveiro - Imitações dos azulejos antigos – Cercaduras (Pintura Manual) [n.º 113]

Fig. 324 – Modelo idêntico - Fábrica Aleluia - Aveiro



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 325 - Vista geral do frontão, com a cercadura [C-20-00001] e painel de azulejos figurativo [Pf-20-00001]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 326, 327 – Imóvel [BA\_B\_HS\_0050\_01\_01] sito na Rua Heliodoro Salgado n.º 50 | módulo de padrão [P-20-00029]



[fotografia: Isabel Pires]

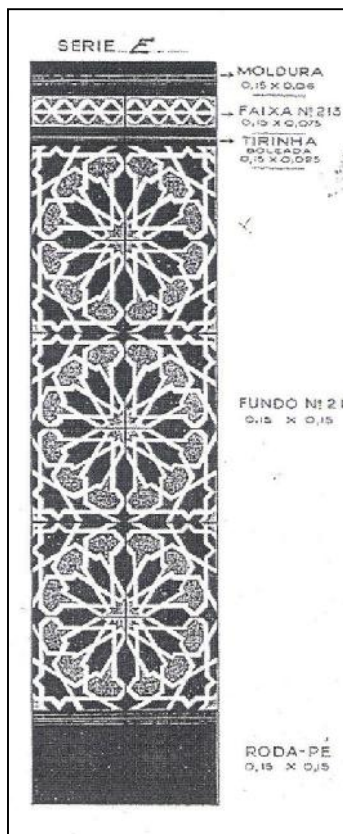
Fig. 328- Pormenor da barra de arquitrave, variante do modelo, designado de “Papoulas” [as flores estão orientadas de modo diferente ao desenho proposto pela Fábrica Viúva Lamego]

### 4.2.3 Outras fábricas e padrões



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 329, 330 – Imóvel [BA\_B\_L\_0003\_01\_01] sito na Travessa do Loureiro n.º 3 gaveto com a Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar | aplicação dos painéis de azulejos com colunas torsas [F-20-00003]



[fotografia: Isabel Pires]

Pormenor do friso [F-20-00006]



[fotografia: Isabel Pires]

[fonte: Catálogo da Comp.ª das Fabricas Cerâmica Lusitânia, Lisboa, [s.d.]]

Fig. 331, 332, 333- Módulo de padrão e friso idênticos produzidos pela Fábrica Lusitânia [Série E- n.º 213] | módulo de padrão aplicado no imóvel [P-20-00020]



[fonte: C. Fábrica Viúva Lamego, *Dossier* n.º 9 - Museu Nacional do Azulejo]



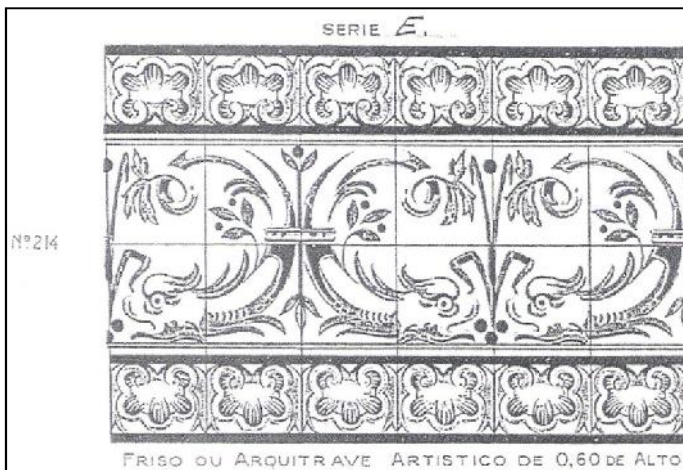
[fonte: Alejandro URIOSTE, *El Azulejo (...)*, p. 263 n.º 5]

Fig. 334, 335 - Módulos de padrão idêntico



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 336- Pormenor da barra de arquitrave



[fonte: Catálogo da fábrica Lusitânia [Série E – fundo n.º 214]

Fig. 337- Modelo idêntico de barra de arquitrave



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 338- Pormenor do painel figurativo [Pf-20-00003]



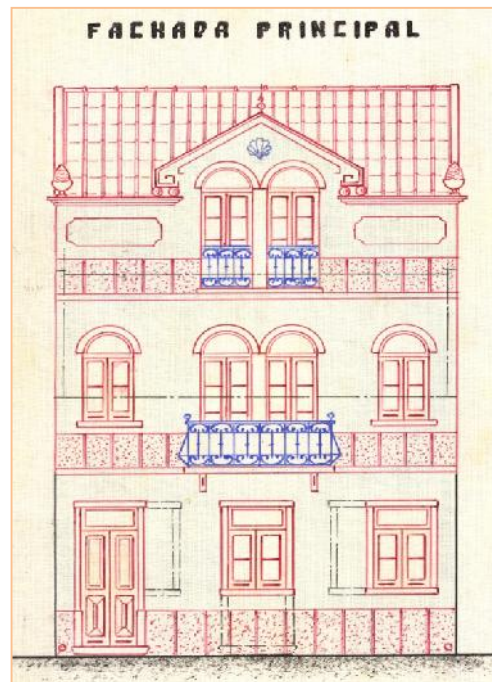
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 339- Pormenor do painel figurativo [Pf-20-00004]

#### 4.2.3.1 Exemplo de mais dois padrões da Fábrica Lusitânia

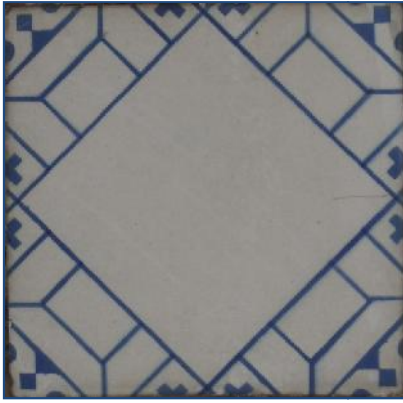


[fotografia: Isabel Pires]



[fonte: Arquivo Municipal do Barreiro [CT 552/30]]

Fig. 340, 341 – Imóvel [BA\_B\_DAJA\_0040\_01\_01] sito na Rua Dr. António José de Almeida n.º 40 | Alçado constante do projecto de construção do edifício – fachada principal



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 342, 343 - Módulo de padrão [P-20-00007] | painel sob a varanda [Pf-20-00002]



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 344, 345 - Segundo registo [BA\_B\_DAJA\_0040\_01\_03] | módulo de padrão [P-20-00008]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 346 - Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00003]



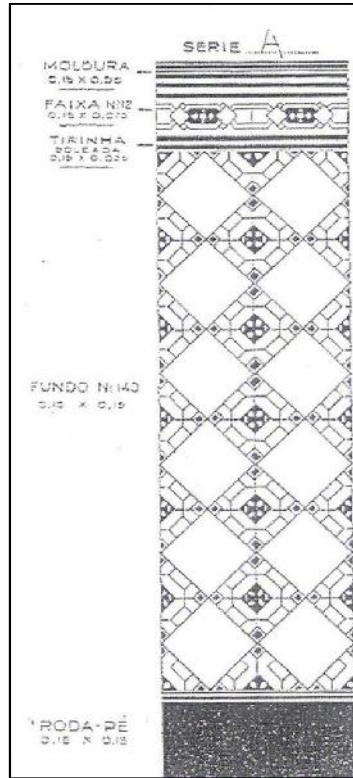
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 347 - Aspecto geral de um dos painéis rectangulares com cercadura



47

[fonte: Alejandro URIOSTE, *El Azulejo* (...), p. 248, Lâmina 106, n.º 47]



[fonte: C. da Fábrica Lusitânia (Série A – fundo n.º 140)]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 348, 349, 350 – Modelo de alegada influência valenciana | modelo produzido pela Fábrica Lusitânia | modelo aplicado no imóvel

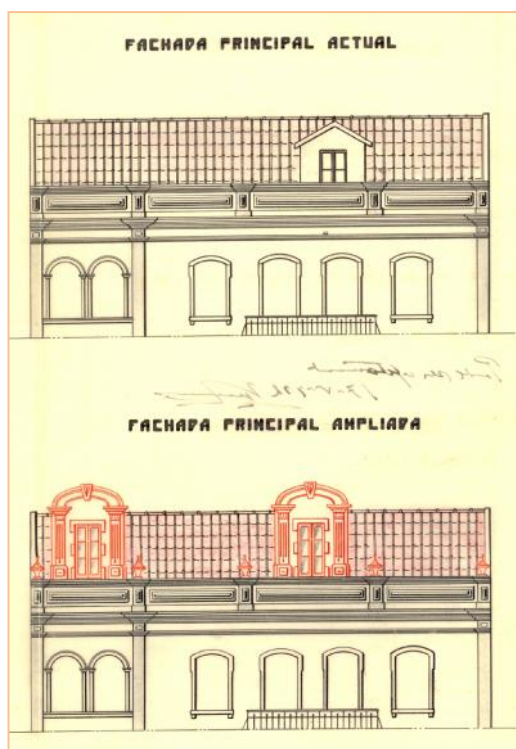


[fotografia: Isabel Pires]



Fig. 351, 352 – Imóvel [BA\_B\_VG\_0040\_01\_01] sito na Rua Vasco da Gama n.º 40 | módulo padrão [P-20-00009]

### 4.2.3.2 Exemplo de barra e cercadura da Fábrica Lusitânia



[fonte: Arquivo Municipal do Barreiro [CS 672/32]]



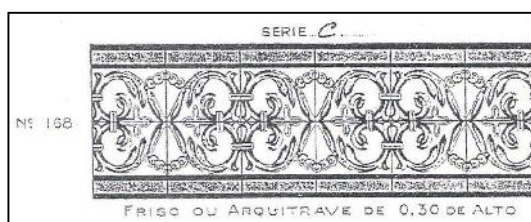
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 353, 354, 355 – Imóvel [BA\_B\_AR\_0123\_01\_01] sito na Rua Almirante Reis n.º 123 | alçado constante do projecto de ampliação das águas-furtadas | módulo padrão [P-20-00014]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 356, 357 - Barra [B-20-00008] | modelo idêntico produzido pela Fábrica Lusitânia



[fonte: C. da Fábrica Lusitânia [Série C – fundo n.º 168]]



[fotografia: Isabel Pires]



[fonte: Arquivo Municipal do Barreiro [CT 598 /30]]

Fig. 358, 359 – Imóvel [BA\_B\_LC\_0045\_01\_01] sito no Largo Luís de Camões n.º 45 | alçado constante do projecto de construção do edifício | fachada principal



[fotografia: Isabel Pires]

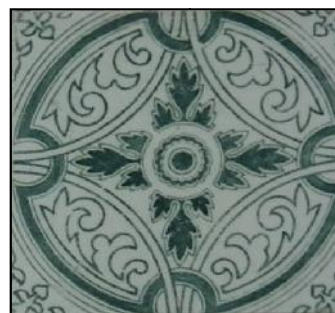
Fig. 360 - Cercadura [C-20-00009]



[fonte: Catálogo da Fábrica Lusitânia [Série H – fundo n.º 215]

Fig. 361 – Modelo idêntico produzido pela Fábrica Lusitânia

#### 4.2.3.3 Painel figurativo da Fábrica do Desterro



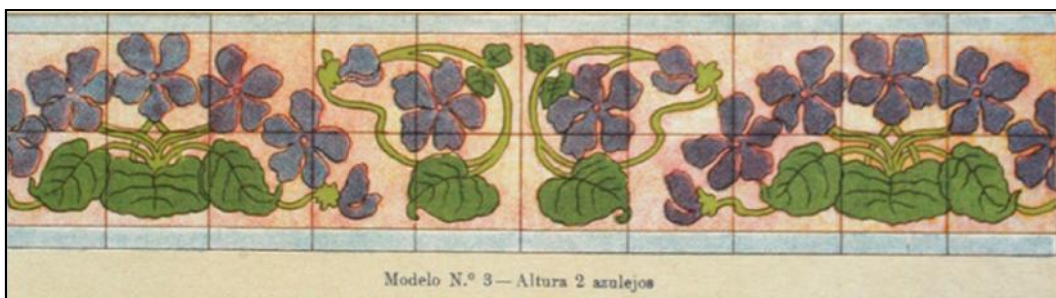
[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 362, 363 – Imóvel [BA\_B\_VG\_0017\_01\_01] sito na Rua Vasco da Gama n.º 17 | módulo de padrão [P-20-00021]



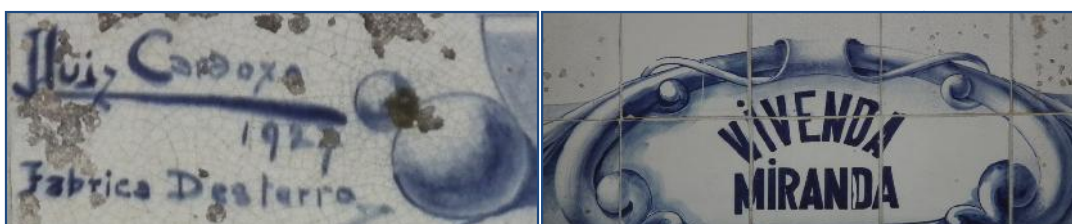
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 364 -Pormenor da barra de arquitrave [B-20-00006]



[fonte: Ana Paula ASSUNÇÃO, *Fábrica de Louça de Sacavém, (...)*, 1997, Modelo n.º 3]

Fig. 365 – Modelo idêntico produzido pela Fábrica de Sacavém [variante de cor]



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 366, 367- Pormenor da assinatura, data e fábrica | identificação do possível proprietário do imóvel



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 368 - Painel figurativo [Pf-20-00007]

#### 4.2.3.4 Exemplo de um padrão das Devesas e outro da Fábrica Aleluia - Aveiro



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 369, 370 – Imóvel [BA\_B\_DMM\_0015\_01\_01] sito na Rua D. Manuel de Melo n.º 15 | módulo de padrão [P-19-00031]





[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 371 - Cercadura [C-19-00002]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 372 - Cercadura [montagem]



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 373, 374, 375, 376 – Imóvel [BA\_B\_LC\_0001\_01\_01] sito na Travessa Luís de Camões n.º 1 formando gaveto com a Rua Serpa Pinto | módulo de padrão [P-20-00035] com dois centros



[fotografia: Isabel Pires]



[fonte: C. da Fábrica Aleluia Aveiro n.º 76 –  
Imitação dos azulejos antigos – pintura manual]

Fig. 377, 378 – Aplicação do padrão | modelo idêntico da Fábrica Aleluia – Aveiro



[fotografia: Isabel Pires]



[fonte: A.M.B., G.T.L., *Dossier* 11/20, 1997]

Fig. 379, 380 – Friso [F-19-00026] delimitando o revestimento azulejar e barra de arquitrave [B- 19-00009]

### 4.3 Ornamentação Cerâmica Complementar



[fotografias: Isabel Pires]



Fig. 381– Moita | Rua Silva Evaristo n.º 14 | vista geral do edifício | pormenor da balastrada com acantos estilizados

### 4.3.1 Balaústres periformes



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 382, 383 – Imóveis [BA\_B\_CJAA\_0141\_01\_01] e [BA\_B\_CJAA\_0249\_01\_01] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 141 e n.º 249



[fotografia: Isabel Pires]



[fonte: A.M.B., G.T.L. *Dossier* 14/20, 1997]

Fig. 384, 385 – Imóveis [BA\_B\_MPb\_00351\_01\_01] e [BA\_B\_P\_0002\_01\_01] na Rua Marquês de Pombal n.º 35 e Travessa do Prior n.º 2 formando gaveto com a Rua da Amoreira e Rua José Relvas



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 386, 387 – Imóvel [BA\_B\_BG\_0003\_01\_01] na Avenida Bento Gonçalves formando gaveto com o Largo Alexandre Herculano | pormenor da balastrada [BI-20-00007] e florão cerâmico [FI-20-00001]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 388, 389 – Imóvel [BA\_B\_AS\_0037\_01\_01] na Avenida Alfredo da Silva n.º 37 | balaústres em terracota caíada de branco

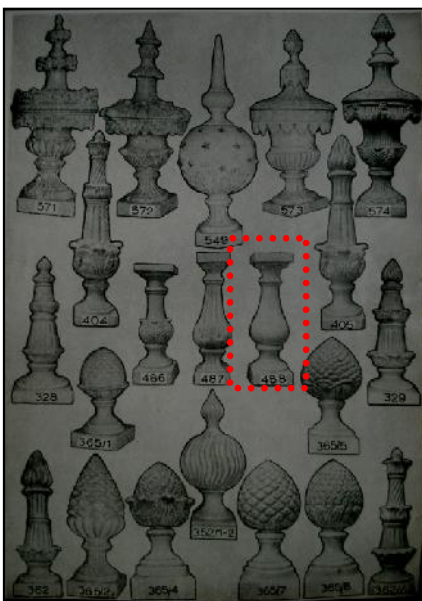
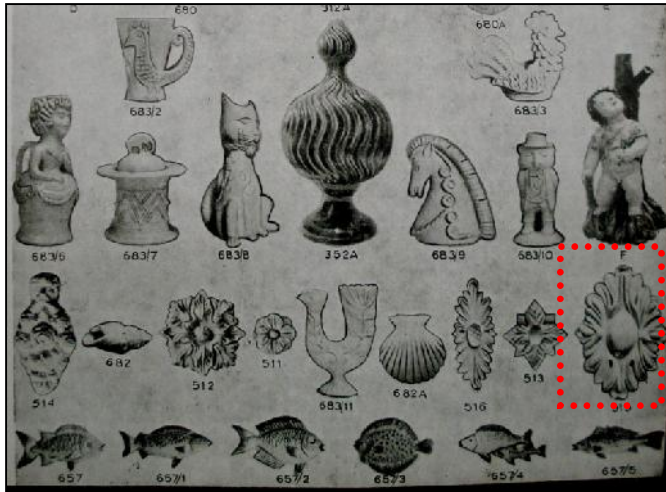


Fig. 390 – Modelo idêntico produzido pela Fábrica Viúva Lamego

[Catálogo da Fábrica Viúva Lamego - Dossier n.º 9 n.º 488]



[fotografia: Isabel Pires]

[Catálogo da Fábrica Viúva Lamego - Dossier n.º 9 n.º 515]

Fig. 391, 392 - Pormenor dos florões cerâmicos [FI-20-00001] | modelo idêntica produção da Fábrica Viúva Lamego [modelo vidrado a branco]



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 393, 394 - Pormenor dos florões cerâmicos [FI-20-00001] | florão cerâmico [FI-20-00002] a rematar a balaustrada do lado direito no imóvel [BA\_B\_BG\_0249\_01\_04]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 395 - Balastrada do imóvel [BA\_B\_GCSC\_0004\_01\_01], sobre o alçado lateral voltado para a Rua Almirante Reis n.º 111, possivelmente terracota com engobe, posteriormente caíada, intercalada pelos florões cerâmicos [FI-20-00001] e rematada por vaso



[fotografia: Isabel Pires]

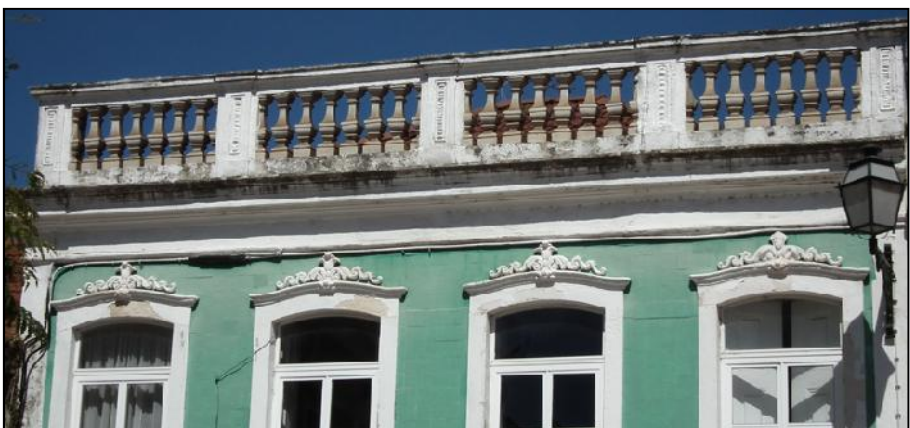
Fig. 396 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0150\_01\_04 na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 150 | balastrada [BI-20-00003]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 397– Imóvel [BA\_B\_MB\_0001\_01\_01] sito na Rua Miguel Bombarda n.º 01 | balastrada [BI-20-00003]

### 4.3.2 Balaústres quadrangulares



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 398 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0169\_01\_04] na Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar n.º 169 | balastrada e folhagem cerâmica [Fol-20-00003] sobre o lintel das janelas



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 399, 400 - Pormenor da balastrada [BI-20-11] do imóvel [BA\_B\_CJAA\_0169\_01\_04] | pormenor dos balaústres do imóvel [BA\_B\_MPb\_0108\_01\_04]

### 4.3.3 Balaústres decorados por folhas de acanto



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 401 – Imóvel [BA\_B\_NSR\_0002\_01\_01] no Largo Nossa Senhora do Rosário n.º 2 | balastrada | vasos e pinhas



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 402, 403 - Pormenor da balastrada em terracota [BI-20-00010] do imóvel [BA\_B\_NSR\_0002\_01\_03] | pormenor dos balaústres caiados no imóvel [BA\_B\_HS\_0050\_01\_03]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 404, 405 – Pormenor de balaústres [Bl-20-06] com folhas de acanto, vidrados a branco no imóvel [BA\_B\_CJAA\_0136\_01\_01] e no imóvel [BA\_B\_MP\_0066\_01\_01]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 406, 407, 408, 409 – Imóvel [BA\_B\_MP\_0066\_01\_01] florão cerâmico em terracota [Fl-20-03] | Folhagem cerâmica sobre as janelas [Fol-20-00001] | mísula em terracota [Ms-20-00001] | mísula vidrada a branco [Ms-20-00002]



[fotografia: Isabel Pires]

[C. da Fábrica Viúva Lamego - Dossier n.º 9 n.º 563]

Fig. 410, 411 - Gárgula vidrada a branco [Gg-20-00001] | modelo idêntico produzido pela Fábrica Viúva Lamego



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 412, 413 – Imóvel [BA\_B\_BG\_0096\_01\_01] par de gárgulas cerâmicas em forma de ave [Gg-20-00002]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 414, 415 – Imóvel [BA\_B\_HS\_0041\_01\_01] | Balaústres [Bl-20-00001] com folhas de acanto mais estilizadas



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 416 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0270\_01] e balaustrada [Bl-20-00009] com duas pinhas de formato cónico



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 417 – Pormenor dos balaústres mais decorados



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 418 - Pormenor dos balaústres [BI-20-00002]  
Vidrados a fosco no imóvel [BA\_B\_AH\_0083\_01]

#### 4.3.4 Exemplo de três balaústres pouco comuns



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 419, 420 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0024\_01\_04] balaustrada formada por elementos simulando laços  
| pormenor do balaústre [BI-20-00005]





[foto Francisco Queiroz - Domingues, *A ornamentação cerâmica, (...)*, vol. II - p. 251]

Fig. 421 - Remate em granito lavrado, formado por dois enrolamentos verticais, semelhantes ao anterior (Palacete Matos Graça- Braga)



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 422 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0233\_01] balastrada “gótica” [Bl-20-00008] e urna [Ur-20-00002]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 423 – Pormenor da balastrada



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 424 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0109\_01\_04] | pormenor da balaustrada [Bl-20-00004]  
| florão cerâmico [Fl-20-00004]



[fotografias: Isabel Pires]

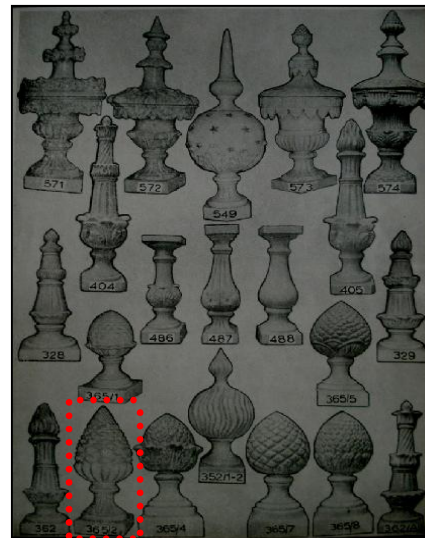
Fig. 425, 426 – Pormenor do florão cerâmico [Fl-20-00004] | folhagem cerâmica [Fol-20-00002] sobre o lintel das janelas

### 4.3.5 Pinhas – modelos variados



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 427, 428 - Pinha vidrada a branco [Pn-20-00001] no imóvel [BA\_B\_MP\_0078\_01] | modelo idêntico produzido pela Fábrica Viúva Lamego



[C. da F. Viúva Lamego - Dossier n.º 9 – n.º 365/2]



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 429, 430 – Imóvel [BA\_B\_AH\_0083\_01\_01] balastrada rematada por duas pinhas [Pn-20-00002]



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 431, 432 – Imóvel [BA\_B\_AS\_0116\_01\_01] com frontão rematado por pinha [Pn-20-00012]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 433, 434 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0024\_01\_01] com duas pinhas e [BA\_B\_MPb\_0126\_01\_01] com uma pinha catalogadas como [Pn-20-00005]

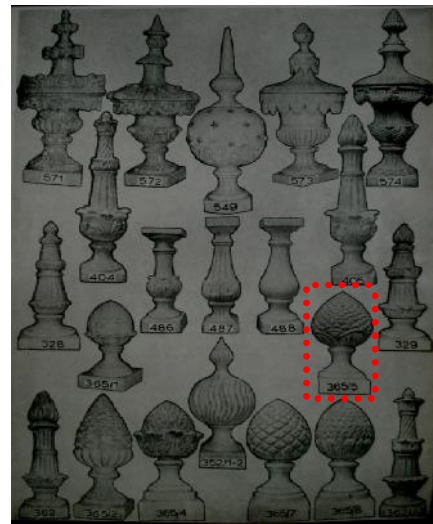


[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 435, 436, 437 – Imóvel [BA\_B\_NSR\_0002\_01\_01] decorado com duas pinhas [Pn-20-00008] e o imóvel [BA\_B\_PAM\_0007\_01\_01] com uma. O imóvel [BA\_B\_CJAA\_0249\_01\_01] decorado com duas pinhas [Pn-20-00007] com ligeiras diferenças nas folhas



[fotografia: Isabel Pires]



[Catálogo da F. Viúva Lamego - Dossier n.º 9 – n.º 365/5]

Fig. 438, 439 – Pinha [Pn-20-00006] a rematar o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0214\_01] | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego



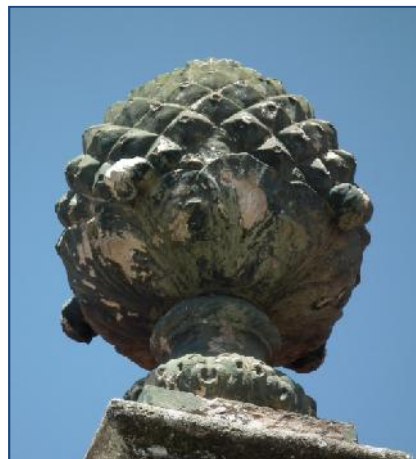
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 440 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0130\_01\_01] com este modelo colocado do lado esquerdo



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 441, 442 – Imóvel [BA\_B\_AR\_0064\_01] e imóveis [BA\_B\_MPb\_0130\_01] rematados por pinha [Pn-20-00003]



[fotografias: Isabel Pires]

Fig. 443, 444 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0031\_01\_01] sito na Rua Marquês de Pombal n.º 31 gaveto com Travessa do Leão n.º 9 | fachada principal voltada para a Rua Marquês de Pombal | pinha [Pn-20-00009]

#### 4.3.6 Vasos | exemplares atribuídos à Fábrica Viúva Lamego



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 445, 446 – Imóvel [BA\_B\_AR\_0064\_01\_01] rematado por três vasos [Vs-20-00001]

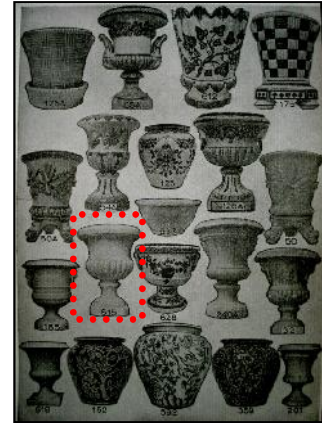


[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 447, 448, 449 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0141\_01] com balaustrada encimada por dois vasos [Vs-20-00003] e vaso [Vs-20-00004] do lado direito sendo possivelmente uma urna faltando-lhe a tampa, similar ao modelo, catalogado como [Ur-20-00004]



[fotografia: Isabel Pires]



[Catálogo da F. Viúva Lamego – Dossier n.º 9 – n.º 615]

Fig. 450, 451, 452 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0249\_01] com um vaso [Vs-20-00005] do lado esquerdo | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego



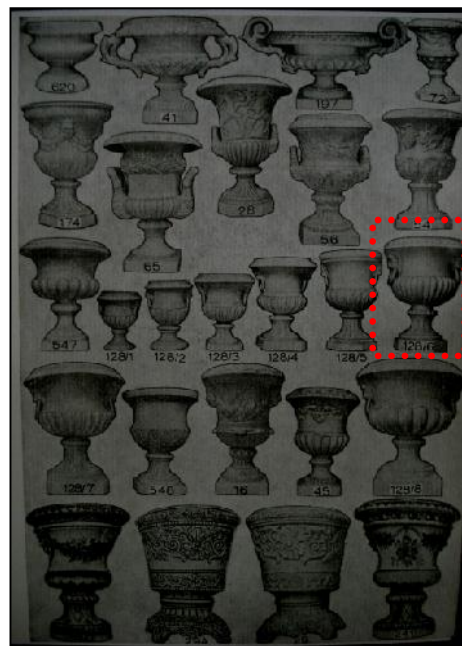
[fotografias: Isabel Pires]



Fig. 453, 454 – Edifício da primitiva estação do Caminho-de-ferro do Barreiro | exemplares em pedra lioz



[fotografia: Isabel Pires]



[Catálogo da F. Viúva Lamego – Dossier n.º 9 – n.º 128/6]

Fig. 455, 456 - Vaso [Vs-20-00002] no imóvel [BA\_B\_GCSC\_0004\_01] no alçado voltado para a Rua Almirante Reis n.º 111 | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego



[foto Francisco Queiroz - Domingues,  
A ornamentação cerâmica, (...), vol. II - p. 310]

Fig. 457, 458, 458a - Vaso na fachada da Fábrica Viúva Lamego | vaso com policromia na vila da Moita  
[modelos idênticos em termos formais e diferentes na técnica e decoração]



[fotografia: Isabel Pires]

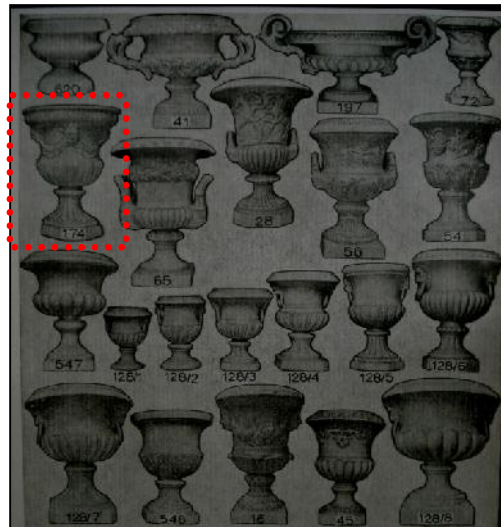
[Catálogo da F. Viúva Lamego –Dossier n.º 9 – n.º 32]

Fig. 459, 460 – Imóvel [BA\_B\_HS\_0050\_01\_01] sito na rua Heliodoro Salgado n.º 50 decorado por dois vasos [Vs-20-00009] | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 461 - Fachada principal [BA\_B\_NSR\_0002\_01] com um vaso vidrado a branco [Vs-20-00007] e vaso em terracota [Vs-20-00008]



[fotografia: Isabel Pires]

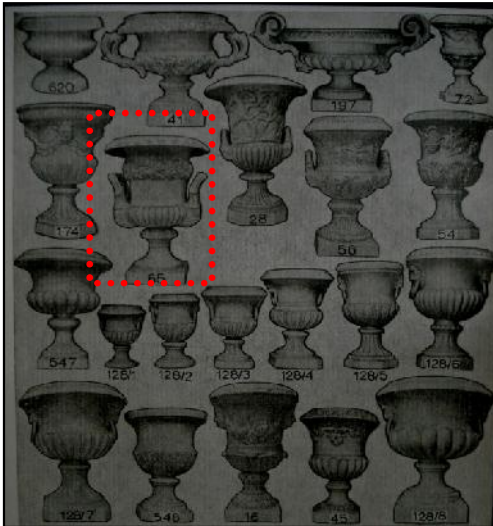
[C. da F. Viúva Lamego –Dossier n.º 9 – n.º 174]

Fig. 462, 463, 464 – Pormenor de cada um dos vasos | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 465, 466 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0255\_01\_01] decorado com vaso [Vs-20-00006] vista lateral



[C. da F. Viúva Lamego –Dossier n.º 9 – n.º 65]



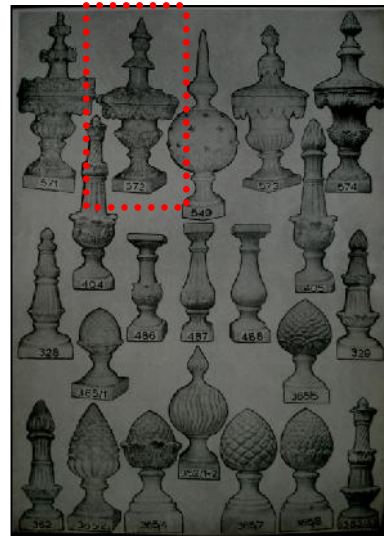
[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 467, 468 - Modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego | vaso visto de frente

#### 4.3.7 Urnas | exemplares atribuídos à Fábrica Viúva Lamego



[fotografia: Isabel Pires]

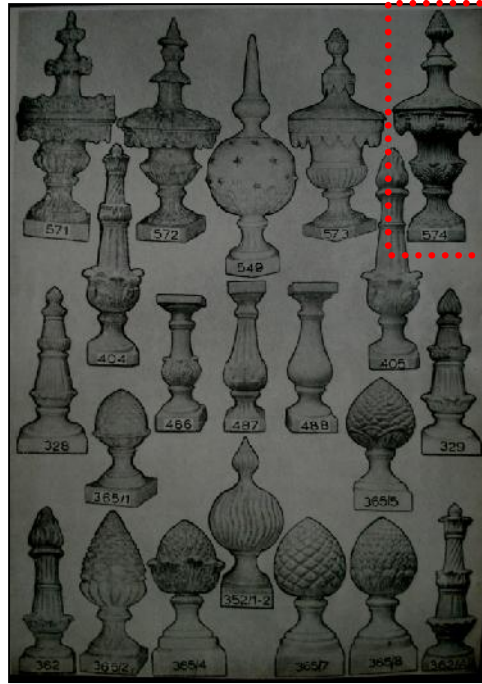


C. da F. Viúva Lamego –Dossier n.º 9 – n.º 572]

Fig. 469, 470, 471 - Imóvel [BA\_B\_AH\_0081\_01\_01] com duas urnas [Ur-20-00001] sobre o remate do edifício | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego



[fotografia: Isabel Pires]

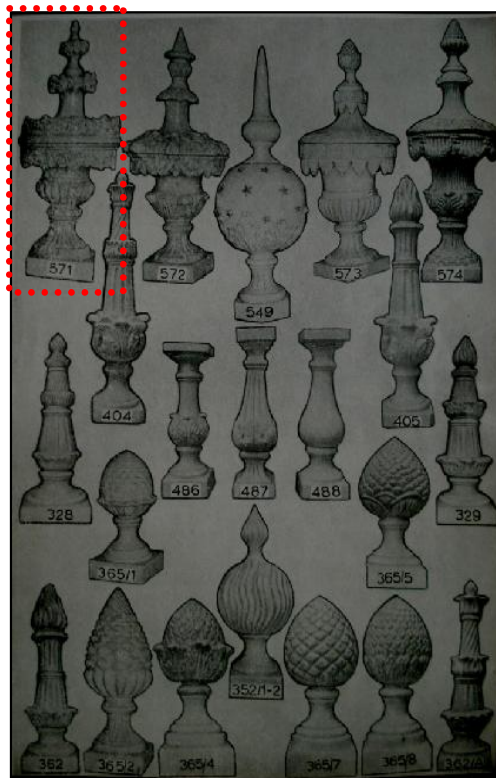


[C. da F. Viúva Lamego –Dossier n.º 9 – n.º 574]

Fig. 472, 473 - Urna [Ur-20-00002] aplicada sobre o imóvel [BA\_B\_CJAA\_0233\_01\_01] | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego

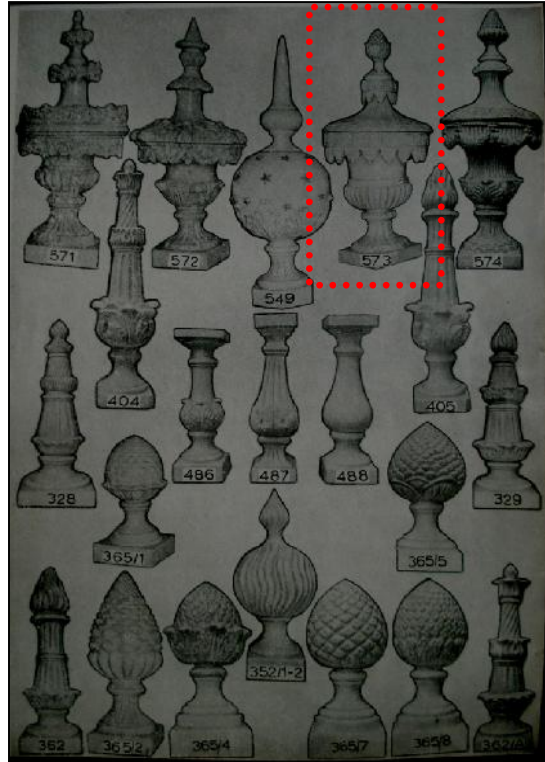


[fotografia: Isabel Pires]



[C. da F. Viúva Lamego –Dossier n.º 9 – n.º 571]

Fig. 474, 475 - Urna [Ur-20-00003] aplicada sobre o imóvel [BA\_B\_HS\_0078\_01\_01] | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego



[fotografia: Isabel Pires]

[C. da F. Viúva Lamego –Dossier n.º 9 – n.º 573]

Fig. 476, 477 - Urna [Ur-20-00005] aplicada sobre o imóvel [BA\_B\_HS\_0050\_01\_01] | modelo semelhante produzido pela Fábrica Viúva Lamego



[fotografia: Isabel Pires]

[ fonte: A.M.B., G.T.L., Dossier 4/20, 1997]

Fig. 478, 479 - Urna [Ur-20-00004] aplicada sobre a imóvel [BA\_B\_BG\_0003\_01\_01] | urna após o restauro



[fonte: José Tavares Velosos - 193? / *O Barreiro através do bilhete-postal ilustrado*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, Livros Horizonte, 2005, p.52]

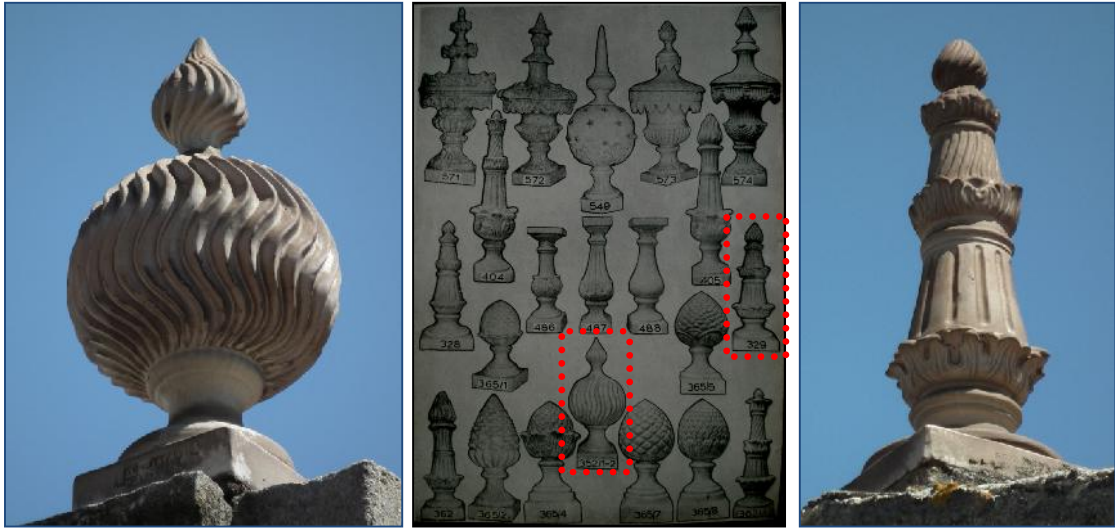
Fig. 480 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0141\_01\_01] vaso, colocado do lado direito da balaustrada, precedido de uma urna com tampa e possivelmente outro vaso

#### 4.3.8 Globos e pináculos | exemplares atribuídos à Fábrica Viúva Lamego



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 481 – Imóvel [BA\_B\_DAJA\_0040\_01\_05] vista das águas-furtadas, com remate triangular, simulando frontão, ladeadas por globos e pináculo



[fotografia: Isabel Pires]

[C. da F. Viúva Lamego –Dossier n.º 9 –  
Globo n.º 352/1-2 e pináculo n.º 329]

Fig. 482, 483, 484 – Globo [Gl-20-00001] e pináculo [Pnc-20-00001] | modelos semelhantes produzidos pela Fábrica Viúva Lamego



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 485 – Imóvel [BA\_B\_CJAA\_0105\_01\_02] aspecto geral do remate do edifício e dos globos



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 486, 487 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0108\_01\_02] decorada ao centro por pináculo [Pnc-20-00002]

#### 4.3.9 Estátuas alegóricas | exemplares atribuídos à Fábrica Viúva Lamego



Fig. 488 – Imóvel [BA\_B\_DEL\_0019\_01\_01] rematado por quatro estátuas alegóricas



[fotografias: Isabel Pires]



[foto Francisco Queiroz – Domingues, *A ornamentação Cerâmica, (...)*, vol. II - p. 310]

Fig. 489, 490 - Estátua [Es-20-00003] representando um “Caçador” | modelo idêntico produzido pela Fábrica Viúva Lamego

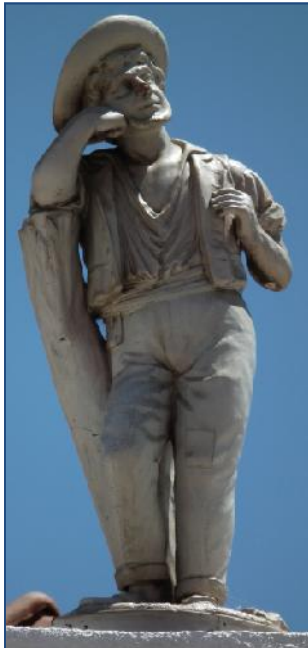


[fotografia: Isabel Pires]



[fonte: BN - 1º Aniversário da Republica Portuguesa -5 de Outubro de 1911]

Fig. 491, 492 - Estátua alegórica com à "República" [Es-20-00004] | quadro alusivo à Revolução



[fotografias: Isabel Pires]



[fonte: BN - Recordação do Zé Povinho do Porto] (1880-1910)

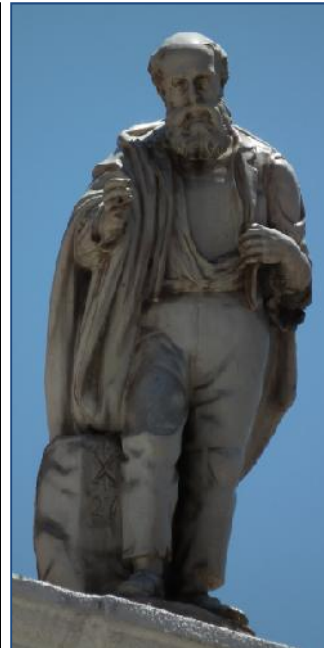


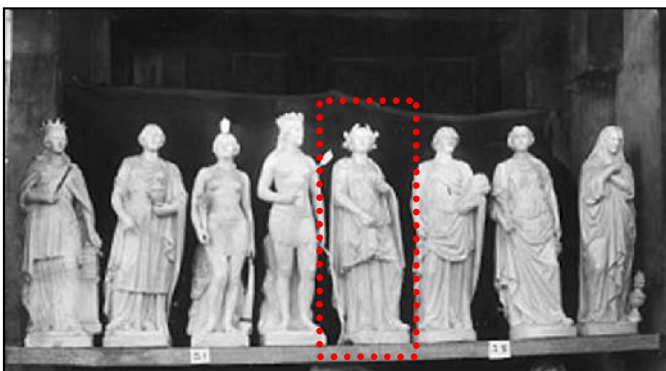
Fig. 493, 494, 495 - Estátua com representação da figura do "Zé Povinho" [Es-20-00005] | estátua figurando um "Mendigo" [Es-20-00006]

#### 4.3.10 Estátuas alegóricas | exemplares atribuídos à Fábrica Cerâmica das Devesas



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 496 – Imóvel [BA\_B\_MPb\_0031\_01\_01] sito na Rua Marquês de Pombal n.º 31 gaveto com Travessa do Leão n.º 9



[fonte: Domingues, *A ornamentação cerâmica (...)*, vol. II - p. 287]

Fig. 497 - Estátuas da Fábrica Cerâmica das Devesas, entre elas, a que representa a “Primavera” [vidrada a branco]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 498, 499 - Figura alegórica representando a “Primavera” [Es-20-00001] | estátua com “Petiz ourinando” [Es-20-00002]



[fotografia: Isabel Pires]

Fig. 500 – Imóvel [BA\_B\_VG\_0017\_01\_02] aspecto da balastrada e coroamento da fachada principal com quatro estátuas alegóricas e painel figurativo [Pf-20-00007]



[fonte: Domingues, *A ornamentação Cerâmica (...)*, vol. II - p. 287]

Fig. 501 - Estátuas da Fábrica Cerâmica das Devesas, entre elas, a que representa a “África” [vidrada a branco]



[fotografia: Isabel Pires]



[foto Francisco Queiroz- Domingues, *A Ornamentação Cerâmica (...)*, vol. II - p. 295]

Fig. 502, 503 - Figura alegórica relativa à “África” [Es-20-00007] | modelos da Fábrica Cerâmica das Devesas [catálogo com o n.º 15 e num edifício em Ovar]



[fonte: emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/rip]

Fig. 504 – “Africa” - Cesare Ripa



[fotografia: Isabel Pires]



[fonte: emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/rip]

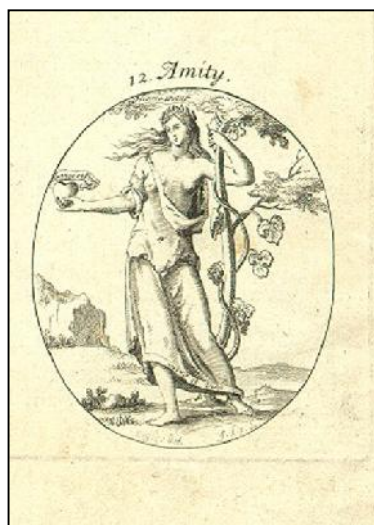
Fig. 505, 506 - Figura alegórica alusiva à “Saúde” [Es-20-00008] | Sanità – Cesare Ripa



[fotografia: Isabel Pires]



[fonte: Domingues, (...), vol. II - p. 289]



[fonte: emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/rip]

Fig. 507, 508, 509 - Estátua representando a “Amizade” [Es-20-00009] | modelo idêntico da Fábrica Cerâmica das Devesas | Amity – Cesare Ripa



[fonte: emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/rip]

Fig. 510 – Amicizia – Cesare Ripa



[fotografia: Isabel Pires]



[fonte: Domingues, (...), vol. II - p. 314]

Fig. 511, 512 - Figura alegórica alusiva ao "Inverno" [Es-20-00010] | - estátuas da Fábrica Cerâmica das Devesas, entre elas, a que representa o "Inverno" [vidrada a branco]